



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARTHA SUSANA DÍAZ

**ELAS SÃO,
MULHERES DESEMPREGADAS E MOBILIZADAS
ENTRE A LUTA E A SUBSISTÊNCIA:
O CASO DO GOLFO SAN JORGE**

Salvador (BA)
2015

MARTHA SUSANA DÍAZ

**ELAS SÃO,
MULHERES DESEMPREGADAS E MOBILIZADAS
ENTRE A LUTA E A SUBSISTÊNCIA:
O CASO DO GOLFO SAN JORGE**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alda Britto da Motta

Salvador (BA)
2015

D542 Díaz, Martha Susana
Elas são mulheres desempregadas e mobilizadas entre a luta e a subsistência: o caso do Golfo San Jorge / Martha Susana Díaz. – 2015.
285 f.: il.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Alda Britto da Motta.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

1. Trabalhadoras. 2. Mulheres – Desempregadas. 3. Movimentos sociais – Mulheres. 4. Gênero. 5. Conflito social. I. Motta, Alda Britto. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

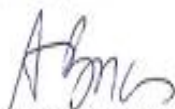
CDD – 331.4982

**ELAS SÃO, MULHERES DESEMPREGADAS E
MOBILIZADAS. ENTRE A LUTA E A SUBSISTÊNCIA: O
CASO DO GOLFO SAN JORGE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 13 de outubro de 2015, pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Clara Maria de Oliveira Araújo (UERJ)
Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof(a). Angela Maria Carvalho Borges (UCSAL)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Maria da Graça Druck de Faria (UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas



Prof(a). Salete Maria da Silva (UFBA)
Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela
Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Alda Britto da Motta (UFBA)
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

À minha querida Ana Alice Alcântara Costa (in memória), sempre presente.

Às mulheres patagônicas que lutam pela igualdade, a equidade e justiça.

AGRADECIMENTOS

Toda produção acadêmica é fruto de um caminhar junto a outros e outras, por isso nestas linhas, quero expressar meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço profundamente a minha querida orientadora, Alda Britto da Motta, por sua compreensiva e dedicada orientação, suas contribuições generosas e suas amorosas sugestões.

A minha amiga e companheira de caminhada, Eulália Lima Azevedo, e a suas/as queridas/o filhas/o, Naara, Rebeca, Veruza e Agnelo e seus filhos políticos: Valeria e Pericles, suas netas e netinho, pelo apoio, carinho e solidariedade durante todo o processo. Agradeço suas leituras até nos mínimos detalhes, nelas demonstra o amor que coloca nas coisas que faz e na sua própria vida.

A minha querida Ana Alice Alcântara Costa, quem me acompanhou em todo o processo de formação. Ela abriu as portas da Universidade e do NEIM para mim, lá no ano 1999, assim como as portas de seu coração. Sua irreparável partida comoveu-me especialmente.

À Graça Druck, pelo incentivo de sempre, sua generosidade, suas contribuições e seu entusiasmo por novas perspectivas, e por aceitar formar parte de minha banca de qualificação e agora de defesa.

A Ana Luz, pelas correções amorosas do português, agradeço infinitamente ter aceito fazer esta difícil revisão.

Às companheiras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM - UFBA), pela recepção aconchegante e solidária, especialmente a Cecília Sardenberg, por seus estímulos acadêmicos desde o mestrado para continuar com a temática das mulheres piqueteiras. À Rita e Cleiton, uma menção especial por seu papel fundamental no desenrolar da dinâmica do Núcleo.

Ao programa de Pós-Graduação, pelo apoio e incentivo à formação de pesquisadores e pelo interesse por temas “de outras terras” latino-americanas. Ao corpo de funcionários do programa, pela cordialidade, em especial a Dora

pelo cuidado e carinho que coloca dia a dia no encaminhamento das demandas em geral e as minhas em particular.

Às professoras Maria Salette Silva, Ângela Borges e Clara Maria Araújo por ter aceito participar da banca de defesa.

Às minhas amigas Susana, Inês, Lourdes, pela sua compreensão ante minhas ausências, seu apoio moral e escuta solidaria.

A meus companheiros e companheiras da Associação Civil *Grupo Pro Derechos de los niños*, niñas e adolescentes, pela amizade de compartilhar paixões sociais e militância política.

A meus e minhas colegas do Departamento de Trabajo Social e da Facultad de Humanidades e Ciencias Sociales da UNPSJB, por seus estímulos e a confiança na conclusão deste estudo, especialmente Ana Lia, Gerardo e Brian, que fizeram, ainda que escritas em português, um esforço para lerem minhas primeiras linhas. Agradeço especialmente às integrantes da Equipe de Pesquisa - Gisela, Melisa, Claudina e Karina - que colaboraram com a extração de dados nos jornais ocais; às integrantes das equipes das cátedras *Planificación Social* - Verónica M, Claudina, Pamela e Eliana- e de *Metodología de la Investigación Social* - Lucia, Melisa e Verónica S - por que, sem reclamações, têm superado todas minhas ausências, e têm-me estimulado a terminar, ainda sabendo que se recarregavam de trabalho.

A meus e minhas colegas da equipe da *Cátedra Libre de Derechos Humanos*, UNPSJB - Roberto, Fabiana e Betania - pelo apoio incondicional, a paciência e espera. Também à *Secretaría de Extensión Universitaria* e o *Consejo Asesor* pela compreensão e estímulo.

Às mulheres de Caleta Olivia que me brindaram suas histórias de luta e assim, me permitiram construir este relato o mais próximo do que elas sentiram: Lia, Norma, Guada, Cele, Jessi, Lau, Sara, Elsa, Marcela, Selva, Enrica e mais. Às pessoas que deram outras informações que me permitiram desenhar o panorama dos fatos acontecidos desde a década de 1990 a partir da implementação do capitalismo neoliberal na Argentina e particularmente na Patagônia, entre elas Mauricio Ruiz e Delia.

A Ana Vidal e Alba Curaqueo por suas primeiras contribuições sobre a luta das mulheres desempregadas, tanto em Comodoro Rivadavia, como em Pico Truncado.

A minha família: meu pai Gilberto pelo amor incondicional que me dá dia a dia. A minhas irmãs, irmão, sobrinhas, sobrinhos, cunhados e cunhadas, por todo o apoio logístico nos momentos de minhas ausências.

E finalmente, a meu companheiro de todas as horas, Eduardo, apoio fundamental e grande amigo nas horas mais difíceis. A meu filho Gerardo e minhas filhas Cecília e Laura, meus filhos políticos: Melina e Victor e a meu terno netinho Enzo, pela compreensão ante minhas reiteradas ausências e pelo amor e carinho, incentivos valiosos para a conclusão deste estudo. Obrigada!!!

RESUMO

Esta tese analisa os processos de inserção e participação política das mulheres trabalhadoras desempregadas da Patagônia nas tomadas dos terminais marítimos de petróleo (TERMAP), ocorridas em 2004 no enclave petrolífero do Golfo San Jorge, cidade Caleta Olivia, Argentina. A partir da articulação das perspectivas de gênero, gerações e de classe social, a pesquisa na qual se baseia a tese indagou sobre os grandes significados, as motivações e as consequências dessa atuação, tanto na construção da categoria mulher desempregada como sujeito político, quanto nas mudanças em seu cotidiano e no contexto sociopolítico local e regional. A pesquisa, qualitativa, foi realizada através da análise das histórias de vida e das trajetórias políticas e laborais das mulheres que participaram das tomadas, da análise de entrevistas a informantes-chaves e nas análises de artigos jornalísticos dos acontecimentos. O estudo reconstrói o percurso histórico das lutas das mulheres desempregadas patagônicas no marco do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, cujas origens remontam à recessão produzida, na década de 90, na região e no país, pela aplicação das "medidas de ajuste" neoliberais. E mostra que na demanda de trabalho às empresas petrolíferas privadas, as mulheres se assumem como trabalhadoras desempregadas, no marco da luta de classes sociais e de gênero, e reconstróem novas relações com o social e o político, emergindo como uma geração que vai mais além da luta pelo trabalho, ao denunciarem as desigualdades de gênero e a apropriação e saque dos recursos naturais por parte das empresas multinacionais. Nesse sentido, demonstra-se, por um lado, a existência de uma aliança estatal-empresarial e midiática para garantir a acumulação capitalista, e, por outro, que a luta das mulheres para conseguir trabalho formal nessas empresas petrolíferas se confronta com fortes padrões de masculinidade reproduzidos pela dinâmica empresarial da região. Confirmase, assim, a apropriação por parte do capital da ideologia de gênero para obter maior benefício econômico. Contrariamente à hegemonia de exploração-dominância do capitalismo-patriarcado, as mulheres a confrontam, construindo novos sentidos na política, tais como, a importância política dos laços primários na luta, a formação política e a construção de laços solidários, contrapostas à imposição da ideologia desumana do neoliberalismo. Entendida como uma geração que soube interpretar o seu tempo histórico, esta continua lutando contra a nova ordem neoliberal do capitalismo por espoliação, ao enfrentar, na atualidade, o fracking e a megamineração.

Palavras-chave: mulheres trabalhadoras desempregadas, gênero- movimentos sociais, gênero, geração.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the processes of insertion and political participation of unemployed Patagonian working women in the occupation of maritime petroleum terminals (TERMAP) that occurred in 2004, in the petroleum enclave of the San Jorge Gulf, in the city of Caleta Olivia, Argentina. Based on the articulation of gender, generation, and social class perspectives, the research upon which this dissertation is based inquired about the major meanings, motivations and consequences of their participation, both in terms of the construction of the category 'unemployed women' as political subjects, as well as in the changes taking place in their everyday life and in the regional and local sociopolitical context. The research, of a qualitative nature, was undertaken through the collection and analysis of life stories and political and work trajectories of the women who participated in the occupation, interviews with key informants, and on newspaper articles published while the events took place. The study reconstructs the historical course of the struggles staged by unemployed Patagonian women within that of the unemployed workers movement, whose origins remount to the recession of the 1990s resultant from neoliberal economic "adjustment measures". It shows that in their demands to private sector petroleum industries for employment, women presented themselves as 'unemployed workers', intersecting class and gender struggles, constructing new relations with the social and the political, and emerging as a generation of women who goes much further in their struggle for work, in denouncing gender inequalities and the appropriation and looting of natural resources by multinational companies. As such, the study reveals, on the one hand, the existence of a state-entrepreneurial and media alliance to guarantee capitalist accumulation, and, on the other hand, that women's struggles to guarantee formal employment in these petroleum industries had to confront the strong masculinity patterns reproduced by the entrepreneurial dynamics in the region. This confirms the appropriation of gender ideology by capital in order to obtain economic benefits. But contrary to the exploitation-domination hegemony of patriarchal capitalism, women confront it, building new meanings to politics, such as the political importance of primary links in the struggle, political formation and the building of solidarity links, in opposition to the imposition of neoliberalism's unhuman ideology. Understood as a generation that knew how to interpret their historical time, they continue to struggle against a new capitalist neoliberal order for spoliation, confronting, at present, fracking and mega-mining.

Key-words: working women, unemployed women, gender - social movements, gender, generations.

SIGLAS

ATE: Associação de Trabalhadores do Estado.
ADOSAC: Associação Professores Professoras de Santa Cruz.
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCC: Corrente Classista e Combativa.
CGT: Confederação Geral do Trabalho.
CTA: Central de Trabalhadores Argentinos.
CTERA: Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina.
EPH: Enquête Permanente de Lares (realizada pelo INDEC nos meses de maio e outubro de cada ano para medir índices sociais).
FMI: Fundo Monetário Internacional.
FASP: Foros Ambientais Sociais Patagônicos.
FRENAPO: Frente Nacional contra a Pobreza.
FTV: Federação de Terra e Moradia.
FPV: Frente para a Victoria.
INDEC: Instituto Nacional de Estatística e Censos.
IMEP: Instituto Municipal de Empleo y Producción.
MIJD: Movimento Independente de Aposentados e Desempregados.
MDS: Ministério de Desenvolvimento Social.
MST: Movimento Socialista dos Trabalhadores.
MTA: Movimento dos Trabalhadores Argentinos.
MTD: Movimento de Trabalhadores Desempregados.
MTEeSS: Ministério de Trabalho, Empleo e Seguridad Social.
NyC: Nascido e Criado no lugar.
PEA: População Economicamente Ativa.
PJ: Partido Justicialista.
PJJHD: Plan Chefes e Chefas de Lar Desempregados.
PRENO: Programa de Treinamento Ocupacional.
PSA: Partido Socialista Argentino.
PTS: Partido dos Trabalhadores Socialista.
TERMAP: Terminais Marítimos Petrolíferos.
UNLP: Universidad Nacional de la Plata.
UNPSJB: Universidad Nacional de la Patagonia SJB.
UNPA: Universidad Nacional de la Patagonia Austral.
UAC. União de Assembleias Comunitárias.
UACO: Unidade Acadêmica Caleta Olivia.
UCR: União Civica Radical.
UIA: União Industrial Argentina.
UOCRA: União Obreira da Construção da República Argentina.
YPF: Jazida Petrolífera Fiscal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. ALGUMAS DEFINIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	31
1.1 Delineando a pesquisa	31
1.2 De novos e velhos movimentos sociais	34
1.2.1 Primeiras discussões	34
1.2.2 O movimento de trabalhadores desempregados na literatura	38
1.3. O contexto de aparecimento do movimento	49
1.3.1 A reestruturação produtiva em relação às mulheres	53
1.4. Articulando a categoria classe social com a teoria dos movimentos sociais	60
1.4.1. A classe faz diferença no entendimento dos movimentos sociais	63
1.5 Classe e gênero: quando a classe se articula com o gênero	71
2. A LUTA PELO TRABALHO.	78
2.1. As histórias de Norma e Lia	78
2.2. Patagônia: historia e desenvolvimento	80
2.2.1. Um pouco de historia	85
2.3. A Patagônia rebelde	87
2.3.1. As mulheres resistem na Patagônia rebelde	89
2.4. As destituições de governadores na Patagônia esgotada	93
2.5. A Patagônia privatizada	94
2.6. Caleta Olivia Privatizada	100
2.7 O período de 1994 a 2004: as lutas pelo trabalho – a Patagônia rebelde I	106
2.7.1 "Nesse dia, nós fomos ousadas"	114
2.7.2 "Rebelião popular de um povo petroleiro"	118
2.7.3 A crise de 2001: ponto máximo de lutas na Argentina	122
3. DE TRABALHADORAS DESEMPREGADAS A TRABALHADORAS DESEMPREGADAS MOBILIZADAS	125
3.1 Uma história de lutas.	134
3.2 Como as mulheres ressignificaram a luta.	144
3.3 Crônica da repressão.	150
3.4 Repressão e violência contra as mulheres	161
3.5 O trabalho das mulheres patagônicas como questão social	172
4. MUDANÇAS NO COTIDIANO DAS MULHERES	177
4.1 Das panelas às tomadas: a conquista do público.	180
4.2 As vozes das mulheres.	202
4.3 O trabalho das mulheres – a luta continua.	207
4.3.1. O trabalho digno.	207
4.3.2. A luta continua dentro do trabalho.	209
4.3.3. O trabalho das mulheres e a reserva.	223
4.3.4. Da condição de sujeitos submetidos à de sujeitos emancipados	225
4.4 Mulheres, comida e filhos.	227
5. A GERAÇÃO SE FAZ PRESENTE	231
5.1. Uma geração que cria historia.	231
5.2. De mães a filhas.	237
5.3. Corpo e território.	241
5.4. Território, extrativismo e resistências.	244
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	257
7. REFERÊNCIAS	266
8. ANEXOS	285

INTRODUÇÃO

"CALETAZO"

DÉCADA DE SUMISIÓN
AHOGO CONTENIDO,
SOPORTANDO EL HAMBRE
SIN NINGUNA SOLUCIÓN.

LOS TRABAJADORES...
LOS DESNUTRIDOS...
HEMOS VIVIDO LA REPRESIÓN,
LOS JUECES TIENEN ORDENES
TRANSFORMÁNDOSE EN VIOLADORES
DEL ARTÍCULO "18"
DE NUESTRA CONSTITUCIÓN.

LAGRIMAS NEGRAS
ESCARCHILLAS QUE DAN FUERZAS
A LOS PRESOS POR LUCHAR

RECURSOS ROBADOS
¿LOS DEFENSORES DEL PUEBLO?
DEFIENDEN LA MULTINACIONAL.
UN DIOS AUSENTE...
IMPUNIDAD REINANTE,
CALETA EJE DE LUCHA
CONTRA EL CINISMO NACIONAL.

LAGRIMAS NEGRAS
ESCARCHILLA DE "LIBERTAD"
A LOS PRESOS POR LUCHAR.

Dedicado a los trabajadores del PRENO, a los Desocupados y a los Solidarios, que sufrieron con la Represión, no solo ellos sino también sus hijos... violando los Derechos Humanos, los derechos de la mujer y, lo más grave, los Derechos del Niño.

Rosa del Valle ARAMAYO

O ano de 2004 ficou marcado, na Patagônia (Argentina), como o ano em que grupos de mulheres desempregadas, que reclamavam "trabalho genuíno" e seu ingresso como trabalhadoras nas empresas petrolíferas privadas que operam na região, tomaram a *Playa de Tanques* de Petróleo da TERMAP em Caleta Olivia. Esse fato constituiu uma *ruptura* na história das lutas atuais de trabalhadores e trabalhadoras na Patagônia Central. A virulência dos fatos chegou a ser de tal magnitude, que a sociedade foi fortemente impactada pelos

acontecimentos: toda a mídia, os jornais e a internet, mostrava os embates da luta pelo trabalho promovidos por essas mulheres, assim como as represálias que elas sofreram.

Cabe explicitar que o TERMAP S. A. é o parque terminal de coleta de petróleo e carga¹, consórcio formado pelas principais empresas extrativas da região: REPSOL/YPF (37.35%)², Pan American Energy (31,72%), Vintage Oil (13,79%) e Shell (4,20%). Opera desde 1994 nos terminais dos portos de Caleta Córdova (cidade de Comodoro Rivadavia, estado de Chubut) e de Caleta Olívía (Santa Cruz). Ambos os terminais recebem o óleo das jazidas da Bacia do Golfo San Jorge, num montante equivalente a 35% da produção de petróleo do país. O petróleo é armazenado e preparado para ser bombeado para navios petroleiros de até 160.000 toneladas, em monoboias distantes a 3.500 metros da costa. Entre 2004 e 2006, o TERMAP S. A. recebia mensalmente um volume aproximado de petróleo cru de 1.250.000 m³ (Lavacca, 2006) (Ver mapa I, II, p. 284).

A Bacia do Golfo San Jorge é uma ampla região localizada na Patagônia central, entre os paralelos 43 e 47 graus de latitude sul. Compreende a região meridional do estado de Chubut, a parte norte do estado de Santa Cruz e grande parte da Plataforma Continental Argentina, abarcando as cidades de Comodoro Rivadavia (Chubut), Caleta Olivia, Cañadón Seco, Pico Truncado e Las Heras (Santa Cruz). Sua área total é estimada em 200.000 km, dos quais 70.000 km (35%) produzem petróleo. Constitui uma região de importante reserva petrolífera, considerada rica quanto à circulação de divisas. No período das grandes mobilizações, a extração era realizada pelas empresas privadas petroleiras, com uma capacidade de 9.600 m³/dia (Lavacca, 2006). Neste estudo, enfatiza-se esse dado, já que os parques terminais dessas empresas

¹ Conhecida e referenciada como a *Playa de Tanques* nas comunidades patagônicas que compõem o Golfo San Jorge. Utilizo a expressão em espanhol.

² REPSOL/YPF é a empresa formada a partir da privatização de YPF em 1992 e nacionalizada em 2012, quando se produziu a expropriação, por parte do Estado, de 51% das ações. A YPF foi fundada como empresa estatal em 1922, e o processo de sua privatização começou em 1989, tornando-se definitivamente privatizada em 1992. Em junho de 1993, suas ações compreendiam: 46 % do setor privado, 20% do Estado Nacional, 12 % dos Estados provinciais, 10% pessoal e 12% do sistema provisional. Entre 1992 e 1999, de forma paulatina, foram sendo vendidas ações dos Estados a entidades privadas. Durante esse período, denomina-se YPF S.A. Em 1999, 98,23% de suas ações foram adquiridas pela (Herrera; Garcia, 2003) e, a , começou a se chamar REPSOL/YPF. Em 2012, produz-se a expropriação por parte do Estado Nacional dos 51% do capital acionário e voltou a ser denominada YPF S.A. Para efeito desta pesquisa, os acontecimentos se desenrolaram no período REPSOL/YPF, e quase todas as referências se vinculam a essa sociedade empresarial.

foram o alvo dos protestos, tanto de desempregados e desempregadas como de empregados públicos e privados.

Na Bacia, Comodoro Rivadavia (Chubut) é a cidade com maior índice de população: aproximadamente 180.000 habitantes em 2010 (Censo Nacional). Em seguida, encontra-se Caleta Olivia, com 51.733 habitantes, Pico Truncado, com 20.889 habitantes e Las Heras, com 17.810 habitantes. Caleta Olivia e Las Heras são as localidades que, entre 2004 e 2006, apresentaram o maior índice de conflitos no país. Como explica Svampa (2006), os protestos, na região, alcançaram grande intensidade entre 2004 e princípios de 2006, resultando na prisão de desempregados piqueteiros e representantes sindicais, assim como na militarização da região, através da presença de tropas da polícia nacional e estadual, a Gendarmería³, e grupos especiais. A pesquisa realizada pelo *Centro de Estudios Nueva Mayoría*⁴ (2008) informa que, durante o ano de 2005, Santa Cruz foi o estado com mais bloqueios de estradas e vias públicas em relação à sua população, já que, tendo só 0,5% dos habitantes do país, concentrou 4,8% dos protestos argentinos, registrando um bloqueio de estrada para cada 3.455 pessoas.

Caleta Olivia, lócus de minha pesquisa, foi o centro de mobilizações intersetoriais e de protestos de trabalhadores petroleiros, trabalhadores do âmbito público, da pesca, desempregados e desempregadas, professores e professoras, com a participação de até 5.000 pessoas. Mais de 200 pessoas – cerca de 0,5 por cento da população – estão sendo processadas por sua participação em protestos e ações coletivas.

A insurgência das trabalhadoras desempregadas se enquadra nesse contexto de mobilizações locais e nacionais pelo trabalho. Nesse cenário de lutas, as mulheres desempregadas patagônicas tiveram uma participação destacada, embora não considerada pelos estudos acadêmicos⁵. Assim ocorre

³ Gendarmería: polícia militar federal responsável pela vigilância das fronteiras, mas que é utilizada pelo Estado Nacional para debelar conflitos sociais, reprimindo violentamente os manifestantes.

⁴ Esta e todas as referências a dados aqui transcritas são de livre tradução da autora, de textos em espanhol.

⁵ Conta-se com um único trabalho de conclusão de curso de pós-graduação de Roldán, Sandra. *Globalización y lucha de las mujeres. El caso de Caleta Olivia*. Trabalho de conclusão do Curso "Globalización y género. Dimensiones económicas, políticas, culturales y sociales. Tensiones, reacciones y propuestas emergentes en América Latina", PRIGEPP-FLACSO, 2006. Em geral a participação das mulheres patagônicas, nos estudos da região, é mencionada de maneira testemunhal.

também com as mulheres dentro do movimento piqueteiro em geral. Posso afirmar que, diante da prolífica produção sobre o movimento de trabalhadores desempregados, existem poucos estudos que incorporem as mulheres em suas análises, a partir de uma perspectiva de gênero. Apesar de alguns autores e autoras fazerem menção à presença numerosa das mulheres, eles não avançam nas análises a partir de uma perspectiva de gênero. Além do mais, observo que são escassos os estudos sobre as ações coletivas realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras desempregadas atuantes na região da Patagônia Central, seja do movimento de desempregados em geral⁶, seja do das mulheres em particular. A maioria dos estudos focaliza o cone urbano bonaerense e a zona considerada como a das origens do movimento de trabalhadores desempregados (Neuquén, Salta e Jujuy). Pouco se conhece sobre a região patagônica central, o Golfo San Jorge.

Por outra parte, posso dizer que os poucos trabalhos escritos com perspectiva de gênero denunciam claramente que, embora as mulheres tenham sido protagonistas e representassem, na maioria das organizações, mais de 70%, a teoria dos movimentos sociais continua a invisibilizá-las. Andújar (2005, p. 2) confirma:

Se bem que tenham sido invisibilizadas pela maioria dos estudos focalizados nos movimentos piqueteiros e seu impacto no devir da história argentina, minha hipótese central é que foram elas que majoritariamente “colocaram o corpo”, enfrentando as normativas demarcatórias da ocupação dos espaços públicos e impugnando, com sua prática, tanto as fronteiras do político como a circulação do poder.

Da mesma maneira, aqueles poucos estudos que tratam sobre as mulheres dentro do movimento⁷ centram-se nas mudanças em seu cotidiano,

⁶ Ver estudos de: Luque, Martinez e Auzoberria. Consolidacion y Crisis Del Capitalismo De Estado En Santa Cruz. Tres Momentos De Conflicto, 2010 disponível em <https://www.facebook.com/pages/CONTRAVIENTO-Grupo-Investigaci%C3%B3n-de-los-Movimientos-Sociales-en-Santa-Cruz/107421355946645?sk=notes>; Martinez e Luque. Impacto De Las Privatizaciones de los '90. La Situación de los trabajadores del Golfo San Jorge. Ponencia presentada en las VIII Jornadas Nacionales y V Latinoamericanas “A 90 años de la Reforma Universitaria, la Universidad Pública: su compromiso con las luchas de los pueblos para construir sociedades justas y solidarias”, 2008, Universidad Nacional de Córdoba, Ciudad Universitaria, Córdoba, Argentina. Disponível em <https://www.facebook.com/pages/CONTRAVIENTO-Grupo-Investigaci%C3%B3n-de-los-Movimientos-Sociales-en-Santa-Cruz/107421355946645?sk=notes>

⁷ Posso citar os estudos de Andújar, Andrea. *De la ruta no nos vamos*: las mujeres piqueteras (1996-2001). Trabalho apresentado na X Jornadas interesuelas, Dep. de Historia, Rosário, 2005;

nas relações conjugais e familiares e nas relações no interior das organizações, não incorporando análises sobre a tensa relação que se estabelece entre elas e o mercado de trabalho, e com o Estado, sobretudo quando os governantes políticos lhes propõem, na maioria das vezes, em lugar do trabalho por elas solicitado, *Programas* sociais, ou a formação de cooperativas. Assim, esses estudos tampouco incorporam a perspectiva de geração e sua vivência no tempo social, nem a relação que elas mantêm com o resto da sociedade, quando interpeladas em seu papel tradicional de mães e de mulheres.

Em consonância, cumpre esclarecer que esta tese não centra sua discussão sobre o movimento de trabalhadores desempregados⁸. Esse não é o objetivo definido. Além do mais, considero que existem inúmeros trabalhos realizados sobre esse ator político, com distintas perspectivas. Busco referências, nesses estudos, para trabalhar meu objeto, já que eles constituem um insumo importante para entender as características e diferenças da mobilização das mulheres desempregadas patagônicas.

Nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir para uma maior compreensão da inserção e da participação da mulher na política, mediante sua incorporação nos movimentos sociais. Procura indagar sobre os grandes significados⁹, as motivações e as consequências dessa atuação em seu

Dominzain, Susana. Entre el voto y el piquete ¿Nuevas prácticas de ciudadanía femenina? Trabalho apresentado na VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Córdoba, 2006; Freytes Frey, Ada; Cross, Cecilia. *La participación de las mujeres en los movimientos piqueteros: el difícil pasaje de la gestión de lo cotidiano al liderazgo político*. Trabalho apresentado na VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Córdoba, 2006; Romeu Mejia, Claudia. Ahora tenemos una voz: transformaciones en la vida cotidiana de mujeres piqueteras en la Provincia de Buenos Aires. In: SIT Study Abroad Movimientos sociales y Derechos Humanos. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <digitalcollections.sit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1289>. Acesso em: 15 jun. 2008. Di Marco, Graciela. Movimientos sociales emergentes en la sociedad argentina y protagonismo de las mujeres. Revista La Aljaba, segunda época, Buenos Aires, v. VIII, p. 15-36, 2003. Di Marco, Graciela. El pueblo Feminista. Movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno a la ciudadanía, Buenos Aires, Biblos, 2011; Gil y De Anso, Maria Laura. De madres y piqueteras: claves para pensar la participación política de mujeres de sectores populares. In: Revista Argentina de Sociología, Año 8 e 9, CPS, IDIS, 2010.

⁸ Neste estudo, preferimos utilizar a expressão "trabalhadores desempregados", e não "piqueteiros", em conformidade com as análises que são realizadas no capítulo I, já que a categoria *piqueteiro* reduz o entendimento do fenômeno estudado, e o separa, analiticamente, dos estudos em torno da noção do trabalho, ao associá-lo, quase exclusivamente, a seu instrumento de luta: o piquete.

⁹ A noção de significado utilizada nesta pesquisa retoma a ênfase dada pela filosofia hermenêutica, para a qual o significado é sempre "significado para" alguém (Gadamer, 2002). A construção do significado da experiência não ocorre de forma isolada, senão a partir de processos interpretativos construídos na vida cotidiana. Necessariamente, ela se constitui por processos de interação e comunicação com os outros (Schutz, 1979). A significação, então,

cotidiano, o impacto da sua presença nos movimentos sociais, a construção de novos sentidos na política e a relação com o Estado na demanda de reivindicações. Especificamente, este estudo centra-se nas “mulheres trabalhadoras desempregadas e mobilizadas” que projetam sua ação no chamado circuito petrolífero do "*flanco norte*" do estado de Santa Cruz, na Patagônia (Argentina), em Caleta Olivia, cidade pertencente à *Bacia do Golfo San Jorge*.

Portanto, esta tese se propõe a analisar, numa perspectiva de gênero, gerações e de classe social, a presença das mulheres na política argentina, com base em sua participação no movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, que teve lugar na bacia petrolífera do golfo San Jorge, durante as tomadas do TERMAP, ocorridas em 2004, e suas repercussões. Constituem seus objetivos específicos:

- Reconstituir e analisar a luta pelo trabalho das mulheres desempregadas da cidade de Caleta Olivia do *Golfo San Jorge*, a fim de conhecer como se constrói a categoria mulher trabalhadora desempregada e mobilizada a partir da experiência cotidiana de participação no movimento.
- Identificar a significância, para as mulheres, de assumirem papéis protagonistas na organização, as modificações em seu cotidiano, as continuidades e rupturas, e a construção da identidade coletiva de gênero, examinando as articulações entre situações macrocontextuais e a decisão de tomar parte no movimento piqueteiro.
- Conhecer as novas sociabilidades que as mulheres adquirem e as aprendizagens que favoreceram a experiência organizativa em suas biografias, bem como o modo como reorganizam os processos da memória, como negociam e como constroem a resistência.
- Analisar características e significações da luta para o movimento de trabalhadores desempregados, com a presença massiva de mulheres, e as marcas deixadas por esse fenômeno na sociedade.

O estudo visa encontrar caminhos que mostrem como se constrói a transição de mulher trabalhadora desempregada para mulher como sujeito

não será tratada de forma isolada, senão no contexto de relações de poder e de suas expressões sociais, políticas e culturais, especificamente a partir dos sentidos que, em cada momento histórico, mobilizem seus protagonistas (Grimberg, 2009)

político. Metodologicamente, a pesquisa trata de recuperar as histórias de vida dessas mulheres em relação às suas trajetórias políticas e laborais, procurando reconstruir o percurso histórico do grupo de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas ali atuantes. Parto do pressuposto de que as interrelações entre as mulheres desempregadas mobilizadas e o Estado, entre a organização de trabalhadores e as mulheres, e entre a sociedade civil e as mulheres desempregadas mobilizadas estão particularmente perpassadas por variáveis de discriminação de gênero e de classe.

As seguintes questões nortearam a pesquisa: De que maneira as mulheres patagônicas participam do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas? Que significados outorgam a suas práticas políticas? Como as mulheres constroem novos espaços de poder? Em que medida elas têm tomado consciência da exploração e da dominação?

Considero oportuno explicar que esta tese dá continuidade e aprofundamento aos estudos iniciados no Mestrado em Ciências Sociais, realizado em maio de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, sob a orientação da Prof^a Ana Alice Alcântara Costa. Na indagação sobre a memória das mulheres políticas sobre a imagem de Eva Perón, a dissertação mostrou a estreita relação entre as mulheres piqueteiras e a figura emblemática de Eva Perón, uma vez que elas se autorreconheciam como as “Novas Evas”. Na intenção de conhecer essa aproximação, deparei-me com o poder simbólico da frase “voltarei e serei milhões”, em alusão à ressignificação que essas mulheres fazem sobre o legado recebido de Eva Perón para a continuidade da luta popular. Aparece, assim, um forte componente de transmissão geracional que tem, nos termos de Bourdieu (1989), eficácia simbólica de ordem. Os estudos de mestrado ressaltavam essas “novas Evas” como lutadoras e “trabalhadoras desempregadas e mobilizadas”, identificadas com a figura de Eva Perón, a partir da sua consciência de classe e de gênero. No momento, elas eram aquelas que militavam nos bairros, fazendo trabalho social e territorial, geralmente mulheres lideranças, que apelavam para formas coletivas de resolver as urgências da sua comunidade e de suas famílias.

Nesta nova proposta, relacionada com minhas origens patagônicas e com o conhecimento e o contato que tenho com as mulheres desempregadas patagônicas, dou maior visibilidade à problemática das mulheres no acesso ao

trabalho e às formas como elas resistem a um destino marcado pela sua exclusão do mercado de trabalho formal. Portanto, esta tese enfatiza as formas de resistência que elas adotaram ante o impacto provocado em suas vidas pelo contexto de desestruturação econômica, o marco que as mobiliza ante a reprodução das desigualdades de classe e de gênero, bem como os significantes que circularam nos embates pelo acesso ao trabalho. Nesse sentido, trata-se de entender como as categorias gênero e classe atravessam particularmente esses processos de luta.

Gênero é uma categoria articuladora e central nas análises realizadas. O conceito adotado nutre-se dos aportes de Joan Scott (1991), entre outras autoras, a qual, na década de 80, o apresenta como uma categoria de análise histórica e relacional, dado que permite desnaturalizar as desigualdades entre os sexos e revelar as construções sociais que estão por trás do processo histórico de construção dos papéis sociais atribuídos tanto a homens como a mulheres. A noção de relacionalidade, impressa no termo, dá conta da transversalidade das relações de gênero na trama das relações sociais inseridas dentro dos diferentes discursos, símbolos e estruturas sociais que cotidianamente constroem e reconstroem os conjuntos de significados sobre os diferenciais de poder entre homens e mulheres. O gênero como categoria histórica, permite encontrar os significados que são atribuídos tanto ao feminino quanto ao masculino, inserindo-nos nos contextos sociais e históricos de sua produção e reprodução. Além dessas importantíssimas contribuições, recupero os aportes de Saffioti (1992, p. 197), segundo a qual essas relações de gênero “travam-se no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados”. Dominação e exploração são, para Saffioti (1992), componentes de uma simbiose da qual participam o patriarcado, o modo de produção e o racismo (patriarcado-capitalismo e racismo). O gênero, nessa perspectiva, permeia absolutamente todas as relações sociais, sejam de classe social, étnicas e geracionais. Sobre esse fundamento, é clara a articulação entre as categorias de análise: gênero, classe e gerações nas relações de poder.

Nos capítulos da tese, aprofundo a análise nas teorias das autoras citadas (Saffioti 1992, Scott, 1991), destacando que as relações de gênero se verificam não só por ser cada um “um corpo no mundo”, mas também pelas atividades

que homens e mulheres realizam, quer dizer, através da divisão sexual do trabalho. Apresento também as análises aprofundadas pelos estudos de Souza Lobo (1991), Kergoat (1996), Hirata (2001/2), Hirata e Kergoat (1994, 2003), entre outras autoras que, articulando a categoria gênero e trabalho, analisam a exploração das mulheres no trabalho e incorporam a noção de diferenças de sexos nas classes trabalhadoras. Utilizo, também, os aportes de Marx e Engels (1989, 2008), Marx (1997) sobre a categoria classe social, entendendo-a determinada historicamente e construída no seu antagonismo, na sua luta, bem como as análises de Thompson (1987, p. 9-11) e suas contribuições, ao incorporarem aos estudos sobre a classe em movimento de Marx a noção de experiência e os processos subjetivos de constituição da consciência de classe. Com Thompson (1987) e com Marx e Engels (2008), entendo as classes se construindo nas relações e, na luta, se descobrindo como classe. Essa perspectiva abre, particularmente, a possibilidade de entender a luta das mulheres desempregadas como luta de classes no contexto das lutas do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas argentinas, descobrindo-se como classe e como gênero.

Priorizo, neste estudo, a articulação de categorias de análise, já que reconheço a relevância da compreensão de como os atravessamentos entre gênero, classe, raça ou etnia e geração influenciam os processos vividos pelos grupos sociais e indivíduos. Recuperar a articulação das categorias de análise me conduz a olhar para a diversidade, romper com a intenção de colocar rigidez nessas dimensões sociais e me insta a pensá-las num contexto de plena relacionalidade (Macedo, 2001).

A articulação, portanto, compreende as categorias gênero, classe e gerações. A categoria geração irrompe na pesquisa com todo o seu esplendor a partir dos dados coletados. Concordamos com Britto da Motta (1999, p. 207) que gênero e idade ou geração são dimensões fundantes de análise da vida social¹⁰, pois elas “expressam relações básicas por onde se (entre) tecem subjetividades, identidades e se traçam trajetórias”. No intuito de atingir os

¹⁰ Cabe assinalar aqui, como diz a autora (Britto Da Motta, 2010), que se vem tentando, nos estudos teóricos, na pesquisa e na militância, a articulação ou a interseção da categoria gênero com algumas outras dimensões relacionais, principalmente raça e classe; porém se continua ignorando o par conceitual idade e geração como parte dessa dinâmica, apesar de, nos últimos anos, os estudos sobre gerações terem demonstrado a relevância que essa categoria tem no contexto social.

debates sobre gerações, apelo aos aportes de Mannheim (1928, p. 137), para quem geração "nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição, que compreende grupos de idade mergulhados num processo histórico social" em si; quando contemporâneos, semelhantes "localizados" participam de um destino comum e das ideias e conceitos que, de algum modo, estão ligados a seu desenrolar de vida, ao experimentarem os mesmos acontecimentos, a mesma fase do processo coletivo, e "estas experiências caírem sobre uma consciência semelhantemente *estratificada*".

Resgato, também, os aportes dos estudos de gênero em relação ao trabalho com a questão das diferenças dentro de cada um dos sexos: não existe mulher: existem as mulheres, em condições e em posições diferentes. Assim, analiso a vida das mulheres considerando suas experiências, diferenças étnicas, diferenças de idade, de classe, de nacionalidade, diversidade sexual, e como isso repercute em sistemas de discriminações.

Por último, na pesquisa, realizo um esforço teórico de integrar as categorias de análise *trabalho* e *movimentos sociais*. Para isso apoio-me nas discussões de Galvão (2011), Stratta e Barrera (2009), Marro (2009) e Amorim (2010) autoras e autores que recuperam as análises de classe social e movimentos sociais a partir da perspectiva marxista, sobretudo para poder entender a luta das mulheres desempregadas como uma luta de classe.

Parto do entendimento de que o movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, como expressa Mirza (2006), é um dos novos movimentos sociais latino-americanos que irrompe no cenário político e social da República Argentina na década de 1990, em estreita relação com as profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais produzidas pela aplicação de políticas de ajuste exigidas pelo "Consenso de Washington" aos países em vias de desenvolvimento ou endividados para adequar suas economias às exigências do novo padrão de desenvolvimento econômico e político do capitalismo. Medidas destinadas a reestruturar o Estado, reduzindo-o e tornando-o flexível aos ditames do mercado financeiro, compreenderam, sobretudo, a redução do gasto público, a privatização de empresas públicas, a abertura do mercado interno para produtos estrangeiros, a modificação do sistema jurídico laboral e de seguridade social, o controle da mão de obra por meio da flexibilização das relações de trabalho, a transferência dos serviços

sociais e educativos para as províncias, entre outras, além das que apontavam a modificação das políticas inerentes ao Estado de Bem-Estar que se queria destruir.

Nesse contexto, a Argentina alcançou índices de desemprego, subemprego e precarização laboral nunca antes vivenciados. Entre outubro de 1991 e outubro de 2000, as taxas de desemprego aumentaram de 5 para 15%. As taxas de desemprego chegaram, em outubro de 2001, a 18,5%. Os índices mais altos de desemprego foram registrados em maio de 2002, quando o INDEC (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos) revelou que a taxa de desemprego era de 21,5%, o que significava que existiam 3 milhões de pessoas sem emprego. Os estudos mostram que o desemprego atingiu especialmente as mulheres, particularmente mulheres jovens. As taxas de desemprego feminino duplicaram, de 6.9% a 16.3% em 1990, para ascender a 17.9% em 2001 (Bonder; Rosenfeld, 2004, p. 24, 25). Paradoxalmente, como explica a maioria das autoras (Cerrutti, 2002; Bonder; Rosenfeld, 2004), em contexto de crise, as mulheres adotam uma atitude ativa de sair para trabalhar, no papel de “trabalhadora adicional” ao trabalho do parceiro, ou substituindo-o quando do seu desemprego. Porém, tais determinações adquiriram, num contexto nacional e regional de inusitada deterioração e falta total de emprego, traços distintivos dignos de serem reconhecidos: homens e mulheres, ambos desempregados indignados, assumiram, na conjuntura histórica, resistências aos embates do neoliberalismo, ressignificando velhas estratégias de lutas para a demanda de trabalho. Primeiro, reconheceram-se como trabalhadores e trabalhadoras “excluídos” do mercado laboral, por força da nova ordem capitalista que se queria instalar, e, paralelamente, denunciaram o embate das novas relações de forças para instalar a hegemonia neoliberal.

Para Svampa e Pandolfi (2004, p. 286), o movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, conhecido como movimento piqueteiro “encarna, sem dúvida, a expressão de resistência de maior novidade contra o modelo neoliberal”. Se bem que existam distintas linhas de análise do fenômeno de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, todos os autores concordam que o ponto de partida de seus protestos é o pedido de retorno ao “*trabalho genuíno*”, e a crítica à desarticulação do mundo do trabalho formal, cuja origem retrata as rebeliões produzidas na década de 90 nas cidades de:

Santiago del Estero, em 1993; Cutral-Có e Plaza Huincul (Neuquén), em junho de 1996 e abril de 1997; Tartagal e General Mosconi (Salta), em maio de 1997; e Jujuy em maio de 1997. Tais protestos foram se estendendo ao longo do país. Assim, em todo o país, a importância dos protestos piqueteiros evidencia-se, por um lado, por dar grande visibilidade pública à situação de milhares de pessoas argentinas desempregadas e em estado de extrema pobreza, e, por outro, também mostra a rearticulação dos grupos numa teia de relações sociais solidárias e políticas que operaram e operam na base (o bairro) e que resistem através da luta coletiva, instaurando uma nova forma de fazer política, fenômeno que explico nos capítulos seguintes. Nessa teia de relações, entendo que as mulheres constroem poder político.

Entendo, ainda, que o quadro de desestruturação do trabalho que se abre na Argentina a partir do processo de reestruturação produtiva e o quadro de mobilizações territoriais e lutas surgido como resistência ao modelo que queria se implantar tiveram consequências profundas na rebelião das mulheres de Caleta Olivia e na construção das identidades de luta. Este estudo mostra que as mulheres se rebelaram ante a falta de trabalho e as condições de trabalho existentes, a partir de sua condição e posição de classe e de gênero, e saíram para a rua para politizar essa situação de “exclusão”. É nesse processo que elas constroem novos interesses, novas ideias, novas práticas, novas subjetividades.

Na região patagônica, o desemprego e o fenômeno da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras desempregadas foram influenciados pela privatização do YPF em 1992. Especificamente em Caleta Olivia, o desemprego, que sempre se tinha mantido abaixo de 5%, em 1993, alcançou 15,3%, e, em 2002, alcançou o 28,1 % (D’Amelio et al., 2005). É em 1996 que também aparecem os primeiros registros de rebeliões e as primeiras lembranças de participação das mulheres, como trabalhadoras desempregadas, nessas lutas. A reestruturação neoliberal afetou, de maneira singular, a região do golfo San Jorge, particularmente nas cidades comumente chamadas “petroleiras”. Assim, o primeiro embate sentido por essas comunidades foi a privatização do YPF, fenômeno que se inicia a partir de 1989. Como assinala Salvia (1999), YPF constituía não só a principal geradora

de emprego, mas também um agente dinamizador das comunidades “enclave”¹¹.

Sem dúvida, o fato histórico das tomadas de TERMAP, no norte de Santa Cruz, no ano 2004, constitui um dos momentos que marcam uma ruptura, com a identificação de uma marca feminina nessa luta. Trata-se de mulheres que, demandando emprego, levam adiante uma ação histórica. Não se tratava, pois – como aconteceu no lustro anterior –, de demanda dos trabalhadores por melhorias salariais ou condições de trabalho, senão de mulheres que, rompendo com os preconceitos e desígnios da classe, se constituíam como um sujeito capaz de desenvolver o poder de demanda e a organização na luta.

As mulheres de Caleta Olivia, denominadas também “mulheres em luta”, cobravam visibilidade no cenário político no ano 2004. A Argentina tinha passado pelas políticas de ajuste, e sua população transitava por mudanças político-econômicas, com grande aperto e com movimentos de resistência. Tinha também transitado pela crise de 2001, a maior crise econômica e política vivida no país, e encontrava-se no primeiro ano de governo de Nestor Kirchner, como presidente da Nação, com os primeiros impactos na região pela recomposição do modelo produtivo. Nesse marco, irrompe a rebelião das mulheres. A pergunta contextual que me guia é: o que aconteceu nesse período para que as mulheres fossem a maioria que reivindica trabalho, quando tudo parecia voltar à normalidade? Por que isso aconteceu justamente no momento em que os homens iam se reintegrando às empresas petroleiras ou às empresas de serviços petroleiros? Nos capítulos seguintes, essas questões serão abordadas.

O percurso percorrido nesta pesquisa é do presente para o passado, recuperando as histórias de lutas das mulheres que participaram do fenômeno. São mulheres que hoje, após 11 anos, se encontram transitando por diferentes agrupamentos sociais e políticos. No caminho para a identificação dessas mulheres, contatos acadêmicos permitiram minha aproximação de uma das

¹¹ Enclave: utilizo a categoria *enclave*, do autor Salvia (1997), para dar conta da especificidade econômica e social, Refere-se a um tipo de formação que se constitui em uma organização produtiva com características sociopolíticas e econômicas particulares. Implica também um sistema de relações sociais assalariadas. O conceito tem duas dimensões: a econômica (estrutura setorial, relações sociais, técnicas de produção e vínculos com o Estado e a economia nacional e mundial) e a social (estrutura social de trabalho, organização política e sindical, diferenças e hierarquias sociais, vida comunitária). Ambas existem e se entrecruzam no enclave. Essa categoria me permite identificar as atividades produtivas na Patagônia como economias de enclave petroleiro e suas implicações nas subjetividades analisadas nos próximos capítulos.

lideranças (Lia), que, desde o primeiro momento, exerceu o papel de mediadora entre mim e as mulheres. No trabalho realizado, deparei-me com vicissitudes, tal como aponta Jelin (2005, p. 72), quanto ao estudo dos movimentos sociais, o que implica trabalhar “... com processos fluidos, com limites que mudam permanentemente, com atores que vão se formando e transformando-se, com cenários e marcos interpretativos sempre em processo de (re) construção”. Por isso, deve-se ter em conta que à dificuldade analítica agregam-se dificuldades empíricas, às quais se somam a fluidez do tempo e do espaço. Esse aspecto, que pude constatar *in situ*, levou-me à modificação das unidades de análise. Originalmente tinha iniciado com o plano de pesquisar quatro grupos piqueteiros de duas cidades patagônicas (Pico Truncado e Caleta Olivia) e, dentro deles, identificar as mulheres. Mas, finalmente, propus-me, então, a capturar os processos vivenciados pelas mulheres que atuaram na cidade de Caleta Olivia nas tomadas das Plantas TERMAP no ano 2004.

É claro que isso também trouxe alguns inconvenientes, pois, hoje, o antigo grupo de lutas encontra-se subdividido em vários outros grupos. Algumas, as “porta-vozes”, escolheram associar-se a partidos políticos e à representatividade sindical, e outras permanecem afastadas do campo político. Entre as que optaram por partidos, as tensões entre os distintos partidos impedem contato entre elas ou criam sentimentos de desconfiança. Observam-se também distintos âmbitos de inserção laboral: algumas dentro de empresas de serviços criadas a partir das intensas e contínuas reivindicações; ou dentro da Prefeitura ou no Ministério de Educação como zeladoras; e outras inseridas em cooperativas. Mas existem aquelas outras, em menor número, que continuam desempregadas, dependendo de programas sociais. Contudo, todas resgatam a importância que a luta teve e ainda tem em suas vidas.

Optei pela realização de entrevistas em profundidade, adotando a metodologia de *histórias de vida*, especificamente sob a forma de relato de vida. As histórias de vida constituem um relato das experiências de uma pessoa ao longo do tempo, incluindo uma seleção consciente e inconsciente de lembranças de acontecimentos ou situações das quais ela participou direta ou indiretamente, além de sua interpretação mediada pelas experiências posteriores. Quando esses relatos de vida são focalizados especificamente na temática de interesse central do pesquisador, como é o caso desta pesquisa,

verifica-se a presença do que Giacarra e Bidaseca (2004, p.16) chamam “relatos de vida”, os quais, embora possam abarcar a amplitude de toda a experiência de vida de uma pessoa, centram-se em um aspecto particular de sua experiência. Nessa metodologia, como é em meu caso, aplica-se um modelo de entrevista a um número variável de pessoas que tenham transitado pela mesma experiência.

Os relatos das lutas têm enorme importância para esta pesquisa, dado que os sentidos atribuídos pelas pessoas aos acontecimentos vitais pelos quais têm transitado permitem vislumbrar um mundo de significações e de sentidos individuais atribuídos à experiência, no contexto social em que ela se realiza. Trata-se de uma via para transcender o particular e construir um saber sobre o social. Com esse tipo de trabalho de campo, dá-se importância aos sujeitos que tecem suas próprias interpretações dos acontecimentos e podem narrá-los, representando-os através de expressões diferentes e até, às vezes, contraditórias em relação a distintos sujeitos. Sendo assim, verifica-se a presença de sujeitos ativos e informados (Giacarra; Bidaseca, 2004, p. 36, 37). Afilio-me a essas linhas metodológicas que centram os estudos na reconstrução social a partir do ponto de vista do ator, nos significados construídos socialmente, ou nas relações microssociais das quais os sujeitos fazem parte (Sautu, 2004). Nesse processo, como pesquisadora, realizo um esforço de compreensão e interpretação dos relatos. A apreensão desse modo de olhar constitui o eixo central desta tese, pois sua meta principal é revelar as interpretações subjetivas das protagonistas, tratando de descobrir como constroem seu próprio mundo e como se entretém a experiência individual com a realidade histórica (Sautu, 2004). O leitor encontrará, no texto da tese, as falas das mulheres, num contexto experiencial, com as interpretações nativas próprias delas e minha interpretação, compreensão ou tradução como pesquisadora.

Feitos esses esclarecimentos metodológicos que guiaram meu caminho, declaro que, na tese, busco compreender como as mulheres, na condição de sujeitos, dão sentido à sua própria experiência de luta, e como efetivamente se apropriam dos conjuntos de ideias, crenças e práticas, mergulhando em microprocessos da experiência, mas, sobretudo, nos macroprocessos sociais que constituem essa experiência e que, ao mesmo tempo, são por ela constituídos.

Entendo que a categoria *experiência* é fundamental neste estudo, já recuperada por Thompson quando propõe a noção de classe. Para Britto da Motta (1999), a noção de experiência convoca a pensar similitudes e diferenças de vivências no interior de cada categoria social e permite, de acordo as palavras de Souza Lobo (1991, p. 73), “articular trajetórias e representações das operárias, quebrando a dicotomia objetividade-subjetividade”.

Na busca de ferramentas que permitam dar conta da opressão vivida pelas mulheres, as teóricas feministas têm realizado a crítica às ciências que, sob um positivismo dominante, impuseram a suposta existência de um sujeito cognoscente e um objeto conhecido que constituem, por um lado, dois entes separados entre si, como discorre De Barbieri (1998). Por outro lado, ambas instâncias aparecem como assexuadas (ou não atravessadas pela categoria gênero), como podemos observar em reiterados estudos sobre o movimento de trabalhadores desempregados. Além de as ciências não tomarem o sexo como variável, o positivismo coloca a exigência da distância entre o investigador e o investigado. Uma das grandes contribuições do feminismo à ciência tem sido a profunda crítica aos paradigmas dominantes, que tomam o arquétipo do homem ocidental como ponto de referência universal e colocam as mulheres na posição do “outro”, subalterno, desigual e (ou) tornado invisível. A crítica feminista ao “androcentrismo” também se tem estendido à visão dominante de “igualdade”, entendendo que, quando se fala de igualdade dos sexos, também, se cai na invisibilidade da diferença ou do direito a tratamento diferenciado pelas especificidades femininas.

Então, a orientação do texto está fortemente condicionada pelo tema, que faz parte do argumento e de minhas orientações epistemológicas e disciplinares. A intenção é que, à medida que recuperar algumas trajetórias, possa também recuperar a história de luta do grupo. O leitor se encontrará, também, fazendo um esforço da memória, recuperando as distintas histórias, que podem parecer individuais ou pessoais, mas são entendidas, principalmente, como coletivas.

Dado que trabalho com histórias de vida, e elas compreendem a reconstrução do passado imediato, a noção de memória é primordial neste estudo. Jelin (2002, p. 2) nos convoca a:

... primeiro, entender a memória como processo subjetivo, ancorado em experiências e em marcas simbólicas e materiais. Segundo,

reconhecer às memórias como objeto de disputas, conflitos e lutas, enquadrados em relações de poder. Terceiro, historiar a memória, ou seja, reconhecer que existem mudanças nos sentidos sobre o passado, assim como o lugar assinalado à memória em diferentes sociedades, climas culturais, espaços de lutas políticas e ideológicas.

Esses três sentidos dados pela autora (Jelin, 2002) ao conceito de memória são fundamentais para esta pesquisa. A memória permite reconstruir o passado através de percepções impregnadas das conotações do presente, espaço onde múltiplas pertencas se articulam. Jelin (2005) projeta seus estudos sobre a memória para a compreensão da relação entre movimentos sociais e memória, proposta interessante para este estudo. Como foi visto, esse espaço de múltiplas pertencas é também um espaço de múltiplas temporalidades que convergem em continuidades históricas. Tratar-se-ia, então, no fundo, para a autora, “de olhar as distintas ‘durações’ históricas e os aconteceres pessoais e biográficos contidos nos fenômenos sociais”. Isso implicaria entender a relação existente entre a biografia pessoal, atravessada por experiências vitais, e a aprendizagem, com os fenômenos sociais.

Para capturar esses processos, utilizei os seguintes procedimentos metodológicos:

a) Levantamento e análise de material bibliográfico sobre as temáticas.

b) Entrevistas em profundidade com homens e mulheres piqueteiras.

Foram registrados e analisados dados referentes às suas histórias de vida, no esforço de identificar, na reconstrução das trajetórias políticas e laborais, elementos objetivos e subjetivos, e reconstruir a história de luta do grupo. As histórias de vida permitem encontrar o significado social dos eventos relatados (Thompson, 1992). As histórias e trajetórias construídas a partir dessa metodologia não pretendem reconstruir a história passada, senão a história como é percebida pelos autores (as).

c) Entrevistas grupais, na modalidade denominada de grupo focais, com o objetivo de reconstruir a história das lutas.

d) Entrevistas a informantes chaves.

e) Análise de documentos, atas, fichas de filiação, entre outros.

f) Análise do material de imprensa, dos boletins, panfletos e outros materiais impressos produzidos pelo movimento piqueteiro, os quais ajudaram a compreender os significados dominantes e a orientação política que circulavam em torno do objeto.

No processo de encontros e reencontros com as mulheres piqueteiras, tenho-me deparado com suas realidades dolorosas, suas lutas, suas resistências, esperanças e decepções frente ao mundo do trabalho e ao mundo político. A falta de acesso a condições dignas de trabalho continua sendo uma realidade que as oprime. Por isso, nos primeiros contatos que deram origem a este projeto, surgiu o pedido explícito feito pelas trabalhadoras, que me propuseram: “Escreva, senhora, o que nos acontece”.

Além da pesquisa sociológica, entendo que existe, para o pesquisador, um dever ético e político de desnaturalizar esses eventos que discriminam, excluem e exploram as camadas mais pobres da população e, em especial, as mulheres. Alio-me à proposta de Mies (1998), de substituir a investigação que concebe um espectador contemplativo por outra que supõe envolvimento ativo em ações emancipatórias e a integração da investigação aos movimentos sociais. Para essa autora, o desafio é tomar a vida real como ponto de partida, tanto na sua dimensão subjetiva concreta como em suas implicações sociais (Mies, 1998, p. 73). Isso implica introduzir a categoria “experiência” como fundamental na construção de uma teoria e uma metodologia que deem conta da subordinação das mulheres, quebrando a dicotomia entre pensamento e ação, entre ciência e política. Nesse sentido, como categoria teórica, o gênero apoia-se numa epistemologia feminista, que busca fazer inteligível a voz das mulheres, recuperar os “saberes localizados”, e, por outro lado, descrever, de acordo com as palavras de Marta Lamas (1997), como a simbolização da diferença sexual opera nas práticas, nos discursos e nas representações culturais.

No primeiro capítulo, apresento a pesquisa percorrendo os principais eixos teóricos e metodológicos, fazendo clara alusão ao processo de instalação do neoliberalismo na Argentina e às suas consequências econômicas, políticas e sociais na sociedade em geral, e, especialmente, nas mulheres e na mobilização do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas.

No segundo capítulo, reconstruo – a partir das análises das falas das mulheres entrevistadas, de informantes-chave, de matérias dos jornais e textos acadêmicos produzidos na região – a luta de desempregados e desempregadas patagônicos no contexto sócio-histórico argentino e regional durante a década de 90, alcançando o ano de 2003. Este capítulo mostra as

primeiras participações das mulheres desempregadas nas lutas da região após a implantação da reestruturação produtiva. As falas recuperadas neste capítulo pertencem a mulheres lideranças, mães das jovens que protagonizaram as tomadas de 2004.

No terceiro capítulo, apresento as tomadas de TERMAP de 2004, únicas na história patagônica, feitas por mulheres. Pelo impacto que provocaram naquele momento, as mulheres apareceram com maior visibilidade na mídia, apesar de, com o tempo, ficarem no esquecimento. Para isso, parto das análises dos relatos no sentido da reconstrução da memória histórica das filhas (no sentido amplo da palavra). Nesse capítulo, coloco a ênfase nos distintos âmbitos de discriminação e violência vivenciadas pelas mulheres, argumentando que, à medida em que as mulheres permaneciam em luta, os níveis de violência estatal e paraestatal aumentaram, com o propósito de deter essas manifestações. Analiso desde a discriminação no acesso ao trabalho até a repressão nos corpos.

No quarto capítulo, desenvolvo distintos aspectos que aparecem na luta das mulheres, centrados nas lutas do cotidiano, discutindo sua saída para o âmbito público, sua participação política e os sentidos que essa participação adquire para elas. Analiso, com a luta das mulheres, que continua dentro do âmbito laboral, mesmo após a conquista de trabalho, sua voz e suas relações primárias como elementos de coesão de sua ação política, além de uma aproximação da subjetividade do ser mulher na Patagônia.

No quinto capítulo, analiso a luta das mulheres no sentido de uma geração que se prepara para uma luta no campo político nas novas relações capitalistas de exploração. Um caminho para outras lutas: recupero a solidariedade geracional de mães a filhas.

Por último, nas considerações finais, retomo os eixos significativos que estruturam a tese.

1 ALGUMAS DEFINIÇÕES TEÓRICO- METODOLÓGICAS

Antes de aprofundar o tema, considero fundamental apresentar algumas reflexões em torno do processo empreendido na pesquisa e as discussões teóricas fundamentais para as análises da luta das mulheres. Nesse sentido, este capítulo apresenta o contexto metodológico-conceitual desta tese.

1.1. Delineando a pesquisa

A aproximação com as mulheres desempregadas mobilizadas da Patagônia foi, na realidade, parte de um processo que começou muito tempo antes, quando realizei uma palestra, em 2007, sobre os resultados obtidos na minha pesquisa de mestrado. Nessa apresentação, que tratava sobre a simbolização de Eva Perón e a relação com as mulheres piqueteiras, convidei Marcela, referência das mulheres que tomaram Termap em 2004, através de sua advogada, para compartilhar o espaço de exposição. Nessa ocasião, também convidei mulheres desempregadas do MTD Anibal Verón Comodoro Rivadavia, com as quais mantinha uma relação de confiança, compondo uma mesa de debates que teve importante assistência de público. Pouco tempo depois, iniciei minhas primeiras entrevistas sobre as mulheres de Comodoro Rivadavia, para começar a reconstruir sua luta contra o desemprego na cidade de Comodoro. Sobre essas primeiras aproximações, apresentei um trabalho ressaltando a importante participação das mulheres nas comissões e as distintas estratégias que utilizavam para alcançar os objetivos traçados: o acorrentamento, a ocupação do *Instituto Municipal de Empleo y Producción* (IMEP), a decisão de se atear fogo¹². Com o motivo de realizar um curso sobre gênero em Pico Truncado, fiz contato com essas mulheres, que tinham realizado a ocupação da prefeitura em 2005. Num primeiro momento, a opção foi integrar as duas lutas – a de Pico Truncado e a de Caleta Olivia –, mas, devido ao tempo disponível e ao objetivo que defini, optei por priorizar o estudo das tomadas em Caleta Olivia, pelo impacto que esse fenômeno produziu tanto na região como no âmbito nacional. Além do mais, o aprofundamento dos

¹² Díaz, Martha Susana. Movimientos Sociales en Patagonia y el papel de la mujer: Significaciones e ideas fuerzas, en Actas I Jornadas de Investigación en Ciencias Sociales. Soc. Fac. de Humanidades y Ciencias Sociales. UNPSJB, 2007

dados me permitiria uma introdução no mundo da construção das subjetividades.

Entre abril de 2012 e março de 2014, realizei a aproximação com as mulheres de Caleta Olivia, através de Lia. Quero salientar que, nesse processo de aproximação, desde os primeiros encontros, foi-se esboçando um quadro que me surpreendeu: preparada para fazer entrevistas em profundidade às mulheres em suas moradias, encontrei-me, de pronto, com uma reunião de cinco pessoas organizadas por Lia. Foram realizadas três reuniões, em que foi contada a história das lutas que levaram a cabo. O narrar, então, era um ato coletivo, uma forma de reeditar o passado e lhe dar um sentido, uma leitura diferente da experiência vivida. Como diz Jelin (2011), é a construção de um sentido do passado, com certa coerência dada pelas ressignificações do presente: importa, simultaneamente, aproximar-se e distanciar-se desse passado. Do ponto de vista metodológico, era uma entrevista grupal para buscar a memória do grupo? Era um grupo focal com a perspectiva de reconstrução da história das lutas? Finalmente, deixei essas indagações que não me levavam a resposta alguma naquele momento, e decidi me entregar a esse fluxo que aparecia frente a mim, como pesquisadora, e que estava relacionado, entendo, às experiências acumuladas pelas mulheres no fragor das lutas levadas adiante por elas, fonte inesgotável de aprendizagem. Essa fluidez adquirida, acredito, era parte dessas aprendizagens. Lia convocava, em minha presença, pelo telefone, as ex-integrantes, lembrava nomes, procurava os telefones, chamava todas para, simultaneamente, compartilhar a mesa de reconstrução histórica. E diferentes integrantes, ativistas, iam aparecendo, povoando de múltiplas vozes o espaço, entrando e saindo. Eram pessoas, trazendo aportes, corrigindo, lembrando. Na realidade o que aconteceu, entendi no final da redação da tese, foi simplesmente uma reprodução, em âmbito micro, do que aconteceu na organização do grupo durante as lutas: como elas se agrupavam, se interconectavam em redes para estabelecer a luta.

A primeira reunião foi realizada em casa de Guada, dado que eram mães e filhas me contando, e eu decidi ali que colocaria um título "de mães a filhas", porque esse fato foi revelador, já na primeira reunião, dessa relação intergeracional, marcada pelos vínculos primários. Na segunda reunião, feita na

casa de Sara, apareceram outras integrantes com seus filhos, para compartilhar suas experiências no grupo. Começo, aí, a identificar as singularidades que a organização do movimento tomou em Caleta Olivia. A terceira foi feita à noite, em casa de Enrica, e ali participaram membros da família e Lia.

O trabalho com as mulheres foi completado com entrevistas em profundidade, enquadradas como relatos de vida, com foco nas lutas, nos endereços das dez mulheres, todas feitas em suas moradias, o que significou, em vários momentos, contar com a presença de suas filhas e seus filhos, além dos parceiros, que se somavam ao relato. Realizei, também, entrevistas com jornalistas, capacitadoras, equipes de pesquisa da Universidade Nacional da Patagônia Austral, Unidade Acadêmica Caleta Olivia (UNPA UACO), além da análise de matérias do jornal de maior tiragem da região (*Diário Crónica*) do ano 2004 e matérias *on line* (1999 a 2010), até esgotar por saturação a extração de dados para a pesquisa. Nesse processo de encontros, reencontrei-me com Marcela e conheci sua família, sua mãe, seus irmãos e suas irmãs. Assim, descobri que, para entender o que tinha acontecido em 2004, tinha de me reportar ao passado, e Norma era a informante qualificada, escolhida pelo grupo para me proporcionar essa narrativa das mulheres, apoiada pelas outras (suas filhas e filhas da amiga Lia). O campo foi, assim, guiando esta pesquisa. A família, os vínculos, o cotidiano, a solidariedade entre as gerações e o processo de lutas foram se revelando majestosamente, em termos de reconstrução histórica e de ressignificações atuais. As categorias *luta*, *repressão* e *trabalho digno*, nasceram das palavras-chave trazidas pelas mulheres. Elas marcaram um repertório conceptual que orientou minha abordagem teórica, o que chamo de "contexto conceitual", nos termos de Mendizábal (2012)¹³.

A respeito dos dados e da importante contribuição de Lia, soube, tempo depois, que, cada vez que ela solicitava às mulheres que se encontrassem comigo, ressaltava a importância de dar essa entrevista para que ficasse escrita a luta que tinham levado adiante. Espero honrar, com esta tese, esse

¹³ De acordo com Mendizábal (2012), o contexto conceitual se diferencia do marco teórico no sentido de ser elaborado em desenhos de pesquisas qualitativas de corte flexíveis, em que os conceitos buscam não restringir, *a priori*, a realidade, como acontece com desenhos estruturados. Os conceitos dão luz à pesquisa e se vão construindo e reconstruindo durante todo o processo de pesquisa.

pedido que me enobrece. Quero esclarecer também que todas elas (as entrevistadas) tiveram de responder a processos judiciais por sua participação nas tomadas e nos bloqueios de estradas, sob argumentos fundados na repressão e no disciplinamento.

A vida cotidiana está constituída, fundamentalmente, por rotinas, comportamentos habituais, e não reflexivos do dia a dia, apreendidos e repetidos. Eles estão incorporados de maneira singular em cada pessoa (forma de vestir, de cumprimentar), mas existem outros acontecimentos que produzem quebras nessas rotinas e envolvem os sujeitos de maneira diferente, quando estão em jogo afetos e sentimentos, impulsionando-os à reflexão e a busca de sentido. Esse compromisso afetivo é o que torna esses acontecimentos memoráveis. O acontecimento cobra uma vigência associada às emoções e aos afetos e expressa em forma de narrativa (Jelin, 2011). É disso que trata esta pesquisa.

1. 2 De velhos e novos movimentos sociais

1.2.1 Primeiras discussões

Desde a década de 1960, o tema dos movimentos sociais tem se constituído num importante campo de estudo e de discussões acadêmicas, atraindo a atenção de pesquisadores, pesquisadoras e militantes. Esses estudos vieram a se diferenciar das tradicionais teorias dos movimentos sociais de base marxista, focadas nas lutas operárias. Autores como Eder (2001) e Gohn (2002) entendem que esse impulso deveu-se, em grande medida, ao fato de as ferramentas analíticas existentes mostrarem-se insuficientes para explicar os processos de mobilização emergentes. Segundo a maioria dos pesquisadores, foram as experiências estudantis, feministas, pacifistas, do movimento negro, dos direitos civis, entre outras, as que provocaram a necessidade de reflexão seguindo novas perspectivas sobre as formas de ação coletiva e os conflitos sociais que apareciam como “novidade”, em comparação com o paradigma tradicional de explicação dos movimentos sociais.

Por sua vez, esses movimentos foram reconhecidos como “novos movimentos”, porque traziam uma série de novidades dentro do campo político, social e cultural, emergindo como um novo ator, que se expressava na esfera

pública com novas práticas transformadoras, com novas linguagens, com novas formas e culturas de organização, e como um novo paradigma de existência social ligado ao cotidiano das suas representações. Esses movimentos, considerados como movimentos que lutam por mais justiça e por mais direitos, expressam diferentes narrativas, diferentes imaginários na solução dos problemas. São definidos pelos autores como práticas coletivas nas quais interesses, normas e valores determinam o resultado da ação coletiva (Eder, 2001; Sader, 1988, Gohn, 2002; Melucci, 1989; Touraine, 1988). Marcam o surgimento de um campo empírico aberto a novas indagações, especialmente no campo da sociologia política. Entre elas, podemos citar a teoria da mobilização de recursos (Mc Adam, Mc Carthy e Zald, 1999), a sociologia da ação (Touraine, 1988), o paradigma da identidade (Melucci, 1989) e os estudos centrados no processo político (Tarrow, 2009), entre outros.

A teoria da mobilização dos recursos aporta uma interpretação das ações coletivas apoiada em explicações comportamentalistas organizacionais e na priorização dos recursos (humanos, financeiros e de infraestrutura) disponíveis nos movimentos sociais, identificando uma série de variáveis de análise importantes, tais como as oportunidades políticas para as ações coletivas e o grau de organização dos grupos demandantes. A mobilização política – representada pela prolífica produção de Tarrow (2009, p. 27) – contribui para os estudos dos movimentos sociais, e para esta tese com o conceito de “confronto político”, entendendo-o como aquele que surge nas oportunidades e restrições políticas. Dentro do processo de confronto, o autor resgata a noção de “ciclos de confrontos” da ação ou latência dos movimentos sociais, conceitos que são constituídos por quatro elementos centrais, oportunidades e restrições políticas, repertórios, redes e marcos referenciais, conceitos fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos.

A teoria dos chamados "novos movimentos sociais", surgida particularmente na Europa, teve grande acolhida na Argentina e em países da América Latina. Seu representante, Touraine (1988), apoiado na concepção do sujeito ator e do sujeito de sua história, explica que esses movimentos sociais não buscam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas tratam de “mudar a vida”, defender os direitos do

homem, assim como o direito à vida, para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais. Para Touraine (1988), o sujeito é dinâmico, produtor de reivindicações e demandas; isso o separa das teorias marxistas, por concebê-lo além dos papéis ocupados no sistema de produção. Por sua vez, Melucci (1989), da corrente italiana, fundador da teoria da identidade coletiva¹⁴, autor também altamente considerado nos estudos acadêmicos argentinos, destaca o processo de construção de identidades nos processos de participação em um movimento social, no qual, os sujeitos têm como função anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. Eles têm uma crescente função simbólica, e pode-se falar de uma função profética, pois aparecem como nova mídia, lutando por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Melucci (1989) prefere falar de “redes de movimento ou de áreas de movimento”, isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Essa identidade não inclui apenas as organizações formais, mas também a rede de relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área mais ampla de participantes. A característica de um movimento é o progressivo engajamento dos cidadãos e a mobilização em torno de valores e de identidade cultural, conduzindo a uma crítica às instituições e aos padrões e ideologias dominantes.

Gohn (2002) propõe algumas dimensões de análise dos movimentos sociais que são ferramentas úteis no momento de aprofundá-los: identidade coletiva e autonomia, demanda e repertórios de ação coletiva, composição, princípio articulatório interno, força social, ideologia, cultura política, organização, práticas e projeto, opositores, conquistas e derrotas. Svampa (2007) levanta as variáveis ancoragem territorial, *ethos* militante, formas de democracia direta, ação direta convencional não disruptiva, novo internacionalismo e demanda de autonomia. Todas essas dimensões são importantes para a compreensão do movimento de trabalhadores desempregados como movimento social; a elas recorrem a maioria dos autores que aprofundaram seus estudos sobre o

¹⁴ Para Melucci (1994, p.172,173), "identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por vários indivíduos e que concerne às orientações de ação e ao âmbito de oportunidades e restrições em que tem lugar a ação". Por interativa e compartilhada entende "uma definição que deve se conceber como um processo, porque se constrói e negocia através da ativação repetida das relações que unem os indivíduos".

conhecimento da mobilização dos trabalhadores desempregados e a elas recorrerei para analisar os confrontos das mulheres patagônicas.

Segundo Domingues (2007), a América Latina contemporânea tem fornecido o cenário propício para a emergência e a multiplicação dos movimentos sociais forjados nos diferentes períodos. Esses movimentos mostram-se, de acordo com as palavras de Domingues (2007), na maioria das vezes, como inovadores, ou, ao menos, diferentes daqueles que aconteceram em períodos anteriores, já que constroem uma nova “cultura política”, fruto da luta pela democracia e do pluralismo. Destacam-se a luta pelos Direitos Humanos e contra a ditadura em países como Chile, Argentina e Uruguai, a recuperação dos valores da etnicidade em países como Bolívia e México (a politização das identidades étnicas) e a luta ambiental. Scherer Warren, (2008, p. 505) esclarece que eles se produzem “no coração de sistemas sociais altamente excludentes, com profundas desigualdades sociais e com práticas discriminatórias em relação a uma parcela considerável de seus habitantes”. Para Paoli e Silva Telles (2000, p.114), “Reconhecer esse campo democrático em construção significa reconhecer que, no cenário dos dilemas atuais, a luta pelos direitos circunscreve um campo de conflito, que é também de disputa pelos sentidos em torno das temáticas: modernidade, cidadania e democracia”. Por outro lado, como assinala Sader (1988, p.142,143), os movimentos sociais tomaram e desdobraram as questões postas por seus cotidianos. Os sujeitos envolvidos “elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas”, que devem ser entendidas como modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significados.

Duas questões são focalizadas para Domingues (2007) como novidade dentro dos novos movimentos sociais: a defesa de uma “política da autonomia” e o papel dos novos movimentos religiosos nos processos de constituição dos movimentos sociais, a exemplo da Bolívia. Posso afirmar, com o autor, que essa diversidade está presente na cartografia dos movimentos sociais latino-americanos. Coincidentemente, Santos (2001) explica que, na América Latina, as bases dos movimentos sociais são mais heterogêneas que as apresentadas pelos autores europeus. Essa complexidade impede de se pensar em uma única definição e em uma única perspectiva de análise desses movimentos. O

que podemos observar, nessas discussões, é que os movimentos de protesto já não seriam para resolver as problemáticas fundamentais da exploração da classe operaria, mas pela inclusão ou defesa de direitos de distintos sujeitos excluídos, marginais ou ativistas. Essa inclusão requer ajustes no sistema, que deve ser reformado, mas não transformado.

Resgatamos de Zibechi (2003a, p. 186) que os movimentos com presença significativa na América Latina apresentam, apesar das diferenças espaciais e temporais que caracterizam seu desenvolvimento, alguns traços comuns, tais como: a) uma tendência à territorialização e à reconfiguração do espaço como “resposta estratégica à crise da velha territorialidade da fábrica e da fazenda”; b) uma busca de autonomia tanto em relação aos estados como frente aos partidos políticos; 3) um trabalho pela revalorização da cultura e a afirmação da identidade sob uma política que integra diferenças étnicas e de gênero; 4) capacidade para formar seus próprios intelectuais; 5) um novo papel das mulheres e o papel destacado que elas ocupam nas organizações sociais; 6) organização do trabalho baseada em relações igualitárias (horizontalidade) e vinculadas a novas relações técnicas de produção não alienantes nem depredadoras do meio ambiente; 7) formas de ação coletiva, através de ocupações, tomadas de espaços e bloqueios. A construção da territorialidade é o traço diferenciador dos movimentos sociais latino-americanos.

1.2.2 O movimento de trabalhadores desempregados na literatura

A emergência do movimento de trabalhadores desempregados é compreendida a partir de diferentes perspectivas de análise. Em alguns estudos, ela é interpretada como a emergência de "novas identidades culturais" (Svampa; Pereyra, 2003, 2005; Barbeta; Bidaseca, 2004), como uma demanda para ingressar no sistema capitalista (Tenti Fanfani, 1993, p. 266), como rebeliões populares (Carrera; Cotarelo, 2000), ou como uma grande frente insurgente opositora, um grande movimento contra o capitalismo neoliberal (Cotarelo, 2000). Os protestos do movimento também foram analisados como parte de um repertório de ações coletivas de índole contenciosa e intencional, de visibilidade pública, caracterizado por ações de demandas especialmente direcionadas ao Estado (Schuster; Pereyra, 2001; Schuster, 2005). As abundantes investigações indagaram se esses processos sociais possibilitaram

novas formas de organização, novas construções identitárias, novas formas de confrontação, ou eram a continuidade das lutas operárias.

Assim, retomando a produção acadêmica argentina sobre o movimento de trabalhadores desempregados, apresento os traços mais destacados pelos autores e autoras consultados, ainda que com alguns ou algumas tenhamos diferenças de interpretação. Essas diferenças serão trabalhadas, em princípio, neste capítulo e, posteriormente, nos capítulos II e III. A seguir, apresentamos uma síntese, à guisa de introdução, dos aspectos relevantes a serem considerados.

Emergência do movimento

O movimento de trabalhadores desempregados (MTD) irrompe na cena política com toda sua força como um ator social que coloca em evidência que algo anda mal na sociedade. É portador de uma mensagem e torna visível o "novo" sujeito político: o trabalhador desempregado e a trabalhadora desempregada, ambos mobilizados como "portadores de um projeto de mudança e de resistência ao neoliberalismo (Svampa e Pereyra, 2003, Freytes Frey e Cross 2006). Sua revelação traz desafios importantes ao Estado, mas também à própria práxis dos movimentos sociais e sindicais (Dirnestein, 2013, p. 69). A maioria dos autores concorda que o movimento adquiriu visibilidade na década de 90 e apareceu como consequência das grandes transformações vividas na Argentina, com a introdução, na década de 1970, durante a última ditadura militar, dos princípios do capitalismo neoliberal e sua consolidação num projeto hegemônico durante o governo de Carlos Saul Menem (1989-1999), que atuou de maneira depredadora sobre as classes trabalhadoras. As consequências desse processo foram o aumento das taxas de desemprego, o subemprego, a política de privatizações, a queda do salário, a flexibilização¹⁵ e

¹⁵ "Acumulação flexível" é o termo cunhado por Harvey (2001) para explicar a flexibilização das relações de trabalho, em suas mais variadas formas, como base de sustentação e ajuste às novas exigências do mercado. De acordo com Druck e Franco (2009, p.225, 226), a acumulação flexível pode ser entendida como uma "nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela hegemonia da lógica financeira, que subsume a lógica produtiva do capital". Nas relações no trabalho, implica políticas de gestão baseadas no toyotismo, cujo objetivo principal é "a racionalização do uso da força de trabalho, visando a ganhos de produtividade e redução de custos".

a precarização laboral¹⁶, a desestruturação dos sindicatos, a desindustrialização, o descontentamento com as lideranças políticas e sindicais, entre outras. Esse conjunto constituiu uma mistura explosiva que detonou, emergindo um movimento de confrontação¹⁷, integrado por esses trabalhadores "expulsos" do mercado de trabalho e por aqueles que vislumbram um futuro de incertezas ante a possibilidade da perda do emprego. Os trabalhadores e trabalhadoras se defrontaram, ademais, abruptamente, com um mercado de trabalho que requeria perfis cada vez mais qualificados, com uma modificação da legislação em matéria de contratos de trabalho, adaptada às exigências da flexibilização das relações laborais, com as restrições ao direito de greve e a redução da capacidade de negociação das organizações sindicais.

Em 1993, no estado de Santiago del Estero, produzem-se os primeiros levantamentos, conhecidos como "Santiagoñazo"¹⁸, a partir dos quais se inaugura um processo de crescimento dos protestos massivos que convocaram famílias completas, trabalhadores empregados e ex-trabalhadores. Entre os anos de 1996 e 1997, registram-se as grandes mobilizações nas cidades patagônicas e petrolíferas de Cutral C6 e Plaza Huincul (Estado de Neuqu6n), e do norte de Tartagal e General Mosconi (Estado de Salta), que consistiram em prolongados e massivos bloqueios de estradas ou piquetes, promovidos sobretudo pelos trabalhadores petroleiros demitidos da empresa nacional em processo de privatizaç6o, a Yacimientos Petrol6feros Fiscais (YPF), contra essa pol6tica de privatizaç6es e demiss6es. Os primeiros a se manifestarem foram denominados como os *fogoneros*¹⁹, at6 converterem-se, a partir das

¹⁶ Entende-se por precarizaç6o social a conceptualizaç6o recuperada por Druck (2007, p. 19) como "um processo em que se instala – econ6mica, social e politicamente – uma institucionalizaç6o da flexibilizaç6o e da precarizaç6o moderna do trabalho."

¹⁷ Prefiro utilizar o termo confronto, em conson6ncia com o sentido que a palavra *confronto* assume na l6ngua portuguesa, como "enfrentamento", ao tempo em que *protesto* significa "queixar-se em voz alta; clamar, bradar. Levantar-se, insurgir-se, rebelar-se". Essa distinç6o leva imediatamente ao racioc6nio segundo o qual o protesto n6o gera necessariamente um resultado de aç6o e reaç6o violentas, enquanto do confronto se deve esperar contenda, luta, ataque. Esse sentido, portanto, 6 mais adequado a meu atual campo de pesquisa.

¹⁸ O santiagueñazo 6 reconhecido como a *pueblada* que derrubou o poder pol6tico do Estado de Santiago em dezembro 1993 e que definiu as lutas oper6rias de toda a d6cada. Caracterizou-se pela destruiç6o das sedes das instituiç6es do poder pol6tico provincial – a Casa de Governo, a Legislatura, o Poder Judicial – e as vivendas de pol6ticos e donos de empresas, tanto oficialistas como opositores (OVIEDO, 2001).

¹⁹ Fogoneros 6 a designaç6o daqueles que passavam toda a noite e mantinham acesas as fogueiras dos piquetes

expressões utilizadas pela mídia, em *piqueteiros*, em alusão ao piquete – bloqueio de estradas que utilizavam como manifestação. Essas demandas e estratégias de lutas foram se propagando do interior do país para Buenos Aires (epicentro econômico e político), articulando-se com as provenientes de grupos de desempregados do cone-urbano bonaerense²⁰, em protestos nascidos, segundo Svampa e Pereyra (2003, 2005), do processo de desindustrialização e empobrecimento crescente das zonas urbanas bonaerenses e do descontentamento com as classes dirigentes. Do Interior para o centro bonaerense, o movimento se expandiu por todo o país, combinando altos níveis de mobilização com intervenção social nos bairros, foi dando origem à ação territorial do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas e, dessa maneira, politizaram e visibilizaram a questão do desemprego (Dirnestein, 2013, p. 69).

Heterogeneidade do movimento

Concordo que o movimento se encontra atravessado pela multiplicidade de grupos e de atores diversos distribuídos em todo o território nacional, correspondentes a diferentes linhas político-ideológicas. Em relação a isso, e a partir dos estudos de Svampa e Pereyra (2003, p. 154), ele é reconhecido como o “movimento de movimentos”, já que integra organizações que provêm do trabalho territorial, de partidos políticos e do campo sindical. São organizações que adotam posições diferentes com relação ao poder, à representação e a respeito da característica da luta (Barbeta; Bidaseca, 2004). “Essas diferenças foram visíveis no Congresso Piqueteiro Nacional levado a cabo em 2001, com o objetivo de tentar a unidade do movimento que finalizou distanciando algumas organizações presentes.” (Svampa; Pereyra, 2005). A aceitação e a ressignificação dos *programas* sociais também constituiu o eixo de diferenças entre diversas organizações.²¹ Em seu início, foram reconhecidos quatro grandes

²⁰ Segundo dados de EPH (Encuesta Permanente de Hogares) de maio de 2002, a pobreza chegou ao cone urbano bonaerense num percentual de 60,5 %, com um máximo de 65,1% no chamado “cordón” que compreende os bairros de Admirante Brown, Esteban Echeverria, Berazategui, Quilmes, Moreno, Merlo, Florencio Varela, Jose C Paz, Malvinas Argentina, San Miguel, Tigre e a Matanza (Lobato; Suriano, 2003).

²¹ A resposta do Estado às demandas piqueteiras foi o lançamento, em 1996, do “Programa Traballar”. Trata-se de um programa de subsídios ao desemprego, que tinha como contrapartida a contraprestação laboral de quatro horas diárias. Esse programa foi repassado aos estados provinciais, cujos governadores decidiam a que prefeituras enviariam os fundos.

blocos: 1) *Federación por la Tierra y la Vivienda* (FTV), afiliada à Central de Trabajadores Argentinos (CTA); 2) *Corriente Clasista y Combativa* (CCC), braço sindical e piqueteiro do Partido Comunista Revolucionário (PCR); 3) *Bloque Nacional Piqueteiro*, integrado pelo *Polo Obrero* (dependente do *Partido Obrero*)²², o *Movimiento Territorial de Liberación*, vinculado ao Partido Comunista, o *Movimiento Independiente de Jubilados y Pensionistas* e o *Movimiento Teresa Rodriguez*; 4) A Coordenadoria Anibal Verón²³. Svampa e Pereyra decidem categorizá-las, de acordo com a dimensão política da ação coletiva, em três linhas: a vinculada ao sindicalismo não oficial (FTV, CCC), à política radical de esquerda (MTD Teresa Rodriguez, Polo Obrero, MTL, MIJD) e

Foi reformulado no ano 2002, através do decreto 565/02, quando passou a se chamar “Programa Jefes y jefas de Hogares Desocupados” (PJJHD), com uma renda que, nesse momento, não chegava a cem dólares mensais. Com essa política de governo, o repasse de subsídios passou a ocupar o centro das negociações entre o Estado e os movimentos piqueteiros. Em muitas organizações piqueteiras, esses *Programas* foram reconvertidos em ações destinadas a dar cobertura às necessidades mais urgentes dos vizinhos desempregados do bairro, através de “comedores populares”, hortas comunitárias, microempreendimentos produtivos. Para Svampa e Pereyra (2005) os programas favoreceram o crescimento das organizações, pois eles permitiram o engajamento territorial e a visibilidade política através das passeatas. O movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, desde sua criação, teve de negociar com os diferentes governos a concessão dos *Programas*. A interpretação do papel dos Programas e da função que cumpriram e cumprem dentro das relações políticas tem sido controversa. Alguns autores destacam os critérios clientelistas dos programas (Auyero, 2004); outros, entre eles Dirnestein (2013), da equipe Herramienta, destacam a reinvenção dos programas sociais por parte dos piqueteiros, que teve lugar com, contra e mais além do Estado. Isso significou a elaboração de novas conceituações que ultrapassam a categoria de trabalho. Algumas organizações, como o MTD de Solano e o MTD *La Juanita*, não aceitaram os programas e colocaram a ênfase na articulação com outras organizações para se abastecer, o que fez com que fossem considerados os “piqueteiros bons”, que não faziam bloqueios, não reclamavam programas (Di Marco, 2011). Para todos os efeitos, será utilizado o termo *programa* para dar conta dessas respostas estatais, salvo nas falas, nas quais se manterá a referência em idioma espanhol (*planes*), dado que, nas entrevistas, salvo o PRENO, pelo impacto que tiveram na região, o que explicaremos no Capítulo II, não há identificação clara do tipo de programa ao qual se faz referência, pois o uso cotidiano é *planes*.

²² Dado que o movimento de Caleta Olivia se vincula com o Partido Obrero, explico que esse é um partido de enorme importância na estruturação do movimento piqueteiro na linha denominada por vários autores como “os duros”. É um partido de esquerda, de origem trotskista e com um perfil combativo. Concebe o Estado como agente a serviço dos setores dominantes, propondo a convocatória a “uma assembleia geral constituinte” que permita instaurar um “governo operário”. O Partido Obrero deu origem ao Polo Obrero, seu braço sindical, que se soma à luta dos trabalhadores desempregados nos finais de 2001 em âmbito nacional, e, em 2002, instala-se na Patagônia Central.

²³ Em 1998, a rede de bairros adota o nome de FTV, e se propõe três eixos de trabalho: 1) a problemática da moradia; 2) a problemática da terra; e 3) a problemática dos pobres urbanos e desempregados; adere à CTA e se instala nos bairros. Em 1998, a CCC começou a organizar grupos de desempregados. A Coordenadoria Anibal Verón trabalha em torno da educação popular e proclama sua autonomia. Em algumas zonas, surgiu a partir do trabalho das comunidades eclesiais de base, e foi assim denominada em memória do piqueteiro morto no estado de Salta em fins do ano 2001. Separou-se do Movimento Teresa Rodriguez. O MTD Solano e Lanus se inspiraram no zapatismo e nas teorias da esquerda referenciados nos aportes de Toni Negri e Michel Hardt e na do contrapoder, elaborada por John Holloway (Di Marco, 2011)

uma linha minoritária, constituída por grupos autônomos, que colocam ênfase no trabalho territorial (MTD e Coordenadoria Anibal Verón). Se bem que existam as diferentes linhas e a constituição de diferentes organizações²⁴, o movimento, em si, tem se constituído em um elemento aglutinador dos desempregados e desempregadas que compartilham um repertório de ações comuns, interesses centrados na recuperação do emprego, o desenvolvimento de uma estratégia de cooperação entre as diferentes linhas e a luta contra o modelo neoliberal (Mirza, 2006). Para Svampa e Pereyra (2003), a análise dessa heterogeneidade implica entender, também, a existência de uma tripla diferenciação: a) social, pelas diferenças entre trajetórias e experiências sociais e políticas dos integrantes, provenientes de distintas tradições organizativas; b) de gênero, devido à numerosa participação das mulheres; e ainda c) geracional, pela grande quantidade de jovens que constituem uma parte importante das bases sociais das organizações. Cavalcante (2009) propõe uma classificação considerando dois momentos políticos: o primeiro vai da segunda metade do governo Menem à entrada de Kirchner no governo -1996-2003-; o segundo desde o governo Kirchner até os dias atuais. O primeiro momento, como vimos, ficou marcado pelo descontentamento dos setores empobrecidos e desempregados com os representantes políticos, que se manifestou na presença deste movimento na rebelião popular de dezembro de 2001 que culminou com a renúncia do então presidente Fernando de la Rúa.

Entre 2001-2002, as organizações piqueteiras tiveram uma participação destacada na denuncia do modelo neoliberal. A partir de 2003, o governo de Néstor Kirchner importou um realinhamento das organizações piqueteiras em relação aos seus posicionamentos diante deste. As políticas instauradas por este governo estiveram voltadas para a cooptação das organizações piqueteiras e repressão ou abandono das organizações não alinhadas ao governo, as organizações piqueteiras serão consideradas, segundo explica Cavalcante (2009) como: a) kichneristas b) os autonomistas c) os brandos e os d) os duros²⁵.

²⁴ Utilizo a palavra "organizações" para dar conta das distintas conformações do MTD.

²⁵ Para Cavalcante (2009), a) os "kirchneristas" seriam aqueles piqueteiros diretamente ligados ao governo Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernandez (2008-2015). Apresentam um caráter nacionalista, fortemente populistas. Eles são FTV, Barrios de Pie. MTD Evita, b) "autonomistas" caracterizam-se pelas críticas que fazem às organizações tradicionais: os partidos e sindicatos. Consideram que as lutas pela emancipação humana devem ter por

Inscrição territorial do movimento e reconfiguração do espaço físico

Desenha-se um novo cenário para os conflitos: o piquete já não se faz na fábrica, senão nas estradas, com o intuito de parar a circulação de mercadorias, e é acompanhado por práticas inscritas nos bairros pobres para dar respostas a necessidades concretas e urgências dos "excluídos" do mercado de trabalho. Há um traslado do conflito.

O princípio da horizontalidade e a autogestão

Os movimentos buscam construir uma lógica de organização ancorada em formas não hierárquicas, fundadas num princípio de horizontalidade: as decisões nascem das deliberações em assembleias populares e por consenso. O piquete, como estratégia de luta reivindicatória, é norteador da vida das organizações. O outro pilar organizativo, segundo resgatam a maioria dos autores, assentou-se no trabalho de autogestionário no bairro, a partir da reutilização dos programas, por parte de algumas organizações. Criaram-se microempreendimentos, com a autogestão da própria cotidianidade, nos *comedores populares*²⁶, nas hortas comunitárias e padarias, o que favoreceu o

objetivo maior a construção de novas relações sociais, e assim, de novas subjetividades. Elevam como princípios a horizontalidade, autonomia, democracia direta e independência de partidos e sindicatos. c) os "brandos" aqueles que fazem críticas ao atual governo, porém, não diretamente ao modo de produção capitalista, d) os "duros" apresentam um discurso crítico ao sistema capitalista, que aponta para a sua superação a partir da conquista do poder pelas classes trabalhadoras. Segundo explicam Svampa e Pereyra (2005, p. 357), a política de Nestor Kirchner foi de aproximação às organizações de teor justicialista e de distanciamento em relação a outras de teor combativo. A partir de 2005 vários dirigentes piqueteiros da FTV são convocados para ocupar cargos dentro do governo, especialmente em Secretarias ligadas à ação social e comunitária a nível nacional e estadual, na Chancelaria, entre outras (Svampa, 2008). Esse fato contribuiu para acrescentar as discussões dentro do movimento entre as distintas organizações. Como resultado disto, após 2005 se pode observar uma divisão do movimento em três grandes configurações: as agrupações denominadas populistas ou kirchneristas, as ligadas aos partidos de esquerda e as denominadas autônomas. Essas agrupações de matriz justicialistas foram as que estabeleceram laços com o governo kirchnerista, desenvolvendo uma forte expectativa de reconstrução do Estado nacional e na conformação de um polo latino-americano; entre elas encontra-se a FTV, a organização Barrios de Pie e outros grupos pequenos (Svampa; Pereyra, 2005). Mas por outro lado, gestou-se a oposição e mobilização das outras vertentes ligadas à esquerda partidária e independente.

²⁶ Os *comedores populares* são lugares de distribuição de comida já preparada para pessoas consideradas de maior vulnerabilidade social: adultos desempregados, crianças, mulheres ou velhos pertencentes a famílias desempregadas, com o objetivo de cobrir as necessidades básicas de alimentação desses grupos. Geralmente se encontram localizados em unidades de base: bairros, escolas, igrejas, entre outros. As famílias podem se aproximar e almoçar neles ou retirar porções de comida; optar por uma ou outra alternativa depende da perspectiva de cada organização de trabalhadores desempregados. Os restaurantes populares piqueteiros tomam a forma atual de distribuição de comida, com o objetivo de, além de saciar a fome,

estabelecimento do sentido da solidariedade através do aprofundamento dos laços dentro das próprias comunidades e com outras organizações sociais (Svampa; Pereyra, 2005; Freytes Frey; Cross, 2007, p. 77). Acentuo que essa forma autogestionária surge, sobretudo, no cone urbano bonaerense.²⁷

A autonomia

Os movimentos perseguem a desejada “autonomia”, tanto do Estado como dos partidos políticos e dos sindicatos. O surgimento dessa demanda está relacionado à oposição dos desempregados aos sindicatos nucleados na CGT, que não se opuseram às reformas e, ao contrario, negociaram com o governo a sua sobrevivência material e política. Dentro da CGT, em 1991, os sindicatos se separaram, formando uma nova central sindical, a CTA (de funcionários públicos, ATE e docentes, CTERA, entre outros) sendo essa a única oposição sindical às reformas econômicas neoliberais (Svampa; Pereyra, 2005). No Congresso Nacional da CTA em 2002, ela se declarou organização sindical de trabalhadores empregados e desempregados.²⁸ Conseqüentemente, sua estratégia foi a de se articular com as organizações existentes nos bairros.

Diversos estudos põem em evidência as tensões entre os piqueteiros e os *punteros*²⁹, que cumpriam, até 1999, o papel de distribuição dos *programas* nos bairros; os piqueteiros buscaram se diferenciarem dos *punteros* políticos.

fomentar a organização e a participação da força nos bairros. Como estratégia de resolução dos problemas sociais, os restaurantes populares, durante décadas, estão presentes nos espaços populares da Argentina (Díaz, 2005)

²⁷ A maioria dos estudos do MTD refere-se às organizações de Buenos Aires. No interior do país, viveu-se outra realidade, como será visto nos capítulos III e IV, de referência à região patagônica.

²⁸ Segundo os estatutos, seus princípios são a) afiliação direta; b) eleições diretas; c) autonomia dos grupos econômicos, dos partidos e dos governos. Pela primeira vez, os trabalhadores e as trabalhadoras tinham a possibilidade, na Argentina, de se afiliar e escolher livremente seus representantes sindicais.

²⁹ *Punteros* é a denominação atribuída aos dirigentes de bairros geralmente “arrendados” pelos partidos políticos ou o braço dos partidos. Durante o governo de Menem, eram os encarregados da distribuição dos Programas (que eram administrados pelas prefeituras) e de todo tipo de assistência proveniente do governo. O *puntero* é visto, na atualidade, como um gestor social: consegue colchões, materiais, e até subsídios, a partir de sua proximidade com funcionários públicos, para os que colaboram durante as campanhas políticas. Isso vincula sua existência a um sistema clientelista, pois as adesões que recebem determinam sua ascensão política, e são premiados geralmente com um posto político (Quiros, 2006). No Brasil, eles podem ser entendidos como uma versão contemporânea do sindicalista pelego (Fernandes, 2011).

Porém é preciso destacar que, apesar de algumas organizações defenderem sua autonomia em alto grau, outras mantêm um laço com a força política sob a qual surgiram. Os vínculos de aproximação de umas e de distanciamento de outras do Estado determinavam quais seriam as organizações beneficiadas com apoio econômico e quais não o seriam. Segundo Gomez (2006), na relação entre o Estado e os movimentos sociais, o Estado ensaia distintas respostas em forma de rechaço ou reconhecimento; de concessões e não concessões. Desde que se iniciaram os conflitos por demanda de trabalho, na década de 90, o Estado foi respondendo de diferentes maneiras: por um lado elaborando estratégias de contenção do conflito através da distribuição cada vez mais massiva dos *programas* sociais e da estimulação de cooperativas de trabalhos, por outro, reforçou seu sistema repressivo institucional apontando ao controle dos conflitos sociais, através da repressão e a criminalização dos grupos sociais mais mobilizados e contestatórios ao governo. Com a assunção de Kirchner à presidência (2003- 2008) se produz a integração e cooptação dos movimentos afins, num processo que derivou na institucionalização das organizações sociais e a incorporação de seus dirigentes ao governo, sobretudo de organismos ligados à ação social e comunitária e de direitos humanos, mas por outro lado a partir de 2004 a gestão de Kirchner muda o tipo de relacionamento que vinha tendo como os movimentos piqueteiros que se oponham e lutavam por manter sua autonomia. De certa tolerância no primeiro ano de presidência, passa à repressão, contando em varias oportunidades com o apoio da opinião pública e de comunicadores sociais (Svampa; Pandolfi, 2004; Gomez, 2006). A repressão do conflito social tem sido acompanhada por um processo de judicialização do protesto e de estigmatização mediática. Em Argentina se elevam a mais de 4 mil os processamentos (Svampa, 2006).

Construção de uma identidade coletiva

O termo trabalhador desempregado mobilizado ou piqueteiro surge com potencialidade política: é aquele que se atreve a desconhecer o poder local e, na ação, construir poder. A mídia foi quem começou a chamá-los de piqueteiros, associando sua ação ao piquete; com o tempo, os próprios trabalhadores adotaram o nome e o ressignificaram. Ser piqueteiro implica o deslocamento de uma posição de trabalhador ocupado (identidade dos trabalhadores, plasmada

nos tempos do Estado de Bem-Estar) a trabalhador desempregado (produto do processo de reestruturação produtiva), e daí a piqueteiro (termo associado à noção de luta). Esse processo implica dar historicidade a um projeto político, a uma identidade política emergente de um conflito que tem como desenlace uma operação subjetiva, a politização da subjetividade, isto é, a aparição do antagonismo e a definição de um adversário (Barbeta; Bidaseca, 2004, p. 69). Alguns autores aludem à configuração “trabalhador desempregado” como um novo sujeito de mudanças, um sujeito político, o que produz uma revisão das tradicionais concepções dessa categoria – o desempregado como desfilhado, excluído, portador de uma carência – frente a esse novo acontecimento. Entretanto, consideramos que a simples autodenominação de trabalhadores desempregados, que poderia parecer contraditória em si mesma, constitui uma metáfora breve e suficientemente clara em significação: assumir-se como trabalhador ainda que esteja desempregado (Campioni; Rajland, 2006). Por isso, cabe esclarecer que nem todo trabalhador ou trabalhadora argentina é piqueteiro, e nem todo piqueteiro, nascido das lutas da década de 1990, é desempregado ou desempregada; também, dentro das fileiras, somam-se outros participantes, estudantes, intelectuais e militantes sociais.

Formação política de seus integrantes

Foram criados espaços destinados a formar os integrantes, de acordo com o projeto político de cada organização (Freytes Frey; Cross, 2007). Essa formação promove a inserção dos indivíduos, que passam a se sentir parte da sociedade política e experimentam novas subjetividades.

A participação das mulheres no movimento piqueteiro.

A maioria das autoras (Andújar, 2005; Díaz, 2006; Romeu, 2008) registram a ampla participação das mulheres no movimento, tanto quantitativamente – numa porcentagem entre 70% e, às vezes, 80%–, como na qualidade de sua presença e na participação nas atividades. Andújar (2005) caracteriza como “impactante” a presença delas nos primeiros bloqueios de estradas, e diz que sua ativa participação tem sido essencial tanto nas origens do movimento piqueteiro, como nos impulsos que ele teve posteriormente. Embora essa participação seja altamente valorizada no seio das organizações,

em geral são poucas as mulheres que alcançam posições de direção e de representação no movimento (Di Marco, 2003). Para a maioria das autoras, discriminações e estereótipos de gênero atravessam essas relações dentro das organizações, pois, além de não desempenharem cargos ou funções na primeira linha de gestão, muitas delas realizam atividades relativas a cuidados, como fazer a comida, realizar a limpeza, ou ainda atuar em microempreendimentos como padarias, entre outras atividades consideradas próprias ou como extensão do âmbito doméstico.

Dessa maneira, discriminações e estereótipos de gênero atravessam essas relações dentro das organizações, pela reprodução dos princípios que mantém essas desigualdades de gênero. Na pesquisa realizada em 2003 com as mulheres piqueteiras da FTV La Boca, observei diferentes maneiras de construção desse processo de participação, distinguindo: a) aquelas mulheres que ingressam sem conhecimento político, adquirem certo grau de empoderamento, revisando seu lugar social de mulher, porém não participam dos cargos diretivos. Estas compõem o grupo majoritário das mulheres piqueteiras (as bases); b) aquelas que ingressam sem conhecimento político, realizam um processo de empoderamento que as encoraja a ocupar cargos de condução, sobretudo como delegadas ou coordenadoras de comissões de trabalho, c) aquelas que já traziam uma militância política, social, de participação em diferentes associações e partidos, e que dentro da organização piqueteira ocupam cargos de condução, porém elas compõem a segunda linha de condução, são o grupo minoritário (Diaz, 2006)

O declínio do movimento

Autores destacam que o declínio se inicia a partir do 2003, apesar da continuidade do nível de mobilizações. Com o governo de Kirchner, que avança na recuperação econômica e promove estratégias de aproximação ou repressão das organizações sociais, o movimento piqueteiro começa a perder seu poder de convocatória, e as contradições, no seu interior, foram se aprofundando e distanciando umas das outras. Os agrupamentos considerados mais combativos, opostos ao governo de Kirchner, continuaram com demandas e reivindicações. No entanto, o movimento foi perdendo paulatinamente o protagonismo do início.

1.3 O contexto de aparecimento do movimento.

Como já foi visto, a maioria dos autores concordam que o movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas emerge num contexto de implementação, na Argentina, das denominadas “políticas de ajuste” e de “reestruturação do Estado” exigidas no marco do Consenso de Washington, pelo FMI e o BIRD, aos países periféricos ou que, como a Argentina, se encontravam em um processo de franco endividamento. O pacote compreendia uma serie de medidas exigidas pela comunidade financeira, que demandavam, em linhas gerais, a estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação, em alguns casos dolarização e sobrevalorização das moedas nacionais), “reformas estruturais”, com redução do papel do Estado na economia, privatização de empresas e serviços estatais, liberação financeira e comercial, e abertura das economias à competição num mundo globalizado, o que implicava o estímulo às importações.

Na realidade, essas transformações não eram mais que uma nova reestruturação do capitalismo ante o esgotamento do modelo fordista-keynesiano e do Estado de Bem-Estar nos países capitalistas centrais. O novo quadro implicou uma redefinição das relações econômicas, políticas e sociais, agora centradas no capital financeiro,³⁰ Introduzidas na Argentina, na década de 1970, pela ditadura militar, essas ideias neoliberais encontraram uma ampla difusão e aceitação, tornando-se hegemônicas. Como expressa Druck (1996), essas ideias neoliberais expressam o “culto ao mercado”, que, ao se tornar hegemônico, consegue impregnar quase toda a sociedade, alterando os padrões de cooperação e solidariedade do tecido social. Assim, estimula-se o individualismo, favorece-se a concorrência, elevam-se as leis do mercado e as “coisas” à condição de sujeitos soberanos. Difunde-se uma visão privatista da sociedade, a partir da qual se questiona tudo que é público, e se defende essa ordem de coisas como se fosse a única possível e o fim último. Nesse sentido,

³⁰ O período que antecedeu essa crise caracterizou-se, nos países capitalistas centrais, pela expansão de um padrão de acumulação, por um desenvolvimento acompanhado por taxas de crescimento relativamente altas e pela implantação de um Estado de Bem-Estar Social (Harvey, 2001), medidas colocadas em prática a partir da depressão de 1929. Esse quadro se consolida na Argentina no pós-guerra, com a incorporação de relações de inspiração keynesiana.

os trabalhadores e trabalhadoras organizadas, ainda que tardiamente, resistiram a esse poder *destrutivo*.

A busca de soluções para a crise fordista inicia-se com o processo de reestruturação produtiva³¹, movimento que vai se apoiar na adoção da base tecnológica de novas políticas de gestão e organização do trabalho, fundadas na “cultura da qualidade” e numa estratégia patronal que visa a cooptar e a neutralizar todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores. Na Argentina, essas transformações vieram acompanhadas por uma política de repressão e disciplinamento social, com a implantação do Terrorismo de Estado entre 1976-1983, o que causou o desaparecimento de 30.000 pessoas de todos os ramos de atividades: operários, sindicalistas, estudantes, políticos, intelectuais, jornalistas, religiosos, artistas, entre outros, assim como familiares das vítimas, cometendo-se o mais terrível genocídio. A repressão foi fundamental para implementar a política econômica e social, a fim de propiciar a instalação do novo modelo produtivo. Essa discussão me leva a tratar de entender o papel que o Estado assumiu nesse processo. Longe de ser um Estado reduzido à sua mínima expressão, será, nos termos de Netto (2011), um Estado maximizado a serviço do capital, de seus interesses e de seus representantes. O Estado é entendido como o lócus privilegiado de poder e dominação política, onde o poder tem fundamento preciso na divisão de classes e na exploração de uma sobre a outra (Poulantzas, 2000, p. 126). Nas palavras de Gramsci (2000), o Estado é mediador nessa luta de classes, porém é o espaço onde as classes dominantes reproduzem as condições de sua dominação e obtêm consenso para isso. Nesse sentido, ante a hegemonia das ideias neoliberais, o Estado mediador entre as classes sociais, nos termos gramscianos, aparece “fetichizado”, como cenário neutro onde se dirimem os

³¹ Druck (1996, p. 29) entende que reestruturação produtiva e neoliberalismo são movimentos de conteúdo e caráter diferentes. "O neoliberalismo é um projeto político e econômico e constitui o arcabouço ideológico ideal para consolidar a reestruturação produtiva no contexto da globalização". Globalização e reestruturação produtiva são movimentos de caráter estrutural, cujas mudanças são de mais longo prazo, enquanto que as políticas neoliberais têm um caráter conjuntural. "A reestruturação produtiva concretiza – no âmbito da produção e do trabalho – as necessidades da globalização. Assim, se esses dois movimentos estruturais – a globalização e a reestruturação produtiva – estabelecem as condições materiais e objetivas dessa fase do capitalismo nesse final de século, o neoliberalismo oferece as condições subjetivas necessárias para realizar, de forma plena, o entrelaçamento e a articulação entre os três movimentos".

interesses inconciliáveis entre as classes. O Estado argentino, em sua fase neoliberal, decididamente aponta para a construção da nova ordem: do terrorismo de Estado ao Estado monopolista (Netto, 2011) e ao neoliberal. O estado capitalista é um estado de classe e, como tal, "representa a condensação das relações de domínio que existem em um determinado momento do desenvolvimento social" (Borón, 2007, p. 31). Como tal, também aparece como uma estrutura que, em âmbito nacional, se coloca à disposição do capitalismo para garantir sua reprodução através de seus distintos aparatos (militar, policial, dispositivo legal e agências e instituições), para gerar as condições externas do processo de acumulação do capital (Borón, 2007).

Mas, nesta parte, dando continuidade às reflexões realizadas em torno da devastação das classes trabalhadoras, posso, então, dizer que a aplicação dessas medidas regressivas levou a que a dinâmica da sociedade argentina, integrada em torno do trabalho fordista, entrasse em crise ante a involução das políticas de proteção laboral e dos sistemas de seguridade social. Nesse contexto, as elevadas taxas de desemprego constituem só um dos aspectos da desestruturação do trabalho. Em áreas urbanas de Buenos Aires, como o bairro Florencio Varela, o desemprego elevou-se, em 1994, a 40% (Lobato; Suriano, 2003). Em zonas petrolíferas, como o estado de Neuquén, em 2002, o desemprego alcançou 20,9% (Favaro, 2003).

Os trabalhadores e trabalhadoras se defrontaram, abruptamente, com um mercado de trabalho que requeria perfis laborais cada vez mais qualificados. Encontraram-se, também, com a modificação da legislação em matéria de contratos de trabalho, adaptada às exigências da flexibilização das relações laborais, com as restrições ao direito de greve e a redução da capacidade de negociação das organizações sindicais.

A consolidação do modelo neoliberal levou o país a uma crise econômica e financeira, cujo ponto máximo de inflexão foi alcançado em dezembro de 2001, quando se produz a queda do governo de Fernando de la Rúa (1999-2001), o que eu poderia chamar, usando os termos de Marro (2009), de uma crise de hegemonia que explode abertamente em 2001. Os resultados dessa política têm sido o aprofundamento da desigualdade, a pobreza, a polarização social, a degradação do trabalho, da educação e da saúde. Nesse panorama, sobrevém a queda das camadas médias, desprovidas do sustento

laboral, e a produção de novas clivagens ante a crise, o que explica, em parte, o surgimento de novos coletivos de protesto social no país: as assembleias populares, as coordenadorias de trabalhadores desempregados e desempregadas, as fábricas recuperadas.

Ante a falta de trabalho, a vivência é de um desamparo geral, uma sensação de perda nunca antes experimentada na sociedade argentina. Entretanto, esse sentimento não está presente só nas pessoas desempregadas, mas também nos empregados, que vislumbram um futuro de incertezas. Diz Mallimacci (2005, p. 17):

Os heterogêneos setores populares vivem profundas transformações em seus imaginários, memórias e representações sociais. A atual fragmentação permite que circulem duas grandes visões utópicas do passado recente: o da sociedade salarial e o do mercado desregulado.

Essa geração, atingida pelas políticas de ajuste, encontrou-se cada vez mais desprotegida e separada dos referentes que até então tinham sido seus sustentos institucionais e políticos – os sindicatos e os partidos políticos –, o que aponta para a maior crise de representatividade vivida na república.³²

As medidas afetaram, sobretudo, as camadas médias argentinas, que viviam do trabalho nas empresas privatizadas ou nos complexos fabris. Bustelo (1993) explica que tem início um processo de dualização da sociedade argentina, dada pela tendência, cada vez maior, de desaparecimento dos estratos médios, com o surgimento da desesperança da população, sobretudo dos chamados “novos pobres”, ou, como explicam Barbeta e Bidaseca (2004, p. 71), um processo que divide os “ganhadores” e “os perdedores”, derrubando-se a representação cultural sobre a existência de uma classe média forte e homogênea, assim como as representações em torno do progresso e toda

³² Em 1994, surgiu o Movimento de Trabalhadores Argentinos (MTA), integrado pelos sindicatos de caminhoneiros e a Unión de Tranviarios Automotores (UTA), aeroviários e trabalhadores da justiça. O sindicalismo argentino ficou definido por três grupos sindicais: 1) o da CGT formado por grupos diferentes que apoiaram e se beneficiaram com as reformas econômicas, constituindo-se em sindicatos empresariais. Figuram, entre eles, o *Sindicato Unido de Petroleros del Estado (SUPE)*, a *Federación Argentina de Trabajadores de Luz y Fuerza (FATLyF)*, o *Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (SMATA)* e a *Federación Argentina de Empleados de Comercio (FAECyT)*; 2) o MTA, que rechaçou a estratégia mercantilizada da CGT, mas nunca a abandonou definitivamente; sob a presidência de Nestor Kirchner, produz-se a reunificação das duas CGT; 3) a CTA, que se caracterizou pela resistência ao regime de acumulação da década de 1990 e por seu distanciamento do Partido Justicialista (Armellino, 2006).

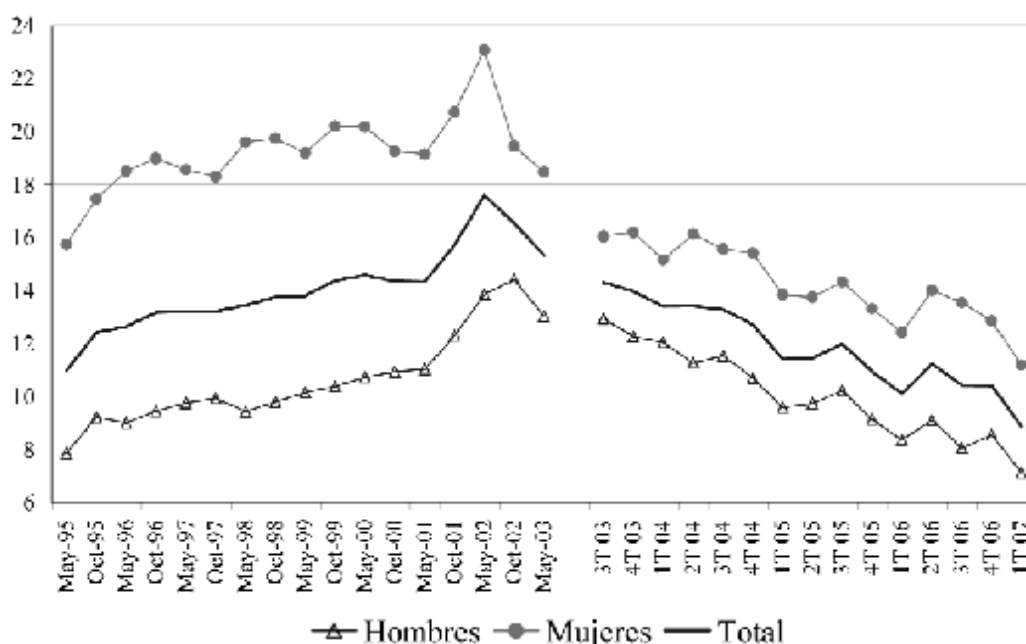
pretensão de unidade cultural e social (Svampa, 2003). É a passagem do operário sindicalizado ao vendedor ambulante, do empregado administrativo ao independente. Esse processo de precarização do trabalho estende-se para todos os segmentos dos trabalhadores, provocando a “desestabilização dos estáveis”, nos termos de Castel (1998), e ampliando as condições de precariedade dos instáveis, o que configura uma situação em que “a precariedade está hoje por toda parte” (Bourdieu, 1998). Como diz Tenti Fanfani (1993) “assistimos a um processo onde cada vez se produz mais riqueza com menos força de trabalho e para menos consumidores” O “singular deste novo processo de modernização é que exclui os já integrados”. Frente a essa situação de exclusão, os setores “perdedores” (funcionários do estado, empregados antes “protegidos”, entre outros) desenvolveram uma série de estratégias para sair do isolamento que a queda numa “nova pobreza” lhes provocou: os clubes de trocas, as hortas comunitárias, a recuperação de fábricas quebradas e as atividades de autogestão promovidas pelas organizações dos movimentos de desempregados. A mudança fundamental foi o crescimento da população excedente em relação às necessidades atuais do capital. Outro elemento-chave que os estudos mostram é a forte redução da burguesia industrial que, desde 1980, era inferior a 1% da população economicamente ativa. Sua queda, em termos relativos, se realiza pelo decréscimo abrupto, em termos absolutos, passando de 82.781 em 1960 para 71.466 em 2001. Mas o dado fundamental que mostra o movimento do capitalismo é o aumento da população não produtiva, que passa, de 28% em 1960, para 52% em 2001 (Cavalleri et al., 2005).

1.3.1 A reestruturação produtiva em relação às mulheres

A maioria dos estudos que analisam a relação entre trabalho e gênero e o trabalho e jovens mostra que, em épocas de ajuste, o desemprego e a precarização atingem a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, embora incida com maior intensidade sobre os jovens (Borges, 2008; Guerreiro e Abrantes, 2005) e sobre as mulheres (Hirata; Kergoat, 2003). Na Argentina, o crescimento das taxas de desemprego durante a década de 90, em plena reestruturação produtiva, foi acompanhado por um aumento nas taxas de desemprego feminino: entre 1991 e 1997, as taxas de desemprego feminino

duplicaram de 6.9% para 16.3%%, até alcançar 17.9% em 2001 (Bonder; Rosenfeld, 2004, p. 24-25), atingindo especialmente as mulheres jovens, já que, embora seja uma tendência estrutural, as políticas de ajuste as atingiram muito mais (Halperin et al., 2011).

No quadro seguinte, podem ser observados os índices do período de maio de 1995 ao primeiro trimestre de 2007. A variável desemprego de mulheres é sempre maior que a dos homens. O índice mais alto de desemprego das mulheres registra-se em maio de 2002, em pleno processo de crise argentina.



Extraído de Halperin et al, 2009, p. 79. Elaborado pelos autores a partir de EPH-Base Usuaria, INDEC. 1995 - 1er Trimestre 2007.

O quadro mostra que as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego em comparação com os homens e que as taxas, na década de 90, subiram exponencialmente até o ponto mais alto em maio de 2002.

Entretanto, as taxas de mulheres ativas também cresceram nesse período. As autoras (Bonder; Rosenfeld, 2004) explicam que a participação massiva das mulheres no mercado de trabalho começou a se delinear na década de 1960. Esse fenômeno desencadeou o processo da chamada “modernização emancipatória”, sobretudo das camadas médias, diante do

contexto de desenvolvimento e do progresso socioeconômico da década.³³ Tal processo viu-se confrontado pelo contexto de incertezas dos anos 90, que afetou a vida das pessoas e instalou uma tensão entre os avanços do bem estar das mulheres e o impacto da crescente pobreza em suas condições de vida.

Nesse sentido, Cerrutti (2002) constatou, em suas pesquisas, que as mulheres reagiram com maior intensidade ante o novo contexto econômico argentino. As taxas de atividade feminina, na Argentina, subiram de 38.1% em 1991 para 42.1% em 1993, e 45.8% em 1995. A partir de 1993, a taxa de atividade das mulheres é explicada, pela mesma autora, pelo aumento do desemprego. Observa também que as mulheres das camadas populares e algumas de camadas médias são as que, com maior frequência, decidiram integrar-se à força de trabalho. Para explicar esse comportamento, Cerrutti (2002) recorre à hipótese do “trabalhador adicional”³⁴, segundo a qual, ante a insuficiência e perda de postos de trabalho fundamentalmente pelo considerado principal provedor da lar, os outros membros da família são impulsionados à procura de trabalho. Seus estudos em Buenos Aires, realizados no ano de 2000, evidenciaram que as mulheres decidiram se integrar à força de trabalho para compensar a instabilidade no emprego dos seus parceiros ou de outros membros da família.

Uma análise da saída das mulheres à procura de trabalho em época de crise põe em tensão a denominada "divisão sexual do trabalho", presente em todas as sociedades. A sociologia do trabalho tem avançado na incorporação

³³ Bonder e Rosenfeld (2004) entendem que esse processo ganha impulso na década de 80 com a liderança de mulheres procedentes de distintos âmbitos, muitas delas profissionais que tinham retornado ao país depois do exílio, portando novas ideias e praticas de igualdade. Nesse período, inicia-se uma intensa produção de estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres e se colocam em pratica projetos com enfoque em mulher e desenvolvimento, gênero e desenvolvimento, entre outros. Na década de 90, incorpora-se o “mainstreaming” de gênero nas políticas de desenvolvimento e importantes conquistas jurídicas plasmadas na reforma da Constituição Nacional em 1994, e institucionais, tais como a hierarquização do *Consejo Nacional de la Mujer*, a criação de ONGs de e (ou) sobre mulheres, a criação de redes e a realização de importantes eventos públicos, ampliando o arco dos direitos humanos das mulheres.

³⁴ Os autores Altimir e Becaria (1999) desenvolveram duas hipóteses para explicar o comportamento das pessoas ante o desemprego: o “*efecto trabajador desalentado*” e o “*efecto trabajador adicional*”. A primeira (não desenvolvida no corpo do texto), utilizada pelo discurso oficial, argumentava o desalento com a emergência dos trabalhadores subocupados, ante a estabilidade, a expansão econômica e a remuneração alta. Essa hipótese tem sido rechaçada pela maioria dos estudos por carecer de fundamento empírico. Na realidade essa hipótese não coloca no centro de debate os traços da flexibilização laboral: maior produção não significa maior força de trabalho utilizada.

da perspectiva de gênero e na ruptura com as concepções hegemônicas (patriarcais-capitalistas) que continuam tendo, como figura central e arquetípica, o operário do sexo masculino (Hirata; Kergoat, 2003). O trabalho produtivo, historicamente imputado ao homem, e o trabalho doméstico, imposto exclusivamente às mulheres, se organizam a partir de um princípio hierárquico que leva a uma relação de opressão e de dominação das mulheres (Hirata; Kergoat, 2003). Nessa divisão, o trabalho feminino, associado ao doméstico, foi sempre desvalorizado. Homens e mulheres são, na família, na escola, e em outras instituições, diferentemente qualificados e qualificadas, e seu ingresso no mercado de trabalho se baseia nessa norma.

E podemos dizer que o capitalismo tem sabido apropriar-se, igualmente, dessa divisão sexual do trabalho (Antunes, 2002), ou, como diz Costa (1998, p. 11), as mulheres “são incorporadas na esfera pública sempre que sua presença se faça necessária para o desenvolvimento capitalista e/ou para as relações de dominação”. O trabalho doméstico, enquadrado na família monogâmica, tem sido central no funcionamento da sociedade capitalista em relação ao entendimento das relações de trabalho.

O trabalho doméstico tardiamente reconhecido, nas ciências sociais, como dos mais fundamentais para esse processo de acumulação, como todo trabalho organizado em moldes não tipicamente capitalistas, não escapa à ambiguidade de ao mesmo tempo não ser e ser capitalista. (Britto da Motta; Machado Neto, 1983 p. 65)

Como explicam as autoras, nessa esfera do trabalho, não diretamente mercantil, as mulheres criam as condições indispensáveis para a reprodução do trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si próprias, quando trabalham fora de casa. Dessa maneira contribuem para a acumulação capitalista. Assim como Britto da Motta e Machado Neto (1983), Antunes (2002, p.110) entende que o capital também tem sabido “se apropriar intensivamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico” (simultaneidade, multiplicidade e fragmentação das atividades das mulheres donas de casa, referenciadas por Britto da Motta e Machado Neto).

Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais, que são, como vimos, uma *construção social sexuada* – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem-se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres. (Antunes, 2002, p. 110)

No entanto, esses atributos não são valorizados pelas empresas; ao contrário, são utilizados como justificativa para os baixos níveis salariais, para o estabelecimento das desigualdades entre os sexos dentro das relações de trabalho e para uma maior precarização do trabalho feminino.

Estudos já realizados sobre a relação entre o trabalho e as mulheres constataam que elas ganham menos, pois a valorização social distingue trabalho masculino do feminino. Hirata e Kergoat (2003, p. 113), argumentam que “... produção vale mais que reprodução, e produção masculina vale mais que produção feminina” e essa distinção “... induz a uma hierarquia social”. No Brasil, os estudos de Hirata (2001/2) mostram que o processo de feminização do mercado, que acompanha os processos de reestruturação produtiva e globalização, se deve não apenas à maior presença da mulher e sua inserção em postos antes considerados masculinos, mas também ao fato de que as “habilidades de comunicação, linguísticas, subjetivas e afetivas, tradicionalmente aprendidas na esfera reprodutiva pelas mulheres e consideradas habilidades femininas, tornam-se habilidades valorizadas e requeridas pelos novos métodos de gerenciamento da produção e dos serviços”. No entanto, esses atributos não têm contribuído para alterar a situação de segregação e confinamento em que se encontram as mulheres no mercado de trabalho.

A OIT (1999, p. 24), fazendo referência ao ingresso das mulheres das camadas mais pobres em contextos de crises econômicas no mercado de trabalho, destaca:

São as mulheres pobres as que encontram maiores dificuldades para inserir-se no trabalho remunerado e isso, entre outros fatores, está ligado a que enfrentam maiores obstáculos para delegar as responsabilidades domésticas e, particularmente, o cuidado dos filhos. No entanto, a partir dos anos noventa, são as mulheres pobres as que têm aumentado proporcionalmente sua participação no mercado de trabalho, dada provavelmente a urgência econômica que vivem em seus lares.

Posso dizer também, utilizando a palavras de Bonder e Rosenfeld (2004), que a inserção laboral feminina, a partir dos anos noventa, atende a um processo bipolarizado: por um lado, ocupação em postos altos e, por outro, em postos de baixo nível de qualificação e responsabilidades, com maior preponderância desses últimos.

Como consequência da modernização das estruturas produtivas abriram-se oportunidades em ocupações de alto nível de qualificação (profissionais e técnicas) ou em atividades novas. A contraface deste processo foi a presença majoritária e crescente em tarefas de baixa qualificação, sob condições de elevada precarização e vulnerabilidade laboral. (Bonder; Rosenfeld, 2004 p. 28)

Hirata (2001/2) constatou, em seus estudos realizados na França, exatamente o mesmo quadro de bipolarização: profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons, no conjunto da mão de obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social. Para a autora, essa bipolarização não surge apenas nos países europeus desenvolvidos, mas também em países semi-industrializados como o Brasil. Pode-se dizer que o mesmo fenômeno ocorre na Argentina.

Continuando com os dados proporcionados por Bonder e Rosenfeld (2004, p. 28), para o caso argentino, trabalhadoras com alta qualificação e performance pessoal e tarefa igual à dos homens, têm, contudo, seus salários mais baixos, entre 20% e 50%. Com igual nível de educação, a proporção de mulheres em postos não qualificados supera a dos homens: 37,6% de mulheres ocupam postos de menor qualificação, ao passo que só 23,9 % dos homens ocupam esses postos (SIEMPRO, 2003).³⁵

Estudos recentes realizados no Brasil e no exterior enfatizam as consequências nefastas do processo de reestruturação produtiva para o conjunto dos trabalhadores, mas, em especial, para as mulheres trabalhadoras. De acordo com Hirata (2001/2), as últimas pesquisas estão mostrando que as mulheres são cada vez mais absorvidas pelo mercado de trabalho,

³⁵ SIEMPRO é um programa dedicado a desenhar e implementar sistemas, destinados a produzir informação que permita diagnosticar a situação socioeconômica da população e realizar análises para a formulação de políticas, captar informação sobre os programas sociais e monitorar o grau de avanço desses programas.

principalmente no setor de serviços, onde sempre elas tiveram uma participação importante, mas estão sendo contratadas por tempo determinado, com jornada parcial, em atividades por conta própria e trabalho em domicílio, em postos informais e sem registro em carteira, em pequenas empresas, subcontratadas, tanto no setor de serviços quanto na indústria, em modalidades que estão sendo utilizadas para a redução de custos. Para Hirata, (2001/2 p. 149), “o desenvolvimento do emprego em serviços está, assim, estreitamente ligado a esse movimento e às crises econômicas e recessão que levam mulheres inativas sem qualificações reconhecidas a entrarem no mercado de trabalho”.

Essas novas formas de contratação ocorrem sob condições de trabalho inseguras e precárias, marcadas por baixos salários, pela intensificação da carga de trabalho, geralmente associadas à dupla jornada e caracterizadas pela perda dos direitos legais. O caráter excludente dessa feminização do mercado de trabalho se expressa no confinamento das mulheres em ocupações de menor prestígio social, com alta instabilidade e reduzidas chances de mobilidade, na desigualdade de oportunidades para homens e mulheres, nas assimetrias salariais entre eles, assim como na desvalorização das atividades qualificadas como femininas e nas dificuldades de acesso aos postos considerados masculinos. Essa situação é potencializada na medida em que atinge os segmentos mais pobres da sociedade com empregos mais precários, concernentes ao campo do serviço doméstico, dos trabalhos comunitários, do campo do ensino e da saúde.

A década de 90 coloca as mulheres das camadas pobres e desempregadas ante a alternativa de: ou cair no desespero e sair a trabalhar em condições de maior precariedade laboral, ou unir-se ao movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, movimento que vinha se gestando e aglutinando as camadas excluídas do mercado laboral. Contra todos os prognósticos, as mulheres somaram-se e construíram a história da luta pelo trabalho. Elas, desde o início das lutas, têm tido um papel protagonista, com sua presença nos bloqueios das estradas. Auyero (2004) e Bogado (2009) dedicaram seus estudos a recuperar a história das mulheres lideranças nos primeiros bloqueios de estradas. Auyero (2004) as apresenta, destacando suas vidas de luta como "beligerantes", Bogado (2009) como as grandes tecedoras da

política. Em geral os estudos sobre o movimento desempregado explicam que os motivos pelos quais as mulheres se somaram ao movimento piqueteiro se relacionam à situação de desemprego delas ou de seus companheiros, o que as obriga a sair às ruas à procura de trabalho. Quando não conseguem, a maioria delas se aproxima do movimento piqueteiro, por acreditar que ali encontrariam uma saída para a situação na qual se encontravam. Ingressam por uma necessidade particular, mas, nesse processo, encontram uma organização que as motiva a se integrarem à vida participativa. Desse modo, as mulheres são convocadas por uma organização que lhes requer participação tanto nas atividades relativas à atenção aos projetos em execução (em algumas organizações são padarias, hortas comunitárias, *comedores comunitários*, entre outros), como nas atividades próprias da sua dinâmica política: participação e discussão nas assembleias e piquetes, espaços de luta nunca antes transitados pela maioria delas.

1.4 Articulando a categoria classe social com a teoria dos movimentos sociais

Em particular, interessa a esta tese entender se essa luta empreendida por trabalhadores e trabalhadoras desempregadas pode ser interpretada em termos de luta de classe e de construção de subjetividades. Por isso, problematizar a ideia de novidade associada ao otimismo presente nos primeiros estudos sobre os novos movimentos sociais, substituindo as antigas lutas operárias, e também utilizada por alguns autores em relação ao movimento de trabalhadores desempregados, aportarão alguns dados para o aprofundamento das análises. Jelin (2004) propõe interrogar a continuidade histórica entre as modalidades de ação popular do presente com os movimentos sociais e o sindicalismo do passado. A autora (Jelin, 2004, p. 241) concebe os novos movimentos sociais, especialmente o movimento piqueteiro, como uma forma de memória daquele passado sindical que neles se encarna. Para chegar a essa afirmação, ela explica que é necessário encontrar e analisar as “múltiplas temporalidades que se encontram de maneira convergente e conflitante em acontecimentos, momentos ou conjunturas”. Jelin (2004) explica que existem determinados eventos e acontecimentos que deixam marcas como experiências

que irão adquirindo sentido em diversas conjunturas posteriores. E, nessas conjunturas, os saberes e as modalidades de ação sedimentadas mostrarão sua presença, configurando-se em “continuidades históricas”. A autora admite que, entre as mulheres piqueteiras, essas formas reaparecem. Observa ainda que, entre suas líderes, muitas tinham participado na ala feminina do peronismo na década de cinquenta, especialmente nos comitês dos bairros. Logo após, elas e suas filhas converteram-se nas “manzaneras de Chiche Duhalde”³⁶, mantendo e reforçando uma modalidade de relação entre o local cotidiano e as estruturas e organizações locais do Estado.

Neste estudo tratarei de não incorrer na dicotomia que opõe as novas lutas e as velhas lutas operárias. Pelo contrário, adoto a análise dialética dos processos, que pugna por entender que o velho reaparece no novo, recuperando essas continuidades históricas de que trata Jelin (2004). Para isso, de acordo Gohn (2002), é na América Latina onde o paradigma dos novos movimentos sociais encontrou maior receptividade, com destaque para o México e para o Brasil na década de 80, período de instalação do modelo neoliberal. Na Argentina, o fenômeno de simpatia acadêmica pela teoria dos movimentos sociais é analisado pelos autores Stratta e Barrera (2009), que questionam as mudanças que se foram produzindo nas ciências argentinas na ditadura e na pós-ditadura. A proibição de determinadas leituras e a habilitação de outras criaram um contexto de recepção da teoria dos novos movimentos sociais que, a nosso entender, marcou os limites políticos da elaboração teórica³⁷. As ciências receberam, também, a influência dos organismos internacionais de financiamento, que impuseram à agenda o tema da pobreza como novo problema ou objeto. Segundo os autores mencionados, essas imposições foram criando um terreno propício para a marginalização das teorias marxistas. Dessa maneira, os trabalhos substituíram, conceitualmente, as categorias “classe” e “luta de classe”, sem “um processo de verdadeira reflexibilidade”, pelos termos “atores” e “protesto social”, e ganharam, finalmente, um amplo prestígio na

³⁶ A expressão *manzaneras* faz referência à denominação que recebiam as mulheres que, utilizando uma metodologia de assistência e militância política, percorriam seus bairros, quadra por quadra. Cada mulher tinha definida uma quadra para percorrer. Esse tipo de organização política foi desenvolvido por “Chiche Duhalde”, mulher líder do movimento peronista, esposa do ex-presidente Eduardo Duhalde (2002-2003).

³⁷ Sem contar que, durante a ditadura militar, por decreto, foram proibidas leituras de textos e livros marxistas.

academia argentina. Com a hegemonia das políticas neoliberais, que traziam as conhecidas teorias sobre o fim do trabalho, ou aquelas perspectivas que negavam a centralidade do trabalho, ou que negavam a centralidade do conflito capital-trabalho no mundo capitalista contemporâneo, essas teses tiveram repercussões no interior das ciências sociais e, claramente, no próprio movimento da classe trabalhadora. Os movimentos nascidos no bojo das reivindicações pelos direitos humanos, pela moradia e pelo trabalho foram analisados como sujeitos políticos e como ações coletivas contenciosas contra a instalação do modelo neoliberal. Para os autores referenciados (Stratta; Barrera, 2009), na medida em que a teoria dos movimentos sociais foi desconsiderando o conflito de classes, foi também se convertendo num discurso funcional ao restabelecimento do sistema hegemônico – pensamento que é compartilhado neste estudo.

...a partir desta perspectiva, se pensa a incorporação da TMS em nosso meio como “resultado ideológico”, no plano acadêmico, dos efeitos culturais, políticos e ideológicos produzidos pela última ditadura militar [...] acreditamos que é falsa a dicotomia que opõe a análise das classes ao enfoque dos movimentos sociais. Pelo contrario, na América Latina, ambas as perspectivas devem complementar-se na busca por compreender e, fundamentalmente, contribuir para um sujeito popular que seja partícipe nos processos de emancipação social. (Stratta; Barrera, 2009, p.131)

É importante trazer esta discussão, justamente porque a maioria dos estudos consultados sobre o movimento de trabalhadores desempregados na Argentina tem se refugiado nas teorias dos novos movimentos sociais, forjadas na oposição ao marxismo, e têm ressaltado a novidade do movimento como um "novo ator coletivo", como uma nova identidade construída em processos disruptivos de demandas. Portanto, têm desprezado a possibilidade de entender a relação entre o movimento e a classe social, na centralidade da luta de classes. Dessa maneira, limitam o caráter da ação coletiva e se detêm nos sentidos políticos das demandas. Observamos que, embora a proposta de autores como Schuster e Pereyra (2001) e Schuster (2005) permita identificar discontinuidades, ela resulta insuficiente para abordar a complexidade das articulações entre essas discontinuidades e certas continuidades que

deveriam ser lidas em termos de processos culturais e históricos específicos.³⁸ Para Galvão (2012, p. 108), essas perspectivas de análise, deslocadas dos processos históricos, entendem a mobilização a partir de fatores sociais e exprimem objetivos culturais e pós-materialistas de tal modo, que não faria falta articular sua relação com as lutas de classe.

Prefiro, então, entender o surgimento do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas não como parte de uma configuração de "novas" identidades – embora seja importante recuperar a noção de identidade trabalhadora nas desempregadas que lutam por trabalho –, senão interpretá-lo à luz das ressignificações das experiências operárias a partir de um novo contexto atravessado pelo neoliberalismo e incorporar, assim, as análises das experiências e as modalidades históricas de luta, das práticas da vida cotidiana e dos sentidos que seus protagonistas lhes outorgam.³⁹ Para isso, preciso esclarecer o conceito de classe que utilizo. As classes sociais devem ser colocadas como ponto de relevância, principalmente no estudo sobre os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras desempregadas enquanto classe mobilizada.

1.4.1 A classe faz diferença no entendimento dos movimentos sociais

Marx e Engels (1989, p. 30) enunciam as principais formas assumidas pela luta de classes no decorrer da história: “homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servos, mestre e aprendiz, numa palavra, opressores e oprimidos”. Porém, para eles, as classes sociais propriamente ditas são relacionadas à sociedade moderna, que advém da Revolução Industrial. Elas se constroem nas relações de produção entre os proprietários dos meios de produção (os burgueses) e os portadores da força de trabalho (os proletários), que, privados dos meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir. Os antagonismos entre as classes imprimem o caráter de dominação de uma classe sobre a outra.

³⁸ A autora (Grimberg, 2009, p. 86) explica que existe um "vácuo analítico em torno das articulações entre a ação de protesto e a cotidianidade dos sujeitos, assim como das relações e interações diárias que os movimentos mantêm com o Estado, mais além do momento do protesto".

³⁹ Zibechi (2003b) incorpora às análises do movimento de desempregados um elemento pouco tido em conta: a filiação dos piqueteiros com o movimento de ocupação de terra dos anos 1980.

As ideias [gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante [...] as ideias dominantes não são, pois, nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias (Marx, Engels, 2008, p. 72)⁴⁰

É em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* que Marx desenvolve a potencialidade de seu método histórico de análise da luta de classes e da revolução.

Entre os autores, os aportes realizados por Thompson (1987) recuperam o caráter histórico reconhecido por Marx no conceito de classe e aprofunda suas análises nos processos subjetivos de constituição da consciência de classe, a partir de uma perspectiva culturalista. Thompson (1987, p. 9-11) entende a classe no movimento, e diz que ela acontece quando “... alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens de cujos interesses diferem (aos quais geralmente se opõem) dos seus”. Ligada a essa definição, o autor trabalha a noção de experiência.⁴¹ Para o referido autor, nesse processo de luta, os indivíduos se descobrem como classe e com consciência de classe; a classe ocorre, pois, quando interesses são compartilhados e ao mesmo tempo se opõem a outros. Com Thompson (1987), quebra-se todo intento de pensar a classe no sentido de algo já dado na estrutura econômica do capitalismo, como “entidade empírica no sentido positivista do termo, isto é, no sentido imediatamente observável” (Ridenti, 2001, p. 111). Pelo contrário, para Thompson (1987) como para Marx (1978, 2008) as classes se constroem e se fazem na luta. Marx (1978) entende que, nesse processo de luta, os indivíduos se descobrem como classe e se constitui

⁴⁰ Para Gramsci (2000), a “supremacia” de uma classe que pretende a construção de uma ordem duradoura requer que ela seja não apenas “dominante” (que possua o controle do aparelho de Estado e suas funções ditatoriais), mas também “dirigente” e hegemônica, no sentido de ser capaz de exercer uma direção intelectual e moral dos outros grupos e classes sociais, expandindo suas fronteiras de classe pela sua capacidade de estabelecer “soluções de compromisso” com esses outros segmentos.

⁴¹ Concordamos com Galvão (2011, p. 108-109) em descartar “os conceitos de classe que se circunscrevem à renda e/ou dimensão ocupacional, pela razão de que esses conceitos se situam fora do marxismo. As classes como força social não podem ser consideradas como meros reflexos da posição na estrutura econômica: o economicismo anula a política ao derivar o comportamento político da situação objetiva de classe”.

a consciência de classe. Essa consciência transforma a *classe em si* em *classe para si*.

As condições econômicas tinham a princípio transformado as massas do país em trabalhadores. A dominação do capital criou a estas massas uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa é já uma classe em presença do capital, mas não ainda para si mesma. Na luta, de que assinalávamos algumas fases, esta massa reúne-se, constituindo-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (Marx, 1978, p. 190-191)

Portanto, "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência" (Marx, Engels, 1989). A consciência pode ser entendida não pela crítica espiritual, pela dissolução na "consciência de si", ou pela transformação em "aparições", "espectros", "manias", etc., mas apenas pela transformação prática (revolucionária) das relações sociais reais (Marx; Engels, 2008). "O antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra classe, luta que levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total". (Marx, 1978, p 192)

Particularmente, essa perspectiva abre a possibilidade de entender o movimento piqueteiro como um movimento que, a partir da luta, reconstrói a noção de classe trabalhadora desempregada e como movimento social conduz uma luta política.

Não podemos pensar a categoria classes sociais sem relacioná-la com a categoria trabalho, pois ambas estão intimamente ligadas na obra de Marx e Engels. Na teoria esboçada por esses dois autores, o trabalho tem um caráter central e é abordado sob dois sentidos: trabalho como atividade essencial humana, realizada para a produção e reprodução das condições de existência, e o trabalho no seu sentido histórico, como a forma que adquire nos distintos momentos históricos. No primeiro sentido, o trabalho aparece, já nas páginas de *A ideologia Alemã (2008)*, como o elemento mediador entre o homem e a natureza. O homem de Marx é um homem que faz, que constrói, que produz e reproduz. O trabalho, então, é central na vida do ser humano, já que é a condição para sua existência social. À medida que o homem transforma e se transforma a si mesmo vai construindo a história a partir de um encadeamento de acontecimentos. A partir da acepção histórica, o trabalho do ser humano

deve ser entendido dependendo das condições de existência nas quais é exercido. A história é um elemento importante para compreender a categoria trabalho. À medida que os homens vão transformando a natureza através do trabalho, vão construindo a história. A história é uma história construída e produto das condições concretas de existência. Mas a história também produz e constrói os homens, nesse processo dialético. Os homens não trabalham em circunstâncias livremente escolhidas; ao contrário, eles encontram as circunstâncias feitas, dadas, herdadas do passado (Marx e Engels, 2008). Nesse sentido Marx e Engels (2008, p. 65) dizem:

Tal concepção mostra que a história não acaba se resolvendo na consciência de si, como espírito do espírito, mas que em cada uma de suas fases encontra-se um resultado material, uma reunião de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte.

No modo de produção capitalista, todos os métodos para o desenvolvimento da produção são aplicados à custa do trabalhador, com a apropriação de seu trabalho: o produto do trabalho deixa de lhe pertencer e seu conteúdo é destruído na busca incessante de mais lucros para o capital. O trabalhador converte-se, assim, em um apêndice da máquina,

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho. (Marx, 1996, p. 274, 275)

Portanto, o ciclo do capital será produzir para acumular. As abordagens marxistas atuais, apoiando-se nas teses de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora que vende seu trabalho, incorporam, na concepção de classe social, a totalidade da mão de obra disponível, englobando, também, todos aqueles e todas aquelas em situação de precarização, inclusive os que estão na condição de desempregados e desempregadas. A classe é, segundo Antunes (1995; 2002), todos e todas que constituem a classe-que-vive-do-trabalho, envolvidos na produção, distribuição, troca e consumo no processo capitalista, inclusive os desempregados e desempregadas. Os

desempregados, para Marx (1996, p.261, 262), serão produzidos pelos ciclos de acumulação capitalista.

... a acumulação capitalista produz, constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital [...] Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (Marx, 1996, p. 261, 262)

Para o autor o *exercito industrial de reserva*, como excedente sempre disponível para trabalhar, torna-se “uma condição de existência” do modo de produção capitalista. Eles são os sujeitos de nossa pesquisa: aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras que esperam para ingressar no mercado de trabalho, em decorrência da redução do emprego formal da indústria fordista e que, em plena crise do modo de produção capitalista, engrossam as fileiras do exercito industrial de reserva.

Engels (2010), com apenas 24 anos, no texto "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra", já havia percebido a importância desse excedente na manutenção do sistema capitalista, afirmando que essa população excedente é produto da concorrência entre os trabalhadores, o que obriga cada trabalhador a trabalhar diariamente até o limite de suas forças. Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1980, p 95) dirão: "... os operários eliminados pela grande indústria se veem empurrados por ela a uma situação de vida ainda pior que a dos operários da grande indústria". Tal população excedente é claramente vista como parte integrante da classe operaria, e não como separada dela.

Em relação a isso, Marx (1996, p. 265) também dirá, em seus estudos: “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a ultima exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão do capital”. “Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado *quantum* de trabalho de um número menor de trabalhadores” (Marx, 1996, p. 266). É importante retomar a análise desse aspecto em função da centralidade que tem, para a dinâmica capitalista, o trabalhador em sua condição de reserva. A reserva é o

principal elemento de regulação social do sistema capitalista: sua dinâmica (expansão ou concentração) a torna importante para a regulação do mercado de trabalho, regulando, também, o conjunto dos movimentos gerais dos salários. O desemprego será, então, um elemento constitutivo do desenvolvimento capitalista, e vai variar de acordo com a dinâmica de expansão ou concentração do capital.

Tal como Barreto (2005, p. 40) explicita, o trabalho, “além de ter vários significados históricos, tem também varias formas diferentes de organização: o emprego é, neste sentido, apenas mais uma destas formas históricas assumidas pelo trabalho; assim, todo emprego é trabalho, mas nem todo trabalho é emprego”. O emprego é a existência de uma relação de reciprocidade que implica uma contrapartida (o salário), que é oferecida ao trabalhador quando ele oferece (vende) sua força de trabalho para outro. O emprego implica mais que em remuneração: implica estar socialmente incluído (no sentido de Castel, 1989). Um trabalho assalariado só é emprego se está definido por esse contrato social que assegura direitos laborais e sociais. Nessa relação contratual consolidada no século XX, no período conhecido como fordista, o contrato de emprego estava garantido por um tipo específico de Estado: o Estado Social ou a Social Democracia, os quais, como diz Barreto (2005, p. 46), lograram, através de uma rígida regulação das relações de trabalho, um equilíbrio jamais visto na história na relação entre capital e trabalho. Conhecido como Estado de Bem-Estar, ele se expandiu nos países centrais, mas não alcançou o mesmo patamar de desenvolvimento nos países latino-americanos (Druck, 1996; Ansaldi, 1995). Ansaldi (1995) prefere descrevê-lo como “Estados de compromisso”.

De acordo com Barreto (2005, p. 45), hoje, ante o processo de

... desmantelamento do pacto social fordista e diante do quadro geral de desconstrução e desregulamentação das leis trabalhistas que culminaram com a consolidação do emprego fordista, o emprego, enquanto conceito, enquanto categoria explicativa das relações de trabalho parece sofrer um processo de desconstrução. A ideia de emprego, simbolizando um contrato específico que garante deveres e direitos específicos por parte dos contratantes e contratados parece estar sofrendo um completo processo de esvaziamento. (Barreto, 2005, p. 45)

Em relação à categoria desemprego, afilio-me a esse conceito como alusão à força de trabalho sempre disponível para trabalhar. Por isso, como diz Barreto (2005), após a destruição do trabalho fordista e ante o novo cenário – onde prevalecem a globalização, a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho –, a noção de emprego retorna aos primórdios do capitalismo, pois diz respeito a um tipo de ocupação que implica um acordo entre empregado e empregador, mas que carece de todo um conjunto de aparatos institucionais que, através da mediação do Estado, possam garantir o cumprimento desse acordo.

Diante das recentes transformações no mundo do trabalho, tal como afirma Badaró Mattos (2007, p.50), produz-se uma mudança na composição da classe trabalhadora, que significou,

... em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão de obra, como o trabalho infantil, ou o análogo à escravidão. As marcas mais visíveis de um quadro geral de precarização das relações de trabalho são: o emprego de um número cada vez maior de mulheres com salários inferiores aos pagos aos homens nas mesmas posições no mercado de trabalho; as formas de contratação temporária ou por tempo parcial (muitas vezes autorizadas por reformas neoliberais da legislação trabalhista); os processos de “terceirização”; o crescimento do trabalho “informal”; e, principalmente, a elevação generalizada das taxas de desemprego aberto (Badaró Mattos, 2007, p. 50).

Nesse sentido, ao considerar, para o funcionamento do sistema de acumulação capitalista, a categoria "trabalhadores e trabalhadoras desempregadas", acredito não poder interpretar tal categoria como "os excluídos" do sistema capitalista, como muitos autores não marxistas destacam. Pelo contrario, nos próximos capítulos, me guiará a noção de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, mobilizados e mobilizadas, que, na luta de classe, se reorganizam para se confrontar com nova versão do capitalismo financeiro, como um contrapoder ao poder hegemônico. Os desempregados e as desempregadas são necessários ao sistema capitalista, mas, por outro lado, se convertem numa potencial ameaça, quando, no encontro de interesses e identidades, constroem a luta e a consciência de classe trabalhadora, como aconteceu na instauração do neoliberalismo na Argentina. Nesse sentido, recupero as palavras de Engels (2010, p. 129), quando traz esse devir ameaçador dos desempregados e das desempregadas:

Operários desempregados, porque as fábricas estavam fechadas e os patrões não tinham empregos para oferecer, vagavam pelas ruas e mendigavam, sozinhos ou em grupos, pedindo ajuda aos transeuntes – mas os seus apelos não eram humildes, antes ameaçadores, por seu número, seus gestos e suas palavras.

Para finalizar, aprofundando a ideia de luta de classes, recupero a tese de Amorim (2010, p. 46), para quem "os movimentos de desempregados expressariam formas de reorganização ou recomposição das lutas da classe trabalhadora, que se inserem em um movimento mais amplo de reconfiguração das lutas sociais, que envolveu, por exemplo, fragmentações e reorganizações no interior do movimento sindical argentino". Dentro dessa linha de pensamento, recupero também a aproximação feita por Galvão (2011, p. 117), ao entender que todo movimento social é "portador de um desafio político, deve ser analisado em sua relação com o poder político" e considera importante resgatar os conflitos de trabalho em meio às teses do fim do trabalho. A autora (Galvão, 2011, p.118) entende que "embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, todo movimento, em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição entre capital e trabalho no seio das sociedades contemporâneas". Isso permite supor articular a luta a situação objetiva de classe, procurando desvendar sua posição no mercado de trabalho. Nessa perspectiva a luta das mulheres, dos negros, dos índios, para essa autora (Galvão 2011, p. 119), assume contornos específicos na sociedade capitalista, com base na exploração econômica do capital, com a que concordo.

Aqui, revelam-se fundamentais os aportes de Marro (2013), que, recorrendo a uma concepção ampla e genérica de movimento social, considera o movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas como produto do "processo pelo qual as massas subalternas começam a constituir-se como sujeitos políticos com capacidade de intervenção crítica nas relações sociais de exploração e opressão próprias da ordem burguesa, sendo então o movimento operário sua primeira e mais clássica expressão." (Marro, 2013, p. 5). Uma concepção mais específica, sem dissociar-se do conteúdo da luta de classes, denota um "...conjunto muito diverso de experiências organizativas e de constituição de sujeitos coletivos (que não podem ser equalizados em seu

significado sócio-histórico), mas que podem ser compreendidos a partir da mesma natureza econômico-corporativa [...]” (Marro, 2013 p. 6).

1.5 Classe e gênero: quando a classe se articula com o gênero.

A categoria classe tem recebido, a partir da década de 70, contribuições das teóricas feministas (Hirata; Kergoat, 1994, Souza Lobo, 1991) para articular as categorias classe e gênero, com o objetivo de entender de que maneira se estrutura a exploração da mulher no trabalho e a opressão de sexo como relações mutuamente imbricadas. Elas questionaram, assim, a definição de classe trabalhadora, que mostra a classe social como classe assexuada e homogênea. Hirata e Kergoat (1994, p. 93, 94) recuperam, em 1994, no artigo “A classe operária tem dois sexos”, as primeiras críticas ao conceito de classe vindas dos estudos de Christine Delphy, que mostrava, na época, como “o pertencimento de classe para a mulher é construído a partir de um referencial exclusivo do homem (marido, pai) sem que sejam levadas em consideração as atividades próprias da mulher”. Essas autoras (Hirata; Kergoat, 1994) afirmam, no estudo mencionado, que o conceito de classe que se vem utilizando não permite captar o lugar da mulher na produção e reprodução. Ao questionarem a definição de classe trabalhadora feita até então, que a mostra como classe assexuada e homogênea, elas entendem que as relações de classe e relações de gênero são coextensivas (se superpõem em parte) e, portanto, devem ser analisadas conjuntamente, tanto nos estudos sobre as mulheres como naqueles sobre os homens. Para as autoras, a afirmação “a classe operária tem dois sexos” não é apenas a utilização dos termos trabalhadores e trabalhadoras.

Trata-se também de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas, e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou pior, falso – do que é uma classe social. (Hirata; Kergoat, 1994, p. 95)

Dizer que as relações de classe são sexuadas implica reconhecer que as relações de gênero são atravessadas por pontos de vista de classe e, portanto,

“elas são classistas” (Hirata; Kergoat, 1994). Kergoat (1996) explica que é das relações sexuais e de sexo que emerge a divisão sexual do trabalho.

No Brasil, Souza Lobo (1991, p. 170), já em 1984, entendia que “divisão sexual do trabalho é uma construção social e histórica”, e afirmava que “as relações de produção e reprodução social são [...] sexuadas e assimétricas, marcadas por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos”. Para Souza Lobo (1991, p. 171), “A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero e dominação”.

As feministas se concentraram, durante anos, na questão do trabalho das mulheres, tratando de entender como a construção da divisão sexual do trabalho gerava subordinação. Na década de 60 e começos dos anos 70, o surgimento de uma nova preocupação acadêmica e política aproximava os estudos das mulheres da articulação da identidade das mulheres com as demandas de sua presença na economia, na política, na sociedade e na cultura. Um primeiro momento encontrou as acadêmicas descobrindo a invisibilidade social das mulheres no trabalho doméstico, não valorizado e oculto à visão pública. Então, um dos primeiros temas-chave dos anos seguintes (década de 70) será o reconhecimento do valor da produção doméstica e o papel das mulheres na rede social que apoia e reproduz a existência social. Por isso, era fundamental, para as acadêmicas, fazer visível o invisível; “daí a necessidade de conceitualizar e analisar o cotidiano, o anti-heroico, a trama social que sustenta e reproduz” a situação das mulheres. O debate foi intenso. Perguntavam: O que produzem as mulheres quando se dedicam à sua família e a seu lar? Quem se apropria de seu trabalho?” (Jelin; Valdés, 1999, p. 4). O reconhecimento da dona de casa como trabalhadora gerou também um debate político: “Deve ser reconhecida como trabalhadora com direitos laborais? Deve-lhe ser outorgada uma remuneração ou uma aposentadoria? Têm de ser transformadas as relações de gênero da domesticidade?” (Jelin; Valdés, 1999, p. 4). Num segundo momento da discussão, as mulheres – ao entenderem que a subordinação estava ancorada na distinção entre o mundo público e o privado –, viram a necessidade de sair da esfera doméstica e entender a participação no mundo público.

O acesso ao mundo do trabalho também trouxe uma série de aspectos não contemplados até esse momento: poucas oportunidades para o acesso a empregos qualificados, discriminação salarial, tarefas tipicamente femininas, e a dupla jornada laboral. Essa nova etapa implicava abrir a discussão a um novo enfoque: a noção de patriarcado, conceito que permitia ligar as relações dentro da família com as relações sociais mais amplas. Então, “a liberação implicava uma transformação do sistema patriarcal como sistema social” (Jelin; Valdés, 1999, p. 5). Os debates posteriores buscam recuperar a participação das mulheres nos movimentos sociais e nas lutas reivindicativas a partir da sua participação contra as ditaduras, contra a violência, a favor da autonomia do corpo, contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres que as coisificam como uma mercadoria e as inserem nas lógicas perversas do capital.

Já expliquei, na introdução, que a maioria dos estudos sobre os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, na Argentina, além de não aprofundar a introdução da categoria classe nos estudos, pouco ou nada faz a respeito das relações de gênero no seio do movimento. Seguindo a linha de discussão, de considerar o movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas como um movimento de classe, entendo que as relações de gênero que se travam no seio do movimento piqueteiro requerem uma articulação com as relações de produção e reprodução.

O conceito de gênero, central nesta pesquisa, desenvolveu-se no feminismo na década de 70. Os primeiros estudos sobre o gênero foram abordados a partir do eixo sexo/gênero, o que reforçava aspectos da construção social das relações de gênero. Ao longo do tempo esses estudos aprofundaram-se. Já na década de 1980, Joan Scott (1991) traz o conceito explorando sua relacionalidade e apresentando-o como categoria de análise histórica. Scott (1991, p. 14) afirma que: a) gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos; e b) gênero é a maneira primordial de significar relações de poder. Os símbolos culturais, os conceitos normativos, os sistemas (econômicos, educacionais, políticos, religiosos, entre outros) e a identidade subjetiva são elementos constitutivos das relações de gênero. O gênero nos permite encontrar os significados que são atribuídos tanto ao feminino quanto ao masculino, inserindo-nos nos contextos sociais e históricos de sua produção e reprodução.

No Brasil, os aportes de Saffioti (1992), plasmados no seu texto clássico *Rearticulando Gênero e Classe*, ampliam a discussão, entendendo que “... as relações de gênero travam-se no terreno do poder, onde tem lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados. Dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno”. Esses termos, dominação e exploração, são, para a autora, como foi visto, componentes de uma simbiose da qual participam o patriarcado, o modo de produção e o racismo (patriarcado-capitalismo e racismo). E ressalta que é primordial, “... porquanto antecedeu, e de muito, a emergência das sociedades centradas na propriedade privada dos meios de produção [...] e pelo fato de permear absolutamente todas as relações sociais, sejam de classe social ou étnicas” (Saffioti, 1992, p. 197). A primazia do gênero, para Saffioti (2009), fundamenta-se em que o gênero, como categoria histórica, data do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos. No entanto, as classes sociais, fenômeno ligado ao capitalismo, emergem na constituição da determinação industrial. Desse modo, o gênero é, historicamente e em milênios, anterior às classes sociais. Como ressalta a autora (Saffioti, 2009, p. 20), as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno *gendrado*.⁴² Isso permite entender a estreita articulação entre as categorias de análise gênero e classe (e também etnias e gerações, como dimensões constitutivas) nas relações de poder e na sua inter-relacionalidade. Na distinção entre relações de gênero e patriarcado, realizada por Saffioti (2009), o gênero albergaria, em seu interior, o conteúdo da igualdade; contrariamente, o patriarcado se baseia sempre na desigualdade.

⁴² Saffioti recupera os estudos sobre as sociedades de caça e coleta de Gerda Lerner (1990), cujas conclusões mostram que, mesmo em sociedades onde as mulheres possuíam um desfrute e um *status* maior, elas não tinham capacidade decisória sobre o grupo dos homens, não ditavam normas sexuais nem controlavam as trocas matrimoniais; quer dizer: não tinham acesso aos lugares considerados de maior poder e prestígio. Nos intensos debates sobre o patriarcado e sua origem, os estudos feministas ainda continuam analisando a dominação ou a opressão das mulheres a partir de distintas perspectivas (perspectiva baseada na fortaleza dos homens para a caça, perspectiva das feministas que, retomando os aportes de Engels sobre a perda do direito materno, estabelecia a origem da opressão da mulher na família monogâmica e na propriedade, entre outras perspectivas). Parece recorrente considerar aportes tais como os de Lerner (1990), que data a consolidação do patriarcado entre 3.550 a. C. e 650 a. C., quando se instala a sociedade de coleta. Nessas sociedades, a reprodução da força de trabalho para perpetuar a existência da coleta coloca as mulheres em sua capacidade reprodutora de crianças e homens, os quais serão os que darão continuidade ao trabalho e à espécie. Portanto, serão as mulheres as que serão intercambiadas entre as sociedades primitivas, não como mulheres em si, senão pelas suas capacidades reprodutoras.

O patriarcado têm sido, e é ainda hoje, cerne de intensas discussões, acordos e desacordos entre as feministas, na tentativa de compreender seus distintos aspectos. A primeira definição sobre patriarcado foi realizada por Kate Millett, que, apoiada na teoria do poder e da dominação de Max Weber, o concebe como uma instituição construída na base da força e da violência sexual sobre as mulheres. Contudo, a maioria das teóricas feministas concorda com a perspectiva aportada por Firestone (1976), que entende a subordinação da mulher fundada na sua capacidade reprodutiva e na necessidade que o homem tem de garantir sua descendência. Tanto Lerner (1990) como Saffioti (1992, 2009), entre outras teóricas, salientam o caráter histórico do patriarcado, que, com base na hierarquização e na desigualdade entre os sexos, se expressa de forma diferente no tempo e no espaço (Saffioti, 2009).

Com referência a isso, concordamos com Kergoat (1996, p.19) que essas diferenciações entre práticas sociais masculinas e femininas "... não é produto de um destino biológico, mas são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material e apoiam-se em uma vontade de hierarquização". Hartmann (1987) conceitua o patriarcado como "um conjunto de relações sociais entre os homens, que tem uma base material e que, apesar de serem hierárquicas, estabelecem ou criam uma interdependência e solidariedade entre os homens que os capacita para dominar as mulheres". O aspecto resgatado por Amoros (2005) e Saffioti (2009) sobre essa definição se refere ao aspecto associado ao pacto entre os homens para garantir a opressão da mulher. Amoros (2005) avança sobre essa definição, explicando que o conjunto de homens não está constituído em si, senão que se constitui mediante um sistema de práticas, sendo a autodesignação que cumpre o papel de articulá-las. A igualdade entre os homens é a base dessa designação. Enquanto o conjunto de homens pode pensar-se como "espaço de iguais", o conjunto de mulheres é pensado como o "espaço das idênticas". O patriarcado, para a autora (Amoros, 2005), é o não pensamento sobre a mulher, e, por isso, constitui uma violência em si mesmo.

Assim, sobre esse aspecto, Costa (1998) afirma que, historicamente, as mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade. As pequenas parcelas de poder que as mulheres têm permitem-lhes romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia

masculina, porém são poderes tremendamente desiguais, em relação estas. Mas há a compreensão de que a desvalorização do papel das mulheres é uma construção social e, como tal, passível de mudança. Desse modo, a categoria gênero, dentro da teoria feminista, implica, sempre, a contestação à exploração ou dominação, e a estruturação de uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária (Saffioti, 2009). Os estudos de gênero, sob essa perspectiva, permitiram que as teóricas feministas analisassem os mecanismos que estruturaram essa subordinação e superassem noções universalistas e essencialistas que a sustentavam.

A luta das mulheres, como categoria, tem tido avanços nas diferentes áreas da vida (política, trabalho, mundo doméstico, saúde), porém ainda ficam grandes lutas por travar em nossos estados latino-americanos e muitas análises sobre a vida das mulheres por fazer, que nos permitam construir categorias que desvendem aspectos ainda sem compreensão suficiente sobre as distintas formas de opressão das mulheres. Para Amoros (2005), a luta do feminismo é a construção de uma "identidade feminista como projeto crítico-reflexivo de ser mulher, na assunção plena de um projeto individual que possa nos dar uma legitimação substantiva" Nesse sentido, para a autora (Amóros, 2005), o feminismo, como todo processo emancipador, é fonte de pensamento interpretativo, fornece novas chaves de decifração do real, já que é um projeto de reconstrução da realidade social baseado em novos e insólitos pactos.

Entendendo a luta das mulheres desempregadas como luta de trabalhadoras, podemos dizer que, na Argentina, os estudos sobre as mulheres centraram-se principalmente na luta sufragista e pelo nascimento do partido peronista feminino em meados de 1947, além de trabalhos sobre as lutas das mulheres anarquistas. São poucos os trabalhos sobre a mulher no âmbito laboral e, em menor medida, a respeito de sua presença nos protestos operários. No ano 2007, foi publicado o texto da pesquisadora e historiadora Mirta Zaida Lobato, na obra *Historia de las Mujeres Trabajadoras en Argentina (1869-1960)*. Esse livro de pesquisa histórica tem a virtude de vir preencher um vazio nos estudos sobre a vida das mulheres no mundo do trabalho e a sua participação nas lutas sindicais. A autora (Lobato, 2007) mostra que as mulheres sempre participaram das atividades econômicas do país, e o fizeram desde o setor primário até formas qualificadas, como o ensino. O trabalho das mulheres nas

fábricas, na década de 1930, era realizado sob condições de extrema exploração e falta de direitos. Num contexto onde as mulheres eram impulsionadas pelas políticas públicas a permanecer em seus lares, as mulheres das camadas mais pobres argentinas contribuíam com a economia familiar, incorporando-se no âmbito fabril do cone urbano bonaerense. O texto de Lobato (2007), que revisa os finais do século XIX e princípios do XX, exhibe os protestos das docentes, das *fosforeras*, das *alpargateras*, das costureiras, das telefonistas e das atrizes. Dessa maneira, opõe-se a suposições sobre a não presença das mulheres nos momentos de luta. Também, o livro *La voz de la mujer. Periódico comunista-anarquico*, editado pela Universidad Nacional de Quilmes em 1997, reproduz os textos publicados na imprensa semiclandestina de mulheres feministas, comunistas e anarquistas. *La voz de la mujer* era um jornal escrito por mulheres para mulheres entre 1896 e 1897, cujas autoras se reivindicavam como mulheres da classe trabalhadora e convocavam as mulheres a mobilizarem-se contra sua subordinação, sob o lema “*Ni Dios, ni patrón, ni marido*” (Molineux, 2002).

2 A LUTA PELO TRABALHO

Los viejos amores que no están,
la ilusión de los que perdieron,
Todas las promesas que se van, y los que en cualquier guerra se cayeron.
Todo está guardado en la memoria,
sueño de la vida y de la historia.
El engaño y la complicidad de los genocidas que están sueltos,
el indulto y el punto final a las bestias de aquel infierno.
Todo está guardado en la memoria,
sueño de la vida y de la historia.
La memoria despierta para herir a los pueblos dormidos
que no la dejan vivir libre como el viento.

(La Memoria, por León Gieco)

2.1. As histórias de Norma e Lia

Norma e Lía são duas mulheres centrais na reconstrução das lutas na Patagônia, que orientaram, com suas histórias, a pesquisa, e me brindaram com a possibilidade de me encontrar com as demais entrevistadas. Elas tiveram um papel central nas rebeliões das mulheres e, portanto, também na pesquisa. A reconstrução de suas vidas e de suas lutas foi tecida em grande parte por elas, mas, sobretudo da perspectiva das outras mulheres que participaram e relataram o envolvimento delas com a luta. Reconstruir a vida de luta dessas mulheres implica reconstruir a história dos sucessos na região, os significados e os processos que promoveram seu ingresso na luta política e econômica.

Norma tem 62 anos, nasceu em Caleta Olivia, é mãe solteira de seis filhos, sustentou sua família com trabalhos domésticos esporádicos até a privatização. Ante a crise, Norma sentiu, na pele, a falta de trabalho, e foi através das lutas ancoradas na década de 1990 que ingressou para trabalhar em atividades de recuperação ambiental. É uma grande liderança da luta das mulheres, pois participou das primeiras mobilizações da década de 90 na região, foi processada por bloqueio de estradas em 1998, e continua lutando e acompanhando as diferentes lutas reivindicativas. Em 1999, candidatou-se a vice-governadora do Estado de Santa Cruz pela "Frente de Unidad Trabajadora". Atualmente, é um valoroso quadro político do Partido Obrero – um partido de esquerda com um perfil combativo. Em várias eleições posteriores, postulou-se como candidata pelo seu partido. Norma é apresentada por Lia como a pessoa que “mais sabe sobre a luta das mulheres

em Caleta Olivia" e que "melhor conta o que realmente se passou". Segundo informou, começou a participar da "política" na década de 90, quando "se privatizou YPF". Para Norma, a mobilização produzida pela privatização de YPF foi central em sua vida, mudou sua vida. Quando as mulheres ainda não participavam dos acontecimentos políticos, Norma integrava a Comissão de Desempregados em 1994 e logo, em 1997, a Coordenadoria de Desempregados. Atualmente, continua sendo uma militante do Partido Obrero. Ressalta, nas entrevistas, que não participou de forma direta das tomadas de Termap de 2004, porém acompanhou essas lutas, seja provendo materiais e elementos, seja participando dos bloqueios de estrada que complementavam as ações. Em sua primeira reunião para a criação da comissão de desempregados, Norma conheceu Lia, que, nesse momento, era a zeladora da Escola 29, onde a Comissão se reunia. Lia, nessa época, realizava essa tarefa como contraprestação do programa social, PRENO.

Lia, tem 62 anos, nasceu no estado de Salta, ficou órfã muito pequena. Trabalhou na coleta da cana até os dez anos, quando uma tia trouxe ela e seus irmãos para Caleta Olivia. Em Caleta Olivia ela começou a trabalhar desde muito jovem e cursou, paralelamente, estudos secundários. Se casou e separou, e teve, dessa relação, quatro filhos: um filho, três filhas vivas e uma falecida e netos. Uma das filhas é Guada. Lia continua sendo a zeladora da Escola 29, mas, depois de várias lutas levadas a cabo pelos desempregados, conseguiu ficar efetiva no cargo, em 2004. Ela também ingressou, em anos posteriores, no *Partido Obrero*. A amizade entre as duas começou, segundo Lia, por "afinidade de ideias" entre ambas. Ela, ao escutar o que se discutia nas reuniões, identificou-se com o que Norma propunha. Nesse momento Lia não tinha contato com o mundo da política, contudo resgata suas inquietudes:

Yo ya tenía esa inquietud, yo había visto, toda la vida vivimos mal, y aparte este, veía lo que la gente la no veía, mis propios compañeros, el tema de ganar lo que nos pagaban y están conformes. Yo ya tenía esa idea, por eso acompañé a los desocupados porque me pareció que estábamos en la misma situación. (Lia)⁴³

⁴³ Tradução. "Eu já tinha essa inquietude, eu via que toda a vida vivemos mal, e, além disso, via que meus companheiros não viam isso, não percebiam o fato de ganhar o que nos pagavam e estavam conformados. Eu já tinha essa ideia, por isso acompanhei os desempregados, suas discussões, suas lutas, e me pareceu que estávamos na mesma situação. (Lia).

Para Norma, a amizade com Lía começou quando a Diretora da escola, no momento em que a Comissão foi solicitar uma sala para se reunir, lhe diz que, seguramente, se daria muito bem com Lia (Lia seria quem abriria e cuidaria do local durante as reuniões), "porque pensavam mais ou menos o mesmo".

Para avançar nas histórias dessas mulheres e das restantes, é necessário contextualizar a privatização de YPF e o contexto de desemprego na Região Patagônica.

2.2. Patagônia, História e Desenvolvimento.

A Patagônia Argentina se estende a partir da divisória do rio Colorado, para o sul da República, abarcando os estados de *Rio Negro, Neuquén, Chubut, Santa Cruz, Tierra del Fuego e islas Malvinas do Atlântico Sur*. Para fins acadêmicos, os diversos estudos têm feito distintas divisões do território patagônico, seja distinguindo sub-regiões (Marquez; Godoy, 1993), ou distinguindo entre Patagônia Norte (*Rio Negro e Neuquén*), Central (*Chubut, Norte de Santa Cruz*), e Austral (Sul de Santa Cruz, Tierra del Fuego e Islas Malvinas). Nesta pesquisa, utilizo a divisão *Patagônia Central* para dar conta do circuito econômico e sociopolítico compreendido entre as cidades de Comodoro Rivadavia, Sarmiento, Caleta Olivia, Cañadón Seco, Pico Truncado y Las Heras, uma unidade produtiva diferenciada e circunscrita à atividade petrolífera e à trama de comunicações entre as cidades, que conformam o que Salvia (1997) denominou um enclave produtivo; conceito que dá conta da estrutura econômica subordinada ao monopólio da atividade produtiva e a dependência das outras atividades setoriais, senão também que evidencia processos sociais que se articulam em torno dela, tanto desde o plano material como simbólico

De acordo com Salvia (1999), essas cidades, no plano político-territorial, apresentam uma mesma raiz em relação aos processos históricos que estruturaram sua colonização, seu crescimento e estrutura ocupacional e seu desenvolvimento econômico, cujo principal protagonista foi o Estado Nacional.

Como já destaquei, o *Golfo San Jorge* compreende a área sul da província de Chubut e a região norte de Santa Cruz.⁴⁴ A região norte de Santa

⁴⁴ A região patagônica representa 35% da superfície do país, com 7% da população e 7% do PB.

Cruz é conhecida como Santa Cruz Norte⁴⁵. Comodoro é a cidade mais extensa da Patagônia Central (200.000 km² sobre o litoral sul), conta com uma população de cerca de 180.000 habitantes (INDEC, 2010) e seus limites estão traçados entre os paralelos 43°S e 47°S ao sul do Estado de Chubut. Declarada a "*Capital Nacional del Petróleo*" em 1907, nela se localizam as principais casas matrizes das empresas petrolíferas.



Entretanto, nas outras localidades do Golfo, como é o caso de Caleta Olivia, as empresas possuem suas “bases” ou suas subsidiárias. Isso traz como variável que as contratações para trabalhar nas áreas de Santa Cruz Norte se fazem geralmente nas casas centrais, em Comodoro Rivadavia, e é empregada mão de obra residente em Comodoro Rivadavia. Esse fenômeno foi denunciado em 2001, ante a crise de falta de trabalho em Santa Cruz Norte, pelo sindicato de trabalhadores do petróleo. Uma das demandas dos sindicatos de Santa Cruz às operadoras foi a suspensão da contratação de trabalhadores de Comodoro Rivadavia, priorizando a contratação de operários nascidos ou radicados na região de Santa Cruz (La Nación, 2001c).

⁴⁵ Em alguns trechos, utilizo essa denominação.

Caleta Olivia, cidade onde se produzem as tomadas de TERMAP, no período estudado, encontra-se no norte da província de Santa Cruz⁴⁶, na costa atlântica, e tem uma localização geograficamente estratégica, por ser parte do "Corredor Bioceánico de la Patagônia Central", que conecta as cidades costeiras de Aysén (Chile) com as cidades Costeiras da Região do Golfo San Jorge. Possui um porto marítimo, "Caleta Paula", no qual as exportações que se realizam contam com um benefício de Reembolso por Exportações de Portos Patagônicos (Lei Nacional N° 23.018). Esses são fatos que incentivam a instalação das indústrias no território. Com uma população de 36.202 habitantes em 2001 e 44.127 em 2010 (INDEC), é a mais importante cidade do norte "santacruceño", e sua história está relacionada intimamente aos vaivéns da indústria petrolífera e, em particular, da empresa YPF. Em Caleta Olivia concentrava-se, segundo ressaltam os caletenses, a população operária de YPF; em Cañadón Seco, os trabalhadores que ocupavam cargos de supervisão e chefias; e, em Comodoro Rivadavia, os cargos gerenciais de primeiro nível, onde se concentravam e se concentram ainda hoje as oficinas centrais de YPF e das empresas privadas (Roldán, 2006).

⁴⁶ Santa Cruz, com uma população, em 2001, de 196.958 habitantes, distribuídos em 243.943 km², encontra-se entre as primeiras seis exportadoras de petróleo cru. As atividades em SC encontram-se divididas em: "Circuito Norte santacruceño", compreendido pelas cidades de Caleta Olivia, Pico Truncado, Cañadón Seco e Las Heras; e "Santa Cruz Austral", compreendido pelas cidades de Rio Gallegos, San Julian, Rio Turbio. Na província, desenvolvem-se tanto atividades petrolíferas como a criação de gado ovino, atividades centrais da economia. É governada, desde o retorno da democracia, pelo justicialismo. Nestor Kirchner, presidente da república entre 2003 e 2007, tinha sido o governador da província entre 1991 e 2003; ele governou a província durante todo o processo de aprofundamento das políticas neoliberais e o avanço dos capitais financeiros. Em 2003, assume o governo da província Sergio Azevedo, do FPV.



Fotografia própria

Ao entrar na cidade, já se pode perceber imediatamente a importância do petróleo, pois as instalações de Tormap são as primeiras a serem vistas, tanto do lado direito como do esquerdo da estrada (Ruta 3) na entrada à cidade pela orientação norte (vindo de Comodoro Rivadavia). A "Ruta 3", estrada de tipo nacional, atravessa toda a cidade e se dirige para o Sul, na direção de Cañadón Seco, Pico Truncado, Las Heras, Rio Gallegos, Rio Grande e Ushuaia, entre as cidades do Sul.



Fotografia própria.

Avançando um pouco mais, o visitante se encontra, no pleno centro da cidade, com o monumento ao trabalhador petroleiro, o "Gorosito". O *Gorosito* foi inaugurado em 13 de dezembro de 1969, no "Dia do Petróleo Nacional", em plena glória da atividade petroleira, e é o emblema do trabalho. O monumento impacta pelas suas dimensões, 13 metros de comprimento, no centro da cidade. A figura é um homem trabalhador petroleiro, com parte do tronco nu, ao pé de um poço de produção, em atitude de abrir a válvula. É o símbolo do trabalho na região, criado para dar conta do significado do trabalho petroleiro para o povo (Cicciari, 2006). O trabalhador (homem) expõe o supremo esforço do que ele realiza para "fazer a Patagônia"⁴⁷. O *Gorosito* é o ponto de encontros coletivos, de passeatas, e protestos como será visto nos próximos capítulos. Além do mais, é o ponto de referência para toda pessoa estranha à cidade e o ponto central da atividade social e comercial.



Fotografia própria

Desde a descoberta do petróleo em 1907 em Comodoro Rivadavia, a atividade petrolífera foi marcando a dinâmica da região patagônica. A

⁴⁷ Una das versões populares sustenta que o nome foi colocado pelo escultor optou por colocar-le esse nome em referência a um homem grande. (Cicciari, 2006)

exploração petroleira e o clima rigoroso (frio seco, de temperaturas extremas no inverno, 10 graus) são os ingredientes dessa mistura, que tem sido qualificada, por décadas, como a "terra de homens", a "terra de sacrifícios", a "terra de trabalho".

2.2.1 Um pouco de historia

O território da Patagônia adquiriu sentido econômico com a formação do Estado nacional, no final do século XIX, quando os atuais estados de Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego ingressaram na organização do país como Territórios Nacionais (1884-1888⁴⁸), situação que se estendeu até 1955/8. Diferentemente das restantes catorze províncias do país, os territórios nacionais se configuraram como uma circunscrição espacial carente de autonomia e dependente do poder central. Para Godoy (2004), a política, nos territórios nacionais, tinha, além do propósito econômico e geopolítico, a intenção de manter o sentimento de pertença e a criação de uma identidade nacional de homogeneização dos distintos grupos.

Para os fins da imposição econômica e ideológica, foi necessária a fragmentação e a extinção das populações originárias da Patagônia – os mapuches-tehuelches – que se rebelaram ante o avanço do exercito argentino, e foram dizimados na conhecida "*Campaña del desierto*"⁴⁹ que, em 1870, deu por concluída sua expedição, com o extermínio do 60% da população originária e a apropriação das terras pela burguesia latifundiária argentina. Já nos inícios do século XX, o principio integrador de povoar os extensos territórios da Patagônia convocava a imigração europeia para "povoar a patagônia". Esse fenômeno era, como explica Salvia (1999), sobretudo o resultado prático do

⁴⁸ A criação dos territórios nacionais enquadrou-se dentro do processo de consolidação estatal e construção da ideia de nação como "ordem pensada", como comportamento leal da população e, por outro, a criação da identidade nacional como consciência coletiva comum, a partir da homogeneização (Godoy, 2004).

⁴⁹ A *Campaña del Desierto* foi uma expedição militar organizada pelo estado nacional, a mando do general Roca, ao sul dos territórios nacionais reclamados pelo Chile e ocupados por povos nativos, com a finalidade de delimitação das fronteiras com os países limítrofes e a consolidação do Estado Nacional. O triunfo definitivo sobre os tehuelches-mapuches, em 1870, permitiu a apropriação, por parte do Estado, de milhares de hectares de terras que seriam distribuídas, na maior parte, a famílias vinculadas ao poder e a colonos e pequenos proprietários sob a lei de imigração, chegados de Europa. Constituiu o maior extermínio de população nativa nas terras do sul. Buscava garantir a propriedade dessas terras para a burguesia latifundiária argentina, com a repressão às resistências do mapuches-tehuelches.

projeto histórico dos setores hegemônicos, fazendeiros e agropecuários da Argentina, radicados nos pampas bonaerenses, em seu processo de se integrar ao esquema mundial econômico. O Estado nacional aprofundara, ao longo da primeira metade do século XX, o estabelecimento de distintas atividades econômicas de enclaves (Salvia, 1999): exploração de petróleo em Comodoro Rivadavia (1907), carvão em Rio Turbio, Estado de Santa Cruz (1944); em 1970, indústrias têxteis em Chubut e automotrizes e eletrônicas em Tierra del Fuego. Provinham da Europa, do Chile e do Norte da Argentina multidões de trabalhadores para integrarem-se às atividades. Os povos originários ficaram marginalizados na vida dos enclaves, em reservas situadas nos limites com o Chile.

O pesquisador Godoy (2004), de referência aos processos de construção de identidades culturais, entende foram vivenciados processos diferentes em Comodoro Rivadavia y Caleta Olivia. Essas cidades emergiram, num primeiro momento, com uma forte presença de migrantes europeus, a partir da exploração petroleira em 1907, e alguns argentinos de Buenos Aires. Em Caleta Olivia, como em todas as localidades de Santa Cruz, os migrantes europeus dedicaram-se à exploração do gado ovino. Porém, a partir de 1944, quando se introduz a exploração petroleira em Caleta Olivia, essa identidade europeia seria substituída, em sua maioria, por migrações massivas provenientes de estados do norte argentino, de Catamarca, Salta, Jujuy, de indivíduos recrutados a partir do trabalho em YPF, empresa nacional, em seus próprios estados. Segundo o autor (Godoy, 2004), a ideologia estatal, a partir da territorialização, "fabricaria" "chubutenses" e "santacruceños" como forma identitária, o que ampliaria a representação política e o poder do território das populações da Patagônia Central.⁵⁰

Apoiadas no modelo "industrial substitutivo", as medidas do Estado para instalar complexos mineiros, energéticos e industriais vinculados a objetivos de desenvolvimento nacional, na década de 60-70, teve uma ampla recepção nas bacias patagônicas. Para Salvia (1999), a região foi um modelo exemplar de tipo "desenvolvimentista", o qual estava orientado para a homogeneização e o melhoramento progressivo das condições laborais e de vida da força de

⁵⁰ Cabe destacar que, em Comodoro Rivadavia, durante o período 1950-1960, os migrantes provinham dos países limítrofes, sobretudo do Chile, e era uma população " eminentemente masculina" (Mármora, 1968).

trabalho assentada em cada empreendimento. Nesse marco, foi sempre importante o pleno emprego e a ocupação formal, os sistemas de proteção e regulação laboral, o investimento em habitação e infraestrutura social. No entanto, essa situação permaneceu até pouco antes da década de noventa.

Assim, a exploração petroleira e carbonífera na Argentina se concentrava em duas empresas estatais *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) e *Yacimientos Carboníferos Fiscales* (YCF)⁵¹, ambas instaladas no estado de Santa Cruz. As transformações dessas empresas nacionais, na década de 90, trouxeram impactos sociais profundos nas regiões, já que a extração e a exploração dos recursos, no sul argentino, constituem um fator estratégico para o desenvolvimento integral da região.

2.3. A Patagônia rebelde.

A Patagônia tem sido identificada como o cenário de importantes lutas e rebeliões acontecidas no século XIX e XX. Os acontecimentos entre 1850 e 1870 culminaram com genocídio e quase extermínio dos povos originários da região, na *Campaña del desierto*, empreendida pelo general Roca para domesticar e despejar os "rebeldes" mapuches-tehuelches de suas terras. Entre 1920 e 1922, a Patagônia foi marcada pelo fuzilamento dos peões de campo em greve, episódio conhecido na historiografia, como "*La Patagonia trágica*", ou "*La Patagonia rebelde*", nome do livro do historiador Osvaldo Bayer (2009)⁵², que traz uma longa pesquisa sobre os fatos que envolveram as greves dos peões de campo e seu fuzilamento por parte das milícias argentinas. *La Patagonia Rebelde* relata as execuções de 1.500 peões de campo pelo exercito argentino, enviado de Buenos Aires para reprimir a greve dos peões rurais durante o governo de Hipólito Irigoyen (Partido Radical).

⁵¹ Ambas as atividades foram desenvolvidas em Santa Cruz através da instalação de YCF em Rio Turbio e YPF no norte e sul santacruceño. Rio Turbio é uma cidade na fronteira com Chile, no sul de Santa Cruz. Conta com uma população de 8814 habitantes (INDEC, 2010), e sua criação está relacionada à exploração carbonífera. Encontra-se a 301 km de Rio Gallegos e a 935 Km da cidade de Caleta Olivia.

⁵² Osvaldo Bayer investiga os acontecimentos da "Patagônia rebelde" a partir da leitura do livro "*La Patagônia Trágica*", publicado em 1928 por José María Borrero, texto apoiado em evidencia documental, que de acordo Bayer, fica inconcluso. Bayer (2009) explora outra linha, das conexões entre os crimes da patagônia com a participação e responsabilidade do Estado, análises que não foram contemplados durante cinquenta anos anteriores. Tanto Bayer, como seu livro, foram proscritos durante a ditadura militar de 1976. Os relatos começaram a ser conhecidos no período pós-ditadura. Em 1989 se estreia a película baseada no livro.

Inscrita na memória dos patagônicos e das patagônicas como uma das mais injustas e vergonhosas mostras de autoritarismo em pleno estado democrático, as execuções de 1921, no Sul Patagônico, nas estâncias de Santa Cruz (*Bella Vista, San José, Manantiales, Maria, entre outras*) desnudam as relações de poder, as lutas de classes e o papel do Estado a favor da oligarquia. A greve tinha sido iniciada contra as condições de trabalho escravo e a exploração sofrida pelos peões de campo por parte dos patrões das estâncias da região, em sua maioria de origem inglesa, que exploravam, ameaçavam, despediam e realizavam represálias contra as demandas dos trabalhadores e suas tentativas de se sindicalizarem.⁵³ O novel sindicato *Sociedad Obrera* filiado à FORA, de linha comunista, confrontava com o modelo da burguesia agrária argentina. Seus dirigentes provinham do anarquismo, do comunismo e do socialismo, e eram, majoritariamente, migrantes de países europeus e peões chilenos. A greve dos peões está enquadrada nos conflitos que se iniciaram em 1910 em todo o país e, particularmente, está associada ao contexto de crise de exportação do gado ovino e à produção de lã após a primeira guerra mundial.

O conflito, que se inicia denunciando as perseguições de operários em setembro de 1921, continua com a apresentação de um pedido à *Sociedad Rural Argentina* (Organização dos proprietários de estâncias e frigoríficos da região), que é rechaçado⁵⁴, avança com a declaração de greve geral em toda a província em novembro. Houve pressão da *Sociedad Rural Argentina* sobre o Estado argentino para colocar fim ao conflito. Para isso, como declara Bayer (2009), através de uma campanha midiática, a Sociedade Rural começou a promover, nos jornais *La Prensa, La Razón* e *La Nación*, a denuncia sobre o "perigo anarquista", o bandoleirismo e a tentativa do governo chileno de se apoderar da região de Santa Cruz. Durante meses, esse processo se converteu numa caçada de peões no solo patagônico ou, como diz Bayer, "uma

⁵³ A FORA (Federación Obrera Regional Argentina) tinha organizado, em Río Gallegos, estado de Santa Cruz, a *Sociedad Obrera* de Río Gallegos, dirigida pelo espanhol Antonio Soto, anarquista, conhecido como "el gallego" Soto, que é referência nessas lutas.

⁵⁴ O pedido entregue pelos trabalhadores exigia: não mais de três homens em quartos de 16 m²; um pacote de velas para cada operário por mês; não trabalhar nos dias de sábado; melhoria nas porções de comida; um salário mínimo de 100 pesos (pagavam em bônus a maioria dos peões); e o reconhecimento da Sociedade Operaria como o único representante legítimo dos trabalhadores.

caçada de chilenos". O massacre beneficiará a consolidação do domínio burguês no território de Santa Cruz. Osvaldo Bayer (2009) registra, na historiografia, a responsabilidade do Estado.

2.3.1 As mulheres resistem na Patagônia rebelde

No episódio datado de 22 de fevereiro de 1922 e conhecido como a "única derrota dos vencedores", Bayer (2009) faz alusão à negativa, interpretada como resistência, das mulheres prostitutas de manter sexo com os soldados do exercito executor dos fuzilamentos dos peões. Bayer (2009) detalha, a partir da análise dos arquivos do comissariado de San Julián (Sul de Santa Cruz, cidade onde o exercito parou dias após da barbárie), que eram cinco mulheres jovens, do prostíbulo *La Catalana*, que demonstraram tal valentia. O episódio que, no tempo, converteu-se em lenda, constitui parte da historia das lutas na Patagônia e foi recriado de diversas formas: na novela do historiador Osvaldo Bayer, *Los vengadores de la Patagônia Trágica*; no texto dramático Juan Raúl Rithner, para ser representado na obra teatral *El maruchito: sangre e encubrimiento allí en las tierras del viento*; e na serie literária tradicional (narrativa) *Pupilas del desierto*, da autora Lili Muñoz. Segundo relata Bayer:

Depois que acabou tudo, Varela teve gestos verdadeiramente paternais com seus soldados. Por exemplo, ao chegar aos portos, lhes permitia ir aos prostíbulos [...]. O paternal Varela considerou pertinente coloca-los em posição de descanso e explicou que iriam por grupos aos prostíbulos da região. [...] Paulina Rovira, encarregada da casa de tolerância "La Catalana" em San Julián, recebeu o aviso, mas as cinco pupilas do estabelecimento se negaram [...]. Ingressando a tropa, as mulheres se defenderam com paus, vassouras e ao grito de: "Assassinos, Assassinos! Não nos deitamos com assassinos!" e rechaçaram os soldados. A palavra "assassinos" deixou os soldados paralisados, mas, apesar de fazerem gestos de sacar o fuzil, retrocederam ante a decisão do "mulherio" [...]. Os soldados perderam a batalha e ficaram na vereda em frente. (Bayer, 2009, p. 246, 247)

Esse fato é valorizado como as únicas vozes de repúdio em meio ao silêncio cúmplice da sociedade. "Os únicos seres que tiveram a valentia de chamar de 'assassinos' os autores da pior matança de operários de nossa historia foram elas, as pessoas mais humilhadas de nossa sociedade", registrou Bayer (2013), quando da apresentação da obra teatral.

E continua:

Elas colocaram seu corpo em cena, como campo de batalha. Elas, que conheciam a afronta de serem tratadas como mercadorias e a exploração, podiam ter empatia com os grevistas [...] Então, a polícia interveio, porque, definitivamente, era o nome da pátria que estava em jogo [...]. Então, respondeu o comissário: "Estão presas".

O relato de Bayer continua detalhando que elas foram encarceradas juntas num calabouço pequeno, onde havia espaço para apenas uma pessoa. Golpearam-nas e atiraram água fria sobre elas. Depois, proibiram-nas de continuar em "La Catalana" e de se dedicar ao "exercício da prostituição". Bayer (2009) diz que, "temendo que o fato se difundisse se as cinco "mujerzuelas" continuassem presas, deixaram-nas em liberdade. Tempo depois, três delas foram para outras cidades, trocaram de nomes para apagar seu passado e evitar que a polícia as continuasse molestando.

Para a moral da época, não lhes cabia a qualidade de mulheres⁵⁵. Tampouco as mulheres, na época, tinham voz, sobretudo porque a Patagônia era e continua sendo uma terra pensada de e para homens, onde a prostituição tinha e tem um papel fundamental no sustento da estrutura de trabalho dos homens desde os primórdios do povoamento. Tal como relatam os autores Palermo (2013) e Mármora (1968), reconheço a raiz histórica ligada à presença de homens que passavam longos períodos sozinhos, em lugares onde não existiam mulheres para matrimônio. Tal fato é reatualizado quando as cidades patagônicas se tornam enclaves petroleiros, o que requer uma forte intervenção estatal para propiciar o povoamento de famílias no sul argentino. A indústria petroleira, com salários altos, aponta para a acentuação de estereótipos da divisão sexual do trabalho, reatualizando o patriarcado. Nesse universo masculinizado e de fortes assimetrias salariais, ganha centralidade a figura do homem provedor e a valorização da cultura do esforço, baseada no trabalho físico.

⁵⁵ O relato chega a Bayer através de entrevista realizada a uma descendente de uma das mulheres que retornou tempos depois a San Julian e contou a história "esquecida" para a família. A casa onde funcionou *La Catalana* continua de pé, mas sem placa ou alguma referência histórica ao acontecido. Bayer estreou a obra teatral "*Las putas de San Julian*" recuperando esse protagonismo das mulheres da *Catalana* em 2013, fazendo um percurso por todas as cidades do sul. Ver Facebook, Contravientos, Grupo de Investigaciones de los Movimientos Sociales en Santa Cruz. <https://www.facebook.com/pages/CONTRAVIENTO-Grupo-Investigaci%C3%B3n-de-los-Movimientos-Sociales-en-Santa-Cruz/107421355946645?fref=ts>

Para entender o lugar da mulher na sociedade dos anos 30 e 40, é preciso analisar os significados que se foram construindo em torno do papel que ela desempenha na sociedade argentina da época. As transformações que vinham se produzindo, nos últimos 50 anos do século XIX, anunciavam a chegada de uma ordem econômica, social e política: a presença do Estado-Nação. O fomento da imigração europeia e as mudanças na conformação do Estado tiveram um efeito decisivo nas representações referentes ao gênero e à família. A "raça" transformou-se numa temática desenvolvida no âmbito médico-higienista, com um discurso que associava a imigração com a desordem, a loucura, a promiscuidade e a dissolução da família. Portanto, tudo que se relacionasse a âmbito familiar, sexualidade, reprodução e matrimônio foi insumo para a criação de uma série de instituições estatais que ganharam impulso e funcionaram como forma de controle social, deslocando, paulatinamente, a religião e a tradição, nesse processo de secularização do Estado (Halperin, 2000).

Por um lado, os discursos acerca da maternidade permitiram ao Estado pôr em marcha um mecanismo de subordinação da família ao controle do Estado, e, por outro, permitiu controlar, de forma mais concreta, os corpos femininos e sua sexualidade. Saffioti, em seu texto *Ontogêneses e Filogênese do gênero* (2009), relata esse processo de apropriação e opressão das mulheres por parte da simbiose entre patriarcado e capitalismo, nos processos de dominação e exploração das mulheres, tanto em suas atividades ou ações de natureza econômica, como na sua sexualidade. A mulher, fundamentalmente mãe, era submetida à autoridade do marido e do Estado; exercia, por sua vez, o controle sobre as crianças, já que a função de educar era um aspecto fundante da maternidade. A educação converteu-se, então, num tópico primordial do debate público, pois seu objetivo era ensinar as crianças a respeitar e a obedecer. À medicina correspondia a tarefa de controlar e evitar os males previstos no processo de mistura de etnias, de classes e de ideias perigosas que surgiam com a imigração e com a consolidação do mercado de trabalho. O interesse regulador, por parte do nascente Estado, dirigiu-se a uma série de questões consideradas como problemáticas, tais como a sexualidade, sobretudo a prostituição, o trabalho masculino, o trabalho das mulheres e das crianças dos setores populares,

objetos de interesse quanto à unidade da moral. O controle sobre os setores populares partia da crença de que existia uma maior mistura entre mestiços e imigrantes nesse setor. Os setores mais pobres converteram-se, assim, em setores “perigosos” (Halperin, 2000).

Investigações recentes mostram que as mulheres foram fundamentais para a refundação da Patagônia, tanto as que se casavam e instalavam suas famílias no sul, como aquelas que exerciam a prostituição. Os relatos mostram que elas se convertiam na causa pela qual muitos homens se arraigaram ao solo. As mulheres eram importantes tanto no papel de satisfazer as necessidades biológicas dos trabalhadores, como para criar as condições favoráveis à reprodução, para a produção do homem. Nesse regime, as mulheres eram objetos da satisfação sexual dos homens, eram reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (Saffioti, 2009), A autora Tattavito (2014) recupera as palavras do tenente Emilio Ferro, que se refere às características da região de fronteira como o "mal de la Patagonia y del desierto"

Ferro expressa [...] com o incremento da população na região da cordilheira se começa a perceber a falta de mulheres em toda a Patagônia: os homens se estabeleceram e, vindos de outros lugares, após longos períodos de abstinência, sofrem a necessidade de satisfazer suas necessidades sexuais, não podem dissimulá-las mais e tem que buscarem uma possível satisfação. Apesar das tarefas que realizam, esses homens deveram procurar uma solução a esse problema, que se começou a chamar o mal da patagônia ou do deserto, por quanto sofrem a falta de mulheres. (Tattavito, 2014, p. 1)

Por um lado, o texto mostra a concepção acerca das mulheres (objeto de prazer sexual) e, por outro, revela que esses preceitos fundacionais se instalaram como argumentos para a regulamentação da prostituição na Patagônia por parte do Estado, como forma de manter a ordem. A prostituição era vista como aquilo que permitia manter sadios os homens trabalhadores solteiros, bem como a estrutura familiar e a honradez das mulheres decentes. Por essa razão, foi colocado em vigência um sistema de registro de mulheres dos bordéis, que deviam se submeter a controles médicos mensais. Assim, a prostituição era um "mal necessário" – para satisfação dos desejos sexuais

masculinos e a preservação da saúde pública –, daí a denominação dos prostíbulos como "Casas de Tolerância".⁵⁶

Atualmente, a exploração sexual continua sendo um dos principais eixos problemáticos na Patagônia petroleira, já que, associada ao crescimento da extração petrolífera e ao maior poder econômico, esse fenômeno tem se intensificado. Essa problemática, com os avanços dos estudos de gênero e dos direitos humanos, não pode deixar de ser entendida senão como exploração sexual, tanto a antigamente chamada prostituição, como o tráfico de pessoas (mulheres jovens) com fins de exploração sexual. O circuito do *tráfico de pessoas* coloca as cidades do sul argentino como cidades de destino de mulheres que são recrutadas e trasladadas no mercado sexual.⁵⁷

2.4. As destituições de governadores na Patagônia esgotada

O estado de Santa Cruz caracteriza-se pelas suas intensas mobilizações e consequentes renúncias dos governadores. Existem antecedentes disto, em 1971, em protesto contra as políticas que apontavam para a substituição da atividade do gado para a mineração. Trata-se de uma crise associada ao avanço das lutas populares nacionais contra o governo. De fato, de 1966 a 1971, ocorreu a renúncia do governador geral Carlos Reyneli, pertencente à ditadura. O esgotamento do estado de enclave, na década de 80, promovido pelo congelamento do preço de regalias petrolíferas e o atraso por parte dos pagamentos da regalia geraram problemas de financiamento da província que impediram a sustentação do pagamento dos salários dos empregados públicos. Nesse contexto os empregados provinciais realizaram prolongadas greves, que culminaram, no ano 1990, com uma importante manifestação, duramente

⁵⁶ Ver o texto de FUENTES, Julia Patricia. Prostitución en Comodoro Rivadavia. Un estudio a través de las Reglamentaciones sobre Casas de Tolerancia (1914-1937), VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Villa Giardino, Córdoba, 25-28 de octubre de 2006. INFEL, Ana. Pobres y Prostitutas. Políticas sociales, control social y ciudadanía en Comodoro Rivadavia (1929-1944). Rosario, Prohistoria Ediciones, 2009.

⁵⁷ Entre 2006-2011, emergiram e foram investigadas pela justiça várias situações de condições de escravidão sexual. Segundo o informe elaborado pelo OIM em 2006, os distintos casos denunciados no circuito Comodoro Rivadavia e Caleta Olivia, no ano 2004, mostram que existe uma rede de tráfico de mulheres exploradas sexualmente, trazidas do norte de Argentina mediante enganos e sistemas de captação (OIM, 2006). Nesse cenário, foi revelado o esquema de conexão entre políticos, funcionários públicos e proxenetas (Diário Crónica, 2006, p. 20; Diário Crónica 2008, p. 8).

reprimida pela polícia estadual. A intensidade do conflito provocou a destituição do governador Ricardo del Val. Já nos anos 90, tornaram-se evidentes, na província, as consequências do avanço do capital financeiro e sua incidência direta sobre a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras (Luque; Martinez e Auzoberria, 2010). Em 2006 diante do conflito petrolero e da morte de um policial no mesmo, renuncia o governador Azevedo. Assim, o estado santacruceño tem uma tradição de lutas e protestos, ligados especialmente aos ciclos econômicos do capital e, nos últimos anos, às bruscas oscilações do preço do petróleo em fase de enclave monoprodutivo, que a torna uma região vulnerável e instável.

2.5. A Patagônia privatizada⁵⁸

O panorama geral de ajuste e de redução do Estado repercutiu em todo o país, especialmente nas áreas petroleras, entre elas a região do Golfo San Jorge, cuja economia era centrada nesse tipo de exploração. Tais áreas presenciaram a privatização de YPF, uma empresa nacional criada em 1922, sob o padrão fordista do Estado de Bem-Estar, que se estabeleceu na região como o motor de transformação da economia, dando origem a povoados inteiros com um estilo caracterizado pela forte implementação de políticas de assistência aos empregados. A empresa provia moradia, hospitais, clubes esportivos, igrejas e escolas aos trabalhadores, encarregando-se de sua manutenção. Com esse espírito, os trabalhadores se consideravam parte da “família ypefeana”: geralmente nela ingressavam jovens e só saíam para se aposentar. Na maioria das vezes, seus filhos também se convertiam em trabalhadores da empresa. Essas características eram consideradas negativamente, como privilégios, por aqueles que não pertenciam à empresa, o que constituía pontos de grande tensão (Figari; Palermo, 2010), com repercussão, de alguma maneira, no não apoio às resistências dos trabalhadores à privatização.

Como empresa nacional não só tinha influência na vida de seus empregados senão também na vida dos não *ypefeanos*⁵⁹ e das comunidades

⁵⁸ Utilizo o nome do livro de Salvia, 1987, por considerá-lo adequado para esta tese.

⁵⁹ Na literatura, utiliza-se a categoria nativa "ypefeano" como constructo que sintetiza um modo de identificação, um dos frutos de um processo histórico em se conjugaram relações de poder

que viram suas geografias mudadas pelas políticas extrativas. YPF se converteu num verdadeiro eixo de política de enclave da década de 40 em torno da “argentinização” dos agentes e de suas famílias. Nesse sentido, foi adotada uma política de recrutamento de homens e famílias provenientes do noroeste argentino, como estratégia para substituir, paulatinamente, os primeiros trabalhadores estrangeiros.⁶⁰ Por isso, a maioria dos estudos faz referência a essas políticas como formas de controle do espaço extralaboral dos empregados, a partir dos quais YPF configurou uma teia de relações sociais cotidianas mediadas, em grande parte, por sua presença (Von Storch, 2002).

A privatização, em 1991, teve, além das repercussões sociais nas próprias cidades petroleiras, sérias consequências nas economias regionais, como a queda geral do emprego, o que gerou uma importante emigração territorial e o desenvolvimento de atividades econômicas de risco e baixa produtividade. A empresa nacional, considerada baluarte e símbolo de soberania nacional, por ser a extratora de um dos recursos naturais mais preciosos da Argentina, foi entregue a patrimônios privados, em um processo acelerado de privatização que durou três anos, sob a justificativa de que se encontrava endividada e ineficiente (Herrera; Garcia 2003, p. 2).

O processo de privatização de YPF tem suas origens em medidas de corte neoliberal introduzidas pelos governos da ditadura militar de 1976, dirigidas à desnacionalização do petróleo e, por consequência, à destruição da empresa nacional (Herrera; Garcia, 2003). Assim como foi orquestrado o endividamento do país durante esse período, produz-se também o “esvaziamento” e o endividamento da empresa, realizado mediante um processo prolongado de privatizações periféricas prévias de alguns serviços (uma espécie de terceirização) e a entrega de jazidas petrolíferas a empresas privadas, beneficiadas pelas condições favoráveis dos contratos e que se convertiam em concorrentes desleais da estatal. De acordo com palavras de Herrera e Garcia (2003, p. 2), o intelectual argentino especialista em assuntos

assimétricas entre empresa e trabalhadores, ressignificações, apropriações e resistências (Palermo, 2013).

⁶⁰ Do mesmo modo houve uma tendência de exaltar, nos discursos nacionalistas, os símbolos e valores que ligam a essência da “argentinidade”, afixando a homogeneização e seu enquadramento nos parâmetros sustentados na relação entre empresa e Estado.

petrolíferos, Alejandro Olmos, no Encontro do Tribunal da Dívida Externa, realizado no Rio de Janeiro (Brasil), em abril de 1999, expressa que:

Este suposto endividamento de YPF – originado no governo da ditadura – foi utilizado pelos governos constitucionais de meu país para resolver sua "privatização" a um preço vil. Mostrou-se a falsa imagem de uma empresa parasitária e endividada para justificar a necessidade de sua entrega à voracidade do capital privado. YPF somente recebia 25% do produto de suas vendas; 85% restante era absorvido por um Estado submetido às diretivas do Fundo Monetário Internacional (FMI). (Herrera; Garcia 2003, p. 2)

A transformação de YPF em Sociedade Anônima pelo Decreto Nacional 2.778/90 do governo de Carlos Menem, sob os princípios de "eficiência" e "competitividade", permitiu que a empresa fosse fragmentada em vários conjuntos acionários, que explicitamente recomendavam a redução de operários, e a aplicação de medidas de flexibilização laboral, para "otimizar" sua performance. Estima-se que o número de empregados de YPF foi reduzido em 45%, passando de 51.000 em 1990 para 10.600 em 1993, em todo o país⁶¹ (Herrera; Garcia, 2003).

O processo de racionalização de pessoal, necessário para o projeto privatista, se dá num contexto de hegemonia das políticas neoliberais, como já foi visto, e de clara debilidade do poder sindical. Tal processo se realizou através de distintas estratégias de política empresarial, entre elas a de demitir aqueles trabalhadores que representavam um problema para o projeto privatista. Para conseguir esse intento, e com o fim de conter o conflito social, em primeiro lugar, pôs-se em marcha um plano de "demissões voluntárias" e "aposentadorias antecipadas", que implicava o pagamento de elevadas indenizações para os trabalhadores que aceitassem a proposta de se retirarem "voluntariamente". Para os que decidiam ficar dentro da empresa, foram programados cursos de capacitação (computação, cooperativismo). Esses cursos constituíram a antessala da demissão dos trabalhadores "não gratos" para o novo modelo empresarial que se queria impor. Os cursos eram apresentados à sociedade como viabilizadores de reinserção, após a

⁶¹ Também devemos destacar que, desde a década dos 60 e explicitamente durante a ditadura militar, o Estado começou a introduzir mudanças significativas na funcionalidade das empresas estatais: começou terceirizando alguns serviços para empresas privadas. A reestruturação e desaparecimento de "YPF Sociedade do Estado" trouxeram elevados custos econômicos, sociais e simbólicos para as comunidades.

demissão, no mercado laboral que mudava. E, por último, apoiaram a criação de microempreendimentos produtivos, cooperativas de trabalho, serviços que seriam contratados por YPF S. A. De fato, essas microempresas se converteram em empresas subsidiárias de YPF, sob as formas jurídicas de sociedades anônimas, cooperativas ou SRL, onde um núcleo de ex-trabalhadores exercia as mesmas funções desempenhadas quando trabalhavam dentro da empresa (Palermo, 2007). Mas, dessa vez, eram contratados sob o formato de terceirização de serviços pela própria empresa (YPF SA) da qual foram excluídos. No início, a “nova YPF” assegurava a subcontratação desses empreendimentos por dois anos, e, depois, valeria a lei da “livre concorrência”. Explicam alguns pesquisadores e pesquisadoras (Palermo, 2007, Mastrangelo et al., 1999, Herrera; Garcia, 2003) que, passado o tempo estipulado de contratação, grande parte das cooperativas faliram ante a impossibilidade de sustentar a concorrência com empresas privadas melhor capacitadas tecnologicamente. Em relação aos trabalhadores que permaneceram em YPF S. A. como trabalhadores selecionados, eles tiveram de se adequar às novas exigências de trabalho e mercado: a retirada de todos os benefícios provindos de YPF, a incorporação de novas tecnologias, as relações laborais flexíveis e a intensificação da exploração.⁶² Porém, ainda continuava sendo uma boa opção pelos elevados salários que o posicionavam como uma elite seleta dentro da população.

Concordo com a maioria dos estudos que entendem que o apoio de YPF e do Estado ao empreendedorismo constituiu, assim como no caso das demissões "voluntárias", uma das estratégias para moderar o conflito social. A empresa, o Estado e o Sindicato Unidos Petroleros del Estado (SUPE) instalaram a ideia de que elas significavam uma oportunidade de desenvolvimento ante o desemprego.

O estudo realizado pela Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco (UNPSJB) sobre a

⁶² O sobretrabalho dos trabalhadores: na medida em que diminuíram bruscamente os postos de trabalho no nível nacional, incrementava-se a produção de petróleo no país. Assim, no ano 1991, o contingente de trabalhadores da empresa diminuiu 70%; em 1992, 50%; em 1993, 35%; e, em 1994, 30%. No mesmo lapso de tempo, a produção do petróleo cru cresceu 25% em 1991, 40% em 1992, 51% em 1993 e 70% em 1994. Isso significou que o esforço por trabalhador e seus dividendos produtivos ascenderam a 180% em 1991, a 294% em 1992, a 437% em 1993 e a 567% em 1994 (Herrera; Garcia, 2003).

situação dos trabalhadores de YPF demitidos, após três anos de realizada a privatização da empresa, mostra as consequências desse ato no âmbito da vida dos trabalhadores desempregados.

Os que mais têm sofrido os efeitos das demissões têm sido as pessoas de maior idade e aqueles com baixo perfil, que tiveram obstáculos para inserir-se no setor formal do mercado de trabalho, assim como um bom número deles que optaram por entrar no sistema de “conta própria”. Os mais jovens e quiçá com mais capacitação reinseriram-se no processo produtivo, mas dentro da categoria “contratado”. Dadas as condições de trabalho e remunerativas, o trabalho do que ingressa está mais próximo à categoria de subemprego que à de emprego – no sentido tradicional do termo. (Mastrangelo et al, 1999, p. 142,143)

A redução do número de trabalhadores provocou um aumento abrupto das taxas de desemprego, afetando, assim, as economias regionais. A taxa de desemprego na região ascendeu em 1993-94, a 16,3% da população economicamente ativa. As consequências regressivas que as privatizações acarretaram colocaram as cidades em profundas crises. Os governos estaduais e as prefeituras que, em sua maioria, tinham apoiado a privatização, necessitaram de medidas assistenciais de curto prazo, que resultaram escassas para superar a grave crise.

A reestruturação produtiva gerou novas realidades regionais, com forte enfraquecimento das organizações sociais e o crescimento do mapa empresarial privado.⁶³ A atividade petrolífera, por outro lado, promove nesta etapa, o enriquecimento dos estados provinciais produtores, devido à cobrança do imposto sobre exportação do petróleo. Novas realidades foram atravessadas pelo crescimento explosivo do desemprego e da subocupação, assim como uma maior e mais generalizada precarização das relações laborais

⁶³ Dividem-se em: **A)** Grandes empresas de produção petroleira de capital internacional (chamadas também operadoras). São as concessionárias de exploração das diferentes jazidas, e sua principal atividade é a extração de petróleo para ser transportado e processado em destilarias de Buenos Aires ou para exportação. Têm suas unidades operativas na Bacia San Jorge (CGSJ) e em outros pontos do país (Salta, Neuquén, Buenos Aires, etc.). Contratam as PyMES e conformam um mercado oligopólico entre Repsol – YPF, em um segundo nível Pan American Energy e Vintage Oil/OXY, e, em menor medida, Tecpetrol, Petroquímica, CAPSA, entre outras. **B)** Grandes empresas de serviços petroleiros de capital internacional que realizam tarefas de maior complexidade tecnológica, como exploração, perfuração e perfilagem de poços. Seus clientes são as empresas operadoras e, em menor medida, as PyMES regionais. Elas são Halliburton, Schlumberger, Computalog, San Antonio, entre outras. **C)** As PyMES de serviços petroleiros de capital nacional e origem regional, que realizam tarefas de diversos graus de complexidade, tais como reparação de equipes e ferramentas, transporte de maquinarias, pessoal e telecomunicações, Assistem às empresas de serviços, Metrapet, TIPSA, Enercon, Ingeniería de Obra, entre outras (Prado, Mariano, 2005). Para todos os efeitos me referirei às empresas de produção petrolíferas como *empresas produtoras* ou *operadoras*

e das condições de vida das populações afetadas. Nesse contexto, as mulheres que trabalham fora do lar, o fazem sob o perfil de subocupadas, com horário reduzido, em serviços doméstico e pequenos comércios (Favaro; Luorno, 2006).

Em relação à participação sindical, além das características que a crise podia adotar nas distintas cidades patagônicas, o comportamento dos sindicatos foi confuso e contraditório, de tal forma que eles contribuíram para o desalento dos primeiros protestos dos trabalhadores e suas famílias, sendo funcionais junto aos principais dirigentes políticos locais e nacionais à consolidação do modelo econômico que tinha como principais beneficiários os setores econômicos dominantes (Von Storch, 2005). Com um sindicato débil, a oposição e a resistência dos trabalhadores assalariados do norte *santacruceño* aos processos de reestruturação produtiva foram insuficientes, nos começos da década de 1990 (Palermo, 2007)

Se bem que, na maioria das cidades petrolíferas do estado de Santa Cruz houvesse um processo mais retardado de reação contra as privatizações, foi em Rio Turbio onde os trabalhadores de YCF se opuseram às reformas desde o início. Os trabalhadores denunciaram pressões para que aceitassem as demissões voluntárias, o que, em 1992, reduziu a planta de 3.000 para 1.450 agentes. A ocupação das minas de Rio Turbio em 1994 pode se enquadrar na fase ascendente de lutas da classe trabalhadora, que se inicia em 1993 em Santiago del Estero, com o acompanhamento da comunidade. Essa ocupação marca o início das resistências às políticas de privatizações. Salvia (1999) resgata, no marco das lutas operárias, as reações dos trabalhadores das minas IPASAN em Sierra Grande (Chubut)⁶⁴, YCF (Santa Cruz), de Altos Hornos em Zapla (Jujuy), Acindar em San Nicolas, YPF (1991) em Comodoro Rivadavia (Chubut)⁶⁵, Plaza Huinca y Cutral Co (Neuquen),

⁶⁴ Contrariamente ao que ocorreu com YCF, expressa Salvia (1999), a comunidade de Sierra Grande não acompanhou a resistência dos trabalhadores e, em pouco tempo, a localidade converteu-se em um povoado fantasma.

⁶⁵ Em Comodoro Rivadavia, as reações de alguns trabalhadores e da condução local se opõem à condução central, com a realização de bloqueios de estradas em 1991. Ver: *Diario Crónica* 14 de junho de 1990: "Los trabajadores del sector de perforación de YPF se preguntan dónde está el ahorro?"; *Diario Crónica*, 4 de setembro de 1990: "Repudio de SUPE a nuevas directivas sobre retiros voluntarios"; *Diario Crónica*, 5 setembro 1990: "Lo que hace YPF es indigno e inhumano, sentencio Mario Díaz de Supe"; *Diario Crónica*, 4 de setiembre de 1991, p. 2: "Los trabajadores no reincorporados recibirán indemnización completa". *Diario Crónica*, 18

Tartagal y General Mosconi (Salta), e contra o desmantelamento de áreas subsidiadas, como os complexos eletrônicos de Ushuaia e Rio Grande (Tierra del Fuego). Segundo esse autor (Salvia, 1999) – e concordo com ele –, na maioria dos casos, o resultado final desses protestos foi limitado, já que não gerou nenhum tipo de mudança de fundo na política nacional.

O impacto desses movimentos foi, sobretudo, em âmbito local, expressando-se em termos de negociações e intervenções estatais orientadas, em geral, para assistir a emergência econômica e a transitória recuperação do emprego. Porém, considero, nesta tese, que, mesmo sem lograr, no momento, os objetivos traçados em relação a parar o curso das privatizações, no plano político essas resistências tiveram importância na criação de consciência sobre esses processos privatizadores de expropriação dos recursos e suas consequências, de tal maneira que o rechaço às políticas de privatizações permaneceu no tempo e incidiu decisivamente no retorno, em 2012, a uma política de nacionalização⁶⁶ das empresas que, na década de 90, passaram pela privatização, entre elas YPF, Aerolíneas Argentinas, e AFJP.

2.6 Caleta Olivia privatizada

La marca petrolera

(...) *“Eras un puñado de pequeñas casas
Hechas de barro y sentimiento.
Esa gente buscaba un horizonte
Que vislumbrara sus corazones tesoneros. (...)
“Después vino el trépano
Que perforó tu entraña sin descanso
Extrayendo de tu seno virgen
El preciado, codiciado, auténtico oro negro.
Y fuiste creciendo con paso gigante
Y ya no te detuvo el tiempo”(...)*

Poema a Caleta Olivia. Autor: Ida Aporto

Caleta Olivia, cidade do denominado “flanco norte santacruceño”, não ficou alheia ao processo de privatização. Como cidade de matriz petroleira, viu-

de setembro de 1991, p.3: "Opiniones vertidas en Asamblea". "Dificultades ocasionadas a la ciudadanía"

⁶⁶ A nacionalização da empresa YPF diferencia-se da estatização, categoria que portava desde sua criação até a privatização. A nacionalização compreende a recuperação de 51% do controle acionário pela República Argentina, mas continua sendo uma sociedade anônima.

se envolvida no processo de degradação que os trabalhadores e trabalhadoras sofreram. A denominada reestruturação da empresa YPF, em 1989, trouxe para Caleta Olivia, assim como para as outras cidades de Santa Cruz, profundas transformações. Uma série de estudos sobre a região dão conta desse processo e seu impacto na área ocupacional (Marquez, 1997; D'Amelio, et al., 1997, 2001; Olmedo e Salvia, 1997; Cicciari et al., 1997). Sobre as lutas levadas a cabo pelas mulheres de Caleta Olivia, poucas menções podem ser recuperadas nesses estudos sobre a região patagônica. Portanto grande parte dos dados apresentados foi proporcionada pelas próprias mulheres, atravessados pela análise de artigos e matérias nos jornais, informes, documentos e estudos estatísticos existentes na Universidade Nacional da Patagônia Austral, com sede em Caleta Olivia.

A origem de Caleta Olivia remonta a 1901, com a criação da oficina telegráfica denominada "Colete Olivie". Sua atividade foi, desde suas origens, de criação de gado ovino, até a crise em 1920, para ser suplantada em 1944 pela produção petrolífera. Na década de 70, já convertida em enclave de matriz socioprodutiva petrolífera, delega a um segundo lugar atividades públicas e administrativas, incorporando, em menor medida, atividades pesqueiras, com a instalação de plantas frigoríficas pesqueiras, uma atividade que ocupa, predominantemente, mão de obra feminina, em postos de trabalho considerados os mais precarizados dentro do emprego formal.

Se voltarmos para a história dos trabalhadores de YPF, muitos tinham chegado a Caleta Olivia vindos do norte do país, motivados pelo melhoramento das condições de vida e com o sonho de fazer-se rico na Patagônia: "trabajar en el sur". Até a privatização de YPF, a vida social de Caleta Olivia desenvolvia-se harmoniosamente em torno da empresa estatal: o cinema, a provedoria, as moradias, o hospital, as passagens durante as férias, tudo fazia parte de uma proteção fordista destinada aos trabalhadores contratados pela empresa. Caleta Olivia viveu, durante o auge petrolífero, entre 1940 e 1970, um crescimento populacional provocado, sobretudo, pela migração masculina proveniente do noroeste do país, que uma vez radicado no lugar procurava o traslado de sua família à cidade. A indústria petrolífera caracteriza-se por ser um âmbito exclusivamente de trabalhadores homens. Nesse espaço se valoram atributos concernentes à masculinidade. O sentido da família como núcleo reprodutor e

sustento da vida, condiz com o papel tradicional da mulher do trabalhador petrolero como principal aliada do esquema de trabalho de seus parceiros. Nessa organização as mulheres são as encarregadas de toda a logística daquilo que signifique responsabilidade da casa: cuidado dos filhos, organização e planificação doméstica para que seus parceiros tenham o conforto tranquilidade nas suas moradias para seu melhor desempenho laboral (Palermo, 2015)

Com a privatização de YPF, sua cartografia, composta por *pabellones* destinados para moradia dos empregados solteiros da YPF nacional, converteram-se em hospitais ou centros de atenção familiar; o hospital para trabalhadores e trabalhadoras de YPF tornou-se em um lar para crianças desamparadas. Caleta Olivia continuou sendo um enclave de matriz socioprodutiva conformada pela exploração petrolera, mas houve mudança do monopólio da empresa estatal para o oligopólio de distintas empresas privadas, tanto extrativas como de serviços petroleros e isso significou mudanças, não só econômicas, mas também sociais, culturais e políticas que analisarei nos próximos capítulos.

As chamadas demissões voluntárias e as despedidas planejadas reduziram, no Golfo San Jorge, entre 1991 e 1993, de 1436 agentes em 1991 a menos de 340 em 1994 (Olmedo; Salvia, 1997, p. 206), o que produz fortes desequilíbrios laborais e sociais. Em relação à situação de extrema crise vivida no país com a implantação do capitalismo neoliberal, na cidade, os efeitos da privatização e da reestruturação foram registrados com certo atraso, devido, tal como explica Cotarelo (2005), à efêmera bonança trazida pelo pagamento das indenizações, o que permitiu ao pessoal demitido iniciar atividades por conta própria e manter uma certa e ilusória melhora econômica. Dessa maneira, conteve-se, parcialmente, o crescimento dos índices de desemprego até 1993, ano em que começa a ser visível a recessão e também os conflitos. Por outro lado, os empreendimentos que recebiam apoio econômico de YPF, no processo de privatização, permitiram que ex-agentes da empresa tomassem a seu cargo alguns dos serviços secundários, a partir de contratos de trabalhos com a própria YPF S. A. e outras empresas privadas, os quais terminaram, em poucos anos, em fracasso, devido aos elevados custos operativos que as faziam pouco competitivas com respeito a empresas de maior envergadura, com mais longa trajetória na região. A superação da própria situação de

desemprego foi tentada a partir do desenvolvimento de estratégias familiares e de autoemprego. Mas, apesar dessas estratégias, as taxas de desemprego, em Caleta Olivia e Pico Truncado, que sempre se mantiveram abaixo de 5%, entre 1993 e 1995, chegaram a: 15,1% em 1995; 19% em setembro de 1996; 17,1% para setembro de 1997; 17,8% em 1998; 13,5% em outubro de 2000; e de 28,1% em abril de 2002, com níveis de quase 30% (D'Amelio et al, 2005), cifras impensadas para a região. Isso gerou, por sua vez, uma importante emigração populacional⁶⁷ ou o desenvolvimento de atividades econômicas de rentabilidade arriscada e de baixa produtividade.

Os trabalhadores de YPF foram tratados como os responsáveis por seus próprios fracassos. Expressões como “não souberam administrar”, “não souberam investir corretamente seu dinheiro” e “gastaram mal suas altas indenizações” deram sustento ao relato que culpou os “ypfeanos”. Esse processo ocorreu num marco em que se criou um clima de valorização da eficiência privatista em contraposição à burocracia e à ineficiência da administração pública (Palermo, 2007). Assim, o processo de privatização das empresas de serviços públicos foi apoiado por amplos setores da população. As débeis resistências dos trabalhadores foram derrotadas em condições de profundo isolamento. Já em meados dos anos 90, tornaram-se evidentes, na província, as consequências do avanço do domínio do capital financeiro e sua incidência direta sobre a situação dos trabalhadores: o desemprego, o subemprego e todos os componentes da chamada “flexibilização laboral”. A precarização laboral e a informalidade serão os novos componentes desse processo. Para Norma, *“Esto quedó vacío, era un páramo total. No había trabajo ni para empleada doméstica, ni para... para nada, no había ni para limpiar un patio.”*⁶⁸

Norma relatou sua entrada no movimento, recuperando suas lembranças de 1991: *“... eu comecei a me organizar com pouca experiência [...] eu ingressei no Partido Obrero no ano 1992, porque tinha mais ou menos medo de*

⁶⁷ O desemprego e a cobrança das indenizações potenciou o retorno de mitos latentes na comunidade sobre o desarraigo e o desejo sempre latente de retorno aos seus lugares de origens. Desde os meios de comunicação instalava-se, novamente, no imaginário coletivo da região, essa visão do desarraigo e a pouca identificação das famílias que chegaram nas épocas do nomeado boom petrolero, com o lugar de assentamento (Marquez, 2014)

⁶⁸ Tradução: “Isto ficou como um deserto total. Não havia nem para empregada doméstica, nem para limpar um quintal” (Norma).

cair na depressão como todo o mundo nesse momento, sem saber que fazer"

Este dado é importante para entender o grau de sofrimento de milhares de pessoas, um sentimento de desesperança compartilhada, ante o avanço do modelo neoliberal. Como diz Fernandes (2011), recuperando o conceito de Gonçalves (1998 apud Fernandes), as pessoas experimentaram uma operação "des-subjetivante", determinada por processos políticos e psíquicos, o que se poderia denominar como *humilhação social*. Define conceitualmente *humilhação social* "como uma modalidade de *angustia* disparada pelo enigma da desigualdade de classe. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político." (Gonçalves 1998, apud Fernandes, 2011, p. 5), reconhecível nos corpos, nos gestos, na voz, na imaginação e na relação com seu mundo.

No processo des-subjetivante a *angustia* pode ser entendida como resultado de acontecimentos políticos que o sujeito não é capaz de elaborar, de interpretar, de dar sentido por si próprio (Fernandes, 2011). É um processo ao mesmo tempo objetivo e subjetivo, que se desencadeia a partir de uma situação traumática e se converte num enigma para o indivíduo, tornando-o excluído, humilhado, inferiorizado, massacrado numa sociedade que não reconhece seu valor. Essa fragilidade é um terreno fértil, onde o Estado desenvolve novas formas de controle social (Fernandes, 2011). Porém o que aconteceu com os desempregados e as desempregadas que se mobilizaram é um processo de resistência a esse estado, sem saber muito bem para onde ir, como no caso de Norma, que opta por se afiliar a um Partido. O partido funciona como um espaço de contenção, que remete a um "nós", adquirindo um sentido de agrupamento, de encontro com os outros e as outras. A organização opera como uma saída, pelo menos para Norma e uns quantos mais, que vão dar vida ao movimento de desempregados de Caleta Olivia, aproveitando os ventos que traziam a movimentação que se estava gestando ao longo do país. O desafio, tal como o explica Fernandes (2011, p. 7), é criar uma proposta coletiva que lhes permita transformar a *angustia* "que os destitui da condição de sujeitos políticos, em potência psíquica que os faça readquirir a

capacidade e a autoestima necessárias tanto para a reconstrução de laços comunitários [...] quanto à militância política".⁶⁹

Nesse contexto⁷⁰, Norma se encontra com outros desempregados⁷¹, procurando trabalho:

Yo venía, imagínate, después de todo el día de andar pateando, me cruzaba con otros desocupados. Siempre, que lo habían despedido, que se yo, ni para limpiar patios encontraba este hombre. Y, como buen desocupado, con un diario bajo el brazo con todos los clasificados que "alguien" necesitara. (Norma)

Lembra que, no desespero (o filho mais novo tinha dois anos), foi a um ato político (dezembro de 1991) de assunção do prefeito José Córdoba, onde estava Kirchner, como governador do Estado. Norma foi com suas filhas de 14 e 15 anos, que, durante a tarde, tinham confeccionado cartazes. Ali estavam as únicas mulheres, com os amigos de suas filhas, no prédio, gritando e assoviando cada vez que o intendente e, logo depois, o governador falavam. Sentadas nas grades, mostravam e mexiam os cartazes que diziam: "Mães solteiras exigem trabalho". Até que Kirchner lhes disse: "Eu lhes digo, a essas mães, que são como minha mãe, que desçam". As filhas de Norma desceram para falar com o governador e, em poucos dias, "apareceram" com um apoio econômico para pagar as despesas de luz e gás. Kirchner tinha mostrado seu lado paternalista, rechaçado e criticado por Norma. Assim começou a iniciativa de solicitar ajuda ao Estado, ante a emergência, a situação de total desespero para prover a subsistência de sua família. A separação de seu parceiro tinha-lhe gerado uma sensação de maior vulnerabilidade, o que a impulsionou a sair a pedir ajuda econômica. Analisarei esse fato em profundidade no próximo capítulo.

⁶⁹ Sobre os processos de subjetivação, estudos sobre os campos de concentração revelam os processos de alienação, assim como outros estudos relacionados à incorporação da tecnologia no trabalho relatam a existência de processos de coisificação e de sensação de objeto descartável sentida pelas pessoas.

⁷⁰ Córdoba foi o Prefeito da cidade (1991-2003) e construiu sua carreira política dentro do FPV junto a Néstor Kirchner. Sua campanha foi feita a partir do sindicato petroleiro e, desde então, sempre ocupou cargos políticos: foi três vezes prefeito, deputado federal e estadual e ministro de governo.

⁷¹ Tradução: "Eu vinha, imagine, depois de todo o dia a andar na rua *chutando o chão*, cruzava-me com outros desempregados. Sempre cruzava com um homem que tinha sido despedido, nem para limpar pátios esse homem encontrava trabalho. Como bom desempregado, andava com um jornal debaixo do braço com todos os classificados, para ver se alguém precisava contratar" (Norma).

2.7 O período de 1994 a 2004: as lutas pelo trabalho: a Patagônia rebelde II

A agudização da situação de extrema perda de direitos, as mudanças no trabalho e na economia, a inexperiência e o fracasso da experiência de empreendimentos comerciais, o desespero pela perda do emprego, a falta de postos de trabalho, todos esses aspectos do cotidiano pós-implantação das medidas neoliberais provocaram protestos dos trabalhadores desempregados ex-ypefeanos descontentes com as novas relações de trabalho nas cidades petrolíferas mais importantes do país – Plaza Huinul, Cutral-co, General Mosconi e Tartagal e até Comodoro Rivadavia. Para Norma, foi significativa a luta de outros grupos em cidades vizinhas, principalmente em Comodoro Rivadavia, que era a mais próxima. Mas também chegaram às terras santacruceñas os acontecimentos de Cutral-co e Plaza Huinul.⁷²

Vimos, por ejemplo, que salieron los de Cutral-co y Plaza Huinul. Ya estábamos, o sea, se veían organizaciones en otras partes del país, (Norma)⁷³

...siempre tuvimos muy buena relación con Comodoro Rivadavia [...] Sabíamos que Chubut tenía, por ejemplo, Comodoro Rivadavia tenía esa reacción de salir y reclamar por todos y acá no, acá no había. Acá pasaban cosas y no pasaba nada. Así que fue muy costoso, en ese momento, organizarnos. Igual que para reunirnos. Por ejemplo, era en invierno, y me acuerdo que, bueno, fuimos a pedirle una escuela [...] En la escuela 29 se reunió por primera vez la Comisión de desocupados e quedó constituida [...] se escogieron cinco voceros y yo era la única mujer. (Norma)⁷⁴

As Comissões de desempregados surgiam no país como um primeiro intento de organização ante a crise gerada pelas medidas neoliberais. Elas tinham base nos bairros, e sua tarefa era convocar os trabalhadores e trabalhadoras a se reunirem para elaborar estratégias de lutas contra a

⁷² Para mais informação, ver: Equipo de Investigación de Neuquén. Los efectos de la privatización de YPF en Cutral Co y Plaza Huinul. Disponible

⁷³ Tradução: “Vimos, por exemplo, que saíram os de Cutral-Co e Plaza Huinul. Eles já estavam lutando, ou seja, comissões de desempregados eram vistas por todo o país.” (Norma)

⁷⁴ Tradução: Sempre tivemos muita boa relação com Comodoro Rivadavia. [...] Sabíamos que Chubut tinha, por exemplo, Comodoro Rivadavia tinha essa reação de sair e reclamar por todos e aqui não conseguíamos isso... Aqui também se passavam coisas e não acontecia nada. Assim, foi muito custoso, nesse momento, nos organizar... Iguamente era difícil para nos reunir. Por exemplo, era inverno, e me lembro que fomos a pedir uma escola. Ali, na escola 29, se reuniu, pela primeira vez, a Comissão de Desempregados e ficou constituída [...] Foram escolhidos cinco porta-vozes, dos quais eu era a única mulher. (Norma)

situação de extrema pobreza e de falta de sustento. Assim, os processos políticos de participação coletiva local foram se articulando com o movimento nacional, reivindicando restituição dos postos de trabalho. Foi um fenômeno que se multiplicou à medida que se mantinham os contatos entre os distintos grupos, criando-se uma rede territorial (Díaz, 2006).

Y empezamos a convocar a los desocupados y conformamos una comisión de desocupados. Para esto pasó mucho tiempo. Hicimos un petitorio, presentamos firmas, y no, no prendía, porque la gente no, acá no tenía. (Norma)⁷⁵

As comissões realizavam listas de trabalhadores desempregados para serem apresentadas tanto às autoridades, como a comunidade, a fim de visualizar a quantidade de desempregados que realmente existiam na região e as condições em que vivam, já que os registros do Estado não mostravam a real situação e, de certo, buscavam invisibilizá-la. Por primeira vez, dentro das listas de desempregados se inscrevem as mulheres; "com o tempo éramos as mais", expressa Norma.

Igual que para reunirnos, por ejemplo, era en invierno, y me acuerdo que bueno, necesitábamos un lugar cerrado y fuimos a pedirle a una escuela (...) En la escuela 29 se reunió por primera vez la Comisión de desocupados e quedó constituida (...) se escogieron cinco vozeros y yo era la única mujer (Norma)⁷⁶

Segundo Norma, a primeira comissão, em Caleta Olivia, foi formada em 1994, durante a primeira reunião realizada na escola 29. Norma aparece como a primeira mulher a integrar essa comissão. A partir daí, a Comissão começa a exigir reuniões com o prefeito a fim de expor a situação de desemprego na cidade. As primeiras reivindicações da Comissão foram de trabalho digno nas empresas privadas petroleiras, as quais, além de demitir, exploravam os trabalhadores, exigindo jornadas laborais de mais de 8 horas, em linha *full time*. Por outro lado, os integrantes da Comissão entendiam que a YPF privatizada e

⁷⁵ Tradução: "E começamos a convocar os desempregados e formamos uma Comissão de Desempregados. Para lograr isso, passou muito tempo. Fizemos uma petição, apresentamos assinaturas e não, não conseguimos armar nada, não pegava na gente." (Norma)

⁷⁶ Tradução: "Igual que para nos reunir, por exemplo, era inverno, precisávamos um local fechado e me lembro de que fomos pedir a uma escola. Ali, na escola 29, se reuniu por primeira vez a Comissão de Desempregados e ficou constituída (...) se escolheram cinco portavozes, dos quais eu era a única mulher".

o resto das empresas petroleiras privadas extraíam os recursos sem nada deixar para a comunidade.

Em julho de 1994, a Comissão participou da Marcha Federal organizada pela CTA, o MTA e a CCC contra o modelo econômico e contou com a participação de diferentes setores: docentes, estudantes, pequenos produtores, representantes de comunidades originárias e movimento de aposentados. Essa marcha teve amplíssima repercussão e seria incorporada como ferramenta de luta pela CTA em ações posteriores.⁷⁷ A marcha foi crescendo à medida que distintas colunas de manifestantes vindas do interior do país a ela se incorporavam. Norma, com referência à participação da Comissão de Desempregados e desempregadas de Caleta Olivia, afirma: "Não éramos nada (risos) nesse momento!!!" Porém esse evento seria um importante antecedente das lutas posteriores do grupo. A marcha, que desembocou numa greve em agosto do mesmo ano, recuperava o clima de efervescência que ia crescendo no país.

Em Caleta Olivia, entre os integrantes e as integrantes da Comissão de Desempregados, vivenciava-se esse clima de efervescência. Por essa razão, era importante ampliar a participação nela e continuar convocando, apesar da desesperança da maioria (Norma evoca e relata com alegria esse momento; é possível que esteja fazendo um balanço da experiência vivida e veja que é positivo ter conseguido o que se propôs).

Por ocasião do primeiro encontro e da negociação com o prefeito, em meados de 1995, Norma conseguiu incorporar vinte mulheres na lista para trabalhar na Prefeitura, a primeira das cotas para mulheres. Essas mulheres ingressaram contratadas na área de serviços para realizar trabalhos nas instituições. O Estado, como já foi visto, buscava estratégias para evitar o conflito e, de fato, continuou sendo o principal empregador na cidade, o que, antes, era realizado pelas contratações da YPF como empresa nacional. A

⁷⁷ Em 2001, a CTA organizou a Marcha del Frente Nacional contra la Pobreza, que teve uma organização similar em setembro de 2001, sob o governo da aliança UCR-Frepaso. O objetivo dessa nova marcha era difundir uma consulta popular sobre a implementação de um seguro desemprego de 380 pesos para os chefes de família desempregados e uma contribuição universal de 60 pesos por cada filho menor de 18 anos, o que asseguraria um valor mínimo de 500 pesos por família. A marcha buscava, também, discutir, como tema de agenda pública, que a pobreza e o desemprego constituíam problemas estruturais a serem resolvidos na Argentina. (Armellino, 2006).

partir de agora, veremos na tese, como o estado provincial e municipal, absorverá, através do emprego público o desemprego gerado pela atividade petroleira privada, mediante a contratação dos serviços das cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras e das contraprestações dos e das beneficiários dos programas de subsistência, criados como política de Estado para mitigar a demanda de trabalho.

Como no resto do país, os *Programas* significaram, para os desocupados e desocupadas de Caleta Olivia, um alívio ante a falta de tudo. Todavia, a partir de uma leitura crítica dos mecanismos utilizados no marco neoliberal, concordo com Marro (2011, p. 151), para quem os Programas de Combate à Pobreza constituíram "respostas emergenciais que consolidam uma intervenção social residual do Estado". Eles faziam parte da programática financiada pelos organismos como o BID ou Banco Mundial para aliviar a pobreza, no sentido de "diluir tensões e evitar convulsões sociais de envergadura na região latino-americana". Em síntese, como diz a autora, eles têm uma "finalidade oculta de contra-insurgência".

Os primeiros programas sociais nacionais chegaram em Caleta Olivia em 1994. Nesse ano, o Ministério de Trabalho e Seguridad Social da Nação implementou o Programa de Promoção de Emprego Privado (PEP), que tinha por objetivo a promoção de novos empregos no setor privado, a partir de benefícios outorgados pelo Estado a empresários que aderissem ao sistema. No mesmo ano, foi criado o Programa Intensivo de Trabalho (PIT), o qual promovia projetos de trabalhos. Em 1995, foi executado o Programa de Treinamento Ocupacional (PRENOS), cujo objetivo era oferecer capacitação a trabalhadores e trabalhadoras que não tivessem nenhum tipo de qualificação. Foi geralmente desenvolvido através de projetos apresentados pelas prefeituras, os quais ocupavam as mulheres em instituições escolares, enquanto os homens desempenhavam atividades em obras públicas. Em geral, como foi visto nos relatos, os PRENOS, os PJJHD e outros programas não cobriam as necessidades essenciais das famílias. Por essa razão muitos e muitas se dedicavam a realizar outras tarefas ocasionais ("bicos") e precarizadas, fora do horário que deviam cumprir. Por outro lado, evidencia-se uma rigidez por parte do capital privado para incorporar desempregados e desempregadas provenientes das empresas públicas privatizadas (Márquez,

1997). Quando Norma conheceu Lia, ela já recebia um programa social que lhe permitia realizar tarefas como zeladora na escola. Norma informou que esses programas de subsistência "foram impostos" à comissão de desempregados a partir do ano 1999⁷⁸. Mesmo que a reivindicação fosse trabalhar nas empresas petroleiras, eles se viram obrigados a aceitar o que estava sendo oferecido, ante a situação de extrema necessidade. Nesse ano, a distribuição dos *Programas* foi delegada às organizações piqueteiras, num momento em que a situação de emergência dos desempregados tomou tal intensidade que parecia que tudo implodiria. Nesse período, as organizações de grande parte do país conseguiram o controle direto sobre os *programas*, e a contraprestação dirigiu-se para a realização de trabalhos comunitários nos bairros (Svampa; Pereyra, 2005). Para esse trabalho, muitas mulheres, sobretudo as assentadas no cone urbano bonaerense, criaram, posteriormente, microempreendimentos, apoiadas pela política levada a cabo por Nestor Kirchner (2003-2007). As comissões, sobretudo aquelas que provinham de orientação de esquerda, não queriam receber os *programas*, como aconteceu em Caleta Olivia. Contudo, como explica Svampa e Pereyra (2005, p. 355), não tinham outra alternativa que não fosse aceitar: "A inclusão dos *programas* nas lógicas de construção política foi

⁷⁸Durante todo o governo de Menem, as organizações piqueteiras dependiam do Estado, do que recebiam dos programas. Como as municipalidades tinham exclusividade na distribuição desses programas, os movimentos se encontravam, em geral, nas mãos dos *punteros* e de seus critérios arbitrários. As prefeituras, em geral, realizavam censos com as famílias de desempregados, mas nunca deixavam claros os métodos utilizados nesses censos. Contudo, com a ascensão de De la Rúa ao poder (1999-2000) como FREPASO, os piqueteiros puderam se aproveitar do conflito entre radicais (De La Rúa) e os peronistas para emergirem como uma nova força política. Com o intuito de enfraquecer o poder do PJ nos municípios da Província de Buenos Aires, mas também se apoiando nas recomendações do Banco Mundial e do FMI, no sentido de descentralizar as políticas públicas, De La Rúa retirou dos municípios o poder exclusivo de mediar a distribuição dos programas e a tarefa de formular "projetos comunitários" e entregá-los diretamente ao Ministério do Trabalho. A partir de então, os movimentos se constituíram como "pessoa jurídica" e puderam, eles mesmos, se encarregar de negociar diretamente com o Estado e distribuir os Programas entre seus integrantes, com critérios próprios, logrando um salto qualitativo e quantitativo de autonomia. Ao não cumprir com os acordos feitos, ampliaram-se os confrontos. Conferir um papel de protagonista às associações da sociedade civil mostrava a debilidade dos próprios partidos da coalizão (no governo) para enfrentar a maquinaria clientelista do partido justicialista (Svampa, Pereyra, 2003). Para Svampa e Pereyra (2003), a resposta do estado às reivindicações favoreceu a consolidação das organizações piqueteiras entre 200-2001. No país, em 2002, quando se lançou o *Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados* (PJJHD), 24% das mulheres que se inscreveram eram consideradas "inativas"; das ocupadas, 40% estavam concentradas em serviço doméstico, enquanto os homens, 37,6% se ocupavam em trabalhos de construção (Pautassi, 2004). Com o governo de Nestor Kirchner, a FTV e a CCC terão participação no PJJHD. Foram as organizações que mais programas obtiveram, por suas alianças com o governo (Di Marco, 2011, p.55).

menos uma decisão das organizações que uma pressão das bases frente aos contextos de urgência e necessidade". A aceitação dos *programas* levou cada uma das organizações a gerar um debate no seu interior, em torno de suas concepções sobre o trabalho, e a tomar decisões a respeito, o que implicou a modificação de seus discursos, de sua forma de organização, e, sobretudo da maneira como tematizariam a noção de trabalho, sobretudo tendo em conta que a maioria dos desempregados provinha de uma tradição fabril e salarial onde o trabalho genuíno tem um forte peso. Para Norma, "*em Caleta Olivia nunca quisemos esses programas porque significavam maior exploração*" por parte do Estado: "*por um mesmo trabalho feito por duas pessoas na mesma instituição, quem se vinculava aos planes recebia muito menor quantidade de dinheiro do que quem trabalhava contratado ou efetivo*". E Cele continua: "*Eu ganhava 100 pesos por mês de um plano que exigia que estudasse, tivesse boas qualificações; e às vezes faziam você trabalhar três vezes por semana, quatro horas por dia, em algum lugar, e não alcançava esse valor, era muito pouco*". Esses programas são como diz Fernandes (2011, p. 2): "nada mais que uma contrapartida miserável à desagregação social que resultou da política econômica neoliberal" Para esse autor, como para outros (Dirnestein, 2009, Svampa; Pereyra, 2003) os piqueteiros resignificaram esses programas, "a história dos piqueteiros é a história da ressignificação do assistencialismo, de sua transformação num projeto popular [...], da possibilidade de utilizar as migalhas monetárias arrancadas do Estado para fomentar a auto-organização..." (Fernandes, 2011, p. 2).

Em Caleta Olivia, contrariamente ao resto das organizações do país, que projetava os microempreendimentos como forma de novas relações laborais, dando novo sentido aos *programas*, eles foram recebidos pelas Comissões de desempregados predominantemente como contraprestação laboral realizada em instituições da cidade⁷⁹ e tiveram uma dimensão complementar e intermediária da concretude do trabalho. Eles remetem à transição entre a luta e o efetivo trabalho. De fato, o *Partido Obrero*, vinculado aos grupos de

⁷⁹ Concordo com Quiros (2006) sobre a importância de resgatar a centralidade que os *Programas* de subsistência ocupam na vida das famílias desocupadas. Para a autora, os *programas* para as famílias "são mais do que um plano": eles estão inscritos na economia política das múltiplas relações de interdependência, que não são novas. Essas inter-relações envolvem a família, a comunidade, a escola, a Comissão, os *punteros* políticos e os próprios políticos.

desempregados e desempregadas de Caleta Olivia, num primeiro momento rechaçou esses programas, por considerá-los dentro da lógica assistencialista e focalizada, reprodutora do clientelismo. Com o tempo decidiram a incorporação através do *Polo Obrero*.

No período 1996-2006, os trabalhadores ativos da Patagônia Central também protestaram contra as demissões massivas e a redução do salário: trabalhadores e trabalhadoras docentes (ADOSAC – regional norte), trabalhadores da construção (UOCRA), sindicato petroleiros privados e gás (SPPyG), plantas pesqueiras de Caleta Paula, e trabalhadores e trabalhadoras municipais. Os confrontos foram crescendo até chegar a seu ponto de máxima tensão em 2004, com a participação massiva de mulheres nas tomadas de TERMAP. Assim como em outras províncias patagônicas, foram os grupos sindicais e os desempregados que apareceram na cena de lutas nesse período, às vezes juntos, outras vezes separados. Se bem, destacam-se os protestos e piquetes dos trabalhadores desempregados, os estudos de Schuster; Perez et al (2006); Carrera e Cotarelo (2004) mostram que continuam sendo as mobilizações das trabalhadoras e trabalhadores e ativos os que, maiormente se mobilizaram. Os partidos, sobretudo o *justicialista*, permaneceram com pouca presença ante a situação que se vivia.

Nesse contexto de efervescência, a maioria da população da região tomou conta da rua e das praças contra o modelo neoliberal. Em Comodoro Rivadavia, uma multissetorial, composta por empregados públicos, professores, desempregados, trabalhadores da construção e estudantes mobilizou, em janeiro de 1999, cinco mil pessoas e bloqueou a estrada com a participação dos desempregados e desempregadas de Caleta Olivia (*Diário Crónica*, 1999, p.1).⁸⁰

Na cidade de Caleta Olivia, em abril de 1996, registraram-se as primeiras greves de trabalhadores pertencentes à empresa petroleira PEXSE, que reclamavam o retorno ao trabalho de 186 operários demitidos por força das políticas de ajuste e a incorporação de tecnologias. No ano de 1997, formou-se Coordenadoria de desempregados, que teve uma presença fundamental na organização desse grupo. Era uma entidade que agrupava as comissões de

⁸⁰ DIARIO CRÓNICA. Miles de personas reclamaron por la creación de fuentes de trabajo. Comodoro Rivadavia, 23 de janeiro de 1999.

desempregados, apontando para a unificação da luta. A coordenadoria de Caleta Olivia realizava ações de denúncia sobre a situação de desemprego e convocava as pessoas a se organizarem.

Desparramábamos volantes por todos lados, llamando a los desempleados a organizarnos, Había mucha desocupación, mucha miseria. Ese momento era indignante. Y nosotros íbamos a volantear a la parroquia porque sabíamos que allí iban a buscar comida, pan. (Norma)⁸¹

Nos panfletos, a coordenadoria denunciava que as empresas "roubavam os recursos naturais da província". Esse fato é umas características distintivas das lutas dos desempregados e desempregadas da região: denunciavam o enriquecimento das empresas privadas e identificavam o novo quadro econômico na região, como o saque dos recursos e a entrega do patrimônio nacional e da soberania aos capitais privados.

Os aportes de Gramsci (2000) permitem entender como eles e elas vão desvendar o acobertamento que impede ver essa realidade-totalidade, entendida como uma disposição de forças sociais que se manifestam em distintos âmbitos da vida das pessoas, mas que constitui uma única realidade objetiva e independente da vontade, que se impõe, mas que pode ser modificada. O que se impõe, aparecendo como uma operação ideológica fundamental em todo sistema de dominação, se revela como a naturalização do existente, da atual dominação de classe e do atual sistema econômico. A realidade aparece, assim, como algo "dado". Para Marilena Chauí (2007, p. 5), no modo de produção capitalista, "a ideologia tem uma força imensa, pois sua função é introduzir o natural na história, naturalizar o que é histórico". A autora pergunta, no seu livro *O que é Ideologia?* (Chauí, 2003, p. 118): "Quem é o que pode dismantelar a ideologia? Somente uma prática política nascida dos explorados e dominados e dirigida por eles próprios". Assim, com as poucas ferramentas com que dispõem, os desempregados e desempregadas organizam-se para lutar por seus direitos no processo de luta da classe trabalhadora, em confronto com a burguesia industrial enquistada no Estado, este se desempenhando como seu interlocutor privilegiado.

⁸¹ Tradução: "Espalhávamos volantes por todos os lados, chamando aos desempregados a organizar-nos. Havia muita desocupação, muita miséria. Nesse momento era indignante, Nos íamos a tirar volantes à paróquia porque sabíamos que ali iam a buscar comida, pão.." (Norma)

2.7.1 “Nesse dia, nós fomos ousadas”

O ano de 1998 ficou consignado como aquele em que o conflito social recrudesceu. O valor do petróleo no cenário mundial desceu abruptamente e as empresas realizaram demissões. A jazida do Golfo San Jorge foi uma das mais prejudicadas: 1200 trabalhadores perderam seus empregos. Nesse contexto de aumento do desemprego, a Coordenadoria participou de um ato político e decidiu apresentar a Nestor Kirchner um pedido, com cerca de 350 assinaturas, de “postos de trabalho ou subsídios de quinhentos pesos, e que eles fossem pagos pelas petroleiras, isenção do pagamento dos impostos e serviços, saúde pública e educação”. O ato coincidiu com a greve dos mineiros de *Rio Turbio*, que continuavam se manifestando e reclamando o retorno à empresa nacional. Portanto, a Coordenadoria se solidarizou com eles, colocando um enorme cartaz, em apoio. O grupo tinha contatos com os trabalhadores de YCF, e a luta deles não passou despercebida para a nascente Coordenadoria. No ato apresentaram-se “25 mulheres, só mulheres, pois não havia homem da Coordenadoria nesse momento” (Norma). Numa situação de muita confusão e briga, uma das jovens desempregadas conseguiu se aproximar e ler, no pedido, que “*a gangue oficial nos arrebatou*”. O escândalo foi transmitido diretamente pela TV, e conseguiram 50 capacitações para ingressar a trabalhar na empresa pesqueira Barilari, e subsídios de 350 pesos durante esse período. E, como relatam Norma e Lia, continuaram reclamando, e indo a todas as sessões do Conselho deliberativo, reclamando a isenção dos impostos e do pagamento de serviços, porque o fornecimento de eletricidade e gás foi cortado das famílias.

As capacitações que os desempregados e desempregadas eram obrigados realizar, originadas durante a privatização da YPF, para sua reinserção na estatal, converteram-se, nesse período, num artifício para avaliar os que seriam contratados ou não nas empresas, um amortecedor que, em varias oportunidades, permitia às empresas ganhar tempo e protelar a resposta. Essas capacitações respondiam a uma necessidade conjuntural relacionada a nichos específicos de atividade. Essas capacitações, na maioria das vezes desconectadas da relação laboral, correspondiam ao caráter de ofícios (soldadura, construção, reflorestamento). A maioria dos relatos das mulheres as apresenta como uma situação ridícula. A associação que Enrica

faz mostra sua ressignificação: em meio de risos, ela comenta: "*E depois nos mandaram fazer um curso de boxe, para boxear; e isso é o que fizemos mais na frente...*" (fazendo referência à luta). Segundo o relato de uma docente que subministrou os cursos, eles apontavam a qualificar para o ingresso ao trabalho em áreas específicas que foram se identificando como possíveis alternativas à exploração petroleira. Além dos objetivos práticos, exploravam questões relacionadas ao trabalho de equipe e ao cooperativismo (entrevista capacitadora). Como vemos, o eixo da análise da patronal estava colocado na falta de formação laboral das pessoas da região. Como discurso racional era convincente. Porém, naturalizava o fenômeno, o descontextualizava e colocava a responsabilidade nos trabalhadores e trabalhadoras.

Nessa mesma direção, no período, a prefeitura convocou para a organização de um Comitê de Crise, composto pelas "forças vivas da cidade". Para Lia, esses arranjos não resolviam nada: "Todos esses inventos que eles faziam serviam, só, para analisar nossa situação e nos deixar pior". Sobre a relação que estabeleceram com o Comitê de Crise, Lia comenta:

Íbamos y pegábamos nuestros carteles en el lugar donde ellos se iban a reunir. Por supuesto, que ellos no nos invitaban a participar y nosotros íbamos igual a esas reuniones con nuestros megáfonos y como ellos no nos daban la palabra para hablar, nosotros agarrábamos nuestros megáfonos e hablábamos por nuestra cuenta.
(Norma)⁸²

Entendo os comitês de crise, criados ante situações críticas, tal como explica Fernandes (2011 p. 3), como uma estratégia utilizada pelo governo federal, ao longo do país, com o objetivo de "dividir" com outros setores o ônus da ebulição política provocada pelos movimentos. Eram formados por representantes de distintas instituições da sociedade, as chamadas "forças vivas", especialmente convocadas. Em Caleta Olivia, esse comitê era formado por Câmara de Comercio, prefeitura, polícia, igreja, vereadores e vereadoras, entre outros, no intuito de "gestar uma paz" com mediação do Estado: era um mediador entre as classes sociais. Considera-se que o uso da palavra "crise", nesse contexto, responde a essa imposição ideológica de naturalizar e

⁸² Tradução: "Íbamos e colávamos nossos cartazes no lugar onde iam se reunir. Embora não nos convidassem a participar, nós íamos a essas reuniões com nossos megafones e, como eles não nos davam a palavra para falar, nós pegávamos nossos megafones e falávamos por nossa conta." (Norma)

confundir as percepções. Assim, conforme Marx (1988), a chamada crise não é mais que uma manifestação de um consumo limitado numa produção cada vez maior, como uma tendência própria da reprodução do capital. Daí entendo que, na dinâmica do capitalismo, a crise, ou seja, as crises são partes constitutivas da sua dinâmica estrutural. A crise, na dominação ideológica capitalista, responsabiliza os trabalhadores e trabalhadoras: “A aparente desordem que se produz com o desemprego não é outra coisa que a manifestação da nova ordem, o novo estado de equilíbrio que caracterizará esta fase de desenvolvimento capitalista na sociedade argentina.” (Podestá, 1999, p. 7).

Ainda em dezembro de 1998, resistindo, realizam uma “Panela Popular”⁸³ sob o monumento do Gorosito, e a tomada da Prefeitura, decidida em assembleia. Solicitaram ao Comitê de Crise o acompanhamento, mas não tiveram resposta. As famílias desempregadas passaram o Natal e o Ano Novo rebeladas na praça, comendo e dormindo ali. Tinham o apoio de uma rádio da cidade, a Radio 21, que realizava a modalidade “rádio aberta”⁸⁴, com leitura de mensagens para a população. Enviaram uma carta ao Comitê de Crise solicitando comestíveis. Por não terem tido resposta ao pedido, decidiram a tomada do município. No dia 4 de janeiro, ante a falta de respostas, cerca de 130 pessoas entraram na prefeitura e tomaram o edifício. O prefeito, para apaziguar o conflito, forneceu comida, solicitou ao bispado da cidade um lugar para ser utilizado como refeitório comunitário e concedeu um subsídio de 200 pesos por 4 horas de contraprestação para um grupo de 100 pessoas registradas nas listas da Coordenadoria. Essas pessoas eram convocadas para realizar tarefas em distintas instituições e ramos de atividades. Todas as atividades eram vinculadas à prefeitura, mas eram realizadas como serviço do município às instituições da cidade, em trabalhos administrativos, plantio de árvores em ruas, limpeza de ruas e outros. Pela primeira vez, começaram a colocar as mulheres nas ruas para trabalhar, o que trouxe problemas sérios para muitas delas, obrigadas a permanecer grande parte do tempo expostas a

⁸³ Pannels populares é o termo utilizado para definir uma forma de protesto que implica a preparação de comida na rua, durante o protesto, distribuída para consumo no mesmo local da manifestação. Essa forma de protesto está associada contra a falta de trabalho, a fome e as condições indignas de vida.

⁸⁴ Rádio aberta compreende a realização de programas de rádio no espaço público, geralmente em praças e ruas, durante os atos e manifestações. Na rádio aberta, o microfone fica à disposição dos manifestantes.

um clima extremadamente frio. Norma começou a prestar serviços num lar para idosos.

No mesmo período, problemas ligados à impossibilidade de pagar os aluguéis obrigaram várias famílias a reclamarem por terras, e a ocupação de casas vazias levaram à produção de outros conflitos. O problema da moradia em Caleta Olivia continua até hoje. Essas ocupações de terras foram motivadas pelo desemprego, pelo emprego precário das famílias, o que as impedia de pagar alugueis, com a especulação imobiliária (altos custos dos alugueis e altos custos dos imóveis) e a falta de planejamento habitacional por parte do município.⁸⁵

Entretanto, os dados em relação à produção na região mostram que, de 1990 até 1998, os investimentos cresceram 116%, de 971 a 2100 milhões de dólares. A produção de petróleo cru aumentou 73%, alcançando uma média de 834.000 barris diários, quando comparados com 483.000 barris diários de princípios da década. Houve um crescimento de 30% nas reservas, de 5200 milhões a 6800 milhões de barris. As exportações, no período, também cresceram 239%: de 871 a quase 3000 milhões de dólares em 1997. A curva de crescimento desacelerou em 1998, quando o barril de petróleo se desvalorizou em mais de 40% (alcançou uma média de US\$ 14,50 por barril). As petroleiras, então, realizaram mais demissões e houve mais tensão social na região. Na jazida do Golfo San Jorge, foram demitidos 1.200 trabalhadores. O preço do petróleo começou a se recuperar em 1999 e, em 2000, chegou a US\$ 30,50 por barril. Então, houve uma reativação, e as equipes de perfuração passaram de 28, em fins de 1998, a 67, em 2000 (La Nación, 2001c). Fica claro que, nos períodos de retração, o ajuste passa pela demissão dos trabalhadores, embora períodos de crescimento de produção não sejam sinônimos de maior emprego e de melhoria das condições dos trabalhadores.

⁸⁵ No ano 1999, o Partido Obrero convocou um repúdio à fraude que condenou os "lutadores sociais de Comodoro Rivadavia e Caleta Olivia", que em 1998, "tinham bloqueado as estradas". Entre eles, encontrava-se Norma. Solicitou ainda a anulação de todos os julgamentos e cobrou subsídios de 500 pesos para todo desempregado maior de 16 anos (*Prensa Obrera*, 1999).

2.7.2 "Rebelião popular de um povo petroleiro"

A frase da manchete do jornal *La Nación* de 2 de setembro de 2000a faz referência ao bloqueio do portão de entrada da empresa REPSOL/YPF S. A. e ao incêndio de três de seus pavilhões no dia anterior, na cidade de *Las Heras*⁸⁶, no protesto levado a cabo por 300 pessoas, entre elas trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, estudantes, sindicatos e o prefeito da cidade. Norma explicou que os acontecimentos tiveram início com uma reivindicação dirigida à empresa Vintage Oil, solicitando postos de trabalho a partir de um levantamento de desempregados realizado pelo sindicato de trabalhadores petroleiros, uma lista que revelava a existência de 1.200 desempregados na cidade de Las Heras. Em síntese, mostrava a gravidade da situação nas cidades patagônicas. Para isso, já tinha começado a organização de comissões de desempregados de Pico Truncado e de Las Heras: "Nós começamos a nos organizar cada vez mais, começamos a criar agrupamentos classistas."⁸⁷ (Norma). Esses grupos atuaram de forma conjunta nas três cidades, organizando os bloqueios da entrada a REPSOL/YPF em Las Heras.

O artigo do jornal fazia referência a Las Heras como um "povo em chamas". Explicava os acontecimentos do dia, mas qualificava os trabalhadores mobilizados como "queixosos".

Ontem, à noite, os "queixosos" rechaçaram a mediação do Ministro de governo de Santa Cruz, Julio de Vido, expulsando-o a pedradas e murros, logo depois de destruir os cristais das portas do hotel de hóspedes da Repsol/YPF. O povo não está sozinho no protesto: desde quinta, quando começou a manifestação que reivindicava mil postos de trabalho, se foram agregando ao movimento os sindicatos de empregados de comércio (ADOSAC), a União Obreira da Construção (UOCRA), o clube de Leones, as juntas de vizinhos, os docentes, a Câmara de Comércio e o próprio prefeito José Luis Martinelli (Aliança), junto ao gabinete municipal e aos vereadores. Ontem à tarde não houve aulas nas escolas. (*La Nación*, 2000a)

⁸⁶ Las Heras se encontra a 270 quilômetros de Comodoro Rivadavia (Chubut) e integra, com a Jazida Los Perales, um "polo petroleiro" junto com Pico Truncado e Caleta Olivia, na região norte santacruceña. Em 1991, ante o ótimo valor do petróleo, a população de Las Heras cresceu de 7000 para 12.000 habitantes. A queda dos preços no mercado internacional, em 1997, provocou a despedida de 700 trabalhadores. Entre Las Heras, Caleta Olivia e Pico Truncado, 3.500 trabalhadores das empresas petroleiras foram desempregados. Não existe nenhuma atividade gerada na zona que tenha a capacidade para contratar tanta mão de obra, explicou Martelli, prefeito de Las Heras (*La Nación* 2000a).

⁸⁷ Em 2002, a Coordenadoria deixou de funcionar, e o Polo Obrero, absorveu a organização de trabalhadores desempregados. Esse foi um processo vivido em todo o país. A dissolução das comissões e coordenadorias de desempregados deu lugar para novas organizações piqueteiras.

O jornal transcreve as palavras de um ex-trabalhador petroleiro de Las Heras: "Esta situação não dá mais. A falta de trabalho rompeu nossas famílias. Assim não podemos continuar [...] A situação provocou uma forte crise social que gerou desde separações até suicídio." (La Nación, 2000a). O trabalhador, segundo relata o artigo, vivia há dois anos de um subsídio de 200 pesos mensais e realizava trabalhos informais. O artigo finaliza explicando:

...a grave situação social também prejudica os mais jovens, que encontram muitas poucas opções na crise. Durante os últimos dois anos e meio, a localidade registrou 22 suicídios de pessoas cujas idades oscilam entre 15 e 30 anos⁸⁸ [...] Esta é uma consequência da crise que estamos vivendo. Assim é muito difícil viver. (La Nación, 2000a)

E sublinha que, nesse momento, os índices de desemprego alcançaram 30% da população ativa (La Nación, 2000a). Da negociação com a operadora e o Estado, foram obtidos 150 postos de trabalho e 250 subsídios por seis meses. Para isso, a Coordenadoria começou organizar a lista dos possíveis ingressantes. Entre os postulantes, encontravam-se 16 mulheres para trabalhar nas empresas petroleiras, entre elas Norma, que tinha ficado sem o trabalho do lar de idosos. O jornal expressa, fechando o texto:

Os trabalhadores do povo, com um piquete que ameaçava quebrar a tranquilidade do norte de Santa Cruz, ontem levantaram o protesto. Para tranquilizar os ânimos enfurecidos, foi necessária uma promessa: a petroleira se comprometeu a gerar 110 postos de trabalho – 60 nos poços da região e os restantes para executar obras públicas municipais –, além de garantir que contratará nova mão de obra a partir de janeiro. Para sufocar o conflito que ameaça expandir-se a outros petroleiros santacruceños, Repsol se comprometeu a distribuir, durante os próximos 6 meses, 170.000 pesos entre as localidades de Las Heras, Pico Truncado e Caleta Olivia [...]. O acordo fez com que os piqueteiros voltassem para suas casas, mas deixou uma ferida aberta no povo que, na sexta-feira passada, se uniu a sindicatos, políticos, docentes e comerciantes sob a mesma bandeira de reivindicações (La Nación, 2000b)

O artigo enfatiza os pontos cruciais postos em jogo na negociação: a ameaça de que outras cidades se somem ao confronto; a garantia do Estado provincial, negociador nesta instância, do cumprimento da promessa de

⁸⁸ O artigo de Leila Guerreiro (2008) relata que em Las Heras entre novembro de 1997 e dezembro de 1999 se suicidaram doze pessoas homens e mulheres, onze deles de uma idade média de 25 anos.

pagamento, por parte da operadora REPSOL/YPF, de um aporte para os municípios, a fim de assegurar a geração de trabalho nas três cidades; e, por último, "as feridas" que ficaram além do acordo, pois o prefeito e os sindicatos estavam presentes nas ocupações, além de reclamarem, distanciando-se das operadoras. Com esses fundos "arrancados" às empresas privadas, inicia-se uma política a partir das prefeituras de Caleta Olivia, Pico Truncado e Las Heras, para a colocação dos desempregados em microempreendimentos produtivos; uma política que se acentuará em todo o país com a chegada à presidência, em 2003, de Nestor Kirchner.

Atendendo às particularidades do cenário patagônico pós-privatização, o processo de criação das cooperativas e de microempreendimentos remete a uma condição de convivência entre o Estado e as empresas privadas, representada pela terceirização, no marco capitalista atual, conforme é requerido pelo modelo de acumulação flexível (Harvey, 2001). Essas cooperativas, criadas sob condições de perda de direitos, eram contratadas pelas empresas e pelo próprio Estado, o que significava o começo de uma reforma nas regulações laborais e do Estado, o qual, longe de retirar-se (como muitas posições sustentam com aproximações simplistas), converte-se num ator privilegiado, viabilizador das reformas para garantir o processo de acumulação capitalista. Por outro lado, como estratégia integral, a terceirização não só afeta o "emprego privado", mas também o público. Nesse sentido, o uso das cooperativas se associa a uma estratégia clara de desregulamentação, na qual o Estado (na atualidade, o principal empregador da força de trabalho no nível estadual), constitucionalmente consagrado como o garantidor de direitos, reproduz e garante as disposições gerais da desregulamentação do trabalho no capitalismo neoliberal. Porém, como já foi visto, o Estado, além de atuar desregulamentando o emprego, opera também como mecanismo de controle e "pacificação" dos protestos. Trata-se de um mecanismo necessário para manter, como diz Druck (2011, p. 41) um "processo de acumulação ilimitada do capital"⁸⁹ que se tornou hegemônica em termos mundiais.

⁸⁹ Para a autora (Druck, 2011, p.41) esse processo implica "[...] numa busca insaciável pelo lucro, pela produção do excedente, cada vez mais estimulada pela concorrência intercapitalista no plano mundial. Um processo que dissocia o capital e as formas materiais de riqueza (valores de uso) conferindo-lhes um caráter abstrato, cuja valorização através do trabalho excedente garante perpetuar-se a acumulação"

Podemos dizer que, além das formas de organização e mobilização desenvolvidas em escala ascendente, desde a década de 90, pelos trabalhadores, em algumas ocasiões exitosas e em outras não, a situação de grave crise teve profundas repercussões na vida cotidiana das pessoas, nessas dores coletivas que ficam instaladas na subjetividade, como expressam os relatos transcritos.

Mas cada luta apresenta um componente novo. No caso da luta do ano 1998, passados seis meses e ante a renovação do contrato, diferentemente das outras, aparece mediando, em nome da operadora (REPSOL/YPF), o empresário Cristóbal López, hoje proprietário de cassinos, empresas de coleta de lixo e petroleiras. Nessa época, ele se encontrava iniciando sua atividade comercial. Hoje, é considerado como um dos homens mais poderosos da Argentina, que beneficiou-se durante a presidência de Nestor Kirchner e, atualmente, com a presidência de Cristina Fernandez. Segundo o relato de Norma e Lia, Cristóbal López aparece ante os grupos de trabalhadores e desempregados, propondo incorporá-los à empresa que estaria por criar, para implementar o projeto de recuperação ambiental elaborado pelos desempregados em dezembro do ano anterior. O projeto tinha sido elaborado pelos desempregados e desempregadas com a finalidade de gerar postos de trabalho para aqueles que "*tivesses menos posibilidades de ingresar nas empresas nas revisões medicas*" (Norma). O projeto de recuperação ambiental tinha o propósito de cultivar plantas nativas em campos de perfuração contaminados pelo derrame de petróleo. Essa empresa, nascida da apropriação desse projeto, foi criada em 2001 como OIL S. A., empresa privada que inicia suas atividades de recuperação ambiental contratando efetivamente os desempregados e as desempregadas. Atualmente, a empresa tem experimentado um crescimento tão considerável, que funciona como empresa extratora de petróleo.⁹⁰

A década mostra o devastador processo de reestruturação produtiva na região, identificado com um notável incremento da produção petroleira, não proporcional à geração de empregos e melhorias nas condições de vida dos patagônicos. Ao contrario, significou um aumento da sobre-exploração dos

⁹⁰ Ver o artigo "El reino de Cristóbal López. Disponível em: <http://opisantacruz.com.ar/home/2008/03/20/el-reino-de-cristobal/624>

trabalhadores e trabalhadoras, a precarização do trabalho e o crescimento das taxas de desemprego. Contudo, assiste-se a uma clara tendência das primeiras organizações de desempregados de articular ações com o sindicato de trabalhadores ocupados (por momentos).

2.7.3. A crise de 2001: ponto máximo de lutas na Argentina

Em dezembro de 2001, a crise argentina irrompeu com o colapso financeiro e uma espetacular mobilização da sociedade civil nos dias 19 e 20. Segundo as palavras de Dirnestein (2004), foi "uma insurreição popular", que forçou a renúncia das autoridades nacionais em meio a um dos *defaults* mais importantes da história. Para essa autora (Dirnestein, 2004, p. 245), a virtude dessa mobilização "não reside em sua capacidade para 'alterar' a ordem social estabelecida", senão primordialmente, por sua capacidade de "revelar e pôr em evidência a violência intrínseca à imposição da (des)ordem capitalista". Assim, durante todo o ano 2001, realizaram-se protestos e greves no plano nacional.

A greve de março, organizada pela CGT dissidente e a CTA contra as medidas de ajuste, teve grande apoio em todo o país. Nessa greve, os manifestantes santacruceños também bloquearam a estrada Ruta 3, à altura de Caleta Olivia, em meio a situações violentas. Em cidades como Neuquén, a greve promoveu o incêndio das portas de sete bancos e a quebra de vidros (*La Nación*, 2001a). O ano continuou marcado pelos bloqueios de estrada, como resposta à situação de falta de trabalho na região. Em todas as cidades do Golfo as cifras de desemprego alcançavam de 25% a 30%. Nessa linha, foram criadas as coordenadorias de desempregados e desempregadas de Pico Truncado e Las Heras, que, tempos depois, elaboraram, em conjunto, um plano de lutas na região norte de Santa Cruz.

No marco da crise político-econômica nacional, se produz em julho de 2002 uma rebelião de grande impacto na região: o bloqueio de estrada *Ruta 3* e a tomada da Baterias Petroleiras de Las Heras, uma planta perigosa, por tratar-se de produção de gás natural. Durante os seis primeiros dias, os manifestantes permaneceram bloqueando a *Ruta 3*, e a *Playa de Tanques* foi tomada posteriormente, à medida que o conflito avançava e não se obtinham respostas às demandas (Norma). Na madrugada, em meio à neve, com uma temperatura de -10° , 80 desempregados – a maioria constituída de homens

jovens que sobem aos tanques – bloquearam a estrada nacional Nº 3 e entraram na planta de Las Heras (*La Nación*, 2002a). Com eles, sobe também Norma. Segundo seu relato, eram poucas mulheres: ela e três mais. As três mulheres restantes permaneceram no bloqueio da estrada, com centenas de homens de Caleta Olivia e Las Heras⁹¹. Solicitava-se que as empresas privadas respeitassem o acordo de incorporação de auxiliares de ofícios para esses jovens, conforme estabelecia o Convênio Coletivo de Trabalho. Como paliativo, em toda a região, tinham sido distribuídos *programas* sociais para mais de 3.000 pessoas, 80% jovens menores de 25 anos e solteiros (Martinez; Luque, 2010).⁹² As rádios informavam sobre a ocupação e a ameaça dos "piqueteiros" de incendiar a planta. Os eventos foram apaziguados logo após onze dias de reivindicações, com a promessa de ingresso de 80 trabalhadores na empresa Oil (*La Nación*, 2002b, 2002c, 2002d). As notícias dos jornais do dia anunciaram a suspensão da ameaça de incendiar a *Playa de tanques* com a reprodução das palavras de Norma na entrevista:

Villamayor [Norma] explicou que os manifestantes encontram-se "muito indignados" com a situação que padecem, pois, "nesta província, com a riqueza da terra, não teríamos de estar passando o que estamos passando". (*La Nación*, 2002a, p.1)

Por sua parte, REPSOL/YPF veiculava, na mídia, mensagens para a população, informando que a ocupação "obrigou a deter o bombeio de óleo cru para a *Playa de tanques* [...] fomos obrigados a parar a produção dos poços de petróleo e gás, e os protestos poderiam atingir o sistema elétrico interconectado patagônico, por falta de gás para o funcionamento da central". As matérias, nos jornais, informavam sobre o desabastecimento de combustível em todo o país.

Como ficou claro na exposição, os desempregados exigiam *trabalho genuíno*, a partir da inserção em postos de trabalho formal no sistema produtivo. Sua lógica é entender trabalho digno como aquele que se insere no mercado produtivo. O Estado tentou canalizar a crise do trabalho através da formação de cooperativas de trabalhadores, continuando com o padrão

⁹¹ Segundo os relatos, os desempregados de Pico Truncado não participaram, dado que já tinham conseguido trabalhos de recuperação ambiental na Prefeitura.

⁹² Em meados de 2002, falava-se que Comodoro Rivadavia atravessava sua pior hora, com 20.000 pessoas desempregadas (Martinez e Luque, 2010).

instalado durante a privatização da YPF, como ferramenta de controle do conflito e de desregulamentação do trabalho. Observa-se também que, para esses desempregados, o desemprego é responsabilidade do sistema, que lhes impede ou lhes nega a possibilidade de vender sua força de trabalho, de ganhar seu sustento como assalariado. Estes desempregados se consideram trabalhadores e demandam trabalho.

O novo quadro neoliberal transformou as características do mercado laboral provincial, identificado historicamente pelo pleno emprego e altos salários. O novo cenário que emerge encontra o Estado Provincial beneficiado, num primeiro momento, pela situação financeira propícia das vendas das empresas; anos depois, teve de intervir para conter o conflito. Ante o conflito, os acordos entre Governo Provincial e a petroleira REPSOL/YPF, para gerar postos de trabalho, foram feitos sob a pressão dos bloqueios de estradas e tomadas das instituições e jazidas. Extratos das entrevistas analisadas no marco da pesquisa apontam na mesma direção.

... porque estaba todo mal acá en Caleta, no había trabajo, no había nada, no tenía nada; entonces se vio que haciendo piquete se podía conseguir un trabajo. Y bueno, todos los trabajos que se consiguieron acá en Caleta Olivia, le guste a quien le guste, se consiguieron por piquete, no porque ellos, el gobierno, salieron a querer darle trabajo a alguien. Todos los trabajos que se consiguieron acá en Caleta Olivia, en Truncado, en las Heras, todos fueron piquetes. (Jessi)⁹³

⁹³ Tradução: "... estava tudo mal aqui, em Caleta, não havia trabalho, não havia nada, não tinha nada; então, se viu que fazendo piquete se podia conseguir um trabalho. E bom, todos os trabalhos que foram conseguidos aqui, em Caleta Olivia, goste a quem gostar, se conseguiram por piquete, não porque eles, o governo, saíssem a querer dar trabalho para alguém. Todos os trabalhos que se conseguiram aqui em Caleta Olivia, em Truncado, nas Heras, todos foram por piquetes." (Jessi).

3 DE TRABALHADORAS DESEMPREGADAS A TRABALHADORAS DESEMPREGADAS MOBILIZADAS

Como apresentei no Capítulo II, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras desempregadas da Patagônia Central desenvolveu-se no marco de outras mobilizações e greves locais e nacionais, seja de trabalhadores em geral, como petroleiros, docentes e trabalhadores da pesca, ou das próprias organizações piqueteiras com as quais mantinham permanentes contatos. Tal como afirma Tarrow (2009), existe, nas entranhas das lutas, a “memória de confrontos passados”. A memória social é o elemento fundamental na articulação entre presente e passado. Nesse sentido, como explica Mannheim (1928, p. 140), a memória é articuladora da transmissão de conteúdos culturais de uma geração para as outras posteriores: “as experiências passadas podem ser incorporadas no presente como modelos conscientemente reconhecidos...”.

Foi em meados de 1996 que os primeiros trabalhadores desempregados começaram a se manifestar na região, principalmente como ex-trabalhadores da YPF, e, lentamente, começaram a se constituir como movimento de desempregados e desempregadas, convocando os de outros ramos produtivos. No mesmo cenário, vimos que as mulheres das camadas mais pobres foram interpeladas por uma realidade cada vez mais crítica que lhes exigia tomar decisões. Assim, elas começaram a aparecer timidamente nas lutas da região, processo que foi reconstruído nesta tese, sobretudo a partir dos relatos de Norma e Lia, pioneiras nesse processo de colocar o corpo feminino no âmbito público e em marcar um caminho para outras mulheres, sobretudo aquelas que participaram nos acontecimentos posteriores.

É importante, pois, ressaltar que ambas assumiram notável participação nas primeiras lutas, e foram as que integraram a Coordenadoria. Uma vez dissolvida essa Coordenadoria, integraram-se ao *Polo Obrero* (agrupamento piqueteiro, braço do *Partido Obrero*) e à sua luta. Hoje, elas se encarregam, em grande parte, da “guarda da memória” das lutas. Como guardiãs da memória, nos termos utilizados por Klein (2007) e Bogado (2009), preservam os momentos vividos, preservam a história de suas comunidades, suas famílias, as histórias datadas, acontecimentos e

experiências invisibilizadas. Guardam ainda essa trajetória do grupo em álbuns fotográficos e pastas com arquivos de matérias publicadas nos jornais.⁹⁴

Embora Klein (2007) não acredite que seja competência exclusiva das mulheres o resguardo da memória, acha que isso acontece especialmente em comunidades indígenas, pois, nelas, as mulheres costumam ser as custódias da história de seus povos. Diz Klein: "É curioso, no Canadá existe um dito que parte da população nativa utiliza com referência aos colonos europeus: 'Se esta é vossa terra, onde estão vossas histórias?'" A conexão com a terra é inseparável da existência de histórias sobre as comunidades e com as mulheres. Acredito que essas reflexões de Klein (2007) se relacionam intimamente com as mulheres patagônicas, mulheres inscritas em uma terra identificada como "terra de homens" e como a "terra dos ventos". São mulheres construtoras de uma história reescrita na memória coletiva. Manter a memória coletiva – concordamos com Klein (2007) – é uma forma de resistência, sobretudo, como diz a autora, é "nossa única esperança frente às estratégias de *shock*", estratégias utilizadas pelo sistema capitalista na dominação hegemônica, que se baseiam em "aproveitar-se de como fazer perder a consciência de onde estamos no tempo e espaço, como perdemos nosso relato, nossa história e nosso lugar no espaço e tempo" (Klein, 2007). Essas estratégias de *shock* e de olvido são enfrentadas nesta tese, que busca recuperar das próprias mulheres, construtoras de mobilizações, suas fartas lembranças, seus sentidos, especialmente silenciados pelo sistema. Isso é o que Pollak (1989) chama de processos de enquadramento e de seleção da memória, que podem ser feitos por instituições e organizações políticas, sindicais, religiosas, acadêmicas, aquelas que, nas relações de poder, levam à consolidação do social.⁹⁵ Nesse contexto, os estudos das mulheres,

⁹⁴ Norma é referenciada por Lia como a que mais se lembra das tomadas. Assim, o percurso de memória que ela faz das lutas, com datas precisas, a tem posicionado num lugar de consulta de vários autores. Registra-se que ela tem dado entrevistas a pesquisadoras do Grupo de Investigadoras e Investigadores de movimentos sociais "Contraventos".

⁹⁵ Além do trabalho de enquadramento da memória pelo contexto, há também um trabalho da própria memória *em si*, de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização; há um processo de seleção do que se conta e do que não se conta. Halbwachs (1990) entende que nossa memória, por mais que pareça ser o resultado de pensamentos e experiências exclusivamente pessoais, só pode existir a partir dos quadros sociais da memória. Nossas lembranças carregam padrões adquiridos socialmente, formam construções coletivas do presente e se relacionam com a vida material e moral das sociedades.

especificamente dessas mulheres, como histórias subterrâneas, foram relegadas a um plano subalterno do qual queremos recuperá-las.

Norma e Lia, como foi visto, foram fortes lideranças no processo das tomadas da TERMAP, dos piquetes de estrada e da mobilização política na região; ainda são, na atualidade, apesar de se apresentarem, em relação aos acontecimentos de 2004, como pessoas que "só *acompanham as lutas de suas filhas*". Nas tomadas de 2004, elas não entraram na *Playa de Tanques*, mantendo-se como custódias na sua entrada. Esse dado é interessante, porque, apesar do que manifestam, posso entender que suas lutas vão mais além de 2004, como será visto nos últimos capítulos. No entanto, isso nos mostra uma faceta de Norma e Lia associada à proteção. Elas falam de proteger as filhas, mas posso entender que é mais do que isso: nos seus relatos, aparece uma atitude protetora para com as famílias desprotegidas, protegendo, também, o protesto da cooptação dos políticos. Em outros momentos, protegem as mulheres e jovens da repressão. Vejo uma Norma determinada, precisa, quando diz aos homens durante as tomadas: "*Não somos escravas dos escravos*". Trata-se de uma referência à ocupação de 2000, quando os trabalhadores petroleiros "mandavam" as mulheres fazer comida para todos. Há também uma Norma comovida pela situação das famílias desempregadas. Esses aspectos articulam sua vida cotidiana de mulher com a luta, gênero e classe, que se entrelaçam nas suas palavras:

*Era tan penosa la situación! Una vez, estábamos con Lía en la casa de una compañera y el nenito, el nene de 2 añitos estaba con una mamadera de té, y Lía le decía: "Ah, que rica la lechita!" Y él le dice: "No, yo no tomo leche, porque soy grande. Leche toma el bebé, el hermanito." No tenían para comer. Y a mí me dio una cosa, viste, vos decís, dos años tenía... Me dio una cosa!!! Siempre me quedo grabado eso...*⁹⁶

[Norma chorava enquanto contava]

Después a muchos nos empezaron a desalojar. No pudimos levantar, porque no podíamos dejar toda esa gente tirada. Eran con 3 o 4 chicos, todos desalojos, así que decidimos... El intendente, por

⁹⁶ Tradução: "Era tão penosa a situação! Uma vez estávamos com Lia na casa de uma companheira e o seu menino, de dois aninhos, estava com uma mamadeira de chá e Lia lhe dizia: "Ah, esse rico a leitinho!". E o menino disse: "Eu não tomo leite porque sou grande. Leite toma o bebê, o irmãozinho". Não tinham para comer. E me deu uma coisa!!! Dois anos só... Deu-me uma coisa!!! Sempre ficou gravada essa cena na minha cabeça" (Norma)

supuesto, con su campaña, desprestigiadora, así que decidimos que si el día...Decidimos el día 3 de enero del 99, corrió tanto viento, era un domingo. No podíamos... Lía tuvo que llevar los chicos a su casa, empezamos a desparramarlos, porque no podíamos estar en el Gorosito del viento que había. Y mantener la carpa para que no se nos vuele [...] Finalmente tomamos la Municipalidad.⁹⁷

A frase "não somos escravas dos escravos" faz referência à longa discussão sobre o trabalho feminino, o que é destacado pelo sistema patriarcal como tipicamente feminino: o trabalho doméstico. Cozinhar é um dos trabalhos que a dona de casa faz dentro do âmbito privado. O que estão denunciando aqui as mulheres? Sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado numa relação totalmente mistificada: trabalhar, além de conotações diversas, representa a condição para sobreviver. No caso das mulheres, não consideradas pela ideologia patriarcal como trabalhadoras, o trabalho doméstico não só lhes foi imposto, mas também tem sido transformado num atributo natural da personalidade feminina. Na exploração das mulheres, em sua face doméstica, o trabalho, longe de ser tomado como tal, é valorado pelo sistema capitalista como um ato de amor e, no reverso, tem disciplinado o trabalhador masculino para considerar sua mulher dependente de seu trabalho (Saffiotti, 2009). São as amorosas serventes (escravas) dos homens da classe trabalhadora (também escravos do sistema capitalista). Por isso, a expressão de Norma apela para reverter esse mandato.

Observo uma linha de continuidade nas lutas. Por isso, acredito que o processo vivido entre 2004 e 2006 pelas mulheres desempregadas da Patagônia Central não é casual, mas constitui um processo de construção, onde se retomam as ferramentas de luta de suas predecessoras, potencializando-as ao máximo. Entendemos que essas ferramentas são adquiridas por gerações, a partir da sedimentação das experiências passadas que deixaram marcas e que ficaram guardadas na memória geracional. Ressalto, também, que se instala, nesse período, um processo aberto de criminalização do protesto social⁹⁸ por

⁹⁷ Tradução: "Depois muitos começaram a nos *desalojar*. Não podíamos sair porque não podíamos deixar toda essa gente sem teto. Eram famílias com três ou quatro filhos, todos desalojados. Assim, decidimos que, se no dia 1º de janeiro não resolvessem a situação, tomávamos a prefeitura. No dia 3 de janeiro de 1999 corria um vento forte, era domingo. Não podíamos continuar ali. Lía teve de levar algumas crianças para sua casa, começamos a distribuí-las, porque não podíamos estar no Gorosito de tanto vento que havia (...). Finalmente, tomamos a Prefeitura". (Norma)

⁹⁸ Em 1999, foram condenados Walter Natera, secretário geral do sindicato de Trabalhadores do Estado, ATE de Comodoro Rivadavia, e Miguel Gatti, dirigente social, a cinco meses de

parte do Estado, já que, dessa vez, recorre-se, além da polícia, aos serviços da *gendarmeria* nacional para reprimir brutalmente as mulheres. Registro que, no ano 2004, na cidade de Caleta Olivia, em três oportunidades, foram realizadas tomadas dos terminais da TERMAP, em março, julho e setembro.

Um pouco de informação sobre as entrevistadas participantes das tomadas: Guada e Marcela são filhas de Lia e Norma, respectivamente; Cele é filha de Rosa (a autora da poesia que abre esta Tese). No ano 2004, quando participaram das tomadas da TERMAP, elas tinham entre 17 e 23 anos. Na ocasião, suas mães as acompanharam. Suas mães, tias e vizinhas tinham participado das lutas na década de 1990, processo que detonou no período estudado, mas que, de nenhuma maneira, se esgota nele. Guada participou da primeira ocupação e, anos depois, quando ficou sem trabalho, acorrentou-se na Praça da Prefeitura em Rio Gallegos, capital do Estado de Santa Cruz. Atualmente, trabalha na Fundação Olivia⁹⁹, junto com Cele, na área de reciclagem de lixo. Na primeira ocupação, junto com Jessi, obteve trabalho em Oil S. A. Em 2007, foram despedidas por reclamar melhoramento nas condições laborais. Marcela participou da segunda ocupação da Termap; mãe de seis filhos, foi detida por 8 meses junto a Selva e Elsa. Lau trabalha no município através de um contrato com a cooperativa de serviços que ela integra; participou da terceira ocupação realizada em solidariedade para com as companheiras e os companheiros detidos pela cobrança do trabalho prometido e não cumprido, trabalho para o grupo anterior. Relata que ingressou no grupo quando soube que estavam "dando trabalho". Sofreu golpes e torturas na detenção. Durante a entrevista, a filha de Lau, também integrante de uma cooperativa, permaneceu trazendo informações passadas e atuais. Enrica tem 60 anos, é cozinheira de

prisão "em suspenso" e a dois anos de trabalho comunitário. O *delito* pelo qual foram condenados foi o bloqueio da estrada nº 14, realizado em 14 de agosto de 1998, durante uma greve da CTA. O jornal *Prensa do Partido Obrero* (1999), esclarece que "Se trata da primeira condenação de lutadores sociais por sua participação em manifestações e greves. O julgamento atingiu também Norma Villamayor, da Coordenadoria de Desempregados de Caleta"

⁹⁹ A Fundação Olivia é uma empresa criada no ano 2003 pelo Estado de Santa Cruz com os fundos de empresas operadoras. 60 %, para os salários, eram de responsabilidade da REPSOL/YPF; 40% é dividido em 20 % de PAE e 20% de Oxis. Tais aportes foram acordados a partir da tomada de 2002. Em 2005, a REPSOL/YPF deixou de fazer os aportes. A partir daí, sua porcentagem foi assumida pela província. A empresa realiza trabalhos de classificação de lixo, tem uma fábrica de tijolos para rua e um viveiro para produção de plantas e árvores nativas, que são utilizadas para atividades de recuperação ambiental (Guada). Absorveu aproximadamente 200 desempregados, segundo informações do delegado sindical.

uma escola, ingressou no grupo ao se inscrever nas listas para obter trabalho logo após uma ocupação. Nunca teve contato com a política até o momento de formação do grupo; ali conheceu Norma e Lia, e com elas começou uma relação de amizade.

Guada tem 29 anos, nasceu em Caleta Olivia, tem três filhos entre 6 e 11 anos. Na tomada da qual participou, Guada encontrava-se grávida de seu primeiro filho. Finalizou o colégio secundário e se encontra afiliada ao Partido Obrero. Trabalha atualmente, como vimos, na Fundação Olivia.

Jessi tem 33 anos, nasceu em Caleta Olivia, é mãe de três filhos, é mãe de três filhos, terminou seus estudos secundários na cidade de Caleta Olivia. No momento da tomada tinha 23 anos, era solteira e realizava quefazeres domésticos. Atualmente se encontra trabalhando na Fundação Olivia.

Lau tem 41 anos, nasceu em Caleta Olivia, casada, mãe de duas filhas e um filho. Terminou estudos secundários. Era *dona de casa* até ingressar no movimento piqueteiro em julho de 2004. Trabalhava nas empresas Lavras e Roalme.

Elsa tem 43 anos, nasceu em Rio Colorado, estado provincial de Rio Negro, chegou a Caleta Olivia com seus dois filhos pequenos, logo após a separação de seu marido. Trabalhou em um estabelecimento comercial até que em 1998, este faliu. Começa a trabalhar no frigorífico pesqueiro Barilari, onde é eleita delegada e realiza seus primeiros passos na política. No momento dos protestos e tomadas de que participou (julho de 2004) se encontrava sem trabalho, tinha sido demitida por brigar com uma colega. Atualmente trabalha numa empresa de serviços de segurança.

Enrica nasceu em Puerto Montt, Chile, chegou casada a Caleta Olivia na década de 1950, terminou a escolaridade primária, mãe de quatro filhos, dois homens e duas mulheres, que nasceram em Caleta Olivia. Sofreu a perda de um dois filhos em 2012. Como explicita nos relatos, realizava apenas trabalhos domésticos, até ingressar no movimento de desempregadas e desempregados. Conhece Norma nos piquetes de 1998 e desde ali se estabeleceu entre as duas uma grande amizade. Atualmente tem 67 anos e trabalha como cozinheira na mesma escola onde Lia trabalha.

Selva tem 39 anos, quatro filhos, casada, nasceu em Caleta Olivia, tem escolaridade primária. Incorporou-se ao movimento em julho de 2004 como

desempregada. Foi detida junto a Elsa e Marcela. No momento da detenção Selva se encontrava dando de mamar a sua criança mais nova. Nas entrevistas, Selva chora muito, fica muito comovida, por isso eu não usei o gravador. Atualmente mantêm uma forte amizade com Lau e trabalham juntas na prefeitura.

Marcela, tem 43 anos, como já vimos, é filha de Norma, nasceu em Caleta Olivia, finalizou os estudos secundários, é casada, tem seis filhos, um deles usa cadeira de rodas. Tanto ela como seu parceiro pertencem e são lideranças do Partido Obrero. Foi detida junto a Selva e atualmente se encontra trabalhando na Prefeitura.

Sara, tem 47 anos, nasceu em Caleta Olivia é mãe de três filhos, dos de eles tem estudos universitários. Se integra na luta em 2005 nos piquetes e reclamações que se realizam frente à prefeitura, através dos quais ingressa na empresa EMPASA. Foi protagonista nos protestos realizados em 2007 pelos trabalhadores e trabalhadoras da EMPASA e atualmente encontra-se trabalhando em escola secundaria de Caleta Olivia como zeladora.

O texto deste capítulo é construído a partir dos relatos de Guada, Marcela, Cele, Jessi, Lau e Elsa, atravessados por matérias dos jornais e dados extraídos de entrevistas a informantes-chaves e de estudos realizados, principalmente na região, análises que dão conta das especificidades do contexto patagônico. Concordo com Grimberg (2009, p. 90), "em evitar tendências a homogeneização dos 'sujeitos' dos protestos, ou a naturalização de suas diferenças" como marco que guie para a análise das disputas, tensões e contradições entre setores e agrupamentos, bem como no interior deles próprios. Resultado de uma tendência à homogeneização seriam as visões que ressaltassem uma "identidade piqueteira" ou "identidades beligerantes", ou ainda enfatizassem estudos voltados para os "*vínculos clientelistas*" (Grimberg, 2009). A preocupação, então, é entender os processos de resistência em suas múltiplas articulações e em seu duplo caráter de processo histórico e experiências de vida, que envolvem sujeitos e coletivos. A abordagem, portanto, porá o foco em tensões e contradições desses entrecruzamentos (Grimberg, 2009). Por isso, entendo ser muito importante resituar a luta das mulheres pelo trabalho em marcos mais amplos das relações de hegemonia e, em particular, avaliar as experiências e as modalidades históricas da organização, os processos da vida

cotidiana e os sentidos que as protagonistas outorgam a suas práticas (Grimberg, 2009, p. 85).

Antes de entrar nos detalhes dos fatos, é importante ressaltar que, a partir de 2003, os enclaves petroleros – entre eles, a área produtiva de Caleta Olivia – experimentaram o auge econômico pelo aumento do preço do petróleo no mercado mundial (Luque, Martinez e Auzoberria, 2010). Isso significou um novo ar para as empresas produtoras, para a economia da região e, supostamente, para as esperanças de conseguir trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras. Em fevereiro de 2004, um deputado federal reclamava, ante esse contexto notavelmente melhor, a incorporação de desempregados e dos "jovens filhos dos trabalhadores" petroleros, num intento de recuperar conquistas obtidas na YPF, que se perderam (*La Opinión Austral*, 2004). Entretanto, mesmo que se assista a um novo auge petrolero, que incorpora massa operaria, esse processo continua excluindo as mulheres. O mencionado auge não fez mais do que contribuir para impulsionar as mulheres a irromperem na cena pública, demandando o mesmo tratamento dado aos homens e exigindo seu ingresso nas empresas petrolíferas. Dita demanda assumirá seu maior ponto de radicalidade na mencionada tomada da TERMAP, coloquialmente conhecida dos caletenses como "*playa de tanques*".

Desse modo, é no ano de 2004 que se situam os maiores conflitos com as mulheres que pugnam por ingressar nas empresas privadas petroleras. A imagem deixada pela reestruturação produtiva é de uma região economicamente pujante, em contraste com a situação de precariedade vivida por uma grande parte da população. Nesse contexto, com o ingresso da maioria dos homens desempregados nas empresas, o "desemprego adquire rosto de mulher". Extratos das entrevistas analisadas no marco desta investigação apontam nessa mesma direção:

*Éramos más mujeres que hombres las que hacíamos los piquetes [...] y fue como que empezaron a despertarse muchas mujeres de Caleta, para ver que podemos tener, pueden tener un mejor pasar mis hijos. (Sara)*¹⁰⁰

¹⁰⁰ Tradução: "Éramos mais mulheres que homens que faziam os piquetes [...] e foi como muitas mulheres de Caleta começaram a despertar, para ver que o podemos fazer para poder ter uma melhor condição para nossos filhos". (Sara)

Posso dizer, apoiando-me nos relatos das mulheres patagônicas, que o motivo da participação delas nos protestos foi a articulação das demandas de trabalho para lograr a sobrevivência da família diante do desemprego, recorrendo à sua condição de mães ou de chefes de famílias (Díaz, 2005). Assim, as mulheres, ao saírem ao âmbito público, não só colocaram em questão seu lugar na esfera do doméstico ou do privado, mas também habilitaram novas formas de ação e organização política que abriram as portas à possibilidade de quebrar seus "destinos coletivos" como o "segundo sexo" como discorre Simone de Beauvoir (1980) em seus textos, se bem que essa saída ao espaço público das mulheres das camadas mais pobres, no processo de desestruturação do trabalho na Argentina, tivesse sido "mais uma obrigação por necessidade que um direito cidadão de participar nos assuntos públicos", como diz Massolo (2003, p. 43). Essa participação das mulheres é analisada, nesta pesquisa, como uma ação política que as coloca num novo cenário de sentidos. Ao dar visibilidade e problematizar as condições de existência em que se encontravam suas famílias, politizaram múltiplas esferas do cotidiano, o que analisarei no próximo capítulo.

Paralelo ao crescimento do número de desempregados na região, a presença das mulheres também foi crescendo em número, até eclodir em 2004. Elas começaram, assim, como será visto no presente Capítulo, a transitar num espaço de construção política de demandas ao Estado e às principais empresas petrolíferas, denunciando as condições a que eram submetidas, como classe e gênero, despojadas de direitos.¹⁰¹ Como se verifica, tanto nas entrevistas como nos jornais da época, elas claramente demandavam seu ingresso na planta funcional das empresas, denunciavam o saque dos recursos naturais da região com a conivência do Estado, e

¹⁰¹ As autoras Martínez e Luque (2010) também informam que os conflitos, na região, vão aumentando no final de 1990, incorporando cada vez mais as mulheres e os jovens. Porém, não concordo com elas quando ressaltam, como fonte do conflito da luta dos desempregados de Caleta Olivia a concessão dos *programas*. Contrariamente, nesta tese, os programas são avaliados com um papel secundário, até subsidiário, da demanda de trabalho genuíno. Assim, tampouco concordo com a leitura homogeneizante que alguns autores fazem sobre a luta de todas as organizações piqueteiras, centrando a luta delas na demanda de *programas sociais*. Apelo à diversidade de posturas e à tão mencionada heterogeneidade do movimento, entendendo que ela enriquece as diversas posturas assumidas, como é no caso da singularidade da luta na Patagônia. Muitas vezes, essas formulações tendem a desqualificar a luta do movimento e a não atribuir-lhe o componente de luta de classes.

denunciavam o sistema patriarcal capitalista, ao exigir seu ingresso nas empresas em condições de igualdade com os homens.

3.1. Uma historia de lutas

Em Caleta Olivia, no dia 26 de março de 2004, foi ocupada a *Playa de Tanques* da empresa Termap por cerca de quarenta e sete pessoas. Participaram desse ato uma parte do grupo, que manteve bloqueada a estrada nacional nº 3 durante 4 dias, e que não aceitou a proposta formulada pelo prefeito Cotillo. Dessas pessoas, trinta eram mulheres que se sentiam marginalizadas, e, com seus filhos, pularam o portão de 2 m. No parque, algumas subiram ao ponto mais alto do tanque 2016 e outras se postaram com seus filhos embaixo. Ali, reclamaram uma resposta a seu pedido de trabalho genuíno. Essas mulheres, autodenominadas “mulheres em luta”, explicaram o porquê de sua recusa da proposta, considerando que só lhes ofereciam “pão para hoje e fome para amanhã”. Assim mesmo, afirmaram “parece que as mulheres são cidadãs de segunda e que podem fazer sacanagem conosco, discriminando-nos, pois não nos oferecem o mesmo trato que aos homens”. (INDYMEDIA, 2004a, p.1)

Relatam as entrevistadas que o grupo tinha participado, nos primeiros dias de março, dos protestos e da greve de um mês de duração¹⁰², promovidos pelos docentes por melhoras salariais e das longas manifestações promovidas pelos trabalhadores petroleiros em greve pela ampliação do vale-alimentação. As ações dos petroleiros, iniciadas em 9 de março, contemplavam a tomada das jazidas do norte santacruceño: REPSOL/YPF Las Heras (jazidas "Los Perales"), Planta de Pico Truncado e jazidas de REPSOL/YPF e Vintage Oil em Cañadón Seco. Isso significava a afetação de toda a atividade produtiva¹⁰³ da região.

A mobilização dos trabalhadores petroleiros envolveu 5000 pessoas e teve amplas repercussões, com o incêndio de algumas locações das jazidas e acusações entre as linhas do sindicato que disputavam o poder nas eleições do grêmio. Nesse contexto, os desempregados e as desempregadas, já articulados em relações com os sindicatos e com o *Partido Obrero*, acompanharam essas jornadas de luta. E é no desenvolvimento desses

¹⁰² As docentes negaram-se a iniciar as aulas e realizaram uma greve, com concentração e instalação de barracas no Gorosito. Uma greve que foi encerrada em 5 de abril pelo Ministério, embora os e as docentes continuassem em estado de mobilização.

¹⁰³ Trata-se de uma medida que paralisou, por 4 dias em um primeiro período, todas atividades petroleiras; no segundo período, a paralisação foi de 9 dias, com início em 28 de março. Ante o panorama de eleições para condução do sindicato petroleiro, esses fatos serviram de marco para as acusações entre as distintas facções. (Diario *Crónica* 14 de março 2004)

protestos que decidem, em assembleia, se diferenciar das lutas dos outros trabalhadores, abrindo a convocatória para se organizar. Os relatos resgatam que, durante a concentração dos docentes em luta em 8 de março, os desempregados e as desempregadas "...aproveitávamos para falar entre nós sobre a situação em que nos encontrávamos, da crise, da falta de trabalho e, aos poucos, começamos a nos reunir, convocando-nos de "boca em boca" (Guada). Esses serão os primeiros esboços de organização que todo esse cenário de conflitos aproveitou como o marco de oportunidades (Tarrow, 2009) para o bloqueio da estrada nacional nº 3 e do Conselho deliberante¹⁰⁴ (Jessi) que o grupo de desempregados realizou por 24 horas no dia 9 de março. O jornal *Crónica* do dia 10 de março relatava parte do conflito de lutas na região.

... em horas da noite um grupo de desempregados bloqueou a estrada nº 3 frente à praia de tanques. Os manifestantes reclamavam por trabalhos dignos e relataram que acordaram concretizar o protesto quando da mobilização convocada pelos docentes. Em principio, o grupo estava composto por umas 60 pessoas que incendiaram pneus nas diferentes estradas onde protestaram, mas logo outros desempregados se integraram ao protesto. (*Diário Crónica*, 10 de março de 2004)¹⁰⁵

E esclarecia: "...desde a prefectura analizam onde poderiam inserí-los laboralmente". Por esses dias, outro grupo de desempregados – aqueles que tinham acordado, em 2003, ser incorporados à fundação Olivia e que se encontravam em "capacitações" – realiza uma assembleia e um protesto na praça contra o atraso da criação da Fundação (*Diário Crónica*, 7 de março)¹⁰⁶. Os desempregados e desempregadas entram logo em diálogo com o governo e decidem esperar a resposta por uns dias. Mas, após vários dias de espera, em 22 de março, o grupo bloqueou novamente a estrada nº 3, no acesso norte da cidade, frente à TERMAP. Os desempregados diziam:

Todos temos a mesma necessidade, estamos todos na indignação e há duas semanas atrás fizemos um protesto [...] Entramos em dialogo, mas nos mandaram de um lugar para outro e nada... Sentimos que nos fizeram de bobos [...] Queremos que as empresas

¹⁰⁴ Logo após, continuaram enviando notas aos políticos e aos deputados, solicitando trabalho.

¹⁰⁵ *Diário Crónica*. "Tras un acuerdo piqueteros levantaron la medida de fuerza", 10 de marzo de 2004, p. 22.

¹⁰⁶ *Diário Crónica*. "Reclaman que las empresas cumplan con el salario prometido", 7 de marzo de 2004, p. 26

nos contratem, que eles firmem um compromisso, porque isso podem fazer. (*Diário Crónica*, 23 de março)¹⁰⁷

Eram aproximadamente cem desempregados, entre eles um pouco mais de trinta mulheres. Os jornais traziam o seguinte:

A medida de força adotada ontem por esse grupo, com grande presença de homens jovens e mulheres, permitiu a passagem de veículos particulares cada hora [...] Não se permitia a passagem de caminhões com equipes de petroleiros e caminhonetas de empresas [...]. Levantando como bandeira "O trabalho é dignidade", os piqueteiros manifestaram que só levantaram o dialogo por trabalho com o governador. (*Diario Crónica*, 23 março)¹⁰⁸



Diário Crónica, 25 de marzo 2004, p.15

Aparece, pela primeira vez, uma menção clara aos distintos segmentos da classe: os jovens e as mulheres (a maioria jovens também), associados na demanda de trabalho. No final do ano 2000, um estudo de pesquisadoras da Universidad Nacional de la Patagonia, Unidade Acadêmica Caleta Olivia (UNPA UACO), mostra que as taxas de desemprego, nessa localidade, para jovens entre 15 e 21, eram de 21,9% para homens e de 23,3% para mulheres, identificando uma porcentagem alta de "inativos marginais" – jovens da região que, "em condições normais", formariam parte da PEA, mas que, pelas

¹⁰⁷ *Diario Crónica*. "Desocupados que quieren ingresar a la actividad petrolera cortaron la ruta. La larga espera puso de mal humor a los camioneros", 23 de marzo de 2004, p. 21

¹⁰⁸ Ídem, anterior.

circunstâncias do contexto recessivo, não haveria condições favoráveis para sua inserção laboral. O estudo mostra que o "impacto da inatividade laboral marginal é diferenciado por sexo". Em Caleta Olivia, em 1996, 58,8% dos jovens considerados "inativos laborais marginais" eram mulheres; em 2000, elas passaram a ser 65,4% do dito grupo, "situação que se mostra mais aguda em Pico Truncado, onde o fenômeno da inatividade marginal afeta quase com exclusividade às mulheres." (D'Amelio et al, 2001). Essas cifras ajudam a entender a gravidade da crise, ficando claramente identificados os segmentos da sociedade que ficam excluídos quando as condições laborais começam a melhorar.

Finalmente, após quatro dias de bloqueio, um grupo de desempregados, a totalidade constituída de homens, aceita a proposta do governo, e um grupo de mais de 30 mulheres a rechaça. O que aconteceu? Segundo relatam as mulheres, a negociação "*feita pelos homens*" tinha como proposta o ingresso de aproximadamente 50 homens em atividades de construção e pesca, áreas que ficam paradas durante o inverno, pelo rigor do tempo (Jessi). "*Eles aceitaram achando que se tratava de trabalho genuíno, mas não era; no tal acordo não figuravam as empresas petroleras, e muitas das que figuravam só apresentavam uma promessa de trabalho.*"¹⁰⁹ (Jessi). No entanto, o que mais molestou as mulheres foi o segundo ponto da ata, que determinava, para as 30 ou 40 mulheres, trabalhos em microempreendimentos produtivos, em oficinas de costura que elas deviam organizar. Mas "*as mulheres dissemos 'não', não queremos cooperativas de costuras. Porque queriam que nós nos conformássemos com oficinas de costuras.*" (Jessi).

Os jornais relatavam: "Ontem, depois de 4 dias de piquete, foi liberada a estrada nº 3 [...]. Os manifestantes se dividiram, um grupo grande não aceita a proposta. As opiniões estavam divididas entre aqueles que queriam aceitar a proposta, e aquelas, em sua maioria mulheres, que se sentiam discriminadas". Elisa Martinez (porta-voz) assinala: "Rechaçamos a proposta, considerando que só nós oferecíamos pão para hoje e fome para amanhã. Parece que nós, mulheres, somos cidadãs de segunda e que podem nos fazer de bobas, discriminando-nos,

¹⁰⁹ De acordo com o jornal, assinaram um ata de acordo com o ingresso de 50 pessoas (homens) nas empresas de pesca e, para o resto, a espera da criação de uma "Fundação, com características similares à Fundação Olivia, com um prazo de espera de três meses." (*Diario Crónica*, 27 de marzo, p. 20)

pois não nos oferecem o mesmo trato que aos homens. Para nós, é importante receber um salário mínimo de 800 e as 'assinacões' familiares" (*Diário Crónica*, 26 de marzo, p.18) ¹¹⁰



Diário Crónica, 26 de marzo de 2004, p. 18.

No dia seguinte, 27 de março, duas matérias aparecem no jornal da região, *Crónica*, na mesma página 20¹¹¹, relatando os acontecimentos do dia anterior: na página da esquerda havia: "Os desempregados aceitaram os postos de trabalho e começariam a trabalhar próxima segunda"; na outra página: "Foi tomada a *Playa de Tanques*¹¹²: cerca de quinze pessoas permanecem em cima dos tanques" (era o grupo de mulheres que não tinham aceito o acordo). Elas manifestam:

¹¹⁰ *Diário Crónica*. "Después de 4 días de piquetes fue liberada la ruta nacional nº 3. Continúa a vigilia a un costado porque la propuesta no fue aceptada". 26 de marzo de 2004, p. 18.

¹¹¹ *Diário Crónica*. "Fue tomada la playa de tanques. Alrededor de quince personas permanecen arriba de los tanques. La empresa cerró las válvulas de ingreso de petróleo". 27 de marzo de 2004, p. 20.

¹¹² *Diário Crónica*. "Los desocupados que aceptaron los puestos de trabajo empezarán el lunes. Firmaron un acta compromiso y el Municipio les dio vales de comida." 27 de marzo de 2004, p. 20.

ESTAMOS HARTAS, no nos iremos hasta que las petroleras ofrezcan trabajo, porque nosotras también queremos trabajar en la actividad del crudo. No pretendemos subsidios ni planes sociales, estamos hartas. Queremos trabajo digno y permanente y las petroleras que se están llevando todo el dinero de la Patagonia pueden darlo. Las petroleras están saqueando el Sur y, cada vez que se las menciona en un petitorio, los políticos pegan un salto. Por algo será? (*La Nación*, 2004a, p. 1)¹¹³



Diário Crônica, 27 de marzo, p. 20

Nas imagens, elas aparecem com um cartaz: "É hora de devolverem algo". Em varias oportunidades, elas explicaram suas posturas com respeito à política petrolífera na região:

Nós pensamos que esta é a terra do petróleo e que as petroleiras estão em condições de nos dar trabalho genuíno, e isso é o que pedimos. (*INDYMEDIA*, 2004a, p. 1)

Elas aproveitaram o poder da mídia para transmitir significados e mostrar força. Nos protestos, não se trata apenas de colocar o corpo, mas

¹¹³ Tradução: "ESTAMOS CANSADAS, não nos iremos até que as petroleiras nos ofereçam trabalho, porque nós também queremos trabalhar no petróleo. [...] Não pretendemos subsídios, nem planos sociais, estamos fartas. Queremos trabalho digno e permanente, e as petroleiras que estão levando todo o dinheiro da Patagônia, podem nos dar. As petroleiras estão saqueando o Sul, e cada vez que fazemos um protesto e elas são mencionadas, os políticos saltam na sua defesa. Por que será? (*La Nación*, 2004, p.1)

também há uma luta pela significação, nos termos de Sydney Tarrow (2009, p. 4), pois todo protesto é uma "luta pelos sentidos". Neste estudo, trata-se de um sentido com voz e presença de mulher, que será analisado no próximo capítulo. É um movimento que, fazendo-se eco de movimentos mais amplos, denuncia o binômio capitalismo e patriarcalismo, no sentido depredador do capital também na reprodução das desigualdades de gênero. Como foi visto no capítulo 1, as mulheres trabalhadoras sofrem duplamente os processos de exclusão, pois a divisão sexual do trabalho reforça essa exclusão, por respaldar-se em relações de exploração e de opressão vinculadas ao gênero. No entanto, como explicam autores como Foucault (2001), em cada relação de poder subsiste também a resistência. Assim, é possível observar, nessas mulheres, a presença da noção de igualdade e dignidade de gênero e classe social, o que constitui eficácia simbólica de representar a demanda.

Estamos convencidas que la generación de puestos de trabajo en el petróleo es posible tanto para hombres como para mujeres [...] Nuestra exigencia es con las empresas petroleras. El gobierno, si quiere, puede mediar en el conflicto llamando a las empresas a negociar. (*Diário Crónica*, 27 de marzo, 2004)¹¹⁴

Numa tentativa de serem reconhecidas como classe demandante, diferenciando-se dos trabalhadores petroleiros que se encontravam também em luta, elas explicam: "São reivindicações feitas em separado, mas são dirigidas ao mesmo grupo de empresas" (*INDYMEDIA*, 2004a). E, uma vez resolvido o conflito petroleiro, as mulheres disseram, enfrentando abertamente as relações de poder instituídas: "Deverão contemplar nossas demandas de emprego; caso contrario não retirarão uma gota de petróleo dos tanques." (*Clarín*, 2004).

No imaginário social, o petróleo é o âmbito de desenvolvimento dos homens, onde se pressupõe o uso da força física. "As mulheres, queremos trabalho no petróleo" foi uma afirmação que teve um impacto perturbador, sobretudo para os políticos que deveriam considerar a demanda de trabalho. Frente a essa alternativa, um grupo de mulheres parece ter instalado uma

¹¹⁴ Tradução: "Estamos convencidas de que a geração de postos de trabalho no petróleo é possível, tanto para homens como para mulheres. [...] Nossa exigência é para com as empresas petroleras. O governo, se quiser, pode mediar o conflito chamando as empresas para negociar".

ruptura, pelo menos no imaginário estabelecido. No marco das representações construídas em torno do petróleo, não há lugar pensado para a mulher.

As evidências aqui apresentadas confirmam as análises de Souza Lobo (1991) e Hirata (2001/2), de que o capital dialoga com o masculino e o feminino de forma diferenciada, discriminando a mão de obra utilizada nos postos de trabalho, ou seja, as condições de negociação não são as mesmas para homens e mulheres. Em áreas específicas, como no caso das atividades extrativas patagônicas, com uma forte tradição apoiada na equação masculinidade-produção, acrescentam-se as possibilidades de exclusão das mulheres. No capitalismo, as mulheres são objeto de uma opressão específica, herança do passado e, desde então, articulada aos diversos pertencimentos. A primeira herança do passado, ao longo da história, é a concepção das mulheres associada à subalternidade, em dois aspectos: a subalternidade patriarcal de gênero e a vinculada ao sistema capitalista de dominação e exploração. As mulheres têm sido camadas subalternas para o capital, como se verifica nos aportes de Saffioti (1992). Entendo a noção de "diversos pertencimentos", como o que Kimberley Crenshaw (2002) considera como interseccionalidade, o entrecruzamento de discriminações. Embora todas as mulheres estejam, de uma ou outra maneira, sujeitas às discriminações de gênero, determinadas condições e posições sociais – tais como classe social, raça ou etnia, religião, origem nacional e orientação sexual – as posicionam de tal maneira, que marcam diferenças na forma como vários grupos experimentam a discriminação. As mulheres "*racializadas*" estão frequentemente posicionadas num espaço onde o racismo, a xenofobia, a classe, a geração, a homofobia, e o gênero se encontram. Nelas se entrecruzam múltiplas opressões em virtude de suas identidades específicas, num lugar onde as desvantagens sociais, políticas e econômicas atuam de forma integrada como vulnerabilidades preexistentes produzindo um maior desempoderamento. (Crenshaw, 2002). Essa é a realidade das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, que evidencia sua exclusão de determinados âmbitos. A discriminação contra a mulher é entendida como

"toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha como objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio" (ONU, 1979).

Essa definição implica considerar discriminação desde uma opinião a uma ação contrária ao reconhecimento das mulheres como pessoas humanas no plano da igualdade de direitos. Os diversos motivos que geram a discriminação sempre se baseiam em juízos arbitrários e irracionais, que têm o agravante de causar dano às pessoas afetadas, no caso desta tese, às mulheres. O trato desigual, a discriminação, é sempre gerador de violência, como será visto daqui em diante no texto.

Vocês estão loucas!!! A atitude das mulheres aparece ligada com a loucura. *Sim, tínhamos que estar loucas!* (Jessi). É sabido que, nas sociedades modernas, a razão é associada aos homens e a emoção às mulheres... É possível imaginar aquela cena: mulheres se rebelando contra o sistema patriarcal, em pleno desenvolvimento das relações capitalistas, em sua máxima expressão, num contexto de primazia do masculino. O mínimo que receberam era a caracterização de "as loucas", "as sujas". Assim, também a historia argentina nos mostrou que "as loucas" eram as Mães da Praça de maio, as que desafiaram, desde 1977, a ditadura que se apropriou de seus filhos e filhas, netos e netas. Também foram chamadas de loucas e putas as mulheres do *bordel a Catalana*, em San Julián, quando se rebelaram contra o assassinato dos peões rurais em 1921.

No meio dos protestos das mulheres, a empresa as pressionou através da mídia, enviando mensagens sobre os perigos que elas corriam e sobre as consequências da falta de combustível para a região. Anunciou ter feito denúncia na fiscalização e exigiu às autoridades o reestabelecimento das operações e a segurança da *playa de tanques*. Sob a farsa de alertar, de fato as pressionava e exigia sua retirada da Planta. O juizado enviou um pedido de retirada das piqueteiras da planta, e a juíza de família, por outro lado, mandou uma ordem exigindo a retirada das crianças. As mulheres decidiram acatar a ordem de retirar as crianças, porém a nova intimação do Juizado para que elas se retirassem, sob a ameaça de serem reprimidas, não foi aceita. O clima de maior tensão ocorreu no momento mais perigoso da tomada, quando alguém, não se sabe quem – mas se supõe ser pessoa mandada pelo governo –, fez fogo perto dos tanques de petróleo (os meios de comunicação disseram que foi obra do grupo piqueteiro). Após 13 dias, as mulheres assinaram uma ata de

compromisso com a empresa Oil S.A. (empresa de serviços petroleiros criada em 2002, que iniciou suas atividades com a contratação dos desempregados e desempregadas) e conquistaram seu lugar na indústria petrolífera, com 50 cargos no total e \$ 700 de subsidio por mês, com a obrigação de realizar cursos de capacitação durante sessenta dias prévios ao ingresso

Y después de todo lo que ocurrió es cuando vienen y nos quieren hacer arreglar, porque ya nos vieron que estábamos demasiado desquiciadas. Entonces dijeron: bueno, va a venir una persona, a hablar con ustedes, están haciendo una empresa, necesitan gente, y dijeron que las van a tomar [...] La empresa nace de Cristóbal López, y ellos vienen a ver las negociaciones, que se yo, y nosotras decíamos nos van a venir a tomar el pelo. Que nos van a tomar!! Hasta nosotras ya creíamos que no nos iba a tomar nadie. (Guada)¹¹⁵

Nas entrevistas realizadas, comentaram que, finalmente, ingressaram em atividades de recuperação ambiental¹¹⁶, e foram encarregadas de preparar a lista com os nomes dos ingressantes. O grupo incorporou, além das que participaram das tomadas, os membros das suas famílias e outros desempregados. Essa prática, organizar as listas, se inicia na década de 90 e supõe a utilização de certos critérios definidos nas assembleias. A decisão grupal dessas mulheres priorizou o ingresso das que participaram das tomadas e, dentre elas, as mulheres de mais idade.

Los cincuenta entramos a trabajar en el campo petrolero bajo el convenio petrolero. Era el mejor arreglo que se había hecho en mucho tiempo. (Guada)¹¹⁷

Para as entrevistadas, esse ingresso significava uma real conquista, já que ingressavam na categoria trabalhador petroleiro. Categoria desejada por amplas camadas de trabalhadores de serviços petroleiros contratados sob convenio da construção, motivo de lutas operárias, ainda hoje, em função da precariedade desses, baseadas em fundamentos de não diferença entre um

¹¹⁵ Tradução: "E depois do que aconteceu, eles vieram falar conosco, porque viram que estávamos fora de juízo. Então, falaram que ingressaríamos em uma empresa que necessitava de gente. A empresa nasceu de Cristóbal Lopez, e eles vieram falar conosco... Nós não acreditávamos, achávamos que nos queriam sacanear, e que finalmente não nos iam dar trabalho". (Guada)

¹¹⁶ *Recuperação ambiental* é um programa de atividades de reflorestamento das áreas contaminadas pela atividade petroleira. A empresa Oil & AS começou realizando essas atividades terceirizadas em áreas exploradas por REPSOL/YPF, como empresa de serviços.

¹¹⁷ Tradução: "Os cincuenta entramos todos a trabalhar no campo petroleiro sob convenio petroleiro. Era o melhor arranjo que se tinha feito em muito tempo"(Guada)

trabalho e outros. Aqueles que trabalham em empresas de serviços petrolíferos fazem a mesma tarefa daqueles que trabalham nas operadoras, mas uns estão sob o convenio petrolífero e os outros sob o convenio da construção. No bojo da disputa pela passagem de um convênio para outro, encontra-se a possibilidade de contar com maior salário, plano de saúde e benefícios da categoria. Essa luta tem sido, na Patagônia, o centro de conflitos intermináveis. Foi o motivo pelo qual, em 2006, ocorreram sangrentas rebeliões em Las Heras, o que resultou na morte de um policial, a ocupação da cidade pela gendarmería e a detenção de seis trabalhadores.

Cabe esclarecer aqui que essas trabalhadoras, se bem ingressam na categoria de trabalhadoras petrolíferas, o fazem em condição de trabalhadoras terceirizadas, porque são contratadas por uma empresa que presta serviços às produtoras petrolíferas.

É assim que as mulheres, longe de levar adiante estratégias de lutas com base no conformismo, assumiram-se como capazes de reclamar o que lhes correspondia a um objetivo futuro, reconhecendo-se como capazes de objetivar as transformações necessárias para tal fim. Numa terra de homens, as mulheres e suas ações não passam despercebidas.

3.2. Como as mulheres resignificaram a luta

A respeito de como foi vivenciada a luta, Jessi relata:

El último día en la ruta que estábamos las que quedábamos así, dicen que para las mujeres no va a haber nada, y que iban a haber si queríamos una cooperativa y nos daban máquinas de coser, y bueno, y que hagamos un micro emprendimiento. Bueno, cuanto a nosotras no nos servía eso. (Jessi) ¹¹⁸

Esta proposta foi sentida como uma agressão difícil de processar para as mulheres que tinham dedicado dias de sua vida na intempérie, expondo-se e expondo seus corpos, cansadas, defendendo um pedido de trabalho genuíno. Eram discriminadas quando se recorria aos padrões culturais mais antigos, de confinar as mulheres em tarefas associadas a uma suposta "natureza" feminina do doméstico, do serviço, do cuidado do outro. A divisão sexual do trabalho,

¹¹⁸ Tradução: "No último dia no bloqueio de estrada em que estávamos, nos dizem que, para as mulheres, não vai haver nada, e que iam verificar se queríamos fazer uma cooperativa, nos davam máquinas de costurar [...] Bom, a nós não nos servia isso."

como imposição histórica, determina que seja atribuído às mulheres o trabalho doméstico, sempre desvalorizado perante o trabalho produtivo dos homens, e determina os espaços com base nessa hierarquização. Por essa razão, não é casual que se proponha às mulheres, no espaço público, tarefas extensivas do trabalho doméstico. Com base nesse princípio hierárquico, homens e mulheres naturalizam esse atravessamento nas relações de gênero e reproduzem as relações de opressão e de dominação das mulheres que dele emanam. Por outro lado, a história das mulheres tem mostrado que, em momentos de crise, em guerras, a participação das mulheres é amplamente aceita. Porém, uma vez finalizados os conflitos (por exemplo, a Segunda Guerra Mundial) e consolidadas as conquistas, as mulheres, ou são impelidas a retornar a seus lares e trabalhar como de donas de casa, ou não se atendem às suas necessidades, ou elas são abandonadas nas lutas, como nesta situação.¹¹⁹

Ficou claro que isso foi visto pelas mulheres como um retrocesso, que não estavam dispostas a aceitar. Elas estavam dispostas a tudo, mas não encontraram, em seus companheiros, a compreensão do sentido de suas lutas, as suas urgências. A luta para conseguir trabalho na indústria petrolífera as colocava em um plano de igualdade com os homens da comunidade, abrindo portas que estavam fechadas. Por isso, nessas lutas, estava em jogo mais do que um trabalho: estava em jogo também a posição de gênero e de classe social. Decidiram, então, lutar sozinhas para concretizar o que desejavam.

Toda la semana nosotras habíamos estado pensando en meternos en la playa de tanque, pero los hombres no querían hacer caso, decían no, está mal, que se yo... No se pueden meter en la playa tanque porque las va a sacar la policía y nosotros nos vamos a tener que meter y va a haber mucho desorden y, que se yo, va a ser una pelea...¹²⁰ (Jessi)

Os homens trataram de convencê-las a não ocuparem a *Playa de Tanques*. De novo, estava em pauta o sentimento de superioridade masculina,

¹¹⁹ As máquinas de costura têm uma alta significação simbólica no imaginário argentino, pois elas eram entregues por Eva Perón para as mulheres pobres trabalharem; elas constituíam parte do pacote de assistência social da Fundação Eva Perón em meados de 1940.

¹²⁰ Tradução: “Toda a semana nós tínhamos pensado em ir para a Playa Tanques, mas os homens não nos davam importância, diziam que não, que era ruim. sei lá o que... Eles diziam que não nós podíamos nos meter na Playa Tanques, porque a polícia ia nos tirar de lá e eles teriam de entrar para nos defender e ia haver muita desordem, sei lá o que, ia ser uma luta...”

supostamente para proteger as débeis mulheres. Porém não é assim: quando vão todos, a força é maior... Estava produzida a divisão...

Bueno, cuando se van todos, quedamos, creo que 20 mujeres, por ahí. Y bueno, quedamos así charlando nosotras a ver qué hacíamos. dijimos que queríamos meternos en Termap, y la mayoría dijo que sí. Así que, como estábamos muy cansadas, decidimos ir a dormirnos ese día, y al otro día, a las 8 de la mañana, nos íbamos a juntar en la universidad. (Jessi)¹²¹

A *Playa* esta instalada na entrada da Cidade de Caleta Olivia, na frente do bairro Mar del Plata e ao lado da UNPA UACO. Elas saíram da Universidade para a tomada de TERMAP.

Había dos chicas embarazadas, Cele y Pame, que estaban de 8 meses más o menos, 7 y medio, tuvieron que trepar igual. Ellas, pasaron, porque quisieron, porque nosotras no queríamos que entren. (Jessi)¹²²

As mulheres demonstraram, apesar das recomendações dos homens – muitos deles familiares, como relata Jessi –, que eram mais fortes do que pareciam, eram capazes de colocar o corpo em cena. Uma distinção que pode ser observada na ação das mulheres é que elas se lançavam à luta com tudo o que tinham: filhos, parceiros, famílias (irmãs, tias, irmãos, pais, mães). Iam acompanhadas. Por isso, nos relatos, aparecem reiteradas referências aos membros das famílias. Observamos, no relato anterior e em outros, a referência à presença de mulheres grávidas, o que é um dado importante a ser interpretado. Colocar os filhos, o corpo e a vida em jogo – que sentido tem? Pôr seus sonhos em jogo. Pôr em jogo seus corpos e realizar a proeza de rebelar-se contra o motor mais profundo do capital: a produção e circulação da riqueza. Apesar de os protestos contra esse modelo terem se iniciado a partir da década de 90, era a primeira vez que os terminais da TERMAP eram

¹²¹ Tradução: Bom, quando se foram todos, ficamos cerca de vinte mulheres ali, conversando, para ver o que faríamos. Falamos que queríamos ocupar Termap, e aí a maioria falou que sim, e aceitaram. Como estávamos muito cansadas estar de tantos dias na estrada, decidimos ir dormir e, no outro dia, às oito da manhã ir nos juntar na Universidade, para daí sair para Termap.” (Jessi)

¹²² Tradução: “Havia duas meninas grávidas, Cele e Pame, que estavam com oito meses mais ou menos, sete e meio, e subiram igualmente. Elas quiseram entrar conosco, mas nós não queríamos.” (Jessi)

tomados – façanha realizada por mulheres.¹²³ Em três oportunidades, a *Playa de tanques* foi tomada por mulheres durante o ano 2004. A partir daí, apesar de a luta ter continuado com piquetes nas estradas, não conseguiram voltar a realizar essa ocupação. Na defesa de seu patrimônio, o consórcio TERMAP optou por lançar mão de outra medida: construiu um muro “antipiquete”, com mais de três metros de altura, coroado por um alambrado de hastes pontiagudas, protegido por pessoal de segurança 24 horas por dia.

Os relatos dessa primeira tomada se sucedem entre dor, sofrimento e a alegria da luta.

Jessi relata os detalhes:

Bueno, cuando entramos nos quedamos ahí apoyadas en una garita; ahí nos quedamos nosotras; dijimos que íbamos a tomar Termap, y se nos empezaron a reír los de seguridad, toda la gente que trabajaba abajo igual, como diciendo: que van a hacer? Van a venir los policías y la van a sacar. Y eran todas mujeres. Todas mujeres. Y había... Bueno, todas mujeres, mi hermano que era el que nos siguió a nosotras. Después, estaba el marido de dos de las chicas, una que estaba embarazada. Bueno y los maridos de las chicas, de las mujeres jóvenes. Si teníamos ¿ De qué edades? Cele tenía 18, sí, la mayoría de 17 años a 22, 23. Éramos todas jovencitas. (Jessi)¹²⁴

Evidentemente não acreditavam nelas. Hoje, elas contam rindo o episódio, mas, naquele momento, eram os homens que riam da decisão tomada por elas. Elas tiveram de se sobrepôr à desqualificação de sua condição de mulheres. Os estereótipos de gênero atravessavam esse episódio. As mulheres eram consideradas pelos homens como incapazes de realizar tamanha ação. Os relatos, que se situam entre a dor, o sofrimento e a alegria da luta e da conquista, continuam mostrando as discriminações de gênero que as mulheres sofreram durante a ocupação.

Y bueno, nos quedamos dos días, así acampando ahí. Bueno, viendo que no nos hacían caso, empezamos a ponernos nerviosas. Y bueno, teníamos que ingeniárnosla para que nos hagan caso. Un día, no

¹²³ Lia explicou que, meses antes, outro grupo tinha tentado tomar a Planta, mas erraram e tomaram a Planta de água da cidade; esse grupo foi o primeiro que ingressou para trabalhar na Fundação Olívia.

¹²⁴ Tradução: “Quando entramos, ficamos apoiadas na guarita e lhes dissemos (aos da segurança privada de Termap) que íamos tomar a TERMAP, e começaram rir de nós, os da segurança e todos os que trabalhavam embaixo também, como dizendo: Que vão fazer vocês? Vai vir a polícia e as vai tirar daqui. E éramos todas mulheres. Todas mulheres, e meu irmão que nós seguiu e o marido de uma menina que estava grávida, e maridos das meninas mais jovens. Cele tinha 18 anos, eu 23. Sim, a maioria tinha entre 17 e 22, 23 anos. Éramos todas jovencinhas.” (Jessi)

dejan entrar a las chicas que estaban embarazadas al baño de la garita; entonces, de ahí nos enojamos todas. [...] Bueno, agarramos un día, y le pusimos te a una botella y le hicimos creer que le tirábamos nafta a la garita. Y cuando le hicimos seña que le íbamos a prender fuego, salen todos corriendo... Bueno, de ahí nos adueñamos de la garita. Nos poníamos nerviosas, pero era porque siempre nos hacían algo. Se ve que el miedo nos hacía reaccionar, no para volver para atrás, nos hacía reaccionar peor, o sea, para adelante. Siempre reaccionábamos porque nos hacían algo. (Jessi)¹²⁵

Por um lado, fomentar o medo nas mulheres, querer fazê-las de bobas, achar que era um fato passageiro, bobagem de mulher, foram estratégias que os trabalhadores de TERMAP utilizaram para desestimular a permanência das mulheres na ocupação. Contrariamente, essas medidas estimulavam-nas mais para continuar na luta.

Claro, para ellos era como que estábamos de paseo ahí. Ellos tendrían que haber dejado, pero quedó un grupo en una oficina del fondo. Estuvimos casi creo que 3, 4 días. Y vimos que están cargando petróleo, o barco continuaba cargando. No habían parado la Playa de tanques y, después a la noche, bajamos porque hay un espacio largo de la garita a donde están las oficinas de ellos. Bajamos que son como 4 cuadras más. Caminando, así. Así que fuimos y los sacamos ahí, de las oficinas. Empezamos a golpear las ventanas, porque era todo vidrio, empezamos a golpear las ventanas para que salgan, y ellos empezaron a correr así para allá. Y justo afuera tenían una canilla, que tenía gasoil, y le empezamos a tirar gasoil, así para adentro. y estaban todos así como desesperados. Ya salimos!!! Ya salimos!!! Pero antes tenemos que conectar el automático de la planta. (Jessi)¹²⁶

Esses relatos mostram, em detalhe, como as mulheres se apropriaram do espaço em disputa. Havia conseguido, então, que a produção parasse,

¹²⁵ Tradução: "Bem, ficamos ali dois dias acampando e, como vimos que não nos davam atenção, começamos a ficar nervosas. Bem, tínhamos que apelar para a engenhosidade, para que prestassem atenção a nós. Um dia, não deixaram entrar as grávidas ao banheiro da guarita e então nós nos enfurecemos. [...] E colocamos chá em uma garrafa e fizemos com que acreditassem que era gasolina. Quando fizemos um sinal que íamos tocar fogo, saíram todos correndo... Bem, daí nos apropriamos da guarita. Ficávamos nervosas, porque sempre faziam algo para nos meter medo. Vê-se que o medo nos fazia reagir, não para voltar atrás. Nos fazia reagir pior: era para frente. Bem, sempre reagíamos porque nos faziam algo". (Jessi)

¹²⁶ Tradução: "Claro, era como se estivéssemos de passeio ali. Eles deveriam ter deixado o lugar, mas ficou um grupo [trabalhadores da TERMAP] numa oficina que está no fundo do parque. Passaram-se três ou quatro dias, e vimos que o barco continuava carregando, porque não tinham parado de enviar petróleo, não tinham parado a Playa de Tanques e depois, à noite, descemos porque havia um espaço grande da guarita onde estavam as oficinas deles. Descemos mais quatro quadras, caminhando. Assim que chegamos, os tiramos das oficinas. Começamos a bater nas janelas das oficinas, que eram todas de vidro, para que saíssem e eles começaram a correr. Do lado de fora havia um cano com torneira, que tinha gasolina, e começamos a atirar gasolina dentro da oficina. Estavam todos assim, como que desesperados. E começaram a dizer: "já saímos!!! já saímos!!!" Mas, antes, precisamos ligar o automático da Planta." (Jessi)

com tudo o que isso significava para a província, que se move com base nas regalias petrolíferas, e para a produção de petróleo nas empresas.

Bueno, sacamos a todos, los de seguridad, los hombres que trabajaban ahí todos, para afuera!!! Así que los escoltamos a todos por el portón (risas). Todos rodeándolos, y ellos iban todos adelante así. Así que, nos estaban tomando el pelo, les decíamos. A parte estábamos cansadas, una semana en la ruta, que todos los hombres ya habían arreglado algo, y a nosotras nos dejaron para lo último unas máquinas de coser. Y ellos habían hecho arreglar los cursos de capacitación para después entrar a trabajar en las empresas, nos sacó!!! (Jessi)¹²⁷

Efetivamente, foi uma grande ruptura, um quadro inimaginável. Os meios de comunicação revelavam o impacto que esta ocupação teve para a comunidade... Claro, era possível ingressar!!! Era possível tomar Termap num momento de grande opulência das empresas do consorcio!!! Era possível que isso fosse feito por mulheres!!! Era possível desafiar o poder político-econômico.

Pasaba algo, querían sacarnos; ahí no más llegaba la radio, llegaban cámaras, porque era la primera vez que pasaba, que fueran mujeres, que tomaran esa playa de tanque, porque nunca nadie la había tomado. La primera vez, fuimos nosotras las que la tomamos. (Jessi)¹²⁸

O que se passava? Eram pressionadas pela policia, que tentava entrar e bater nelas, retirá-las do local. Nessa luta, elas receberam o apoio de trabalhadores da saúde, que enviaram ambulâncias e que, num momento de tentativa de repressão, colocaram-se no meio para protegê-las. As entrevistadas contaram os fatos como uma grande aventura, com risos, lembranças, como uma conquista. Porém, à medida que iam passando os dias e nas tomadas seguintes, as agressões iam aumentando. Por exemplo, essa afirmação desagradável, violenta e impune de parte dos governantes homens.

¹²⁷ Tradução: "Bem, tiramos todos da segurança, os homens que trabalhavam ali, todos para fora!!! E os escoltamos até o portão. Rodeando a todos, e eles iam adiante, assim. Assim, nos estavam fazendo de bobas – dizíamos. Além do mais, nós estávamos cansadas. Uma semana na estrada, e todos os homens tinham arranjado algo, e deixaram, por último, umas máquinas de costurar. E eles haviam conseguido os cursos de capacitação para depois começar a trabalhar nas empresas pesqueiras e construtoras. Nos excluíram!!!" (Jessi).

¹²⁸ Tradução: "Acontecia algo, queriam nos retirar e aí não mais chegavam as rádios, chegavam as equipes de televisão, porque era a primeira vez que isso acontecia, que foram mulheres as que tomaram esses parques, por que nunca antes haviam sido tomados. Na primeira vez, fomos nós que os tomamos". (Jessi)

Nos gritaban [deputados, gente del gobierno, peronistas y radicales] en el portón, que éramos unas malas madres, que dejábamos a nuestros hijos solos por estar haciendo cosas que no teníamos que hacer, que agarremos las máquinas de coser que nos daban, y nos decían: "vengan a coserme la bragueta!". (Jessi)¹²⁹

Loucas e putas, referem as entrevistadas, era o mínimo que lhes diziam os políticos a cargo do governo. Da população, em geral, receberam apoio: professores, funcionários públicos, caminhoneiros. Esses qualificativos, que, em outros momentos, são sentidos como ofensas para a mulher, aqui eram entendidos no sentido político. No meio desse caos, o que parece emergir é o vinculado ao feminino como o irracional. O irracional, se existia, era ter colocado essa ordem em desordem, pondo em questão a discriminação de classe e gênero: a discriminação laboral das mulheres. As loucas e putas tentavam "desandar um caminho e entrelaçar novos fios que permitam entretecer um presente e um futuro diferente" (Roldán, 2006). E essa tentativa se materializa, se chega a um acordo para ingressar, finalmente, no trabalho petroleiro. Com orgulho as mulheres vivenciam suas conquistas. Mas aqui não termina a luta do grupo: deverão construir seu próprio espaço no mundo do trabalho petroleiro, o que analisarei no capítulo IV.

3.3 Crônica da repressão

Em 26 de julho, cerca de 100 pessoas, entre elas 40 mulheres com seus filhos, realizaram uma segunda ocupação da TERMAP, decidida após uma assembleia realizada na Praça 20 de novembro.¹³⁰ Durante essa ocupação, houve, novamente, momentos de extrema tensão, quando alguns dos integrantes fizeram fogueiras dentro de prédio e, posteriormente, foram expulsos pelos próprios manifestantes. Novamente reclamavam trabalho estável e genuíno nas empresas. Enviaram pedidos de trabalho à

¹²⁹ Tradução: "Gritavam-nos [deputados, gente do governo, peronistas e radicais] no portão que éramos umas más mães, que deixávamos nossos filhos para estar fazendo coisas que não tínhamos de fazer, que pegássemos essas maquinas de costurar que nós davam, e um deputado nos gritava: "Venham costurar a minha braguilha!". (Jessi)

¹³⁰ Outro grupo de desempregados, 115 pessoas, se afastou antes da reunião e decidiu continuar a negociação com a REPSOL. Foram denominados "dialoguistas".

REPSOL/YPF, mas não receberam respostas. Por essa razão, se sentiram obrigados a realizar a tomada.

Queremos trabalhar na indústria petrolífera; sou mulher e há tarefas que posso fazer. Fiz de tudo, mas nunca trabalhei em branco. Meus filhos deixaram de estudar, um deles trabalha numa rotisseria. (*La Nación*, 2004b)



Diário *Crónica*, 31 de julho de 2004, p. 20.

A tensão foi resolvida no dia 8, de comum acordo com a Subsecretaria de Trabalho do Estado de Santa Cruz, que prometeu trabalho aos manifestantes, 336 postos, com salários entre 500 e 700 pesos, e assegurou-lhes que não haveria represálias. Mas não foi assim. No dia 10 de agosto, as moradias de sete dos porta-vozes foram invadidas e os jornais destacavam que foram encontrados objetos roubados, além de enfatizarem que os piqueteiros haviam destruído as instalações da TERMAP. Começa, assim, a campanha de desprestígio, que, logo após, será de repressão contra os manifestantes, trabalhadores e trabalhadoras.

No dia 19 de agosto, em meio ao conflito, um grupo de 200 mulheres que recebiam os PRENOS solicita passar para o quadro permanente da prefeitura, pelas prestações de serviço que elas já realizavam em distintas instituições sob a gerência da prefeitura. A essas mulheres somaram-se grupos de desempregados e desempregadas, entre elas Elsa e Selva. Durante oito dias, reclamaram frente à prefeitura, acampando e ensaiando novas

estratégias ante os obstáculos postos pelo prefeito para negociar. Entre as estratégias escolhidas, decidiram sitiar a prefeitura com o objetivo de paralisar as atividades, fechando todas as entradas e saídas. Nessa oportunidade, o prefeito, que se encontrava dentro do edifício, não conseguiu sair e permaneceu por 12 horas no prédio, até que mandou fazer um buraco na parede para sair. Esse fato, difundido por toda a imprensa local, com todas as argumentações contra as mulheres, teve ampla repercussão na cidade, de tal modo que se considerou o fato uma injúria ao mandato do prefeito. Entre as porta-vozes eleitas para negociar, encontravam-se Selva, Marcela e Elsa. Logo após avaliar, em concorrida assembleia, a situação que estavam atravessando – 8 dias dormindo na intempérie, com temperaturas baixas e no meio de fumaças de pneus – decidiram tomar a TERMAP. Para Elsa, a situação não dava mais para continuar.

Como en ese momento había habido una toma anterior [...] donde los compañeros consiguieron trabajo... Teníamos esa última posibilidad. La lucha era con conciencia, eso. Nuestras exigencias eran sacarles a las multinacionales, a esas grandes empresas que vienen y se llevan todo, por lo menos, sacarles trabajo para la gente que vive en el lugar [...] Tenía la tranquilidad de que lo vamos a lograr, que íbamos a tirar los PRENOS abajo, y que nosotros íbamos a conseguir trabajo. (Elsa)¹³¹

O Prefeito usou a imprensa para desprestigiar o grupo, difundir a intransigência das mulheres. Falou que era uma operação política contra ele e mandou-as pedir trabalho nas empresas privadas. E elas foram a realizar a tomada da TERMAP. Para Marcela, a situação tampouco dava para mais.

Yo recibía planes sociales desde hacía siete años y ya no los quería más: quería trabajo genuino y que no existan más los planes. Tengo seis hijos. Uno de los nenes tiene nueve años y una discapacidad motriz. Todo esto implica unos costos que nosotros no podemos cubrir.[...] Esto fue lo que me hizo movilizar y el hecho de que con los planes nunca iba a poder tener una jubilación. (Marcela)¹³²

¹³¹ Tradução: "Como, nesse momento, tinha havido uma tomada anterior [...] quando os companheiros conseguiram trabalho... Tínhamos essa última possibilidade. A luta era com consciência. Nossas exigências eram obter dessas multinacionais, dessas grandes empresas que vêm e que levam tudo, pelo menos obter delas trabalho para a gente que vive no lugar [...] Tinha a tranquilidade de que íamos conseguir, que conseguiríamos eliminar os PRENOS e que íamos conseguir trabalho" (Elsa)

¹³² Tradução: "Eu recebia planos sociais há sete anos e já não os queria mais: queria trabalho genuíno e que não existissem mais planos. Tenho seis filhos. Uma das crianças tem nove anos e uma incapacidade motora. Tudo isso implica custos que nós não podemos cobrir [...] Isto foi o que fez eu me mobilizar e o fato de que, com os planos, nunca ia poder ter uma aposentadoria." (Marcela)



Diário Crónica, 20 de agosto de 2004, p. 25

A tomada se prolongou por três dias e foi resolvida com a promessa de trabalho em empresas de serviços.

Así que, las chicas negociaban, bueno viste, las que cayeron presos, ellas negociaban. Hasta que arreglamos que íbamos a entrar todos a trabajar. Firmaron un acta acuerdo con toda la gente que vino de Gallegos, los grandes de Gallegos, no cualquiera. Firmaron un acta acuerdo, y bueno, contentas, imagínate cuantos días estuvimos [...] salimos del piquete ese, y nos juntábamos en el Complejo todos, a hablar con las voceras, a esperar que nos llamaran para trabajar y conversar, de que: chicos, no nos separemos, peleemos todos, ya ganamos, ahora esperemos que nos lleguen los papeles diciendo que nosotros vamos a ir a trabajar. Así que no nos separemos, listo. Fue la última vez que las vimos, después las detuvieron. (Lau)¹³³

E, assim como ela, a maioria que tinha confiado nas promessas feitas no acordo, quando chegaram em casa depois da reunião, encontraram a novidade da detenção das porta-vozes.

¹³³ Tradução: "Assim, as meninas negociavam. Bem, os que caíram presos, elas negociavam. Até que acordaram, que íamos todos começar a trabalhar. Assinaram uma ata com toda a gente que veio de Rio Gallegos, os grandes de Rio Gallegos, não qualquer. Assinaram uma ata de acordo e, bem, estávamos contentes, imagine quantos dias estivemos ali [...]. Saímos do piquete e nos juntamos no Complexo, todos para falar com as porta-vozes, e esperar que nos chamassem para trabalhar, e a conversar, para que não nos separássemos, que lutássemos todos; agora esperemos que nos cheguem os papéis, que vamos trabalhar. Foi a última vez que as vimos; depois as detiveram" (Lau)

Salimos de ahí, yo alcanzo a llegar acá a mi casa, me mandan un mensaje, me llaman: Lau, no sabes, la policía está pateando las casas, rompiendo las puertas y sacando las voceras de adentro de su casa. Los agarraban en la calle, era tipo militar viste. A Marcela, que tenía su nene en silla de ruedas, lo golpearon, no les importo nada, viste, [...] Una de mis compañeras andaba comprando, la agarraron, viste cuando las secuestran, las meten así, se las llevaron. Y ahí empezó la lucha, y ahí yo ya como que me metí más. Como...nunca pensé que yo iba a llegar a ser así [...] me provocó, tanta injusticia, nunca nos llamaron a dialogar, nunca nos dieron el trabajo prometido, nos mintieron. (Lau)¹³⁴

Nos dias 3 e 4 de setembro, por ordem do juizado estadual, foram presas 15 pessoas das duas tomadas, foram golpeadas, sem que lhes explicassem os motivos. Foram detenções realizadas num marco de violência e sem aviso prévio. Alguns foram presos caminhando pela rua com suas famílias e, com outros, entraram em suas casas com violência, quebrando as portas, como no melhor estilo da última ditadura na Argentina (Lau). Foram detidos com os enquadramentos de "privação ilegítima da liberdade, associação ilícita, danos, roubo e entorpecimento da função pública." Foram apresentados pelos jornais como os "cérebros intelectuais e organizadores dos delitos" (*Diário Crónica*, 5 de setembro). Do total, ficaram presos três mulheres e três homens; as mulheres eram Selva, Marcela e Elsa.

Selva tinha 28 anos e três filhos pequenos, um deles estava mamando. Elsa tinha 32 anos e dois filhos, e fazia pouco tempo que havia chegado a Caleta Olivia, vinda da cidade de Rio Colorado (Estado de Rio Negro); foi delegada dos trabalhadores de Barilari (frigorífico pesqueiro). E Marcela tinha 32 anos e seis filhos. As três mulheres, que aceitaram dar sua contribuição a esta pesquisa, foram presas e submetidas a maus tratos durante oito meses, em "delegacias ordinárias". O argumento utilizado pelas autoridades era que, em Caleta Olivia, não havia delegacias especiais para mulheres (*INDYMEDIA*, 2004b, p. 1). Essa medida foi objeto de repúdio da sociedade, que organizava passeatas e se expressava nos meios de comunicação. Foi repudiada,

¹³⁴ Tradução: "Saímos dali, eu consegui chegar à minha casa quando me mandam uma mensagem, me chamam: Lau, não sabes? A polícia está chutando as casas, quebrando as portas das casas e tirando as porta-vozes de dentro de suas casas. Os pegavam na rua e levavam, era tipo ditadura militar. A Marcela, que tinha seu filho em cadeira de rodas, golpearam, não lhes importou nada. Uma de minhas companheiras estava comprando, a agarraram, quando as sequestram, as metem assim e as levaram. E aí começou a luta para mim, e eu já me envolvi mais. Nunca pensei que chegaria a ser assim. [...] Me provocou ver tanta injustiça, nunca nos convocaram a dialogar, nunca nos deram trabalho, nos mentiram. (Lau).

também, pelos organismos de Direitos Humanos nacionais, da Câmara de Deputados da Nação e dos partidos políticos, que promoveram ações para retirar os seis detentos, solicitando sua liberação. Os jornais destacavam a detenção das mulheres na delegacia, resgatando sua condição de mães e as condições em que estavam:

Uma tem sete filhos e um dos filhos é incapacitado, a outra tem um bebê para amamentar e a terceira dois filhos, que deixou sob o cuidado de uma vizinha, porque não tem família perto. (INDYMEDIA, 2004b, p.1)

Elsa relata:

De un momento para otro, nos llevaron presas, incomunicadas por 72 horas, sin poder encontrarnos con nuestros hijos que eran pequeños. Yo tuve que dejarlos, en ese momento, con una vecina e se quedaron con la familia todos los ocho meses que estuve detenida. Nos mantenían encerradas todo el día, a las tres en un cuarto de dos por dos, tratándonos como delincuentes. Fueron salvajes con nosotras [...] fue una cacería [...], querían darnos una lección. (Elsa)¹³⁵.

Para Marcela,

Fue una situación terrible [...] nuestras familias eran hostigadas en el momento de las visitas, incluso en la seccional 4º era un hostigamiento permanente, de gritarnos cosas, escuchábamos lo que decían de nosotras y cuando nos quejábamos nos decían: jodánse para que van a los piquetes? Ahora se la tienen que aguantar!! (Marcela)¹³⁶

As mulheres reclusas denunciaram “torturas psicológicas e maus tratos”. Diante disso, decidiram fazer uma greve de fome por 19 dias. Seus advogados responsabilizavam o magistrado e o governador pela saúde delas.

Por outro lado, as desempregadas livres se apresentavam na Oficina de Intermediação Laboral (criada em 2003, a partir dos conflitos laborais), para constatar se já estavam se iniciando os trâmites para começar a trabalhar, e

¹³⁵ Tradução: "De um momento para o outro, nos levaram presas, incomunicáveis por 72 horas, sem poder encontrar com nossos filhos que eram pequenos. Eu tive de deixá-los com uma vizinha e ficaram todos esses meses com a família de meu irmão. Mantinham-nos as três encarceradas todo o dia, num quarto de dois por dois, tratando-nos como delinquentes... Foram selvagens conosco. Foi uma caçada. Queriam nos dar uma lição" (Elsa).

¹³⁶ Tradução: "Foi uma situação terrível [...] nossas famílias eram hostilizadas no momento das visitas. Inclusive, na seccional 4ª, era uma hostilidade permanente, de nos gritar coisas, escutávamos o que diziam de nós e, quando nos queixávamos, diziam: Fodam-se! Para que vão aos piquetes? Agora, têm de aguentar!" (Marcela)

era ali onde começavam os problemas. "Eles me procuravam nas listas e diziam: 'Não quis começar a trabalhar, lhe mandamos um telegrama, você tinha de assinar a confirmação.' Como?". Lau e várias das mulheres entrevistadas apareciam nos registros como se tivessem recusado trabalho... Para ela, esse foi o dia da revelação:

Ese fue el día que me desperté. Cómo? Vos me estas tomando el pelo!!!, como no quise trabajar? Vos pensás que todo este tiempo que yo deje solos a mis hijos sufriendo, yo me estaba divirtiendo, estaba de joda, no quería trabajar, nunca me llevo, así que yo lo único que te pido que me encuentres. Dice no, no quisiste. Empecé a hablar fuerte, por favor que nadie se vaya, para esto ya estaban todas presas, que nadie se vaya por favor vamos a hacer algo. Y es injusto!!! (Lau)¹³⁷

"Mobilizemo-nos!!!", foi a palavra de ordem compartilhada. Reuniram-se e observaram que, das 300 pessoas que tinham de começar a trabalhar, só foram convocadas 10. E aí, entraram novamente na *TERMAP*.

Por horas, esperaram frente ao portão os representantes das empresas explicarem a situação aos meios de comunicação. Isso promoveu a aproximação de outros desempregados e desempregadas. Assim como tinha acontecido em outras oportunidades, a convocação pela radio dava bons resultados. Lau assumiu a liderança dessa nova ocupação: "*Bem, eu me converti na porta-voz e já tinha experiência*". E, na primeira oportunidade. Em 30 de setembro de 2004, conseguiram entrar, passar pelos seguranças, iludir os golpes, e subir aos tanques. Era um terceiro grupo de 30 mulheres desempregadas, que em solidariedade com os presos e as presas, realiza uma nova ocupação, reclamando a liberdade dessas pessoas e exigindo o cumprimento do acordo laboral que o Estado tinha feito com o grupo anterior, cujas porta-vozes foram detidas. Dessa vez, 30 pessoas ocuparam a *Playa de tanques*, a maioria mulheres, e outro grupo de 40 pessoas bloqueava a estrada nacional nº 3, a poucos metros da baía. Subiram aos tanques cerca de 14 pessoas (em cada tanque, confeccionado de chaparia, podem circular só três pessoas para trabalhar). Foi assim que, em cima dos mesmos permaneceram

¹³⁷ Tradução: "Esse foi o dia em que eu acordei. Como? Você me está sacaneando? Como que não quis trabalhar!!! Você acha que todo o tempo que eu deixei meus filhos sofrendo, foi para me divertir? que eu estava de farra, que não queria trabalhar?. Nunca chegou [o telegrama]. Assim, que te peço, revise ai, me encontre na lista. Ela disse: não esta, não quisestes. Comecei a falar forte, 'por favor, que ninguém saia daqui'. Para isso, as meninas, já estavam detidas. Por favor, 'vamos fazer alguma coisa'. É injusto!!! (Lau)

quatro dias. O resto ficou embaixo e outro grupo de aproximadamente 40 pessoas ficou bloqueando, de maneira permanente, a Estrada nº 3 de acesso à cidade.

Nosotros, viste, la inconsciencia. No sé si ignorancia, pero la impotencia de que nuestros compañeros estaban presos, nosotros pedíamos, que nuestros compañeros que están presos tenían que soltarlos. No iba a suceder nunca, porque decían que no podían ir en contra del gobierno. Y le decíamos: bueno, listo, entonces no nos vamos hasta que todos empiecen a trabajar (Lau)¹³⁸

Os seguranças de Termap molharam as mulheres com água fria retirada dos condutores que derramam água para esfriar os tanques. Em pleno frio de inverno, com temperaturas abaixo de 0, varias delas passaram mal, molhadas, com tanto frio.

Se desmayaban las chicas por el frio, no podían aguantar, y eran jovencitas, Y habíamos tres señoras grandes, había 2 señoras más grandes que yo que tendrían una 52 años, otra señora tenía 48; yo tenía 30 y algo, y éramos las más grandes. Los demás tenían 20, 18 años (Lau)¹³⁹

As pessoas que bloqueavam a estrada começaram a atirar pedras, rompendo a guarita, para que parassem de molhar as mulheres. Quando a pressão parou, permaneceram ali sobre os tanques; ali comiam e dormiam. No quarto dia, as forças da gendarmaria e da policia sitiaram a *playa* durante o dia e, à noite, entraram atirando água com alta pressão sobre o grupo. Subiram armados, colocaram todos e todas no chão, com algemas, e as golpeavam apontando as armas e dizendo "Suja, piqueteira nojenta, nunca mais você vai voltar a ver um tanque em sua vida" (Lau). As forças antimotim jogaram gás lacrimogênio nos que estavam na rua e os detiveram.

¹³⁸ Tradução: "A inconsciência. Não sei se era pela ignorância ou pela impotência de que nossas companheiras estavam presas. Nós pedíamos que nossas companheiras que estavam detidas ficassem soltas. Não ia a suceder nunca, porque diziam que não se podia ir contra o governo [justiça] e nos dizíamos: bom, então não nos vamos até que todos comecem a trabalhar" (Lau).

¹³⁹ Tradução: "Desmaiavam as meninas por tanto frio, não aguentavam. Eram jovencinhas. Havíamos três mulheres maiores, duas maiores que eu: uma tinha 52, a outra 48, e eu 30, e éramos as mais velhas. Os demais tinham 20 ou 18 anos". (Lau)



La Nación, 3-10-2004c

Houve 36 pessoas detidas, entre as que estavam fazendo piquete na Estrada nº 3 e as que estavam acima dos tanques. As que bloquearam a estrada foram transportadas em caminhonetes e levadas para as dependências militares da cidade de Comodoro Rivadavia; e as que estavam nos tanques foram levadas para o comissariado de Cañadón Seco. Nessa ocasião, Norma, Lia e outras mulheres jovens estavam entre os 20 presos. Lau denunciou que foram golpeadas, lançadas nas pias de água pelos "milicos", quando iam descendo dos tanques. Ela, particularmente, sofreu perda de um dente e luxação de um braço: "Nunca havia visto algo tão brutal!". Todas as pessoas foram presas sem ordem judicial e sem custo político para as autoridades que deram a ordem.¹⁴⁰ Os jornais diziam:

A repressão do dia de sábado, 2, foi brutal. [...] havia mais de 200 *gendarmes* para atacar não mais de 70 pessoas, 30 estavam nos tanques e 40 na estrada. Apesar da diferença numérica, o operativo foi feroz. (INDYMEDIA, 2004b, p.1).

Encapuzaram as pessoas e bateram nelas com paus, com os punhos e com os pés. Há uma quantidade de detentos com o rosto desfigurado, com fraturas. Há uma denuncia de uma companheira a respeito de que a encapuzaram e tentaram violá-la. [...] As mulheres são encarceradas junto a presos acusados de delitos sexuais, como abusos e violações. (INDYMEDIA, 2004c).

¹⁴⁰ A tomada deixou 20 pessoas presas: 6 pessoas ficaram 8 meses detidas, e 40 foram processadas. (Anred, 2014).

Lau explica que o grupo que estava fazendo piquete na estrada foi levado para Comodoro Rivadavia, pertencente a outro estado, o estado de Chubut. Essa detenção e o traslado forçado, fora da jurisdição das pessoas, é considerado sequestro pela legislação argentina.

Hubo un grupo que las llevaron para Comodoro, claro, a ellas las sacaron de la ruta. Las secuestraron, eso fue un secuestro, vos no podes salir de una jurisdicción a otra. Por eso a ellos le bajaron... toda esa gente que agarraron en la ruta no los procesaron, borraron el proceso, porque la abogada que los había agarrado los iba a demandar por secuestro. Iban menores de edad también, no podían, era un secuestro (Lau)¹⁴¹

Na delegacia, no momento da revisão, o médico se referia às mulheres dizendo: "Vamos ver o que aconteceu com você: um acidente doméstico". As mulheres não permitiram que ele as examinasse. Lau relata o diálogo que manteve com o médico, interessante para se analisar: "Não, não me examine, eu já sei o diagnóstico: um acidente doméstico". Diz ele: 'Ah, você é espertinha, não?'. E eu contestei: 'Coloque simplesmente acidente doméstico, porque você em mim não toca, porque não sei o que faz você aqui.'". Relata também a situação da companheira que sofreu tentativas de abuso sexual.

Foram sequestradas, encarceradas, maltratadas pelos diferentes representantes da ordem. Podemos entender que a simbiose entre capitalismo e patriarcado pode ser considerada como um sistema de apropriação de espaços para cada gênero e para a classe: no caso das mulheres, o público e o privado ou doméstico; no caso da classe, o centro do poder e a periferia do poder.¹⁴² A polícia, a *gendarmería* e o médico, como instâncias institucionais, reprodutoras da ordem patriarcal e capitalista, sancionaram a violação da ordem. Como se pode verificar, de distintas maneiras, todos esses

¹⁴¹ Tradução: "Houve um grupo que foi levado para Comodoro Rivadavia. Elas foram tiradas da estrada. As sequestraram. Isso foi um sequestro. Você não ser levada de uma jurisdição para outra. Por isso a elas não as processaram, fecharam o processo, porque a advogada que as assessorava explicou lhes que iam demandar por sequestro. Além do mais, levaram os menores de idade, não podiam. Era um sequestro". (Lau)

¹⁴² Para compreender essa ideia, os estudos sobre violência policial mostram que a repressão policial sobre jovens pobres se relaciona, sobretudo, com o fato de tentar impedir o acesso desses jovens aos centros da cidade. Identificados pela aparência, como acontece na Argentina, os jovens pobres considerados delinquentes são detidos sob o pretexto de averiguação de antecedentes. Mas, por trás desse argumento, escondem-se discriminações de classe, geração e gênero (são jovens e homens, na quase totalidade). A Argentina recebeu sanção da Corte Interamericana de Direitos Humanos pela detenção e desaparecimento de Iván Eladio Torres na delegacia Nº 1, em Comodoro Rivadavia, em 2003.

representantes imprimem sobre as mulheres distintos tipos de violência, desde as simbólicas até as corporais. O que examinarei no próximo tópico.

Em solidariedade com os detentos e as detentas, as organizações voltam a se manifestar. Dessa vez, programam uma conferência de imprensa para o dia 5 de outubro, em Buenos Aires, com as adesões do Premio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel, e da linha fundadora das Mães da Praça de Maio. Na conferencia, explicaram que o operativo de repressão e as detenções se fizeram num marco que faz lembrar outros tempos vividos na Argentina, o terrorismo de Estado, pois os "policiais estavam descontrolados golpeavam e ameaçam" (INDYMEDIA, 2004c).

Fue algo que yo en mi vida imagine; yo lo vi en las películas, viste, la noche de los lápices, todo eso, viste, pero jamás me imagine. Era como que vos estabas viviendo algo que no podías creer... Yo nací acá, soy de acá, y nunca pensé que esto podía pasar. (Lau)¹⁴³

Em 7 de outubro, organizações sociais locais e regionais, apoiadas por organizações nacionais, reclamam a liberdade dos presos políticos. Acusam o governo de Nestor Kirchner de utilizar a via policial e judicial para reprimir os militantes sociais, prendendo-os como delinquentes, e de tanto o presidente como o governador Acevedo colocarem-se do lado das empresas que saqueiam o país. As organizações sociais exigem do Estado a despenalização dos manifestantes (INDYMEDIA, 2004d). Eis parte do texto emitido pelo grupo do Partido Obrero em conjunto com militantes sociais da região que se solidarizam.

O governo quer que abandonemos as ruas e deixemos de bloquear a atividade das grandes empresas para pedir trabalho genuíno. Mas não vemos nenhuma razão para fazê-lo, pois continuamos sem trabalho e, nos bairros, falta de tudo: alimentos, saúde, educação, moradia. O governo prefere pagar as contas dos mesmos organismos internacionais que nos deixaram em ruína, prefere ficar do lado das empresas estrangeiras que saqueiam nossos recursos naturais, que ficam com os nossos serviços públicos, que demitem e exploram nossos trabalhadores, mas a nós nos dão pau e cárcere. Nosso país é o mundo do reverso: os senadores corruptos continuam livres. Menem, que entregou o país, continua livre, e Kirchner, que entregou o petróleo de Santa Cruz, está no governo. Entretanto, os que lutam por trabalho encontram-se encarcerados. Por essa razão, seguiremos lutando na rua e nos bairros para obter o que nos corresponde:

¹⁴³ Tradução: "Foi uma coisa que, em minha vida, jamais imaginei; eu o vi em filmes, vi, na noite dos lápis, tudo isso, vi, mas jamais imaginei. Era como se você estivesse vivendo algo em que não podia acreditar... Eu nasci aqui, sou daqui, e nunca pensei que isso poderia ocorrer." (Lau)

trabalho genuíno e dignidade para nossas famílias pobres.
(INDYMEDIA, 2004d)

Quando chegou o momento de levar as mulheres para o juizado, pediam que elas se arrumassem, penteassem os cabelos. Mas elas rechaçaram o pedido e saíram assim como estavam: "Saímos assim, como se estivéssemos voltando da guerra"

Cuando nos bajaron, no sabes lo que fue la gente cuando nos vió?. Rompió todo. Rompieron vidrios, rompieron patrullas, a los policías, se descontroló. Imagínate, al vernos a nosotras no más (Lau)¹⁴⁴

Sob pressão das organizações e partidos políticos de esquerda, logo após prestarem declaração, os detentos foram liberados em cinco de outubro. As mulheres permaneceram dois dias detidas e desaparecidas... Suas famílias não sabiam onde elas e eles estavam. Fizeram a denúncia. No mesmo dia, Nora Cortiñas (*Madres de Plaza de Mayo*) com os deputados Patricia Walsh (Izquierda Unida) e Luis Zamora (Autodeterminación y Libertad) viajam a Caleta Olivia e oferecem uma coletiva de imprensa para se referir às detenções e repudiá-las. As mulheres foram liberadas e participaram do ato. As pressões para a liberação dos oito continuaram durante todo o ano, até que eles foram liberados em abril de 2005.

3. 4 Repressão e violência contra as mulheres

Em linhas o cenário santacruceño era profundamente atravessado pela radicalidade do conflito¹⁴⁵, ao qual o governo de Kirchner responde com

¹⁴⁴ Tradução: Quando nos atiraram dos carros, você não imagina o que foi, as pessoas que esperavam quebraram todo aos vernos assim. Quebraram vidros dos carros da policia. Descontrolaram-se. (Lau)

¹⁴⁵ Em dezembro de 2004, são reprimidos brutalmente os desempregados e desempregadas de Las Heras, que realizavam a ocupação da Planta Oil e reclamavam que se cumprisse o acordo assinado semanas atrás sobre os postos de trabalho (contratada da REPSOL-YPF). Foram detidos 25 desempregados e desempregadas. Posteriormente foram liberados e, na repressão, produto da violência, foi denunciada a perda de uma gravidez de três meses de Carina Sauco (*La Nación*, 2005). Em junho de 2005, trabalhadores e trabalhadoras estatais, agrupados na ATE, realizaram, em Caleta Olivia e Pico Truncado, greves, passeatas e bloqueios de estradas, reivindicando aumento salarial, o que repercutiu no abastecimento de alimentos, gás e energia na província. Em Caleta Olivia, ao mesmo tempo, realizou-se uma passeata que reuniu cerca de 4.500 pessoas e, posteriormente, ocupou-se a prefeitura de Las Heras. Em julho, na ocupação de uma jazida de Repsol YPF em Cañadón Seco, 50 manifestantes foram detidos (*La Nación*, 2005). Em 2006, uma greve de petroleiros pela

repressão, enviando à região agentes da Gendarmeria Nacional, da Policia Federal e da Policia Provincial. As mulheres piqueteiras não ficaram isentas da repressão. O assassinato de Tereza Rodriguez em Neuquén, em abril de 1997, durante a repressão às manifestações de Cutral-Có e Plaza Huincul, é lembrado pelas organizações piqueteiras de tal maneira, que uma de elas adotou o nome dela para manter a memória da luta. As mulheres piqueteiras patagônicas foram golpeadas, ameaçadas de violação e presas em péssimas condições de detenção, durante meses. Esse fato é uma convocação para refletir, neste tópico, sobre a natureza dessa repressão e de como ela se expressa em relação às mulheres. Acredito que há uma especificidade que pode ser entendida no marco das violências de gênero.

Tomo como ponto de partida o entendimento de que o Estado, como instrumento de classe, prioriza o resguardo da propriedade privada dos meios de produção e do processo neoliberal de modernização. As contribuições de Rita Segato (2003, 2014, 2015) propiciam elementos para entender como se relaciona este Estado repressor com as mulheres. A autora (2014), resgatando a origem dos estados latino-americanos – criados por elites herdeiras da administração colonial da qual dependem – têm o seu foco na proteção de bens e, como tal, não se ocupam da proteção às pessoas (Segato, 2015). Concordo com essa avaliação. Na atual fase de exploração, que significa retorno ao trabalho servil, semiescravo e escravo¹⁴⁶, intensifica-se a modalidade de sujeição das pessoas como mercadoria, uma *insensibilidad* particular. Estar-se-ia, segundo Segato (2015), gestando, nessa nova fase, o que chama de "*conquistabilidad*" do poder, mais que de "*colonialidad*" do poder. O termo é usado para se referir a uma nova fase de conquista dos territórios, com alma de rapina, que arrasa tudo (Segato, 2015).

transferência dos trabalhadores de serviços para o convênio petroleiro levou 18 dias de conflitos, com a ocupação da policia onde se encontrava o delegado do sindicato petroleiro detido. Nos confrontos entre policiais e trabalhadores, foi morto um policial. Produz-se uma caçada aos trabalhadores sindicalizados como os responsáveis; eles são detidos. A população reage, os organismos de direitos humanos solicitam a liberação dos trabalhadores, por entender que eles não eram os responsáveis (Pagina 12, 2006). Em 2007, protagoniza-se outro piquete com repressão, no qual estava Delia. Ali, tal como ela relata, balearam vários, entre o quais Fredy (filho de Norma, para proteger a mãe das balas de borracha) e Delia.

¹⁴⁶ Distintas experiências, na América Latina, dão conta do crescimento do trabalho escravo nas modalidades de tráfico, confinamento de pessoas em oficinas clandestinas de costura, exploração sexual e tráfico das mulheres e adolescentes, além de homens recrutados para a prostituição. A informalidade laboral é outra das áreas que podem ser consideradas como de trabalho escravo e semiescravo pelos níveis de pauperização e miséria alcançados.

Há um pacto estatal, empresarial e midiático, como apresentei em minhas análises, que vai rasgando o tecido comunitário, destruindo os vínculos comunitários e coletivos em nome dos propósitos de um discurso modernizador. Essa crueldade se exhibe ainda mais nos corpos das mulheres.¹⁴⁷ Segato (2015) observa que, ainda, em comunidades onde as mulheres têm tido uma participação ativa e comunitária, seus corpos continuam sendo troféus da violência. Tais estudos lhe permitem colocar a hipótese de que esse Estado avança sobre a coletividade, subjuga o homem e todas as suas relações, transformando-o ou convertendo-o num instrumento desse poder, um colonizador dentro de sua “moradia”. Diz a autora: "O homem se converte no representante da pressão colonizadora e despojadora".

Se considerarmos o homem como representante da violência estatal, empresarial e midiática, entenderemos que isso ocorre em todos os âmbitos da vida, não só nas suas “moradias”. Ocorre também nos espaços de poder, como aparece nos relatos apresentados: deputados, policiais, gendarmería, médicos, juízes etc. Os estudos de Segato (2015, p. 2) sobre os assassinatos das mulheres de Juarez propõem, então, pensar a violência "no marco das estruturas econômicas capitalistas de rapina", que necessitam "da falta de empatia entre as pessoas – uma pedagogia da crueldade – para sustentar seu poder". "O corpo das mulheres se converte, então, no suporte privilegiado para escrever e emitir uma mensagem violenta e exemplificadora, que conta com a violência midiática como o braço ideológico da estratégia da crueldade". Trata-se de texto e território de uma violência que ali se realiza de modo privilegiado.

Para entender esse processo subjetivo, recorro a seus interessantes aportes sobre o que entende como *violência expressiva*. Na violência, um aspecto dela vincula o agressor diretamente com a vítima, num plano vertical. Mas o outro aspecto determinante em precipitar a agressão é o eixo horizontal, que vincula o agressor com seus pares, seus iguais da confraria, da irmandade masculina. Quando o agressor submete sua vítima, sua violência é puramente

¹⁴⁷ La violencia es la exhibición incontestable de la unidad y naturaleza indisociable del problema, de la correlación y articulación innegable entre lo que pasa en la atmósfera de violencia y desamparo en el mundo de la reproducción material de la existencia, y lo que pasa en el mundo de los sentimientos entre las personas. Es al mismo tiempo una ejecución ejemplar – pues las ejecuciones en el ojo público tienen esa dimensión de ejemplaridad, de advertencia – y una queja, un reclamo gritado a los cuatro vientos. (Segato, 2015)

expressiva, e é possível traduzi-la em um duplo enunciado, pois o violador mantém um duplo diálogo com a vítima: no eixo vertical, o agressor a moraliza, a disciplina: no eixo horizontal, manda uma mensagem a seus pares, que é determinante do vertical, uma mensagem de evidência de cumprimento do mandato. Esse mandato é o de reconstituir-se a si mesmo como homem e reconduzir-se à posição viril, mediante a exação de um tributo de obediência por parte de sua vítima. Assim, cumpre, na forma mais rudimentar, o mandato que emana da confraria masculina (Segato, 2015). Essas formas se dão na totalidade, não de forma fragmentada. São fenômenos que partem de circunstâncias plenamente históricas das relações sociais e com a natureza. Por isso, é importante retomar a discussão das relações patriarcais de gênero no sentido dado pelas autoras: Segato (2003, 2015), Saffioti (1992, 2009), Combes e Haicault (1986). Saffioti (1992), como já foi visto, identifica a existência da simbiose entre patriarcado e capitalismo, onde coexistem os eixos dominação e exploração como fases da opressão das mulheres. Mas, para essa autora, esse fenômeno não é tão somente social, pois dele participa também o corpo.

Os estudos de gênero mostram que, historicamente, o *feminino* tem sido construído como subordinado ao *masculino*, sendo que, nas sociedades contemporâneas, dominam as relações de gênero *patriarcais*. Tanto no nível simbólico quanto nas práticas sociais, o masculino se sobrepõe hierarquicamente ao feminino, resultando numa situação de prestígio, privilégios e poder maior para os homens. Um exemplo evidente dessa assimetria é expresso na violência contra as mulheres em todas as dimensões. Combes e Haicault (1986) entendem o patriarcado como um sistema sociopolítico que atua tanto na produção material quanto na dos seres humanos (reprodução social), sendo que o surgimento do capitalismo veio confirmar a subordinação já existente, da reprodução à produção, fundamentada em outra subordinação: a das mulheres aos homens, resultante da divisão sexual do trabalho. A família, como espaço específico da reprodução, é a expressão da dominação capitalista e, ao mesmo tempo e de forma inseparável, também a expressão da dominação patriarcal, coexistindo, assim, relações antagônicas de classe e de sexo na esfera familiar. As explicações de Hartman (1987) – "como pacto masculino para garantir a

opressão das mulheres" –, ou nos termos de Lerner (1990) – como confrarias de homens –, ou de Foucault (1985) que resgata a lei do pai – permitem avançar nos mundos da construção subjetiva das relações patriarcais. Então, pode-se considerar o patriarcado como um sistema (um dos esquemas segundo Saffioti, 1992) que organiza a relação entre duas posições desiguais, num esquema binário: posição feminina e posição masculina. Tais posições têm como ícones o corpo feminino e o corpo masculino.

De acordo com Segato (2015), existe, assim, uma gramática fundante das relações sociais, que se aprende na primeira célula de poder, a família. A posição masculina, ou a função paterna, alimenta-se, necessária e irremediavelmente, do acatamento. Portanto essa situação ocorre num fluir de obediência, respeito e subordinação à autoridade e o prestígio da função masculina. Sem esse fluir, não há masculinidade, não ocorre a alimentação constante do poder masculino. Sem esse fluir, não existiria o patriarca. A posição paterna é, simultaneamente, uma, em particular, mas representa e totaliza toda a cena dessa estrutura simbólica: é um papel particular que encarna uma lei de valor e acatamento universal. Trata-se, portanto, de uma posição hegemônica: sua verdade tem valor geral e universal. Assim, o patriarcado atua como uma instituição, "uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente" (Saffioti, 2009, p. 6), que funciona até mesmo sem a presença dos homens. A ideologia se corporiza, de modo inerente, ao ser social. Por isso, o padrão patriarcal é, ao mesmo tempo, familiar e estatal, intrapsíquico e social (Segato, 2015). É no sentido genealógico, que entendemos o corpo das mulheres como um campo de disputas, território onde estão presentes o controle e o medo. Homens controlam mulheres e outros homens, na medida em que cuidam de seu território, como tem ocorrido na história e na luta entre os povos, nas invasões, onde tem particular importância a violação das mulheres e a escravidão delas para proporcionar prazer e filhos aos vencedores. Todas essas são formas de plasmar o poder de domínio de um povo sobre o outro (território do outro).¹⁴⁸

Nas sociedades modernas, a noção de poder do *pater familias* tem sido trasladada ao Estado, encarregado de garantir a subsistência da família e a

¹⁴⁸ Para Segato (2014, p. 10) "Os sujeitos e seus 'territórios' são coproduzidos por cada época e pelo discurso de cada forma de governo. Portanto, os elementos constitutivos de uma experiência territorial não são fixos, senão historicamente definidos."

primazia do homem. A ingerência estatal, nos estados, tem significado a ingerência na vida, na sexualidade e no corpo das mulheres, através, e sobretudo de políticas públicas destinadas a regular a vida das famílias e das mulheres em particular, enquanto mães. Sempre os corpos femininos foram vistos como território de políticas do Estado. São territórios do Estado ainda hoje, quando a luta das mulheres contra o Estado e as elites religiosas passa pela despenalização do aborto. Esses corpos foram torturados, violados por agentes do Estado durante a ditadura militar. Neles deixaram suas marcas. Segato (2014, p 4) diz: "O corpo da mulher é o bastidor ou suporte em que se escreve a derrota moral do inimigo, donde se instala o terror". Por isso, para Segato (2004) "toda violência é o ato alegórico por excelência da soberania sobre um território e sobre o corpo do outro como um território".

A repressão vivida pelas mulheres piqueteiras tinha esse componente patriarcal. A forma de abordagem, a tentativa de violação e os golpes sobre uma mulher grávida em 2005, o que culmina com aborto, mostram a particularidade que as relações patriarcais imprimem, o que as torna diferentes de outro tipo de repressões. Nessa afirmação de Sara, revela-se a amplitude da exacerbação dos policiais em 2007.

Y fue como que nos querían matar a golpes, fue terrible. Me acuerdo ahora del policía, como que nos quería matar. Golpeaba en una compañera con todo su odio, hasta que otra compañera consiguió sacarlo de encima. (Sara)¹⁴⁹

Essas mulheres cometeram duas transgressões imperdoáveis para a ordem instituída a) a insurgência contra o modelo de acumulação neoliberal; e b) a ruptura com o papel destinado pelo patriarcado de permanecer no âmbito privado ou doméstico. De fato, há uma ferida que se instala no pacto masculino a partir dessas ocorrências. As mulheres, assim, aparecem desqualificadas, consideradas como as desviadas que é necessário corrigir, domesticar e disciplinar.

O Estado, em sua dualidade, por um lado, normativamente, e, por outro, como poder discricionário de suas agências e ações, não podia permitir tamanha ousadia e utiliza tanto a lei como as forças que lhe garantem esse

¹⁴⁹ Tradução: "Foi como se nos quisessem matar a golpes, foi terrível. Lembro-me do policial, como que nos queria matar. Batia numa companheira com todo o ódio, até que outra companheira conseguiu tirá-lo de cima dela." (Sara)

poder soberano. Novamente, as palavras de Segato (2015) se aproximam deste estudo: "O poder soberano não se afirma se não é capaz de semear o terror". A repressão não era isolada, como foi visto: os padrões são socializados e compartilhados. Era, pois, impossível que a comunidade caletense aprovasse a tomada, por sua clara condição de aliada e suporte do que se estava instalando, e, por outro lado, como garantidora das relações patriarcais. Assim, em geral, ela fez silêncio. Uma vez que aprova o fato de que o poder soberano do Estado é o poder de uma violência legal, então tudo isso está permitido. Fica claro, pois, que o patriarcado serve a interesses das classes dominantes (Saffioti, 1992)

Yo a veces siento bronca, impotencia contra todo, porque nadie, viste, no se hizo justicia por nadie. Hubo gente maltratada, golpeada, herida y nadie hizo nada. (Elsa)¹⁵⁰

O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que as mulheres não oponham resistência a ele. Como já se reiterou, sempre que há relações de dominação e exploração, há resistência, há luta, há conflitos. E as mulheres foram insurgentes. Como bem elas ressaltam, a violência que sofreram adquiriu distintas facetas, não apenas a de repressão física. Há sofrimento também, por exemplo, em relação à desvinculação das mulheres dos programas, quando elas decidiam protestar.

Entonces sale el representante, [...] y dice "la decisión ya está tomada; se les dio la oportunidad de ingresar a trabajar a su sector, y no quisieron. Se quedaron sin el PRENO". Entonces, imagínate las mujeres, el único ingreso que tenían!!. Así, con esa soberbia, si no quieren trabajar, hay mucha gente que necesita los 150 o 300 pesos" Las compañeras un desazón, imagínate, y como abatidas, como rendidas, algunas lloraban y que te cierre la puerta este hijo de mil en la cara, y con una soberbia y riéndose, porque se estaba riendo¹⁵¹. (Elsa)

¹⁵⁰ Tradução: Eu por vezes sinto uma bronca, uma impotência frente a tudo, porque ninguém, viu, não se fez justiça com ninguém. Houve gente maltratada, golpeada, ferida, e ninguém fez nada. (Elsa)

¹⁵¹ Tradução: "Então sai o representante [...] e diz "a decisão está tomada, deu-se -lhes a oportunidade de retornar ao trabalho e não quiseram. Ficam sem os PRENOS. Imagine-se as mulheres, o único sustento que tinham! Assim, se dirigiu com essa soberbia, 'se não querem trabalhar, há muita gente que quer, que precisa dos 150 ou 300 pesos'. As companheiras tinham um desespero, imagine-se, todas abatidas, como rendidas, algumas choravam... e que te feche a porta este filhos de mil, na cara, e com essa soberbia, rindo.(Elsa)

Chacotear, rir, tratá-las como loucas, pressioná-las para que abandonem a luta e desqualificá-las são violências psicológicas exercidas para evitar o avanço delas na luta e nas relações políticas.

..Y empieza la presión. Son mujeres, entonces, hay que presionarlas y callarlas, porque ese es el pensamiento del gobierno. Siendo mujer, se presiona más rápido y se callan más rápido, porque te amenazan. Mas la mayoría das meninas no se callan, no se dejan intimar Y a vos te parece que ese planteo está muy lejos del razonamiento, que soy una loca de mierda, que no sé lo que digo, como me tildaron muchas veces. Sabes que pasa que yo soy madre, soy mujer, soy hija de una mujer que trabajó toda la vida. (Elsa)¹⁵²

Era todo psicológico y nos decían: "Ahora nos vamos con nuestro hijos al cine, mañana, y ustedes mugrientas adonde se van a ir, sucias, a ningún lado se van a ir, presas, van a ver adónde van ahora" [...] Yo sentía una impotencia, una bronca, porque vos decís nunca en mi vida me maltrataron. Si bien venimos de una familia muy pobre, pero nunca fuimos golpeados, nunca que yo me acuerde. (Lau)¹⁵³

Por eso digo, fue una persecución tremenda con la gente, porque yo que no era nada, porque por ahí éramos todas personas comunes, ni siquiera voceras (Lau)¹⁵⁴

Quando as mulheres transgridem, há uma violação desse pacto societal e do contrato sexual (Pateman, 1993) de sujeição das mulheres. Essa violência tem de ser exemplificadora, instalar o medo, para que a rebeldia não volte a se repetir. Tem de deixar uma marca, uma mensagem, instalar a ameaça, como foi visto... Há uma transgressão das mulheres, com o enfrentamento das masculinidades; por isso, devem ser punidas e humilhadas. Dessa forma, entendo que se trata de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, perseguição, controle e medo, emanado da razão patriarcal e capitalista. As testemunhas confirmam:

¹⁵² Tradução: "E começa a pressão. São mulheres, então, temos que pressiona-las e calá-las, porque esse é o pensamento do governo: sendo mulher se a pressiona mais, porque se calam mais rápido, te ameaçam então. Mas a maioria das meninas não se calava, não se deixava intimidar [...] E, parece como que esse dito está muito longe do razoável, que sou uma louca de merda, que não sei o que digo, como me rotularam muitas vezes. Sabes o que passa, sou mãe, mulher, sou filha de uma mulher que trabalhou toda a vida" (Elsa)

¹⁵³ Tradução: "Era tudo psicológico e nos diziam: "agora vamos ir com nossos filhos ao cinema e vocês nojentas aonde vão ir, sujas, a nenhum lugar vão ir, vão ficar presas, vão ver onde vão agora" [...] Eu sentia impotência, raiva, porque você diz nunca na minha vida me maltrataram. Se bem viemos de uma família muito pobre, nunca fomos batidos, nunca que eu me lembre" (Lau)

¹⁵⁴ Tradução: "Por isso digo, foi uma persecução tremenda conosco, porque eu não era ninguém, porque éramos todas pessoas comuns, nem sequer éramos porta-vozes". (Lau)

Lastimaron a muchas compañeras, físicamente y psicológicamente. Lo físico se va pero lo psicológico queda. A mí me han golpeado tantas veces, que ya no tengo los moretones. Pero a muchas compañeras que las veían como futuras luchadoras, le hicieron tanto daño psicológico, que las persiguieron, las metieron tanto miedo, que hoy por hoy se mantienen muy lejos. Si me veían a mí, me iban a ser percha, y si la matamos mejor, total esto queda en la nada, como siempre. Sabemos nosotros que si vamos a la ruta, a que no exponemos, pero también si dejas de ir, sabes que esto va a seguir y va a ser peor. Pero estamos marcados, si fuera por ellos nosotros estamos muertos, y bien tirados al mar. (Elsa).¹⁵⁵

Ese sin vergüenza de [...] no sabes cuantas veces me amenazó. Le digo a vos se te va a terminar la impunidad, y vos vas a caminar en la calle igual que yo, y ahí nos vamos a encontrar. Siempre lo desafié, pero mientras tanto vos oprímeme, hacéme causas, méteme presa, perseguíme, pero en algún momento nos vamos a encontrar. (Elsa)¹⁵⁶

Não se trata apenas do sentimento de perigo, de medo do enfrentamento com as forças policiais. Elas também estão lidando com outros medos e lembranças que formam parte do imaginário coletivo argentino, que reaparecem nas práticas dos policiais: a ditadura militar. Autoras que estudam as memórias da repressão da ditadura (Jelin 2002, 2011, Calveiro, 1998) destacam que essa repressão teve especificidades de gênero, pois as experiências repressivas corporais propriamente ditas estão ligadas ao sistema de gênero imperante. Na Argentina, a repressão mais violenta foi dirigida a grupos militantes onde havia uma forte presença juvenil e uma presença significativa de mulheres. O poder masculino militar, ancorado nos princípios de dominação e superioridade, e expresso mediante rituais de poder performativo, reproduzia a dualidade entre o poder masculino, por um lado, e a passividade e exclusão de natureza feminina da população detida (homens e mulheres adquiriam um papel passivo dentro dos campos de concentração), por outro.

¹⁵⁵ Tradução: "Lastimaram muitas companheiras, fisicamente e psicologicamente. A dor física se vai, mas a psicológica fica. A mim me tem batido tantas vezes, que já não sinto as marcas. Mas, a muitas companheiras que as víamos como futuras lutadoras lhes fizeram tanto dano psicológico, as perseguiram, lhes geraram tanto medo, que hoje se mantém longe de tudo. Se nesse momento me viam a mim, me matavam. [eles pensam] E se a matamos não importa. Total tudo fica na nada, como sempre. Nós sabemos que se vamos à luta nos expomos, mas também se deixas de ir, sabes que isto vai seguir e vai ser pior. Mas, estamos marcados, se fora por eles, agora estaríamos mortas e bem atiradas no mar" (Elsa)

¹⁵⁶ Tradução: "Esse sem vergonha [...] você não sabe quantas vezes me ameaçou. Um dia eu lhe digo: a você se vai terminar toda a impunidade. Para você vai terminar, e vai caminhar na rua, como eu, e aí vamos nos encontrar. Sempre o desafiei e lhe digo: entretanto você me continue oprimindo, fazendo-me juízos, perseguindo-me, mas em algum momento, nos vamos reencontrar. (Elsa)

Rituais militares, que demonstravam o poder militar através de seus uniformes, desfiles e exibição de armas, eram acompanhados, na detenção e na tortura, por performances materializadas nos corpos para produzir dor e sofrimento. A tortura, como parte de uma "cerimônia iniciática", ainda continua acontecendo em destacamentos policiais em relação aos jovens e aos militantes, como foi visto nesta pesquisa. Ela atinge as pessoas em todos os traços de sua identidade: retirada de sua roupa e de seus pertences pessoais, e a impossibilidade de ver pelos capuzes (Jelin, 2011). Como diz Calveiro (1998, p.62), "a própria humanidade entra em suspenso"; "o capacete e a consequente perda de visão aumentam a insegurança e a desorientação [...] os torturadores não veem o rosto de sua vítima, castigam corpos sem rosto, castigam subversivos, não homens" e mulheres.

A repressão das mulheres, especificamente, estava dada por sua participação ativa e, indiretamente, por sua relação com o militante, como integrante da família (Jelin, 2011). Mulheres jovens e grávidas pariam em condição de detenção clandestina, e logo depois desapareciam (Jelin, 2002). Mas, para efeito deste trabalho, observo que a prática repressiva contra as mulheres de Caleta Olivia adquire as mesmas características da repressão da ditadura militar: ficaram desaparecidas por horas, foram golpeadas, colocaram-lhes capuzes, tentaram violá-las. Por isso, o retorno do medo. As lembranças horrorosas do passado voltaram caprichosamente. Claro é que essa prática de repressão tem um *modus operandi* sistemático, mesmo em democracia, para gerar medo. Ele permanece vivo: somente muda de roupagem, mas, em essência, continua presente.

Apesar disso, as mulheres piqueteiras patagônicas não se abatem, não claudicam, os enfrentam, continuam, elaborando estratégias de luta. Acredito que a repressão às mulheres gerou maior envolvimento delas.

Todas fuimos víctimas del atropello de gendarmería. Fue durísimo y no hubo exageración cuando se dijo que fue como en el tiempo de los militares, cuando entraron rompieron las puertas y entraron a llevarse las familias enteras. Fue tremendo (silencio y llanto)... Por eso, hay que luchar, seguir, porque tampoco te puedes quedar con tanta impunidad. (Lau)¹⁵⁷

¹⁵⁷ Tradução: "Todas fomos vítimas do atropelo da gendarmería. Foi duríssimo e não houve exageração quando se falou que foi como no tempo dos militares, quando entraram nas casas arrombando portas e levando famílias inteiras. Foi tremendo (silêncio e comoção)... Por isso temos que seguir lutando, porque tampouco te puedes ficar calada ante tanta impunidade" (Lau)

Fuimos golpeadas brutalmente y zapateadas en la cara. Esto demuestra que el gobierno reprime porque no tiene soluciones, ni nada, para ofrecer. (Lau)¹⁵⁸

Nessa luta, há um novo tipo de presença desses corpos que pedem, reclamam, afirmam que seus corpos importam, suas vidas importam e, portanto a luta opera na construção de um novo lugar: o das "mulheres em luta". Como sustentam Harcourt e Escobar (2002, p. 3): "O corpo da mulher é o lugar onde começa sua luta política". Ou utilizando o termo de Segato (2015): o território onde começa sua luta política. Essa luta compreende a luta pela autonomia, pela integralidade, contra a exploração e a opressão. Então, longe de retraírem-se, elas continuam lutando, como será visto no próximo capítulo. A partir daí, como relata Lau:

Teníamos dos luchas: conseguir el trabajo y luchar por las compañeras que estaban presas. Y nos manifestábamos todos los días. Había un acto con todos los carteles de los compañeros presos. Juntábamos rifas, juntábamos comida para ellas y sus familias. Y, bueno, luchábamos por las compañeras. Y cuando dijeron sale tal compañera, todos estábamos afuera esperándolas en la comisaria. Cuando decían sale la otra, todos afuera, porque éramos...Nos sentíamos ya parte de la familia. Así que empezó la lucha de nuevo para trabajar. (Lau)¹⁵⁹

Essas mulheres patagônicas, em particular, vivenciaram sua realidade concreta, ensaiaram e objetivaram sua transformação, assumindo, em seu "para si", os processos de demanda e luta por um trabalho digno. Esse intento caminhou com a intenção de combater a invisibilização das mulheres e desnudar (combatendo), assim, as desigualdades de um capitalismo essencialmente desumano e patriarcal. Trata-se de uma paisagem onde convivem o duro clima patagônico com a resistência, a beleza desértica com a luta da classe trabalhadora. Essas mulheres piqueteiras se inscrevem nesse marco, resultam dele e voltam a ele. Tanto são filhas como construtoras dessa

¹⁵⁸ Tradução: "Fomos golpeadas brutalmente e chutadas no rosto, o que demonstra que o governo reprime porque não tem soluções, nem nada para oferecer". (Lau)

¹⁵⁹ Tradução: "Tínhamos duas lutas: conseguir o trabalho e lutar pelas nossas companheiras que estavam presas. E nós nos manifestávamos todos os dias. Fazíamos atos, cartazes com retratos dos companheiros presos, juntávamos comida para elas y suas famílias, e, bem, lutávamos por nossas companheiras. E quando diziam que tal companheira ia sair, todos íamos no comissariado, porque éramos, nós sentíamos parte de uma família. Assim começou a luta de novo para trabalhar". (Lau)

singularidade patagônica, materializada através da luta e da construção de consciência e solidariedade de classe e gênero.

3.5 O trabalho das mulheres patagônicas como questão social

A partir do desenvolvimento da luta e dos significados atribuídos pelas mulheres a essa luta, é possível encontrar vários eixos de discussões. Por que as mulheres não ingressavam nas empresas petroleiras? Que respostas recebem ante a demanda de postos de trabalho? De que maneira elas resistem? De que maneira a ordem patriarcal as exclui como reserva em determinados âmbitos, como o petroleiro?

3.5.1 Mulher, geração e trabalho: a tensão no acesso ao trabalho no âmbito petroleiro

Para mí, la peor discriminación es la laboral: no conseguimos trabajo y encima por un mismo trabajo siempre cobramos menos. (Lia)¹⁶⁰

Articular as categorias gênero, geração e trabalho com nosso campo empírico possibilita aprofundar o conceito "força de trabalho", reconhecendo, como foi visto nos depoimentos, que o capital reproduz práticas diferenciadas por sexo e por gerações, sendo as mulheres jovens não qualificadas as mais excluídas das relações de produção capitalista, constituindo a reserva para o capital. Entretanto, observamos que, quando se trata do âmbito de trabalho masculinizado, nem sequer as mulheres jovens e adultas são consideradas como reserva. A perspectiva feminista tem explicado como os estereótipos de gênero são, por um lado, o motor da exclusão das mulheres, e, por outro, quando o sistema capitalista o requer, esses mesmos estereótipos convertem-se em atributos que são trasladados para ocupações laborais. Assim, atributos positivos associados às mulheres contribuem para considerá-las adequadas para desenvolver trabalhos relacionados com o cuidado, a saúde, a educação, as tarefas domésticas, as tarefas administrativas, entre outras. E os mesmos atributos as desqualificam para assumir cargos hierárquicos e ocupações de qualificação técnica e profissional. Também há estereótipos sobre uma não

¹⁶⁰ Tradução: "Para mim a pior discriminação é a laboral: não conseguimos trabalho e, além disso, por um mesmo trabalho as mulheres cobramos menos". (Lia)

predisposição da mulher a sindicalizar-se, que promovem sua desqualificação para ocupar cargos dentro dos sindicatos.

Um estudo realizado na feira de ciências sociais de escolas secundárias das quais tenho sido assessora, intitulado "O lugar que a mulher ocupa dentro do âmbito laboral petrolero na cidade de Comodoro Rivadavia. Aproximação a partir da perspectiva de gênero", as estudantes mostraram – através de dados obtidos em entrevistas a consultoras laborais da região, a trabalhadoras e a homens de empresas privadas, além da análise de jornais da cidade durante o ano de 2008¹⁶¹ –, os estereótipos de gênero instalados nas dinâmicas das empresas petroleras da região, que contribuem para a contratação das mulheres para atividades específicas relacionadas com o papel destinado às mulheres, tais como limpeza, administração e telefonia, e escassamente como profissionais de alta qualificação laboral, como engenheiras, bioquímicas e biólogas. Sob argumentos baseados na desigualdade de força física, as consultoras explicam que as empresas petroleras propõem a contratação dos homens em tarefas próprias de "boca de poço, trabalhos de motoristas, eletricitistas, supervisores". Em sua maioria, 80 a 90 %, essas ocupações são masculinas, com a justificativa do clima e do ambiente agressivo que se desenvolvem em algumas bases petroleras. As estudantes explicam: "quanto ao reconhecimento pela prestação de serviços, observamos atos de injustiça na hora de remunerá-las. Com a figura "fora de convenio", não se respeita o principio de igual salário por igual trabalho. As entrevistas também permitem inferir que o pessoal feminino que se encontra trabalhando nas empresas é majoritariamente administrativo e de limpeza, inclusive as empresas não contratam diretamente as empregadas de limpeza, mas outras empresas de prestação de serviços. Nos depoimentos, as mulheres relatam as dificuldades para ascender a um cargo de maior hierarquia, o assédio laboral de tipo sexual e o sentimento de culpa por passar jornadas de mais de 8 horas longe dos filhos. Os resultados da pesquisa em jornais, durante o ano 2008, mostram que as mulheres requeridas nos anúncios de emprego, em geral, eram para cuidado de crianças, de idosos, promotoras, vendedoras e para trabalhar nas "casas

¹⁶¹ Não há dados estatísticos quanto a esse ponto. Haveria necessidade de outra pesquisa e da boa vontade das empresas de proporcionar os dados, o que geralmente não fazem.

noturnas"¹⁶² da região. Quando são anunciados cargos hierárquicos, as empresas privadas especificam, nos anúncios: "se necessita pessoal masculino", ou "se necessita técnico, supervisor ou licenciado em ...". O texto é sempre redigido no masculino. Escassos avisos colocam: "se necessita o/a" (Simons, Silva, Parada, 2008, p. 13).

Os estudos historiográficos e etnográficos de Ciselli (2005) sobre o papel das mulheres na empresa petroleira privada Astra S. A., na região, no período compreendido entre 1917-1962, resgata a vida das mulheres no povoado situado a 20 km de Comodoro Rivadavia, e destaca, considerando a época, que elas dependiam diretamente da ocupação, do salário e da estabilidade dos esposos. Geralmente, as esposas do pessoal hierárquico, dos profissionais contratados e dos empregados, na empresa (aproximadamente 3% da população), realizavam tarefas domésticas, e, em alguns casos, foram liberadas de grande parte dele para se ocupar com o serviço doméstico. As poucas que trabalharam fora do âmbito doméstico, o fizeram como docentes, e, geralmente, trabalhavam em lugares próximos a suas moradias. Entre 1917 e 1945, as mulheres ingressaram sob três categorias ocupacionais na empresa: cozinheiras e mucamas, tarefas domésticas, sob a forma de "ajudantes dos esposos" e como "matrimônio contratado". A partir de 1946. Houve mudança no *status* ocupacional das mulheres, que começaram a ingressar em trabalhos anteriormente reservados para os homens, como empregadas de escritório, auxiliares de contabilidade ou telefonistas. As mudanças socioculturais e político-econômicas promoveram, para as mulheres, novas oportunidades em velhas profissões (Ciselli, 2005).

Quer dizer, com estes estudos, observa-se que os padrões de discriminação de gênero se repetem. O estudo etnográfico de Ciselli (2005), entre os poucos que existem no Golfo San Jorge, nos permite observar que as atividades femininas, na Patagônia, têm sido universalmente simbolizadas como de menos importância que as masculinas, como indica a maioria dos estudos sobre a temática gênero e trabalho. Como vimos, o arraigo na Patagônia estava regida pela prioridade da conformação das famílias, especialmente as *famílias ypefeanas*. Para isto as políticas empresariais

¹⁶² Esse tipo de anúncio foi proibido, mediante determinação municipal.

apontaram a consolidar um sistema sexualmente hierarquizado em que as mulheres ficaram restringidas à reprodução da força de trabalho¹⁶³.

Em 2004, em pleno conflito com as trabalhadoras desempregadas, Biagioli especialista em medicina laboral da REPSOL/YPF, publicava um artigo, nas Jornadas sobre gênero e trabalho nas empresas petroleiras na região, e dizia:

Os 19% do pessoal que trabalha em Repsol YPF na unidade de negócios área sul são mulheres. 14% delas realiza suas tarefas em atividades como administração, contratações, informática, recursos humanos e 5% são empregadas que realizam trabalhos no campo, como as geólogas, geofísicas, engenheiras de produção, em meio ambiente e em logística. Porém, na operação propriamente dita, onde o pessoal das empresas de serviços contratados são aproximadamente 7500 operários, apenas 1% desse pessoal são mulheres e essa cifra se repete nas demais operadoras da região. Sua distribuição no campo ou na operação é majoritariamente de profissionais e técnicas, uma minoria é operativas e sua idade média varia entre os vinte cinco e trinta e cinco. (Biagioli, 2004, p. 1)

Apesar das mudanças laborais e um maior acesso à educação, o mundo petroleiro continua sendo dirigido por homens, e as poucas mulheres que conseguem nele ingressar são aquelas que realizam trabalhos associados ao padrão feminino. Poucas são as mulheres profissionais. Biagioli (2004) explica que elas ocupam postos de hierarquia inferior, recebem menor remuneração e há, inclusive, casos de mulheres profissionais que são discriminadas no trabalho. Isso quer dizer, que as mulheres deste estudo, não qualificadas, meninas quando ocorreu a privatização da YPF, vivendo num contexto violento e de falta de oportunidades socioeducativas e formativas para as camadas mais pobres, ficam excluídas de toda possibilidade de ingresso laboral na região. Como foi visto, a reestruturação produtiva mostrou sua pior cara no sul patagônico, onde os jovens e, especificamente, as mulheres jovens, foram os mais excluídos do mercado laboral. Um estudo realizado pela equipe de investigação da UNPA UACO, entre 1996 e 2000, com jovens de Caleta Olivia, entre 15 e 24 anos, mostrou altos índices de desemprego de jovens a partir de 1996 (Ver Tabela I, p. 286). Nesse contexto, não havia condições para o ingresso no trabalho, mas sim um espaço que a autora chama de "desalento

¹⁶³ As mulheres, tal como explica Crespo (2005), apareciam na cena pública os 13 de dezembro, dia da comemoração da descoberta do petróleo, com a eleição das rainhas do petróleo. Nesse ritual, reforça-se ano trás ano o ideal feminino de mulheres delicadas e frágeis.

laboral", atitude de suspender a busca de emprego por considerar que não existem possibilidades de encontrá-lo (D'Amelio et al, 2001). As novas formas de contratação requerem uma especificidade de mão de obra na qual as mulheres têm mais dificuldades em geral de inserir-se que os homens. Esses dados revelam a razão de tantos jovens e mulheres de Caleta Olivia, ficarem nas estradas reclamando trabalho.

4 MUDANÇAS NO COTIDIANO DAS MULHERES

Para os olhos patagônicos, eminentemente marcados por uma forte ideologia patriarcal, a presença das mulheres nas ruas, durante as passeatas, nos bloqueios de estradas e nas tomadas da TERMAP redescobre uma dobradiça de ruptura dessas mulheres com os mandatos de gênero e de classe. O político, entendido como atividade humana no sentido amplo dado por Arendt (2001), mas também como o mecanismo de conquista do poder, têm sido mal interpretado como um espaço ao qual as mulheres não querem ter acesso. A incursão das mulheres na política tem várias dimensões que abordarei: 1) a saída à esfera pública; 2) as particularidades da participação feminina; e 3) as singularidades da presença delas nos movimentos sociais.

Como já explicitiei, a subordinação da mulher se apoia na divisão sexual do trabalho, que institui uma diferenciação, de maneira arbitrária, das atividades dos homens e das mulheres, sob a base da hierarquização e valorização social das atividades desenvolvidas pelos homens, em detrimento das realizadas pelas mulheres. Arendt (2008) explica que, desde a Grécia antiga, as mulheres ficaram reclusas à esfera doméstica/privada, relacionada ao reino das necessidades, da manutenção da vida, enquanto os homens ficavam dedicados à esfera das atividades políticas – a *polis*, o espaço público onde reinavam a liberdade e a democracia, ao qual as mulheres não tinham acesso. O público se desenvolveu a expensas da esfera privada e familiar, cujo domínio era do *paterfamilia*. Era-se desigual na família, mas não na *polis*. Nas sociedades modernas, fundadas sob o pensamento político liberal, as atividades políticas ganham dimensões de interesse social. Novos significados são atribuídos ao privado e ao público. Nessas mudanças, se redefine e se consolida o princípio político que estabelece certas atividades especificamente para o espaço público e outras para o espaço privado, ressaltando-se, sobretudo, a liberdade individual ancorada na propriedade (Costa, 1998). Os pensadores liberais, apoiados nas teorias da natureza, afirmavam a propensão natural da mulher à desordem e sua incapacidade de controlar suas paixões e de desenvolver a moralidade requerida pela sociedade civil. Pateman (1993) mostra como essas ideias se plasmaram no pacto patriarcal que estava por trás do contrato social, obra prima de análise de Rousseau, difundido por toda

Europa durante as guerras napoleônicas e trasladado à América Latina através do processo de colonização. São ideias que inspiraram os fundamentos da ordem nos códigos civis e nas leis, na conformação dos estados latino-americanos. Para poder viver em sociedade e garantir a ordem, as mulheres foram obrigadas à submissão às decisões dos homens, na medida em que eles "portariam a razão" e o discernimento para responder à nova sociedade política que se estava gestando. Assim, a segregação dos sexos em distintos espaços é o fundamento para prevenir a desordem social. Os homens necessitavam, para realizar a política, de um espaço diferenciado do do feminino, o que lhes permitiria distanciamento da influência negativa da subversão das mulheres (Pateman, 1993). Porém a distinção entre o privado e o público tem sido objeto de profundos debates entre feministas. Com o lema "o privado é político", as feministas buscaram mostrar que a estrutura do privado está regida por um imperativo político que coloca os homens em posição de dominantes e as mulheres em posição de submetidas, com base na posição do *pater*. O espaço doméstico, indevidamente assimilado como privado, responde a relações de poder. Sobre essa divisão se constroem discursos de gênero, em que se atribuem determinados traços à masculinidade e à feminidade. Assim, a construção da masculinidade se centra no eixo do trabalho como elemento que a configura. O homem é definido como o provedor, ganhador do pão e responsável pelo sustento econômico da família, enquanto o feminino se constrói, como vimos, a partir da capacidade reprodutiva e da maternidade das mulheres, negando-se-lhes toda identidade trabalhadora, apesar da trajetória laboral que sempre tiveram as mulheres operárias. Nessa discussão sobre o público e o privado, teóricas feministas (Britto da Motta, 1999; Costa, 1998), às quais me filio neste estudo, insistem numa perspectiva de interdependência entre as duas esferas.

As contribuições das feministas têm sido fundamentais para se entender a construção cultural das diferenças sexuais e como elas têm sido traduzidas, ao longo dos tempos, como discursos e práticas de desigualdades, que adquirem diferentes performances, segundo o tempo histórico e o espaço. A característica decisiva da sociedade de classes a esse respeito é uma tendência geral a naturalizar as desigualdades sociais (de classe, de gênero, geração ou raciais)

Em relação aos estudos sobre a mulher e o poder, o não poder das mulheres foi central nas discussões teóricas. Araújo (2001, p. 46) explica que os estudos sobre as mulheres e a política, dentro das ciências sociais, estiveram atravessados, nas décadas de 1950 e 1960, por uma visão tradicional, sob uma interpretação que "... considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas do que os homens na participação política", com a hipótese da "apatia feminina". Na década de 1970, com o surgimento do feminismo radical, ocorreu uma alteração importante nos estudos da área. As feministas, ao questionarem as posturas anteriores, ampliaram o conceito de participação, com o fim de demonstrar que as mulheres não participavam menos do que os homens, mas o faziam de maneira diferenciada. A partir desse período, deslocou-se o eixo de análise, antes centrado na política eleitoral e (ou) na esfera institucional, em direção a um universo mais amplo de atividades políticas e da cultura política: as associações comunitárias, as organizações voluntárias, os grupos de protesto, os movimentos sociais. As agendas contemplavam os estudos sobre os movimentos feministas, os debates sobre a natureza da ação política, a constituição das identidades políticas e sua relação com as esferas de poder, e ainda as estratégias políticas para ampliar a inserção das mulheres nas áreas institucionais.

A despeito dos avanços na participação das mulheres na esfera pública e das mudanças legais, sociais, culturais e tecnológicas que produziram maior igualdade entre os gêneros, os dados mostram que as mulheres permanecem ainda afastadas dos lugares decisivos de poder político. Para Jelin (1999, p. 10), existe, em nossos estudos, a necessidade imperiosa "de integrar o social, o cultural, o econômico e o discursivo, conectando a teoria da justiça cultural com a justiça distributiva". Apoiando-se nos estudos de Nancy Fraser (1997), Jelin (1999) argumenta que todas as práticas, ainda as "culturais mais discursivas", têm uma dimensão político-econômica constitutiva, irreduzível, enquanto estão atadas a bases materiais. "Se entrelaçam e reforçam mutuamente de maneira dialética", o que nos obriga a não dissociar a "ordem simbólica da economia política", mas procurar modelos alternativos que articulem o estudo da significação das instituições e as estruturas sociais. Nesse sentido, afilio-me a essa autora, e, como já expliquei, a categoria experiência é fundamental na articulação desses diferentes planos.

Entre as autoras feministas que tratam das ações das mulheres na política, María Luisa Tarrés (1989) questiona as concepções cujos argumentos, utilizados para explicar as ações das mulheres, se baseiam no papel maternal das mulheres nos movimentos sociais, ou em entender que elas só se mobilizam em momentos qualificados como “críticos”, consolidando a postura da divisão das ações das mulheres em relação às necessidades práticas (movimentos pela sobrevivência) e estratégicas (movimentos pelas reivindicações de gênero). Para essas autoras (Tarrés 1989, Conger Lind, 1994, Lamas, 1994), com as quais concordo, esses estudos fecham as discussões e não permitem explicar "o grau de compromisso com que elas [as mulheres] se manifestam sobre certos temas e reivindicações e nem o seu alto nível de organização quando atuam em política." (Tarrés, 1989, p.206)¹⁶⁴. Por essa razão, neste capítulo, não vou desenvolver essa linha de pensamento nem debate, mas vou me centrar na análise sobre como as mulheres constroem a subjetividade, quer dizer, como elas criticam o mundo no qual vivem, como confrontam e negociam o poder e sobre que princípios elas constroem a organização. Em última instância, como elas politizam a identidade de gênero.

4.1 Das painéis às tomadas: a conquista do público.

Com a reestruturação produtiva, homens e mulheres não tinham mais como sustentar as situações de total desamparo em que suas famílias se encontravam transitando. O desemprego atingiu os homens, mas, sobretudo, as mulheres e os jovens, como foi visto. Porém, diante dessa situação, homens e mulheres, seguindo os relatos das entrevistas, não agem da mesma maneira: os homens “se deprimem”, “sentem vergonha de sair e pedir ajuda”, se sentem “mendigos”: as mulheres não: “saímos, como pudermos, por eles e por nossos filhos”. Homens e mulheres patagônicos vivenciam a década de 1990 como um processo de total degradação do ser humano. Como diz Fernandes (2010), sentimentos de impotência, de humilhação e de angústia são recorrentes

¹⁶⁴Tarrés (1989) sustenta que as mulheres que se mobilizam no sistema político geralmente têm experiência prévia de participar de organizações sociais e culturais (comunidade, escola dos filhos, organizações voluntárias etc.).

nesses períodos de desestruturação da vida. Os homens, que até então tinham sido os provedores de suas famílias, deixam de sê-lo; são as mulheres que deverão sair a procurar trabalho, e trabalhar, ainda que seja nas maiores condições de precarização, convertendo-se, em muitas oportunidades, em chefas de família.¹⁶⁵ Vivencia-se, assim, um tempo de grandes mudanças na distribuição dos papéis sexuais dentro das famílias. A maioria dos maridos, como explicam os estudos de De Virgilio et al. (2000), apresentam resistência a aceitar as novas relações dentro da família. É importante lembrar que, no capítulo II, foi explicada a bonança vivida nos territórios patagônicos sob o modelo fordista-taylorista de produção, até o processo de instauração neoliberal na região. Os efeitos devastadores da reestruturação foram entendidos e se impuseram como experiências de perdas, estruturalmente dessubjetivantes, de fragmentação e alienação.

Na procura de trabalho e não o encontrando, muitas mulheres da cidade de Caleta Olivia, e também de outras cidades do enclave petrolífero, preferentemente das camadas médias e populares, interessaram-se pelas convocatórias feitas pelos grupos de desempregados e desempregadas que vinham se manifestando desde 1994 e que já tinham logrado algumas conquistas. São grupos que, articulados com outros e especialmente vinculados ao *Polo Obrero*, convocam-nas a participar das reuniões, assembleias e passeatas, a conformar as listas de desempregados e desempregadas, a participar dos piquetes e, por último, a participar das tomadas da TERMAP. As convocatórias eram feitas através dos rádios locais, especialmente a radio LU21, mas, sobretudo, do conhecido sistema de boca a boca, apoiado na retórica das conquistas alcançadas. De fato, era assim: os desempregados e desempregadas tinham conseguido "arrancar" do governo,

¹⁶⁵ De Virgilio et al. (2000, p. 43) investigam, no final dos anos de 1990 (1998), as trajetórias laborais das mulheres durante o ajuste, articulando as suas percepções com os itinerários laborais, que tipificam como: a) itinerários laborais contínuos nos últimos anos; b) itinerários laborais descontínuos nos últimos anos; c) recentemente incorporadas ou reincorporadas ao mercado de trabalho. Uma das conclusões mostra que "as mulheres de setores populares expressam uma preocupação próxima ao desespero [...] Diferentemente das mulheres com trajetórias laborais contínuas, sua condição de trabalhadoras intermitentes as coloca em situação de desvantagem para conseguir trabalho, num contexto de redução da demanda laboral. Para elas, é mais difícil também estabelecer arranjos domésticos necessários para sair ao mundo laboral. As mulheres que retomaram ou se incorporaram ao mercado de trabalho nos últimos cinco anos o fizeram a partir da repercussão da crise laboral. Podem ser consideradas como o caso testemunha do ajuste econômico e a partir do desemprego se viram lançadas ao mercado laboral"

embora não seja o trabalho nas operadoras petroleiras, mas trabalho em empresas de serviços petrolíferos, empresas da construção, na pesca, e na Fundação Olivia¹⁶⁶, afastando-se, assim, das contradições que provocavam, para o grupo, a aceitação dos programas sociais.

Os relatos apresentados a seguir mostram as características de algumas aproximações ao movimento adotadas pelas mulheres.

De ahí viene mi hermano y me dice: mirá va a haber un piquete para conseguir trabajo, para ver si se puede conseguir en el petróleo, que se yo. Y él me decía de avisarle a algún varón que yo conozca. Yo le digo no, no conozco nadie, voy yo. No, me dice, pero no es para mujeres. Bueno, igual le digo, yo voy y si ahí consigo trabajo, mejor. Bueno de ahí llame a mi hermana, que es más chica también. Manuela, en ese tiempo, tenía 18 años. Después, justo esa noche, yo caigo en la casa de mi cuñada, y le digo. Mi cuñada igual estaba sin trabajo, ella estaba pasando peor que yo, porque no tenía trabajo, nada. Y bueno, le digo, mira: hay un piquete, si quieres vamos, nos fijamos como hacemos, nos turnamos. Y bueno, de ahí salieron, salió ella, yo, mi hermana. (Jessi)¹⁶⁷

... a mí me llama una amiga que vayamos al sindicato petrolero, porque yo estaba sin trabajo. Mi marido estaba desocupado. Me iban a cortar la luz, el gas, y todo lo que yo debía... Después, vino mi hermana. Y, gracias a mi hermana, porque a veces a mi hermana no le hago caso, pero ese día sí, y mi hermana me dice: "vamos, están reclamando trabajo, vamos, vamos a cortar la ruta". Y yo digo: como lo voy a hacer? Yo trabajaba en cuatro casas, de empleada domestica. En una dormía todas las noches. Estuve dos años sin dormir acá en mi casa, para ganar 20 pesos por noche; en ese año, ahora, pagan 200. Así, que pasaba fuera de mi casa, trabajaba de noche en una casa, trabajaba de día en una disco, en la tarde limpiaba, la otra tarde planchaba en otra casa, a veces llegaba así cansada acá, pero yo lo hacía... Yo fui con mi hermana, mi sobrina y una de mis hijas; si, todas fuimos. Pero yo no sé cómo entré, porque soy una cobarde de aquellas. Y lo único que sé que de repente me encontré adentro de la planta, cómo lo hice no sé, porque yo tengo miedo. (Enrica)¹⁶⁸

¹⁶⁶ Como foi visto, em fevereiro de 2004 se cria a Fundação Olivia, sob a órbita do Estado de Santa Cruz, nascida de acordos entre as empresas e o estado provincial para dar resposta à luta de desempregados, as lutas de 2002 e 2003.

¹⁶⁷ Tradução: "Dai, vem meu irmão e me diz: olhe, vai haver um piquete para conseguir trabalho, para ver se pode conseguir no petróleo, sei lá. E ele me dizia para avisar a algum homem que eu conheça. Eu digo: não, não conheço ninguém, vou eu. Não, me diz ele, mas não é para mulheres. Bom, igualmente eu vou, lhe digo, e se consigo trabalho, melhor. Bom, dai chamei a minha irmã, que é mais nova, Manuela que, nessa época, tinha 18 anos. Depois, justamente nessa noite, cheguei na casa de minha cunhada e lhe disse. Minha cunhada também estava sem trabalho, ela estava pior que eu, porque não tinha trabalho, nada. Bem, eu lhe disse, há um piquete, se quiser, vamos. Veremos como podemos fazer para nos substituir. Bem, dai saímos para o piquete, saiu ela, eu, minha irmã." (Jessi)

¹⁶⁸ Tradução: "Chama-me uma amiga para irmos ao sindicato petrolífero, por que eu estava sem trabalho. Meu marido estava desempregado também. Iam cortar a luz, o gás, e tudo o que eu devia... Depois, veio minha irmã, e, graças à minha irmã, fui, porque, às vezes, não faço caso

...yo me acuerdo que una amiga me llama y me dice: están anotando para trabajar en la muni. Yo vivía acá, entre cuatro paredes, jamás, yo miraba tele, y decía: Uh!!! estos vagos no quieren laburar los piqueteros, viste, la típica. Y yo le dije a mi amiga vamos por ahí enganchamos trabajo. Y llegamos y había una chica anotando, siempre me acuerdo. Así que, imagínate, éramos alrededor de 300 personas afuera de la municipalidad, entre hombres y mujeres, más mujeres que hombres. Y yo cuando fui, ya ellas de la plaza habían hecho todo ese trayecto hasta la muni, me anote, y le digo, cuando vuelvo, y me dicen, no, hay que quedarse, y adonde, cómo hay que quedarse (risas). Claro, yo nunca, jamás de mi casa había salido, 22 años acá adentro, claro yo la tenía a ella, a mi hijo más grande, y a mi nenita no más, a los tres. Y yo digo cómo...Y dice porque acá nos tenemos que quedar hasta que nos den una respuesta, los que están entran, los que se van no, es una lucha. Claro, es una lucha. Llegué a mi casa, y le digo yo me quedo, dónde te quedas, afuera de la muni. Claro, dije es una noche, mañana entramos todos a trabajar. Sentadas en el paredón, viste, ahí amanecemos. Al otro día era lo mismo, ya al tercer día tuve que venir a buscar ropa, una carpa... Al cuarto día un colchón, al quinto día ya teníamos de todo, viste, hasta luz afuera, radio, de todo, equipados. Ya teníamos los cajones llenos de mercadería, se hacía asado en una punta, la chorceada en otro lado, y vamos (risas), y todos en la municipalidad rodeándola. Yo estaba con mi esposo y mi hijo. (Lau)¹⁶⁹

Entre as mulheres entrevistadas, ocorreram processos distintos de aproximação à luta. Jessi, Enrica e Lau, até então, não haviam tido contato

de minha irmã, mas esse dia sim, e minha irmã me disse: Vamos, que estão reclamando trabalho, vamos bloquear a estrada. E eu disse: como vou fazer? Eu trabalhava em quatro casas de empregada doméstica. Em uma dormia todas as noites. Fiquei dois anos sem dormir em casa para ganhar 20 pesos por noite; neste ano, agora, pagam 200. Assim, passava fora de minha casa, trabalhava de noite em uma casa, trabalhava de dia numa discoteca e, de tarde, limpava, as outras tardes passava roupa em outra casa. As vezes chegava assim cansada mas o fazia. Eu fui com minha irmã, minha sobrinha e uma de minhas filhas, todas fomos. Mas eu não sei como entrei, por que sou uma covarde daquelas. E a única coisa que sei é que é que de repente eu me encontrei dentro da Planta, como fiz, não sei, porque eu tenho medo.” (Enrica)

¹⁶⁹ Tradução: “... eu me lembro que uma amiga me chamou e me disse: estão inscrevendo para trabalhar na prefeitura. Eu vivia aqui, entre quatro paredes, jamais assistia a TV e dizia: Uh!!! Esses vagabundos não querem trabalhar, os piqueteiros. E eu disse à minha amiga: vamos ver se pegamos trabalho. E chegamos, havia uma moça inscrevendo, sempre me lembro. Assim que, imagine, éramos em torno de 300 pessoas fora da prefeitura, entre homens e mulheres, mais mulheres que homens. E eu, quando fui, elas, da praça, já tinham feito todo esse trajeto até a prefeitura. Me inscrevi e disse: quando volto? E me dizem, não, tem de ficar. E como tem de ficar aqui? (risos). Claro, eu nunca, jamais tinha saído de minha casa, 22 anos aqui dentro, claro eu já tinha ela, meu filho mais velho e a minha caçula, os três. E eu digo como...E disse que aqui temos que ficar até que nos deem uma resposta, os que estão ingressam, os que se vão não, isto é uma luta. Claro, é uma luta. Cheguei em minha casa e lhe disse [ao marido] eu fico. Mas onde vai ficar? Fora da Prefeitura. Claro, eu pensei e disse, é só uma noite, amanhã começamos todos a trabalhar. Sentadas no muro, vii, aí amanhecemos. No outro dia, foi a mesma coisa, já no terceiro dia, teve de voltar para buscar roupa, uma barraca... No quarto dia, um colchão, no quinto, já tínhamos tudo, vii, até luz, radio, tudo, equipados. Já tínhamos caixões cheios de mercadoria, se fazia um assado num lado, no outro uma linguiçada, e vamos para frente (risos), e todos, na prefeitura, rodeando-a. Eu estava com meu marido e meu filho. (Lau)

com o mundo político. Explicam: "éramos mulheres comuns", que "só queríamos trabalhar e víamos que, nas primeiras lutas, as mulheres ingressaram em empresas de serviços". Jessi foi ao piquete com sua cunhada e sua irmã, logo após de ser avisada pelo irmão, que lhe disse não ser um trabalho para mulheres. Lau, durante 20 anos, tinha sido dona de casa e olhava de longe os protestos, com olhar preconceituoso. Decidiu ir com uma amiga e lá ficou, quando soube que, para conseguir trabalho, tinha de permanecer ali e lutar. Com o tempo, converteu-se em uma das porta-vozes. Enrica foi com a irmã, começou a participar e logo se encontrou participando da tomada. E, do mesmo modo, grande parte das mulheres que participaram dos protestos de Caleta Olivia, chegava pela primeira vez ao mundo da participação política, sendo a necessidade da sobrevivência da família, diante do desemprego, o motivo que as impulsionou a somar-se ao movimento de trabalhadores desempregados (Díaz, 2005; Svampa; Pereyra, 2003). Os trabalhos de serviço doméstico, limpeza de escritórios, PRENOS, bolsas de comida,¹⁷⁰ não eram suficientes para pagar as contas, como elas manifestam.

Somar-se à luta foi, assim, uma estratégia de sobrevivência, valorizada e, ao mesmo tempo, temida. Aproximaram-se com seus medos, suas esperanças, com seus filhos, seus companheiros, suas irmãs, apesar dos obstáculos que muitas vezes encontraram nas famílias, sobretudo nos primeiros momentos, que as desmotivavam para continuar, seguir, como foi visto no relato de Jessi quando seu irmão diz que o piquete era para homens, ou quando o pai queria tirá-la dali:

Mi papá iba y nos iba a querer sacar de ahí, nadie quería que estemos ahí.¹⁷¹

Bueno, ahí fui yo, y, esa vez, estaba Norma, y yo me hubiera quedado con Norma cuando estaban allá en la ruta, pero él me sacó de ahí. El era machista [se refiere ao marido]. Después aceptó, la segunda vez que fui. (Enrica)¹⁷²

¹⁷⁰ É um tipo de assistência social municipal, que consiste na entrega de cestas básicas (leite, macarrão, arroz), quando nas famílias existem crianças menores de seis anos.

¹⁷¹ Tradução: Meu pai ia e nos queria tirar dali, ninguém queria que ficássemos ali.

¹⁷² Tradução: "Bom, ai fui eu, e essa vez estava Norma, e eu fiquei com Norma quando estavam lá na estrada, mas ele me tirou daí. Ele era machista [refere-se ao marido], depois ele concordou, na segunda em que eu fui." (Enrica)

Os relatos transcritos dão conta de que a maioria das mulheres, integrantes das bases, não tinha tido uma trajetória política prévia ao ingresso na luta, pois expressavam um desconhecimento sobre o que o movimento demandaria delas, ao se incorporarem em suas fileiras. Porém se observa que essa passagem, para as mulheres, é prazerosa e cheia de novidades. Pelos relatos, verifica-se que a composição não era homogênea, pois algumas já tinham um caminho político dentro de um partido, como no caso de Norma, Lia e suas filhas; outras provinham do campo sindical, como no caso de Elsa; e outras nunca tinham participado de atividades políticas, como Lau, Enrica, Jessi, Sara e Rosa.

A seguir, continuo expondo algumas formas de aproximação do movimento, relatadas por mulheres que já tinham experiência de luta no momento em que ocorreu a tomada de 2004.

Quando sos parte de la sociedad, no podes quedarte al margen. Es como que te quieren obligar a encerrarte en tu casa, y si te tienes que morir de hambre, muere, y si tu hijo está enfermo, que se muera, que se yo. No podes ir a pelear. Yo nunca tuve obra social en todos lugares donde he trabajado, jamás. Siempre trabajamos en negro. En las negociaciones te ofrecen muchas cosas para que abandones a tus compañeros...Y él no doblegarte y seguir adelante. Bueno, hizo toda la persecución que tengo hoy por hoy. (Marcela)¹⁷³

E sobre sua experiência em Barilari, nas condições de trabalho que se desenvolvia, Elsa explica:

Y cuando empiezas a ver estas cosas, empieza la reacción. Y empiezas a decir cómo hacemos para cambiar esto. Y fui hablando con los compañeros... Fui siendo compañera ... Y lamentablemente me hice conocida. Terminé siendo la delegada gremial. En dos o tres años, habíamos logrado muchos cambios, ahí dentro. (Elsa)¹⁷⁴

¹⁷³ Tradução: “Quando você é parte da sociedade, não pode ficar à margem. É como se querem obriga-la a ficar fechada em sua casa, e, se você tiver de morrer de fome, que morra, e se seu filho está doente, que morra. Você não pode ir lutar. Eu nunca tive plano social nos lugares em que trabalhei, jamais. Sempre trabalhamos sem nada. Nas negociações, lhe oferecem muitas coisas para que abandone seus companheiros, e desista de seguir em frente. Se você não se submete [lhe perseguem]. Bem, essa é a perseguição que tenho hoje.” (Marcela)

¹⁷⁴ Tradução: “E quando começa a ver todas essas coisas, começa a reação. E começa a dizer: como fazemos para mudar isto. E fui falando com os companheiros... Fui sendo companheira, e lamentavelmente me tornei conhecida. Terminei sendo a delegada sindical. Em dois ou três anos, tínhamos conseguido muitas mudanças.” (Elsa)

O conteúdo dos relatos, tanto de Elsa como de Marcela, associam a luta a uma transformação das estruturas de poder, a querer a mudança e, indefectivelmente, isso as leva à luta. Realizam uma crítica tanto ao Estado, que qualificam como "não garante", perseguindo os que se opõem à ordem vigente, assim como às empresas, que qualificam como saqueadoras. Marcela começou, desde adolescente, a transitar no espaço político junto com a mãe e os irmãos e irmãs. Como foi visto, o relato de Norma a mostra junto com seus filhos na posse do prefeito e demandando ao governador ajuda econômica em 1991. Suas filhas foram as que construíram o cartaz referido às necessidades das mães solteiras, quando, ainda não se vislumbrava o contexto devastador da reestruturação produtiva sobre as mulheres. Segundo Norma, foram suas filhas, entre elas Marcela, as que a incentivaram na luta pela demanda de trabalho para as mulheres.

Fuimos donde realmente sabíamos que podíamos encontrar trabajo, a las petroleras. El intendente nos decía que no había plata en la municipalidad, pero nosotros sabíamos, porque nos llegaba información de que las empresas ganaban 8.000.000 de dólares por día, que salen del suelo de Caleta [...] Cuando haces un reclamo, chocas contra el Estado, porque el Estado no nos da nada, no nos garantiza nada, al contrario. (Marcela)¹⁷⁵

Esses relatos também expressam que elas tinham dados concretos dos ganhos das empresas, informações concretas sobre a realidade, que colocavam em jogo nos protestos, e, na hora de comunicá-las ao público, eram contundentes. Elsa, Marcela e Selva formavam uma vanguarda, dentro do grupo das mulheres, que puxaria o resto do grupo.

É oportuno destacar que, nas entrevistas, as mulheres distinguem as politizadas e as não politizadas. Ter-se-ia, aqui, uma classificação que, fazendo alusão à aproximação com o mundo político¹⁷⁶, recupera as trajetórias de luta que algumas delas já tinham e que foram construídas ao longo das lutas. Essas seriam as politizadas. Aparentemente, as não politizadas seriam aquelas

¹⁷⁵ Tradução: "Fomos onde realmente sabíamos que podíamos encontrar trabalho, nas petroleiras. O prefeito nos dizia que não havia dinheiro na prefeitura, mas nós sabíamos, porque nos chegava a informação de que as empresas ganhavam 8.000.000 de dólares por dia, que saem do solo de Caleta [...] Quando você faz um protesto, se confronta contra o Estado, porque o Estado não nos dá nada, não nos garante nada, ao contrario." (Marcela)

¹⁷⁶ Entendo política, também, como uma trama de relações de poder e, ao mesmo tempo, como uma dimensão básica das práticas sociais (Vincent, 2002, apud Grimberg, 2009).

que se aproximavam pela primeira vez e permaneciam. A partir de minha leitura, todas constroem o político, mas em diferentes níveis de aproximação. Como fenômeno, o movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas converteu-se numa grande oportunidade da saída das mulheres para a participação política. Ao politizar as diferenças de gênero e sua reprodução no capitalismo, as mulheres desvelam as relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre elas. Esclarecer os enunciados do discurso de gênero permite, por outro lado, identificar os mecanismos de funcionamento das relações de poder no âmbito do trabalho.

Continuo transcrevendo o relato de Elsa no momento em que conhece Marcela na praça. Aparentemente, Elsa já era conhecida como liderança, e o encontro com Marcela é, também, o reencontro com a mãe dela. É significativo analisar como elas se vão conhecendo umas às outras, experimentando futuras alianças e construindo esse "nós", como a figura da mãe de Marcela (lutadora, alegre, "uma grande mulher") é internalizada por Elsa e como ela resgata a experiência transmitida por Norma a Marcela.

Y me dice ella es Marcela, trabaja en los PRENOS y le digo: Hola, como te va? Ah, me dice, vos sos Elsa. Sí, le digo, vos quien sos? Te conozco de vista, me dice, pero mi mama te conoce. Le pregunto: Quién es tu mama? Es N me dice. Es una luchadora, una gran mujer. Nos reímos tanto con ella!, te da un gusto tener compañeras así y trabajar con ellas. Ahí yo recién me di cuenta, porque yo sabía que N tenía muchos hijos, porque ella me había comentado, pero no las asociaba. Le digo: es una gran mujer, tu madre. Le digo, Marcela, ustedes tienen que pelear la planta permanente. Ustedes todas tienen que tomar intervención. Y eso vamos a hacer, dijo. Ya Marcela, tiene diferencia con las otras compañeras. Ya se ve que Marcela tiene una militancia política, que aprendió con la mamá desde chiquita, allá en la ruta. Y hay grandes diferencias con las otras. (Elsa)¹⁷⁷

Para entender esses processos, a noção de "experiências antecedentes", trabalhada por Freytes e Cross (2007) como vinculação

¹⁷⁷ Tradução: "E me diz, ela é Marcela, trabalha nos PRENOS, e lhe digo: Olá, como vai?, Ah, me disse, você é Elsa. Sim, digo, você quem é? Conheço-a de vista, me diz, mas minha mãe conhece você. Eu pergunto: quem é sua mãe? É N, me diz. Ah!! É uma lutadora, uma grande mulher. Nós rimos tanto com ela, dá um prazer enorme ter companheiras assim e trabalhar com elas. Ai eu compreendo, eu sabia que Norma tinha muitos filhos, porque ela tinha contado. Digo-lhe que é uma grande mulher, sua mãe. Digo-lhe, Marcela, você tem que lutar pela planta permanente. Todas vocês têm de intervir. E isso vamos fazer, diz. Marcela é diferente das outras companheiras, já se vê que Marcela tem uma militância política, que aprendeu com a mãe desde menina, lá na estrada. E existem grandes diferenças em relação às outras." (Elsa)

histórica da conformação do movimento a partir das trajetórias de suas lideranças (suas experiências prévias) e dos “formatos organizativos” ajuda a entender o processo de construção de identidades. No caso das mulheres de Caleta Oliva, resgato as vivências de Elsa, quando explica que aparecem, em sua moradia, líderes dos desempregados pedindo-lhe que compartilhe sua experiência em Barilari (empresa frigorífica de pescado, onde ela tinha sido delegada) com um grupo de “mulheres dos PRENOS”, que queriam reclamar o passe à Prefeitura e não sabiam como fazer. A partir daí, começa a relação estreita de assessoria de Elsa ao grupo, até que se soma a ele, e se converte em uma de suas porta-vozes. É importante destacar essas articulações que dão conta da construção dos processos políticos¹⁷⁸, de como as lideranças são formadoras de novos sujeitos políticos, ao transmitir sua experiência, e de como se vai construindo o grupo. Um olhar naturalizante as apresentaria como uma rebelião espontânea e desorganizada de mulheres irracionais. Porém não é assim; pelo contrario, há um objetivo traçado e uma organização que se vai construindo.

Parece importante trazer, apesar de extenso, o relato de Elsa, que mostra o mal-estar das mulheres no momento em que um grupo de porta-vozes femininas, “cedem ante a sedução e as promessas” dos governantes durante a negociação.

Bueno entramos un grupo, que no estaba todavía bien definido, una era yo. Nos atendió Cotillo [o prefeito] y decía: “No, porque chicas, ustedes tienen que entender”. Así que, las chicas empezaron, mujeres sin personalidad, decían no, porque yo en mi casa no tengo, y él decía, pero yo te doy si no tienes. Así con todas las compañeras voceras. [...] Y le digo, acá venimos con un planteo, y ahí cambió la situación. Es más la expresión de sus caras me dio a entender que listo, cambió.[...] (Elsa)¹⁷⁹

¹⁷⁸ Dentro da categoria “experiências antecedentes”, as autoras (Freytes e Cross, 2007) trazem como exemplos a experiência sindical compartilhada tanto pelo CCC como pela FTV, cujos dirigentes participaram das tomadas de terras em meados dos anos 80. No caso do *Polo Obrero* sua experiência antecedente é o *Partido Obrero*. O *Polo Obrero*, que surge como um movimento sindical associado ao partido, se soma à luta piqueteira no final de 2001.

¹⁷⁹ Tradução: “Bem, entramos, um grupo que não estava ainda bem preparado, uma era eu. Nos atendeu Cotillo [o prefeito], que e dizia: ‘Não, porque, meninas, têm que entender’. Assim que as meninas começaram, mulheres sem personalidade, diziam, não, porque eu, em minha casa, não tenho..., e ele dizia, mas eu lhe dou, se você não tem. Assim com todas as companheiras porta-vozes [...] E eu lhe disse [ao prefeito] que aqui viemos com uma proposta, e ai mudou a situação. Foi mais a expressão de seus rostos me deu a entender, rapidamente, que mudou (Elsa)

Nesta primeira cena, mostra-se o grupo selecionado como as porta-vozes das trabalhadoras PRENOS, todas mulheres que representavam o grupo. O prefeito começou, como estratégia, a solicitar que informassem quais as necessidades individuais das porta-vozes presentes na reunião, até que Elsa derruba a estratégia do prefeito e explica que estão com uma proposta do grupo, como representação do grupo. Nesse preciso instante, muda a relação do prefeito com as porta-vozes, e o passo seguinte é interpelar Elsa, desqualificá-la e mandá-la para fora do espaço de negociações, ante o silêncio do resto das porta-vozes, que ficam sem palavras, salvo Selva, que reage. Já analisei, no capítulo anterior, os distintos tipos de violência vividos pelas mulheres, e acredito essa é uma a mais de todas elas. A situação extrapola o controle das mulheres, pois provavelmente, para muitas delas, era a primeira vez em que se encontravam em semelhante situação. Analiso que esse momento tratar-se de um confronto de forças no campo político de disputas, entrar no jogo das relações de poder, díspar para as mulheres. Trata-se do campo político, nos termos de Bourdieu (1989 p. 164), como “campo de forças e como campo das lutas, que têm em vista transformarem a relação de forças que, em um determinado momento, confere a este campo a sua estrutura.”

... y las otras se quedaron calladas. Ahí, fue una situación horrible, fue un fracaso. [...] Y las miré a las chicas con bronca, porque yo esperaba [...] Y Dije, nosotras no hemos venido a buscar ayuda, hemos venido a buscar trabajo, es la diferencia. Y otra compañera dice [al intendente] que te haces vos el pesado, sácame estos pesados de acá, y le dice a las otras y ustedes que se quedan calladas, Uds. se van a quedar acá? Y nos fuimos (Elsa)¹⁸⁰

O passo posterior, que considero de aprendizagem – se bem que tudo tem sido uma aprendizagem – é o momento em que regressam à assembleia, com a sensação de fracasso, de traição, e ali decidem se reestruturar e designar um novo grupo, do qual participam as três porta-vozes que serão detidas um mês após.

Salimos para allá, llamamos a una asamblea: miren compañeros esto es así. Y a compañera que estaba en la reunión dijo, se vendieron, esas que ustedes mandaron. Hay que hacer el cambio de voceros

¹⁸⁰ Tradução: “E as outras ficaram caladas. Aí foi uma situação horrível, foi um fracasso [...] E as olhei zangada, porque eu esperava [...] E eu disse, nós não viemos procurar ajuda, vimos procurar trabalho, essa é a diferença. E uma companheira disse [ao prefeito]: que se considera forte, tirem-me esses machões daqui. E lhe disse às mulheres: e vocês que ficaram aqui caladas, vocês vão ficar aqui? E fomos embora (Elsa)

ahora. Buscar voceros que vos sabes que nos se van a vender. Fue espantoso. Y eran mujeres. Eran todas mujeres. Y ahí es cuando salta el machismo!!! Y los hombres decían y tiene que haber hombres, porque a las mujeres las convencen, son unas tontas.. Y le digo no, no faltes el respeto, que a mí no me convence nadie. Dice no, pero lo digo por las otras que son unas tontas. Le digo no, acá no hay tontas ni inteligentes, hay gente con la misma necesidad, gente que necesitamos el trabajo. (Elsa)¹⁸¹

Destaco o papel que assumiram os homens, desqualificando as mulheres como as que cedem, tontas e fáceis de convencer. Volto a interpretar essa relação recuperando a construção social das relações de gênero patriarcais, para o entendimento de que a subjetividade feminina e a masculina são diferencialmente construídas, pois se modulam, em boa medida, por sua interação. Tais diferenças estão relacionadas à distribuição do poder entre os gêneros ou sexos.

Historicamente o 'feminino' tem sido construído como subordinado ao 'masculino', sendo que nas sociedades contemporâneas dominam as relações de gênero 'patriarcais', tanto no nível simbólico quanto nas práticas sociais, o 'masculino' se sobrepõe hierarquicamente ao feminino, resultando numa situação de prestígio e privilégio e poder maior para os homens – um exemplo evidente dessa assimetria é expresso na violência contra as mulheres em todas as dimensões. Como mecanismo de controle social, através da violência simbólica, o discurso da domesticidade atuou como artifício construtivo eficaz em limitar o âmbito de atuação da mulher à esfera privada. Precisamente porque as mulheres são reconhecidas pelo seu papel na reprodução social é que elas são apresentadas como aquelas que precisam ser protegidas, porque são débeis e pouco confiáveis para os assuntos públicos, devendo por esse caráter ser controladas (Stolke, 1991, 113-114). Qualquer transgressão a esta norma significa uma ruptura das pautas de conduta socialmente aceitas e, portanto, a desqualificação da mulher em questão (Nasch, 1999). Mas, é importante esclarecer que tanto homens ou mulheres podem "ceder". Já vimos

¹⁸¹ Tradução: "Saímos para lá, convocamos uma assembleia: Olhem, companheiros, isto é assim. E a companheira que estava na reunião disse: se venderam, essas que vocês enviaram. Temos de fazer troca de porta-vozes agora. Buscar porta-vozes que você sabe que não vão se vender. Foi um horror! E eram mulheres. Eram todas mulheres. Foi aí que apareceu o machismo!!! E os homens diziam: tem de haver homens, porque as mulheres são convencidas, são umas tontas. E eu lhe disse não, não faltes com o respeito, que a mim não convence ninguém. E disse não, mas o digo pelas outras que são umas tontas. Lhe digo não, aqui não há tontas nem inteligentes, há gente com a mesma necessidade, gente que necessita de trabalho." (Elsa)

quando os homens abandonaram as mulheres em março de 2004, acreditando que ingressariam no trabalhar das empresas construtoras e pesqueiras. Os estudos feministas observaram a necessidade de rever o papel dos homens enquanto companheiros de militância dentro das organizações, já que reproduzem as desigualdades de gênero no seio das mesmas, sejam políticas, sindicais ou movimentos sociais. Com efeito, tal como mostram as críticas realizadas pelas feministas socialistas, a tão comentada revolução proletária da União Soviética não significou a emancipação das mulheres, porque ainda que conseguissem avanços na igualdade de classe social, não aconteceu o mesmo com a igualdade de gênero. As questões sobre as mulheres foram tratadas de maneira conservadora e os preceitos contra a opressão das mulheres foram considerados contrários à revolução, o que fez repensar que a emancipação das mulheres requer, além da revolução de classe, a "revolução cultural", visando incluir as relações de gênero. Observa-se que no caso das mulheres desempregadas esses padrões de reprodução dos estereótipos de gênero se repetem; os homens cumprem, como disse Segato (2015) na forma mais rudimentar o mandato que emana da confraria masculina.

Em sua totalidade, o relato também permite observar que existem tensões, diferenças no interior do grupo de mulheres, relacionadas às experiências pessoais e sua participação no tempo social. Nesse sentido, o papel das porta-vozes, mais além da representatividade do grupo, elas tinham também um papel importante na consolidação da identidade grupo e na formação de quadros dentro do mesmo¹⁸². O primeiro encontro entre Marcela e Elsa e, logo depois, a integração de Selva – as três que serão as porta-vozes que ficarão detidas – marca um encontro entre "parecidas" ou, como diria Amoros (2005), um encontro entre idênticas (mulheres). Prefiro utilizar a expressão "um encontro de parecidas", e encontro ideológico entre idênticas, para dar conta da parceria e da construção da vanguarda intelectual do movimento de mulheres.

Em relação à estratégia utilizada pelos representantes do Estado para desarticular a luta, estes utilizam distintas formas, tratando de cooptar o grupo negociador e continuar avançando com a detenção das três mulheres porta-

¹⁸² Pollak (1992) entende por identidades coletivas, todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.

vozes como uma forma concreta de desestruturar o movimento que estava se gestando e gerar medo nas outras mulheres que ficaram no aguardo. É importante analisar esse processo porque, como foi visto, compartilhar experiências e interesses constrói a consciência e reconstrói as mulheres como sujeitos dignos de reconhecimento igualitário e como protagonistas históricas de suas lutas enquanto trabalhadoras, nesse processo que podemos chamar de constituição da *classe para si*.

A passagem do âmbito privado ao mundo público, consoante Motta (1993, p. 417-418):

... se faz de modo nem sempre simples, em etapas diferentes de acordo com a história de cada mulher e de cada movimento. Na luta as mulheres constroem um espaço público, mas (re) constroem também o espaço privado. Nesse sentido, politizam o privado, quando contestam, aberta ou sutilmente, as relações de poder (de gênero) até então vigentes, e conseguem transformá-las.

Em outro texto (Díaz, 2013) entendo esse entrar no mundo político como o processo de ir das "panelas populares", como protesto de organização primária, para os bloqueios de estradas das mulheres desempregadas de Comodoro Rivadavia. Esse processo, eu o denomino: "da panela ao bloqueio de estrada". No caso das mulheres de Caleta Olivia, denominarei esse processo de "das panelas às tomadas", como processos progressivos de lutas, tentando significar o ingresso das mulheres no espaço público, através do questionamento das relações de poder de gênero e de classe, num espaço altamente masculinizado.

Para a maioria das mulheres que ingressam no movimento, elas o fazem por uma necessidade, e nele descobrem o sentido da luta, o fazer político. Encontram uma organização que as interpela e as insta a participar de atividades eminentemente políticas: a assembleia, o piquete, as tomadas, no caso das mulheres em estudo. Essas ações são, sobretudo, para as mulheres, formas legítimas de ação coletiva. O relato de Lau sobre seu encontro com as outras mulheres, quando se aproxima para integrar as listas de desempregados e desempregadas, é importante, porque mostra de que maneira ela se depara com a necessidade de participar das atividades que se estão realizando nesse momento: o acampamento. Esse fato que, no início, parece ser um requisito a cumprir, é um traço na participação dentro do MTD que, em alguma medida, para muitas mulheres, lhes permitiu se reencontrar

com outras dimensões de suas vidas, impensáveis até aquele momento, e liberá-las de certos tabus e preconceitos.

Fazendo uso das palavras de Freytes Frey e Cross (2006), a organização, para as mulheres, converteu-se numa fonte de aprendizagem: os limites que dividiam o espaço público/político e o espaço privado/doméstico começaram a se apagar. Essas aprendizagens definem-se em oposição à sua situação anterior, que as vinculava somente às tarefas domésticas. Para essas mulheres, descobrir a dimensão política no processo de empoderamento está associado ao prazer de descobrir-se atuando num espaço que a projeta além do âmbito doméstico. O espaço público, socialmente concebido para os homens, é hoje pensado por essas mulheres como um lugar possível de ruptura do instituído. As pessoas e organizações se empoderam quando "tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, tomam consciência de suas habilidades e competência para produzir, criar e gerar" (Costa, 2000, p. 42).

Nunca pensé que yo iba a llegar a ser así. Yo antes era muy, viste, así muy bajo perfil. A mi me decían negro y, para mí, era blanco, pero bueno es negro. Hasta ahora ni yo ni nadie me reconoce mi forma de ser, porque yo antes no era así. Pero conocí tanta injusticia, vi tanto maltrato que no lo puedo creer, te digo no lo puedo creer. Y, bueno, así estamos en la lucha, porque seguimos en la lucha. Yo pienso que cuando ya pasas por todo eso, nadie te puede ya aplastar. (Lau)¹⁸³

O termo empoderamento assinala ação, e o sujeito se converte em agente ativo como resultado de um acionar, o qual varia de acordo com cada situação concreta. Existem longas discussões em torno da interpretação do termo. Sobretudo, as discrepâncias dar-se-iam sobre a função do papel que os "agentes externos" cumprem nos processos de empoderamento. Porém a maioria das especialistas concorda que é um processo de construção de subjetividades das pessoas, que se direciona do interior delas próprias para a ação. Começou a ser utilizado pelos movimentos de mulheres no início dos anos 80, quando estas iniciaram um sério questionamento das estratégias e

¹⁸³ Tradução: "Nunca pensei que eu ia chegar a ser assim, eu antes era muito, viu, tinha um perfil bem subserviente, pois, se me diziam é negro, e para mim era branco, eu dizia, bem, é negro. Agora, nem eu, nem ninguém me reconhece em minha forma de ser, porque eu, antes, não era assim, mas conheci tanta injustiça, vi tanto maltrato que não posso acreditar, lhe digo, não posso acreditar. E, bem, assim estamos na luta, porque continuamos na luta. Eu penso que quando você passa por todo isso, já ninguém lhe pode esmagar." (Lau)

intervenções levadas a cabo pelos programas sociais, porque eles não atacavam os fatores estruturais que perpetuavam a opressão das mulheres em geral e, em especial, das mulheres pobres. Isto é, embora os programas buscassem melhorar as condições sociais das mulheres nos aspectos de saúde, renda e educação, não objetivavam gerar mudanças na posição delas nas estruturas: elas continuavam sendo excluídas de qualquer esfera de decisão e autonomia. Posição e condição são categorias-chave para entender a filosofia subjacente ao empoderamento de mulheres. Condição se refere ao estado material (salários, saúde, outros); posição alude ao *status* econômico, social e político das mulheres, quer dizer os modos como elas têm acesso aos recursos e ao poder (Costa, 2000). Ainda que a crítica feminista fosse, naquele momento, realizada aos programas, as discussões têm ido mais além, estendendo a compreensão do alcance a todos os âmbitos da vida das mulheres, como, por exemplo, a processos singulares, como no caso das mulheres de Caleta Olivia.

O empoderamento das mulheres representa, então, um desafio às relações de poder existentes. Como processo, implica um desafio à ideologia patriarcal e capitalista, com vistas a transformar as estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social (Massolo, 2003). As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais (Costa, 2000), que consistem, sobretudo, no reconhecimento e na desnaturalização da ideologia patriarcal que legitima a dominação e a exploração. O empoderamento conduz as mulheres a conseguirem, por um lado, a autonomia individual, promover a resistência, e, por outro, estimula a organização coletiva e o protesto, mediante a mobilização. Neste sentido, como dizem Freytes Frey e Cross (2006), o político passa a ser “assunto de mulheres”.

Não podemos deixar de afirmar que as mulheres que têm transitado por essas experiências de luta política têm realizado um processo que as habilita a redimensionar suas próprias vidas individuais, sociais e políticas. Muitas delas, como se observa na maioria dos estudos, “transformam-se em lutadoras sociais que descobrem a política como uma dimensão iniludível em suas vidas” (Cross, 2006). Ao fazer isso, “conseguem mudar as compreensões existentes sobre a natureza do gênero e da cidadania, que as reconhece, [simplesmente]

como integrantes da nação enquanto reprodutoras dessa mesma nação, como criadora dos filhos e filhas e guardiãs do lar.” (Dominzain, 2006)

El intendente salió a decir que había un grupo de gente intransigente, que no se podía hablar con ellos, porque no aceptábamos los planes. Pero ni siquiera tuvo él el mínimo intento de hablar con nosotros o por lo menos de ofrecernos algo digno. Nos seguía ofreciendo bolsones, y como nosotros le decíamos que no, él nos decía: “están locas, qué se creen, toda la vida han vivido de un plan y ahora qué se les da por levantar la cabeza”. Qué mentalidad la de él, la de pensar que porque algunas de nosotras nos pusimos a llorar – porque te duele, tenés hijos enfermos, no tienes obra social, no tenés para darles de comer – íbamos a dejar de pedir lo que merecíamos?¹⁸⁴

O relato de Selva mostra a insistência do governo, representado pelo prefeito, em fazê-las desistir da luta por um trabalho assalariado e aceitar esses programas sociais, de maneira a impedir a ruptura do enquadramento que as políticas do governo já tinham fixado para os desempregados e desempregadas. Era impossível para o Estado reconhecer as mulheres como pessoas com demandas que iam mais além da conformidade com os programas sociais. A mídia, o governo e os estudos acadêmicos em geral se empenhavam também em mostrar uma imagem em torno dos desempregados e das desempregadas só lutando pela concessão de benefícios de programas. Dessa maneira, se desvirtuava e se desconhecia a luta que, desde suas origens, o movimento e as próprias mulheres mantinham. Sabendo que, em momentos da história, as organizações deviam só protestar por aumento do número e do montante dos programas, entende-se que não é possível generalizar neste ponto. Sim, afirmo que as mulheres patagônicas tinham claro o que queriam e sabiam por que lutavam. Por isso, acredito que, no devir da luta, elas foram aumentando seu nível de consciência de classe e de gênero.

A noção de consciência que trago para esta tese está ligada, como já afirmo, aos aportes de teóricos sobre lutas de classes. Para isso, a noção de consciência de Thompson (1987) é apropriada, no sentido de entender o

¹⁸⁴ O prefeito saiu a dizer que havia um grupo de gente intransigente, com o qual não se podia falar, porque não aceitávamos os programas. Mas, nem sequer teve ele a mínima intenção de falar conosco ou pelo menos nos oferecer algo digno. Continuava nos oferecendo sacolas de comida, e como nós lhe dizíamos não, ele nos dizia: ‘Estão loucas, toda a vida têm vivido dos programas e agora querem levantar a cabeça’. Que mentalidade, a dele, de pensar que, pelo fato de algumas de nós se puserem a chorar – porque dói, a gente ter filhos doentes e não ter planos sociais, não termos nada para dar-lhes de comer – íamos deixar de pedir o que nós merecemos?¹⁸⁴

processo de constituição da consciência no processo das lutas. Nesse processo, os indivíduos começam a identificar pontos de interesse antagônicos: aqueles que são identificados como exploradores, aos que se opõem, e de aproximação com os que experimentam¹⁸⁵ a exploração, com os quais sentem e articulam a identidade de seus interesses (Thompson, 1987, p. 9-11). Assim, as classes e a consciência de classe se constituem sempre como as últimas, e não as primeiras fases dessa dinâmica (Thompson, 1987). É essa dinâmica que faz com que aquelas mulheres que ingressam no movimento, logo após, na interação, irem se reconhecendo como dominadas e exploradas? É possível pensar que os processos de identificação coletiva, como explica Przeworski (1989), os processos de encontro com outros e outras, mediados pela orientação política e ideológica da organização, têm presença nessas mulheres?

A experiência, entendida como a articulação de trajetórias e representações (Souza Lobo, 1991), advém, nessas mulheres, quando um fato singular as obriga ou as convoca a reunirem-se, rompendo a marca da individualidade, provocando-as a expor seus pontos de vista sobre o que acontece e como isso as afeta, compartilhando seus interesses de classe e de gênero em espaços participativos (assembleias resolutivas), espaços possíveis para conectar a historicidade de cada uma e permitir o encontro com o outro ou outra que está na mesma situação. Nesse processo, percebem que não estão sós, mas que é possível construir uma unidade, construir poder e agir em consonância. Isso as situa em um campo de ação política contra os outros, seus opositores, situação de exploração que é possível mudar. Nesse sentido, recupero as palavras de Mary Nasch (1999) sobre a formação de uma identidade de classe e a estruturação de uma mentalidade coletiva operária, o que caracteriza o operariado como movimento social. No mesmo sentido, a constituição e a percepção de uma identidade coletiva específica se consolidam mediante a representação mental de um imaginário coletivo que define o operariado e o feminismo, marcando os limites com outros grupos. No caso, a autora (Nasch, 1999) entende a correlação entre o mundo das representações culturais (símbolos e sentidos) e o da a experiência laboral. Os

¹⁸⁵ Thompson (1991) conceitua a noção de experiência como uma resposta individual ou coletiva a acontecimentos inter-relacionados ou reiterativos.

discursos são resgatados como meios de controle social e de direção de comportamentos coletivos.

Considera-se ser possível articular a teoria do empoderamento com a teoria da consciência de gênero, como processo subjetivo que implica tomar conhecimento, reconhecer mudança interna e ação coletiva. Na medida em que as mulheres vão tomando conhecimento, encontrando-se com outras, redimensionando sua situação, em síntese, vão tomando consciência da opressão de gênero e de classe, se produzem processos de empoderamento na condição de mulher e elas, se posicionam. Recuperando as palavras de Galvão (2011, p.109), entendo que, enquanto a posição de classe se refere à situação objetiva de classe, o posicionamento faz referência à ação efetiva da luta de classes, ou seja, ao movimento efetivo, "que compreende não só a dimensão objetiva estrutural, mas também subjetiva e conjuntural". A exploração e a dominação capitalistas, para essas mulheres, conformam um campo de interesses e de oposição que vai ser objeto da luta de classe e de gênero. Os desafios das relações de poder dão significado e promovem a formação da identidade coletiva.

Como elas agem, resistem e enfrentam o poder constituído já analisei em capítulos precedentes. As respostas do porque da luta das mulheres revela a interpretação da mesma, quando Marcela e Elsa respondem a essa pergunta com grande eloquência, fazendo a conexão da luta de gênero e de classe:

Tiene que ver con que de repente hoy son más las mujeres que se la bancan. La mujer está cansada de la violencia familiar y encima la violencia que genera el Estado. Se ha tomado un poco de conciencia de esa situación [...] En las manifestaciones de Caleta, las voceras éramos cuatro mujeres y un varón. Y el poder está acostumbrado a pactar con hombres. (Marcela, apud Lavacca, 2004)¹⁸⁶

Y nos merecemos un trabajo genuino. Nos merecemos que se nos pague una jubilación, que tengamos una obra social para llevar a nuestros hijos, y no hacer una cola inmensa en el hospital para que te den un jarabe, porque no lo podéis comprar. Nos dan el certificado de

¹⁸⁶ Tradução: "Tem a ver com o fato de que, de imediato, são mais as mulheres que se levantam. A mulher está cansada da violência familiar e, acima disso, a violência gerada pelo Estado. Elas têm tomado consciência dessa situação [...]. Nas manifestações de Caleta, as porta-vozes éramos quatro e havia um homem. E o poder está acostumado a formar pactos com homens." (Marcela, apud Lavacca, 2004).

pobreza que tenéis que exhibir. Falta que te pongan un cartel que diga: “soy pobre”. (Elsa)¹⁸⁷

Adquirem maior força, percebendo a violência familiar e a violência do Estado, inter-relacionadas. Rebelam-se contra essas violências e contra o destino de ser e de fazerem-nas se sentir pobres. No confronto, deparam-se com significados que estão no contexto de violências contra a mulher, violência simbólica promovida pelo Estado. Selva se refere, por exemplo, ao impacto que significou, para os representantes do Estado, a presença de mulheres tanto nas reivindicações como nos confrontos e negociações.

De hecho, anteriormente, siempre fue con hombres, los desconcertó que apareciera un grupo de mujeres que, además, éramos más intransigentes. (Selva, apud *Lavacca*, 2004)¹⁸⁸

O processo das tomadas da *playa de tanques* e os bloqueios de estradas convertem-se em espaços de sentidos e em novos espaços de poder que as conectam com uma pluralidade de outros e outras, com os quais compartilham interesses, e as confronta com uma frente estatal, empresarial e midiática. De modo significativo, essas relações representam, para as mulheres que começam a transitar no campo de lutas, lugares de apropriações culturais, espaços de uma linguagem diferente da doméstica, espaços de luta e resistência, e de se sentirem como sujeitos de construção social. O político aparece, então, como um campo conquistado. As mulheres se reconhecem e são reconhecidas como portadoras de habilidades que não eram percebidas na sua rotina diária. (Santos, 2004)

E, assim, desafiam as relações de poder vigentes, desafiam poderes subterrâneos de gênero e poderes tão visíveis como os de classe. Entendo que a luta dos desempregados e desempregadas de Caleta Olivia abrange uma singularidade dentro dos MTD, em relação à forma organizativa que adquire. O MTD, ao longo do país, apesar da heterogeneidade de linhas ideológicas que o

¹⁸⁷ Tradução: “E nos merecemos um trabalho genuíno. Merecemos que nos paguem uma aposentadoria, que tenhamos um plano de saúde para levar nossos filhos e não fazer uma fila imensa no hospital para que lhe deem um xarope, por que você não pode comprá-lo. Nos dão um certidão de pobreza, que você tem de exibir. Falta que coloquem em você um cartaz que diga: ‘sou pobre’.” (Elsa).

¹⁸⁸ Tradução: “De fato, anteriormente sempre foi com homens, os desconcertou o aparecimento de um grupo de mulheres, que, além do mais, éramos mais intransigentes”. (Selva, apud *Lavacca*, 2004)

compõem, consolida uma estrutura organizativa que é referência para todas as organizações. Essa estrutura organizativa compreende uma rotina de trabalhos cooperativos em microempreendimentos e assembleias, para a tomada de decisões, o trabalho territorial no bairro, a participação nos piquetes. Entretanto, a dinâmica operacional que adquire o movimento de Caleta Olivia é diferente das que os inúmeros trabalhos sobre as organizações piqueteiras apresentam. Não tendo uma organização piqueteira a que se filiar, ainda que as lideranças tenham vínculos com o *Polo Obrero*, esse grupo de trabalhadoras desempregadas, não se alinha a ele, nem se sente representado por ele. Preferem se apresentar como trabalhadoras desempregadas, e não como piqueteiras. É possível que o não querer se identificar como piqueteiras tenha a ver com as intensas campanhas midiáticas que instalaram todo tipo de estereótipos negativos contra os piqueteiros do *Polo Obrero*. Por outro lado, como diz Fernandes (2010), é possível que existam dificuldades das organizações piqueteiras para responder a outro tipo de necessidades específicas das mulheres desempregadas. Sem dúvida, apesar delas não se identificarem como piqueteiras, acredito que a identificação como trabalhadora é importante como aspecto constitutivo da identidade delas como tais.

O grupo que é a vanguarda, que mobiliza e convoca, está relacionado, direta ou indiretamente, ao *Polo Obrero*. As bases, não tinham aproximação com partidos políticos, porém se relacionavam em agrupamentos que eram interrelacionados com o *Partido Obrero*. Por isso, não aparece claramente como organização, mas como redes de grupos-coletivos, que têm se estruturado a partir da preparação dos confrontos. Os distintos grupos, à medida que vão se conformando, identificam-se com denominações como: "agrupación libertad", "trabajadores eventuales", "dialogistas", "1840". Agrupam-se em um fluxo dinâmico e vertiginoso. Esse dinamismo me assombrou no momento de realização das entrevistas, pois as entrevistas se convertiam, em poucos minutos, em reuniões de reconstrução histórica e de discussão política. Uma facilidade enorme para se reunir, ou agrupar. As relações com o *Polo Obrero*, hoje, são lembradas, sobretudo pelas pessoas que não pertencem ao Partido, com gratidão pelo acompanhamento.

El Partido Obrero siempre me invita cuando realizan encuentros charlas, para debates, no pero yo no quiero meterme. He ido un par de veces porque me resulta interesante, pero no me da. Voy porque

en realidad está Norma, y están todas las hijas alrededor y todas militan hace un montón de años y son muy buena gente, pero la gente que no entiende, los margina, y no...siempre. Antes eran los zurdos, dicen que lo único que hacen es quilombo. Pero a nosotros siempre nos dieron el apoyo, siempre. Es su manera de hacer política estar ahí, entre medio de los conflictos el Polo Obrero. (Sara)¹⁸⁹

Para entender a relação com o *Partido Obrero*, recorro à categoria *referências ideológicas* trazida por Freytes Frey e Cross (2007), como aqueles “marcos de sentidos” que permitem interpretar as conjunturas políticas e, em consonância, definir e justificar os posicionamentos estratégicos dos movimentos (Freytes Frey e Cross, 2007, p. 129). Acredito que as referências ideológicas do *Partido Obrero* tiveram incidência decisiva nas características que as demandas por trabalho adotaram: as tomadas e as negociações na Patagônia Central.

Como movimento, no momento atual, o confronto está aí, em estado latente, em redes de ação entre desempregados e desempregadas e com outros agrupamentos. Como propõe Melucci (1989), são redes de subgrupos atuando num grupo mais amplo de MTD, que se estruturam e reestruturam em função da articulação das lutas, permanecendo, por períodos, em estado de latência e, em outros, ativos. Os grupos, como já disse, não são homogêneos, encontram-se subdivididos em várias correntes ideológicas que se aliam no campo político da esquerda e centro esquerda, conformando, entre eles, uma teia de relações. O que poderíamos considerar como redes de ação no território; um estar no lugar como sistemas de raízes múltiplas e móveis, o que dá-se em chamar como "redes arraigadas".

As lideranças não conformam uma unidade política-ideológica, em função disto ocorrem conflitos entre elas, sentimentos de desconfiança e acusações, ora de radicais contra as que seguem orientação dos partidos de esquerda, ora de conciliadoras com os opressores, contra as que seguem a orientação do kichnerismo. As militantes que se encontram hoje, distanciadas da influência ideológica de partidos políticos, entendo, como explica Jelin, que a vivência da

¹⁸⁹ Tradução: O *Partido Obrero* sempre me convida. Varias vezes me chamaram para participar de palestras, debates, mas não quero me meter. Tenho ido um par de vezes porque me resulta interessante, mas não dá. Vou porque, na realidade, esta Norma e suas filhas ao redor e todas militam há muitos anos e são muitas boas pessoas. Mas, as pessoas não entendem, os margina e não. Antes eram os surdos, falam que o único que fazem, é bagunça. Mas, a nós, sempre nos deram apoio, sempre. É sua maneira de fazer política, estar ali, no meio dos conflitos. (Sara)

luta tem deixado marcas nelas, como mostram as entrevistas, ou seja, há uma disposição de "estarmos prontas para quando nos chamarem". Diferentemente do que falam os estudos sobre os movimentos sociais com perfil reivindicatório, de que uma vez atingido objetivo se produz o afastamento da política de seus integrantes, as mulheres patagônicas continuam ativas e politizadas.

Em relação à inserção laboral, algumas ingressaram na Prefeitura, como efetivas, outras no Ministério de Educação, como zeladoras, cozinheiras, outras ainda ficaram em trabalhos desqualificados e precários nas cooperativas e empresas de serviços (entre elas a Fundação Olivia). Um número menor delas continua em desemprego, recebendo subsídios dos programas sociais.

Há uma mística que se traduz na circulação de sentidos entre as mulheres: a mística da solidariedade e de entrecruzamentos de solidariedades, que permanece até hoje em vínculos solidários e afetivos que se estruturaram a partir da luta, permanecendo nas lutas atuais. Para poder me aproximar das formas que entendo terem sido adquiridas, utilizo a noção de densas redes de relações entre as pessoas, que são também formas de organização de Zibechi (2006). São relações que se constroem com base em relações familiares, de vizinhança, de amizade, de companheirismo, de compadrio. O problema, diz Zibechi (2006), é que, em geral, a sociologia e a política não consideram que essas relações tenham a mesma importância que o sindicato, o partido e até o próprio Estado. É o que chamo de *comunidade*, como essa forma de "comum união" que os vínculos entre as mulheres adotam, esses encontros onde se constrói a luta e a identidade. Desse modo, as relações primárias servem para a estruturação da ação política. Fernandes (2010), em sua tese de doutorado, explica a importância que essas relações primárias têm na formação política e na formação organizativa dos movimentos sociais a partir das análises que faz, entre outras, das comunidades de base religiosas (CBEs) e da linha anarquista-sindicalista. Tais movimentos apelavam para os laços ou vínculos que se estabelecem em atividades do cotidiano (festas, comemorações, acampamentos) para promover a organização política dos grupos. Para Fernandes (2010) essas festas e passeios, onde levavam filhos e maridos, constituíam um espaço de identificações vinculado a esses momentos de diversão, o que tecia profundas identidades comunitárias. Considero importante esse dado, para repensar a construção política "com rosto de mulher", com

fundamento no acompanhamento familiar e de amizade em ações coletivas de piquetes, acampamentos, tomadas. Ali se teceria a formação política das mulheres.

4. 2 As vozes das mulheres

Explicitarei que, na fase discursiva, se estabelece uma luta pelos significados entre os oponentes. Posso dizer que é uma luta que se dá num espaço de relações, como diz Bourdieu (1989), um campo de forças socialmente determinado e um campo de produção simbólica que é um microcosmo da luta simbólica entre as classes.¹⁹⁰ Tudo isso acontece num espaço social visto pelo autor (1989, p. 18, 19) como um “conjunto de posições distintas e coexistentes”, que “se define numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, na própria estrutura do campo”. A crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia é o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, o poder de manter a ordem ou de subvertê-la. Por isso, para o autor, a eficácia do poder simbólico é sua imposição, que sempre cumpre uma função política e que se estrutura estabelecendo uma relação de ligação entre o inconsciente e a ordem estabelecida.

Nesse sentido, posso entender os sentidos das lutas das mulheres, ao colocarem suas posições tanto no campo político-social como no campo de produção simbólica, revertendo crenças. A mídia tem enorme importância na produção simbólica. No início das lutas, as mulheres não apareciam diferenciadas dos homens nas matérias dos jornais. Mas, à medida em que foram ficando sozinhas, não houve mais possibilidade de os jornais esconderem essa presença. Tiveram de incorporar o genérico mulher e suas demandas concretas. Vou me deter aqui sobre outro elemento significativo: a voz das mulheres nos meios de comunicação, como uma presença transgressora.

¹⁹⁰ Para (Bourdieu, 1989 p. 27), “as classes sociais não existem; o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer”. Elas podem se tornar classes mobilizadas e atuantes só por meio de um trabalho propriamente político de construção.

Primeiramente o fato de as vozes das mulheres em luta aparecerem nos meios de comunicação já era uma ruptura. Mas o fato de aparecerem com um conteúdo claramente desafiante das estruturas econômicas e políticas de poder, as torna subversivas. Por isso, acredito que tanto o aparecimento das vozes das mulheres como as de um grupo gendrado, como também o seu conteúdo tem sido uma grande conquista do espaço de poder.

A ideologia patriarcal modela identidades de homens e mulheres, porém, para as mulheres, esse processo tem sido nefasto em relação à socialização para falar em público. Criadas para o cuidado dos outros, para serem dóceis, educadas para não discutir, para não se rebelar, as mulheres têm tido de fazer todo um processo de empoderamento de gênero para poder se animar a mostrar sua voz em público, usar o microfone como instrumento de poder. Por outro lado, quando acessam o mundo político, têm que fazer um esforço enorme para entrar em espaços onde possam colocar sua voz, suas posições, onde possam ser ouvidas e reconhecidas como interlocutoras válidas de processos políticos, sobretudo quando se trata de mulheres das camadas populares, como ocorre com as trabalhadoras desempregadas patagônicas. Nesse sentido, a presença da mulher na mídia, e, com efeito, no poder, é considerada um avanço a mais.

Cabe destacar que os jornais citados, *La Nación* e *Indymedia*, são meios de comunicação escrita de alcance nacional. O embate promovido comporta tal mobilização mediática. Assim, a mídia, surpreendida pelas vozes das mulheres, destacava a bravura delas, sua coerência. As mulheres, por sua vez, designavam quem seria a porta-voz que falaria para esses meios de comunicação. Em geral, relatam que não eram mais de duas; falavam aquelas que tinham clareza sobre a demanda do grupo.

Como elas aparecem nos jornais? Sobretudo como mulheres, mães, jovens que reclamavam trabalho. Aparecem como uma voz diferenciada, com reivindicações específicas de gênero e de classe. A propósito, tenho transcrito, nesta tese, a voz das mulheres na mídia, com o objetivo de mostrar essa presença e apreciar o impacto dessas palavras para a comunidade e em outras mulheres.

Mas, o mais interessante é as formas discursivas emitidas para a comunidade por parte das empresas e pelo Estado. O Estado enfatizava a

intransigência das mulheres, a “pouca consideração” delas para com as necessidades de abastecimento da população, os prejuízos econômicos para o Estado e para o crescimento da região e a presença de grupos de esquerda que buscavam desestabilizar o governo. Por outro lado, as empresas destacavam seus prejuízos econômicos, o comprometimento da produção e sua influência nos postos de trabalhos. Paralelamente, em todo o país, o governo, a partir de 2003, organiza intensas campanhas de desprestígio contra os piqueteiros e piqueteiras, denuncia os bloqueios de estradas, afirmando seu caráter anticonstitucional. Com essas campanhas, o governo tentava obter apoio social da mídia, das camadas médias e da câmara empresarial e do Congresso, para legalizar a repressão dos militantes sociais. Para isso, utilizam os meios televisivos, com um real bombardeio de estereótipos negativos. Contraditoriamente, a presença dos piqueteiros e piqueteiras tinha sido muito bem recebida em dezembro de 2001, quando se produziu a articulação de ações dos distintos movimentos que forçaram a renúncia do presidente De La Rúa (1999-2001). Porém, uma vez reestabelecida a ordem, novamente eles foram tratados com todo tipo de rótulos, de vagabundos até delinquentes. Svampa (2012) destaca que, na Argentina, nos últimos anos, a imagem da periculosidade aparece voltada para as populações pobres mobilizadas. Assim, esses estereótipos recaem nos piqueteiros e piqueteiras, que são vistos pela imprensa como violentos, uma classe perigosa.

Nesse contexto, a alusão a grupos de esquerda, tramando no subterrâneo era mais uma estratégia de invisibilizar as reivindicações das mulheres e a própria realidade, que caía a pedaços. As mulheres tiveram de lutar contra as mensagens que as desqualificavam e de sair com clareza para explicar suas intenções. Por isso, aparecem, em reiteradas oportunidades, destacando que queriam trabalho em empresas petroleiras, e interrogando: por que não podiam ingressar nas empresas petroleiras? Denunciavam os índices de indigência, explicavam o porquê da situação em que estavam. Apelavam aos direitos humanos das pessoas. No meio do conflito, as mulheres anunciavam nos jornais sua indigência a partir dos índices do INDEC, considerado que, com menos de 300 pesos, deve ser considerada indigente.

El INDEC dice que toda persona que gana menos de \$300 debe ser considerada indigente, tenemos por ende el derecho a pedir que se respete nuestro derecho humano al trabajo y a la vida digna en una

*provincia cuya riqueza se ve por todos los rincones y que se va para los extranjeros o se queda en manos de grupos capitalistas multinacionales (Diário Crónica, 31 de Julho, p. 20)*¹⁹¹

*Por qué tenemos que llegar a esto para que nos den un puesto de trabajo en el petróleo? [...] Ellos nos pueden dar el empleo, nada más que ellos no quieren darnos el trabajo, el petróleo é nuestro, la riqueza esta en Santa Cruz. (Diário Crónica, 28 de julho, p. 20)*¹⁹²

Outros conteúdos trazidos pelas mulheres plasmavam a situação de judicialização dos protestos, que se acrescentou na medida em que passou o tempo.

*Pedimos que se deje sin efecto todo tipo de denuncia penal formulada contra nosotros o contra cualquier compañero, sea por las empresas o por la gendarmería. (Diário Crónica 31 de julho, p. 20)*¹⁹³

Em dezembro de 2011, o governo de Cristina Fernandez aprovou a lei antiterrorista, Nro 26.734 (com modificação do Código Penal. "*Agravante genérica para fines terroristas y financiación del terrorismo*") respondendo aos pedidos do GAFI (Grupo de Ação Financeira) e promove reformas do Código Penal, para "fortalecer e reordenar as disposições normativas em matéria de prevenção, investigação e sanção de atividades delitivas com finalidade terrorista". A lei recebeu críticas dos organismos de Direitos Humanos, de partidos políticos, sindicatos e personalidades políticas relevantes (Perez Esquivel, Premio Nobel da Paz), sobre a base de que usando o argumento do terrorismo se criminalizam os que lutam e que os artigos em questão (art.4,5) permitem a livre interpretação dos magistrados.

Entretanto, o Estado e as empresas necessitavam naturalizar os fatos e criar consenso a partir da apresentação da situação sem problematizá-la, de

¹⁹¹Tradução: "O INDEC diz que toda pessoa que gana menos de \$300 deve ser considerada indigente Temos direito de pedir que se respeite nosso direito humano ao trabalho e à vida digna, em uma província cuja riqueza se vê em todos os rincões e, em sua maioria, vai para o estrangeiro ou fica em mãos de grupos capitalistas multinacionais."

¹⁹² *Diario Crónica*. "Una vez más el grupo de desocupados paralizó la producción de zona norte. Unas 100 personas, incluidas mujeres y niños, tomaron Termap" (28 de julio de 2004, p. 20). Tradução: "Por que temos de chegar a isto para que nos deem um posto no petróleo? [...] Eles nos podem dar emprego, nada mais que eles não querem dar-nos o trabalho, o petróleo é nosso, a riqueza esta em Santa Cruz".

¹⁹³ *Diario Crónica*. "Desalojaron a los integrantes que originaban disturbios y aclararon que en los bidones hay té. Los desocupados de Termap solicitan que se retiren las denuncias penales. (31 de julho de 2004, p. 20). Tradução: "Pedimos que se deixe sem efeito todo tipo de denuncia penal formulada contra nós ou de qualquer companheiro, seja pelas empresas petroleiras ou por *gendarmería*"

maneira tal que a responsabilidade caísse sobre os trabalhadores e as trabalhadoras. Em última instância o Estado caracterizava a ideia de "abuso" da parte dos desempregados e das desempregadas: cada vez querem mais.

Em 8 de agosto, no jornal *A Nação*, aparecia uma matéria que destacava o seguinte:

As tomadas da *playa de tanques* no norte de Santa Cruz por parte de grupos de desempregados foram, nos últimos 6 anos, um problema sem solução para as empresas petroleiras, que operam na bacia do Golfo San Jorge. Desde o ano 2000 se registram 17 conflitos que incluíram incêndios de oficinas, piquetes com bloqueios de estradas, ameaças e tomadas das jazidas de Cañadón Seco, Las Heras, Pico Truncado e Caleta Olivia. Em todos os casos, as reclamações tiveram como foco as empresas petroleiras com atividade na região. Desde abril de 1998, REPSOL/YPF destinou 6 milhões de pesos em subsídios para desempregados que participaram dessas mobilizações, segundo diz a empresa. Outro dado que preocupa às petroleiras é que este tipo de conflito cresceu em quantidade, em violência e em exigência. Primeiro pediam subsídios por 200 pesos, mas, agora por 700 ou mais. Encontraram que, como não existe intervenção da Justiça, a pesar de que as petroleiras façam a denúncia, a forma de reclamação resulta ser efetiva, assegurou um porta-voz da empresa (*La Nación*, 2004c, p.1)

Por sua parte, as mulheres buscavam explicar os fatos, remontando à história da exploração, colocando o eixo na privatização, no saque e no futuro depredador dos recursos naturais da região, como se pode observar em vários relatos já expostos.

Contra essas campanhas de desprestígio, baseadas na cobrança pelo recebimento dos programas, desempregados e desempregadas respondiam afirmando que as contraprestações do programa social eram trabalho:

*...pero por lo menos estamos trabajando y ganándonos el pan para nuestros hijos y evitando que la gente diga que nos pagan un subsidio y que estamos sentados en nuestras casas.*¹⁹⁴

As mulheres denunciam, nas entrevistas, que grande parte dos fundamentos das denúncias judiciais se baseia em fotografias encaminhadas para a justiça pelos jornais locais, onde se podiam identificar os rostos das pessoas em distintas manifestações sociais. Esse é um *modus operandi*

¹⁹⁴ Tradução: "pelo menos estamos trabalhando e ganhando o pão para nossos filhos e evitando que as pessoas digam que nos pagam um subsídio e que estamos sentados em nossas casas."

também denunciado pelos Organismos de Direitos Humanos: fotografar as pessoas nas manifestações e, com base nessas fotografias, justificar a presença e o cometimento de um suposto delito contra a paz social, é um desrespeito aos direitos humanos.

Por suposto, que a mídia "da ordem" informou só aqueles aspectos que não eram comprometedores para o segmento a que pertence. Ainda, e apesar disto, o impacto na região tem sido importante.

4.3 O trabalho das mulheres – a luta continua

4.3.1. O trabalho digno

Trabalho genuíno e trabalho digno podem ser entendidos como formas de significar o trabalho. O trabalho, assim, se converte tanto naquilo que garante a vida (a reprodução, a sobrevivência), como naquilo que lhe outorga sentido. Essas formas adquirem particularidades segundo o gênero, a idade ou as trajetórias laborais de participação comunitária e de militância política e social. As demandas por trabalho que ocorreram na Argentina dos últimos anos expressam visões contrapostas às modalidades de intervenção do Estado em matéria de emprego.

Os altos níveis de mobilização dos desempregados e desempregadas de Caleta Olivia, em redes de articulação com os outros trabalhadores desempregados do Golfo San Jorge, colocaram em questão o desemprego na região, interpretado, até esse momento, como um problema meramente técnico, gerado pelas medidas de "redução do Estado" e pela necessidade de estabilizar a economia. A ideia simplista de que o desemprego significa "falta de trabalho" foi amplamente interpelada pela insistência dos desempregados de serem reconhecidos como trabalhadores e trabalhadoras (Dirnestein, 2013). Em particular, as mulheres patagônicas demandaram ser reconhecidas como trabalhadoras desempregadas, mostrando que o desemprego forma parte da dinâmica do capital. Isto é, a evidência de que o desemprego é necessidade do capitalismo como uma forma de regular o valor da mercadoria-força de trabalho, enquanto *exercito industrial de reserva*. Assim, me recuso às designações dadas em alguns estudos que tratam os desempregados e desempregadas como os e as excluídas, no sentido de ficar fora de tudo - das

redes, do capital- ignorando sua presença no campo social e dos espaços de lutas que estes de luta que têm construído, enquanto espaço pleno de práticas, significados e constituição de subjetividades. Nas palavras de Dirnestein (2013, p. 73), o desemprego é visto "como uma forma (perversa) do trabalho", em que "a subjetividade do trabalhador desempregado se desmaterializa, desaparece virtualmente, reaparecendo de forma despersonalizada nas notícias sobre a evolução da economia e nas estatísticas".

Na literatura sobre os MTD, são expressas varias concepções sobre trabalho digno, desde a incorporação ao trabalho através de um emprego formal, até as organizações que propõem o contrapoder baseado em novas formas de produzir em solidariedade, mas não é o caso dos desempregados e das desempregadas patagônicas do norte santacruceño. Aproveito os aportes de Dirnestein (2013)¹⁹⁵ sobre as distintas formas de entender o trabalho digno para explicar que a noção assumida pelas trabalhadoras nesta pesquisa, cujas lideranças estão ligadas aos princípios de esquerda, está relacionada ao trabalho dentro da estrutura produtiva, como emprego formal, mas enquadrado no aproveitamento das contradições do capitalismo para a organização da classe trabalhadora, na qual estão incluídos os desempregados e desempregadas. Assim, o desemprego massivo, no capitalismo, fala da incapacidade do regime social em vigência de reproduzir seus explorados (Dirnestein, 2013). Para essas mulheres, trabalho digno é sinônimo de trabalho genuíno, no sentido de contar com um salário bom, plano de saúde, aposentadoria, entre outros direitos consagrados dos trabalhadores. As expressões utilizadas, “dignidade do trabalho genuíno” ou trabalho “verdadeiro”, aparecem nas organizações piqueteiras em oposição ao que denominam “trabalho falso” como os programas sociais.

Trabalho digno e trabalho genuíno constituem-se em categorias centrais tanto no processo de articulação de demandas contra o Estado como no de construção identitária das mulheres. Contrariamente às determinações

¹⁹⁵ Dirnestein marcou quatro formas de entender o trabalho digno dentro do movimento de desempregados: 1) Trabalho genuíno, inclusão, distribuição da FTV e CTA; 2) trabalho genuíno e autonomia, modelo da UTD (União de Trabalhadores Desempregados), ex-trabalhadores de YPF, trabalho digno sinônimo de trabalho genuíno; 3) Trabalho digno, luta piqueteira e socialismo: organizações ligadas a partidos de esquerda; 4) Trabalho digno, autonomia e mudança social, próprio das organizações piqueteiras autônomas. Se bem que essa classificação seja interessante, para esta pesquisa, ela não permite enquadrar as lutas da patagônia em uma de suas categorias.

patriarcais que concebem o trabalho da mulher intimamente relacionado à domesticidade e à sua função de mães, as mulheres patagônicas de nosso estudo se sobrepõem a esse mandato e produzem uma ruptura intrassubjetiva e com o mundo exterior.

Para as mulheres, então, trabalho digno está relacionado à consideração da condição e da posição de gênero dentro da estrutura econômica. É trabalho digno quando se dá em igualdade de condições com o dos homens e com equidade (isto é, o reconhecimento das diferenças), como por exemplo, a utilização de cotas para as mulheres para os postos de trabalho em que elas estão ausentes.

4.3.2. A luta continua dentro do trabalho

As respostas da frente estatal-empresarial à luta das mulheres adotaram distintas formas, todas elas marcadamente identificadas como trabalho instável e precário (ainda no caso das mulheres que ingressaram em Oil S.A). Nesse quadro, a aliança entre Estado e empresas promoveu a criação de cooperativas, a criação do que denomino "protoempresas", e a distribuição de programas sociais ou subsídios sustentados majoritariamente por aportes das empresas petrolíferas, administrados pela prefeitura.

Afirmo, desde o início desta tese, que essas respostas performáticas surgem como estratégia do Estado e das empresas privadas, como forma de controle do conflito social e desregulamentação do emprego, reproduzindo significativamente a discriminação de gênero e de geração, no caso particular das mulheres da Patagônia Central, que começam a lutar contra uma demanda de força laboral constituída só de homens qualificados. Já mencionei, no capítulo anterior, como a discriminação de gênero no trabalho, enquadrada na ordem patriarcal, propõe determinado tipo de trabalho para as mulheres patagônicas. Salvo as integrantes da primeira ocupação, que ingressaram como efetivas sob convenio petroleiro, nos outros protestos, as formas de contratação foram predominantemente como terceirização, muito contrario à demanda específica do movimento às empresas operadoras petroleiras, de emprego com salário, carteira assinada e sistema de proteção. Essas empresas petroleiras, finalmente, não abriram suas portas para as demandas

das mulheres, pelo menos não se tem referências que tenham ingressado trabalhadores e trabalhadoras diretamente depois de um piquete.

Apondo, novamente, que os que ficaram de fora a partir da recomposição econômica na região foram as mulheres e os jovens (D'Amelio et al, 2001) e, no caso dos homens, eles não possuíam o perfil de qualificação requerido pelas novas relações laborais. Algumas hipóteses das equipes de estudos (D'Amelio et al, 2001) sobre relações de trabalho sugerem que os problemas de empregabilidade na região constituem um problema estrutural multifacetado, pois nível de produção na região aumenta, mas não aumenta o emprego da população nativa. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Produtivo (Boix e Gigli, 2010), o maior impacto do desemprego de Caleta Olivia é sobre sua população nativa (NyC). As empresas contratam profissionais de outros estados. Esses estudos explicam que os habitantes nativos não contam com as qualificações requeridas para o cenário que se lhes apresenta. Segundo D'Amelio, estatística da UNPA UACO, essa população jovem conta com baixo nível educativo (*La Nación*, 2004a). No texto publicado em 2001, D'Amelio et al. (2001) explicam que, em 2000, quase 70% dos jovens de ambos sexos (entre 15 e 24 anos), encontrava-se desempregado, apresentando credenciais educativas deficientes, o que é um obstáculo para a inserção laboral. Isso se relaciona com as possibilidades socioeconômicas das famílias que têm menores possibilidades de ampliar o horizonte laboral. Tudo isso deve ser enquadrado no marco de concorrência instalada pelo modelo de flexibilização laboral decorrente das políticas neoliberais impostas (D'Amelio, 2001). A educação e a qualificação dos jovens tem sido um aspecto negligenciado pelas políticas públicas locais.

As explicações dadas pelos estudos de D'Amelio et al. (2001) indicam que o problema tem varias facetas: no modelo fordista da empresa nacional YPF, se concebia que os jovens deviam passar pelo sistema educativo como passo prévio para sua inserção laboral num posto de trabalho, qualificado ou não. Esse era não só um caminho seguro para a integração social, senão também o meio para conseguir uma melhoria progressiva nas condições de vida. Essa passagem prévia pelo sistema educativo – mostram os dados da pesquisa – embora significasse alcançar níveis de formação mais elevados que o de seus pais, não correspondia ao requisito de finalizar esse percurso. Isso,

segundo destaca D'Amelio et al (2001), se manifesta nas altas porcentagens de instrução incompleta que se registram na região para todos aqueles que já não continuavam estudando, dado que tinham a possibilidade da inserção laboral nas atividades petrolíferas. Essa lógica, que se evidenciava na década passada, continua vigente atualmente, num contexto totalmente diferente, no que diz respeito ao nível de instrução da população jovem. Cabe destacar que dados de 1998 mostram que a estrutura populacional de Caleta Olivia é jovem, sendo a idade média de 27 anos, com 40% da população menor de 18 anos, dados que coincidem com 47% da população NyC (Roldán, 2006).¹⁹⁶ No caso das mulheres, segundo estudos realizados na região, somente 7% alcançaram a escolaridade superior universitária.

Analisarei, a seguir, cada uma das formas que as distintas propostas laborais oferecidas pelo Estado e que representaram um "sustento temporário" (Alcain, 2012) das necessidades laborais das mulheres.

1. As empresas de serviços, entre elas OIL S.A, na qual as mulheres ingressaram, depois de vários meses da primeira tomada, mediante convenio coletivo petrolero, visto que estavam contratadas, mas não eram convocadas para o trabalho. Diante dessa situação as mulheres decidem se organizar e pressionar a empresa indo diretamente para o trabalho. Lá, chegando foram enviadas para trabalhar no campo, perto de Las Heras, longe da cidade de Caleta Olivia, no qual deveriam realizar trabalho de recuperação das zonas estragadas pelos derrames de petróleo da empresa REPSOL/YPF. Desse modo, se bem que isto tenha sido uma conquista, manteve-se um campo de disputas onde as mulheres deverão continuar com a luta, desta vez para trabalhar em condições dignas. Com que situação se encontraram as mulheres?

Nos dieron la ropa, nos mandaron a trabajar, nos dejaron tiradas en el medio... Querían venir a trabajar?... Entraron a trabajar, nos dicen. "Súbanse al colectivo, que ya les traemos las herramientas". Para eso, no teníamos térmicos, y no teníamos nada, y no nos llevaron las herramientas, nos dejaron en el campo tiradas, nos dejaron en el campo sin herramientas, o sea que no podíamos entrar en calor, un frío, era en julio, no podíamos hacer nada, y nos metíamos en esos caños de petróleo que hay, para calentarnos, nos abrazábamos... Así que bueno, yo tenía una vena. Yo les digo a las chicas, bueno no se

¹⁹⁶ Dados obtidos do *Plan Estratégico Caleta Olivia*, a cargo da consultora Moier y Asociación Acción, desenvolvida pela UNPA UACO através de grupos focais, entrevistas, enquetes e encontros intersetoriais.

hagan problema, ahora van a venir, con que van a salir a trabajar, cualquiera... Mientras no tengamos la ropa no salimos. (Guada)¹⁹⁷

Vimos assim, que a empresa as jogou no campo, sem uniformes próprios, num ambiente muito frio e sem as ferramentas para o trabalho. Essa foi a primeira atitude da empresa, dentre as outras. Elas citam a falta de um espaço próprio para almoço e a falta de sanitários químicos. Então aparecem os primeiros protestos pelas condições de trabalho. Estavam no meio do pampa seco, com muito vento, comendo no meio do mato com espinhos foi uma das agruras que mais uma vez, passaram as mulheres.

Essas estratégias utilizadas pelos empresários para negar trabalho às mulheres foram respondidas com reclamações sobre as más condições de trabalho, exigência de porcentual adicional salarial por *zona desfavorável* que era oferecida para os trabalhadores de Las Heras e o pagamento de horas extras para as mulheres. A respeito dos sanitários, retomo a discussão de Roldan (2006) sobre a importância deles para as mulheres e sobre como se escutam, recorrentemente, piadas dos homens petroleiros sobre a não oferta de sanitários para as mulheres no campo. Torna-se um verdadeiro problema, porque, por normas de segurança, não se pode tirar o capacete e não se pode abaixar o macacão. Caso contrário, normas estariam sendo violadas. Imagine o que significa para as mulheres que para satisfazer suas necessidades fisiológicas têm de ficar nuas no meio do deserto patagônico, com toda a significação que isso pode adquirir. É um aviltamento na sua integridade moral.

Além disso, no início do trabalho elas usavam pás de cabo longo para remover o petróleo seco. Nos últimos tempos, após as reclamações por condições de trabalho dignas, foram obrigadas a usar pás de cabo, o que as obrigava a se agacharem e ficarem ajoelhadas no chão frio e gelado para a remoção do petróleo.

Outro problema foi a estranheza dos homens trabalharem com mulheres no campo. A maioria dos trabalhadores das empresas petrolíferas se

¹⁹⁷ Tradução: “Deram-nos a roupa, nos mandaram a trabalhar, nos deixaram abandonadas no meio do campo. Queriam vir a trabalhar? Começaram a trabalhar, nos dizem. “Subam ao ônibus que já lhes traremos as ferramentas”. Para isso, não tínhamos macacões térmicos e não tínhamos nada, e não nos levaram as ferramentas, ou seja, não podíamos nos aquecer, um frio! Era julho, não podíamos fazer nada, e nós metíamos nesses canos de petróleo que existem, para nós esquentar nos abraçávamos... Assim, bem, eu tinha uma bronca! Eu disse para as meninas, bem, não tem problema, agora vão vir para sair a trabalhar... Enquanto não tivermos roupas, não vamos sair.” (Guada)

comportava com base na representação de gênero de que o único lugar da mulher é o trabalho doméstico.

Aparte porque nunca se habían visto mujeres trabajar en el campo, y decían, bueno, que las mujeres no podían hacer el trabajo de hombre, que se yo. Todas hacíamos el trabajo que hace un hombre, agarrar una pico, una pala, agarrar una barreta, y nos acostumbramos. Así que teníamos músculos igual, todas musculosas. Eh... no y hacíamos el mismo trabajo. Había chicas que eran chofer, había chicas que habían ido a aprender soldadura. Porque les gusto el trabajo en el campo, había otras chicas que habían aprendido a manejar las maquinas. (Cele)¹⁹⁸

Entendo que deve ter sido impactante ter mulheres trabalhando num lugar tão inóspito. E agora? Como tratá-las? Há uma subversão da ordem patriarcal estabelecida. As mulheres se acostumaram a usar ferramentas pesadas, gostaram de realizar trabalhos no campo e cobravam os mesmos salários que os homens. O problema era com as horas extras.

Lo que si nosotras no teníamos era que nos den horas extras, como mujeres. A los hombres si, a la mayoría de los hombres le daban horas extras. Pero nosotras, cuando reclamamos que también queríamos hacer horas extras, que podíamos, no nos querían dar, o sea, era para algunas cosas si, para otras cosas no. (Cele)¹⁹⁹

As mulheres em 2007 iniciam uma greve para reclamar o porcentual adicional por *zona desfavorável*, apoiada pelo sindicato petroleiro, que no meio da mesma as abandona. Primeiro lhes diz que podem fazer a greve; depois dela iniciada, vão dizer que não deviam continuar ". O sindicato deu para atrás, nos deixou abandonadas!!" (Cele). A greve é declarada ilegal e simplesmente as despedem, um total de 43 pessoas, a maioria mulheres. Era suspeita a atitude do sindicato que não a mediou junto à Secretaria de Trabalho. A luta

¹⁹⁸ Tradução: "Ademais, porque nunca se tinha visto mulheres trabalhar no campo, e diziam, bem, que as mulheres não podiam fazer o trabalho de homem, sei lá. Todas fazíamos o trabalho que faz um homem, pegar uma picareta, uma pá, agarrar uma alavanca e nos acostumamos. Assim, tínhamos músculos igualmente, todas éramos musculosas. E... fazíamos o mesmo trabalho. Havia meninas que eram motoristas, havia meninas que tinham ido apreender a soldar. Porque gostaram do trabalho no campo, havia outras meninas que haviam aprendido a conduzir as maquinas. (Cele)

¹⁹⁹ Tradução: "O que aconteceu é que nós não tínhamos, não nos davam horas extras, como mulheres. Aos homens sim, a maioria dos homens tinha horas extras, mas nós, quando reclamamos que também queríamos fazer horas extras, que podíamos, não nós queriam dar, ou seja, era para algumas coisas sim, para outras não. (Cele)

pelo retorno ao trabalho se torna aguda, tomam o sindicato, denunciam que o sindicato as traiu. Numa assembleia geral de 1.500 trabalhadores homens, atiram cadeiras, gritam, batem no secretario geral. Dias depois, sem nenhum resultado positivo, Guada e Manu (irmã de Jessi) se acorrentam em Rio Gallegos (Capital de Santa Cruz) e, a partir daí, asseguram o retorno ao trabalho. Entretanto fizeram-nas escolher entre a Fundação Olivia e a empresa EMPASA; não as deixaram voltar para a OIL S.A. O grupo, em sua maioria, decide ingressar na Fundação Olivia, onde permanece até agora.

Como se pode entender esse processo de exclusão das mulheres por parte das empresas? Por um lado, torna clara a apropriação da ideologia de gênero pelo capital para se beneficiar. Não é de interesse de a empresa aumentar seus postos de trabalho para absorver um segmento cujo lugar validado pela sociedade é o espaço privado e não o público. Dentro dessa concepção, as empresas se preparam para oferecer as condições de trabalho somente para homens e até por isso tampouco lhes interessa garantir as condições adequadas ao trabalho para as mulheres. Pode-se supor que queriam demonstrar que as mulheres não podiam assumir tal tarefa. Como explica Roldan (2006), a partir da fala de outra trabalhadora: "o que querem provar é que a mulher não serve, nos começam a tratar como se fôssemos lixo". São tratadas, pois, nas piores condições; na realidade, era um castigo por tanta ousadia, a de quererem se comportar "como homens". No fundo, novamente, as relações patriarcais estavam presentes. Vão pagar pelo que fizeram! Vamos domesticá-las! Há uma serie de maus-tratos com o objetivo de que se cansem e abandonem o trabalho por não suportarem o peso das atividades oferecidas. São as descartáveis, as barulhentas, que ninguém quer em sua empresa. Um gerente de empresas disse para Alcaín (2012): "Não interessava às empresas empregá-las, obviamente. Que empresa quer gente conflitiva e que, além do mais, não sabe fazer nada?"

2. As "protoempresas" foram criadas a partir de licitações promovidas pela Prefeitura, com as quais manteria um contrato de serviços. Foi visto que as mulheres denunciaram a pouca transparência das licitações. Apresentavam-se, segundo denunciavam as mulheres, os "conhecidos" do governo, e eles ganhavam as licitações. Essas empresas criadas por licitação, já eram precárias na sua composição, e o trabalho que ofereciam se baseava na

precariedade laboral dos trabalhadores e trabalhadoras: trabalho por tempo determinado, sem garantia de aposentadoria. À medida que era decretada a sua falência, elas repassavam o pessoal para a prefeitura, sobredimensionando a capacidade de contratação desta. Já em 2004, D'Amelio (2001) explicava que o 46,5% do emprego em Caleta Olivia era de trabalhadoras e trabalhadores públicos. D'Amelio também assinalou que, logo após a reestruturação produtiva, só 19,2 % da população ativa se empregava no petróleo. Em 2002 o índice caiu mais, alcançando 14,8 % (*La Nación*, 2004b).

A resposta não fazia mais do que reforçar o profundo caráter desregulador do trabalho, no qual aparece claramente o Estado provincial e municipal como patrão e catalisador do desemprego. As empresas EMPASA e Fundação Olivia sobreviviam, majoritariamente, com os fundos que provinham de acordos entre o governo local, provincial e as empresas operadoras petroleiras. Tais acordos não eram claramente explicitados para os trabalhadores, mas, estabeleciam que os fundos fossem destinados para o pagamento dos salários e subsídios ao desemprego. Mediante a terceirização, o Estado não só se desresponsabiliza pela "situação" dos trabalhadores e das trabalhadoras, senão também busca as formas de neutralizar os embates dos trabalhadores desempregados e desempregadas, por um lado, e os empresários, por outro. Assim, o que tem feito o Estado é mediar o conflito entre as classes.

Nesse contexto, foi criada a EMPASA em 2005, num contrato de dois anos, com o perfil de empresa empregadora dos desempregados e das desempregadas mobilizadas, para realizar trabalhos de recuperação ambiental nos campos petrolíferos da REPSOL/YPF. A empresa contava com 76% de mulheres. Sara trabalhou na EMPASA e explica que os principais problemas que a empresa apresentou foi a falta de tarefas para realizar. As mulheres permaneciam horas sem ter trabalho, dentro das caminhonetes da empresa, onde, também, comiam. Como no grupo anterior, também, não contavam com banheiros. Evidentemente, não estavam criadas, nem contempladas, as condições contextuais para receber mulheres dentro da região, atendendo a sua especificidade.

Comíamos en el campo, adentro de las "Trafic". No teníamos un comedor, no teníamos baños, por lo general no. De a ratos, nos decían quien quiere ir al baño y nos llevaban en las "Trafic". La zona era en Cañadón Seco. (Sara)²⁰⁰

Y, bueno, en esa empresa, a pesar de que nosotros trabajábamos para las petroleras, teníamos un sueldo fijo, pero era bastante denigrante para la mujer, te humillaban bastante. Hacíamos surcos en el campo, plantábamos arbolitos que después no se regaban. (Sara)²⁰¹

Yo ahí me jodi la columna, porque hacia presión sobre las cosas de petróleo, de gusto, porque no llevaba a nada, era para mantenernos ocupados, Si como esclavos, en el sol, en el frío [...] Y bueno, después de un tiempo, conseguimos que nos den los dos días para atención familiar. Conseguimos varias cosas, después peleamos por el día femenino, eso no lo conseguimos, nos tenían trabajando en el campo petrolero, pero teníamos el convenio rural. (Sara)²⁰²

Para Alcain (2012), a EMPASA é uma combinação de informalidade e instabilidade, utilidade e inutilidade. A informalidade do contrato coexiste com a insegurança e incertezas, e a admissão forçada indica o fato de os trabalhadores serem considerados prescindíveis ou desnecessários. No artigo, "*Los (sin) sentido de los empleados de EMPASA*", Alcain (2012) se interroga sobre o valor do trabalho dos desempregados nessa empresa e como ele é sentido pelos trabalhadores. Considera um trabalho desnecessário: "Não é um serviço solicitado pelas operadoras ou pelo Estado, senão 'criado' a partir de um protesto pontual." Lamentavelmente Alcain (2012) não realiza uma análise a partir da perspectiva de gênero, quando a maioria dos trabalhadores é mulher. Por outra parte, não concordo com suas análises em considerar que o Estado pretendia esconder a pobreza. Acredito, que se o Estado e o governo desenvolveram as políticas neoliberais com os estragos que fizeram, não lhe faz diferença mostrar ou não mostrar a pobreza. Entendo que o eixo da discussão sobre o papel do Estado vem à tona com a emergência do conflito

²⁰⁰ Tradução: "Comíamos no campo, dentro das 'Trafic'. Não tínhamos um refeitório, não tínhamos banheiros, em geral não. Em alguns momentos, nos perguntavam quem quer ir ao banheiro e nos levavam na 'Trafic'. A zona era em Cañadón Seco." (Sara)

²⁰¹ Tradução: "E bem, nessa empresa, apesar de trabalhar para as petroleiras, tínhamos um salário fixo, mas era bastante degradante para a mulher, nos humilhavam bastante. Fazíamos sulcos no solo, colocávamos árvores que depois não eram regadas." (Sara)

²⁰² Tradução: "Eu, ai danifiquei a coluna, porque fazia pressão sobre os resíduos de petróleo, por puro fazer, porque não levava a nada, era para nos manter ocupadas. Sim, trabalhávamos como escravos, no sol, no frio. [...] E bem, depois de um tempo, conseguimos que nos dessem dois dias de licença para atenção familiar. Conseguimos varias coisas, depois lutamos pelo dia feminino, e isso não conseguimos, nos mantinham trabalhando no campo petrolero, mas tínhamos o convenio rural." (Sara)

de classe, fazendo com que os governos se sintam obrigados a atuar nesse campo de forças.

Em 2007 se produz a greve e um protesto com bloqueio de estrada de 21 dias, por parte das trabalhadoras, para sair do enquadramento do Convênio UATRE como trabalhadoras rurais. Solicitavam pertencer ao convênio petroleiro. O bloqueio da estrada nº 3 não permitia o trânsito de caminhonetes, caminhões, nem traslado da produção petroleira. No trajeto dos ônibus que deviam transportar militantes do FPV para Rio Gallegos, para um ato de campanha de Cristina Fernandez, a repressão da *gendarmería* contra o bloqueio foi tão arrasadora que utilizou balas de borracha (antidistúrbios) para dispersar os e as manifestantes. Uma jornalista da Rádio 21 recebeu três balaços nas pernas, e o filho de Norma, também. Foi uma violência de grandes proporções.

Quando a empresa estava para despedi-las em 2010, levou-as todas para o centro da cidade para trabalhar num *camping*, e isso começou a fazê-las suspeitar de que ela estava falida. Por isso, decidiram se organizar para reclamar estabilidade. Foi aí que bloquearam a entrada da SEAVE, outra empresa criada pelos mesmos proprietários da EMPASA, aparentemente para fazer o repasse de pessoal por ocasião de uma suposta falência, isto é, uma falência fraudulenta (*Tiempo Sur*, 2010). As trabalhadoras foram distribuídas em distintos setores da prefeitura e da província, e as que ficaram foram vinculadas à empresa Três Cerros (Sara)²⁰³ Até o ano passado (2014) solicitavam a transferência para cargos do Estado (*La Vanguardia del Sur*, 2014)

No caso das mulheres que ingressaram nas empresas Roalme e Lavras, foram enviadas para realizar a limpeza e a manutenção das ruas e espaços públicos, bem como o reflorestamento da cidade de Caleta Olivia. Hoje, absorvidas pela prefeitura, continuam realizando essas tarefas. É comum vê-las, no meio da manhã, limpando as avenidas, pintando cartazes na cidade, recolhendo lixo nos arredores, em dias de muito frio, entre outras tarefas.

²⁰³ Ver artículo: *La empresa minera Tres Cerros ofrece empleos a Ex Empasa*, 4 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.miningpress.com.ar/nota/52093/santa-cruz-minera-tres-cerros-ofrece-empleos-a-ex-empasa>.

Nos mandaron a hacer todo Caleta, hacer todo verde. A pagar derecho de piso. Movíamos piedras grandes, a pulso, en la carretilla a pulso, ordenarlas bien ordenaditas, camiones y camiones de piedra. Yo, en mi último suspiro, abría la puerta, me sentaba y me dormía sentada. Lés mostramos que queríamos laborar. (Lau, explicando sobre seu trabalho em Roalme)²⁰⁴

Son empresas fantasmas, porque nunca fueron empresas, es como que vos tienes un capital y licitas. En realidad, se lleva toda la moneda, porque ellos, después, se dieron cuenta todo lo que le pagaban a las empresas. La municipalidad... Entonces se dieron cuenta que, en vez de pagar todo eso, nos absorbió, nos tomó a todas. (Lau)²⁰⁵



Fotografía própria, maio 2015

Em 2010, as mulheres entrevistadas, trabalhadoras de Roadne e Lavras, foram contratadas pela prefeitura, que decide incorporar 160 ex-empregadas ante a dissolução dessas empresas (OPI Santa Cruz, 2010). As reflexões proporcionadas pela *Organización Periodística Independiente* (OPI) Santa Cruz (2010), em diversas matérias, corroboram o que as entrevistadas destacaram: que essas empresas surgiram no bojo das lutas e que havia vínculos de proximidade delas com o Prefeito da cidade, o que lhes dava vantagens nas licitações. Em 2013, elas passaram para o quadro permanente, com outros 400

²⁰⁴ Tradução: “Mandaram-nos fazer toda a Caleta, deixar tudo verde. A endireitar chão. Transladávamos pedras grandes, na mão ou com carretos, tínhamos de organizá-las bem, quantidades enormes de pedra. Eu, com meu último suspiro, abria a porta, sentava-me e dormia. Mostramos-lhes que queríamos trabalhar.” (Lau, explicando sobre seu trabalho em Roalme)

²⁰⁵ Tradução: “São empresas fantasmas, porque nunca foram empresas, é como que você tem um capital e licita. Na realidade, levam todo o dinheiro, por que eles, depois, deram-se conta que, em tudo pagaram (a prefeitura), as empresas pagavam. Então deram-se conta de que, em lugar de pagar todo isso, era melhor nos absorver, e nos empregaram a todas.” (Lau)

empregados e empregadas provenientes das empresas mencionadas e da empresa Urbano (*La Vanguardia del Sur*, 2013)

3. A reestruturação produtiva teve como eixo central a organização de cooperativas. A partir do governo local, estimulou-se a criação delas, que realizavam atividades de cuidado e limpeza dos espaços verdes, de limpeza da cidade, serviços de zeladoria, limpeza das escolas, cuidado de crianças em jardins maternos, de idosos em lares. Entre elas, a mais antiga era Ore Aike²⁰⁶. Por intermédio da prefeitura, que as contrata, realiza-se o pagamento dos salários, seja mediante os aportes realizados pelas empresas operadoras (como foi visto anteriormente), como dos aportes dos programas sociais. Em algumas organizações piqueteiras de Pico Truncado, suas integrantes manifestaram não ter conhecimento prévio de condutas cooperativistas, porém viram-se obrigadas a aceitar essa nova relação, no momento da negociação²⁰⁷. Podemos dizer que essas cooperativas não surgem a partir de atitudes de cooperativismo de suas integrantes, senão como imposição. As condições laborais que se desenvolvem, sem plano de saúde, sem os direitos laborais, com atraso no pagamento de salários, a falta de insumos e equipamentos, a submissão às condições de trabalho extremamente adversas, entre outros, mostram as condições de precarização laboral das mulheres.

Las cooperativas están llenas de mujeres. Uh!!! Pero esas mujeres también la pasan horrible, porque se aprovechan de ellas, de las cooperativas [...] Es esclavizante. En realidad, no se trabaja como cooperativa sino como empresa, eso es lo que ha pasado con las cooperativas. Ellos dicen que son cooperativas. (Sara)²⁰⁸

Sara coloca em questão se essas organizações podem ser consideradas cooperativas e denuncia a existência de uma hierarquia de chefias que reproduzem as relações de submissão capitalista. No ano de 2005, aprova-se a lei de promoção de cooperativas. Com esse sistema, cada vez que as

²⁰⁶ Empresas de Serviços: Oil (2003); empresas contratadas da Prefeitura: EMPASA, Lavras, Roalme, SEAVE; empresa do Estado Provincial: Fundação Olivia; cooperativa: Ore Aike.

²⁰⁷ Segundo esta pesquisa na atualidade a prefeitura de Caleta Olivia conta com a terceirização de 41 cooperativas. Em Pico Truncado, em 2009 com uma população de 15.000 pessoas registravam-se 15 cooperativas de mulheres de aproximadamente 50 integrantes cada uma.

²⁰⁸ Tradução: "As cooperativas estão cheias de mulheres. Uh!!! Mas, essas mulheres também passam dificuldades, porque se aproveitam delas, das cooperativas [...] É escravizante. Na realidade, não se trabalha como cooperativa, senão como empresa, isso é o que tem ocorrido com as cooperativas. Eles dizem que são cooperativas." (Sara)

mulheres solicitavam trabalho, sugeriam a criação de cooperativa, isto é, agrupar-se e apresentar uma proposta. Assim, essas cooperativas, criadas por uma legislação específica de corte neoliberal, constituíram uma estratégia para camuflar a exploração. A mesma prefeitura, depois, contratava as empresas, as grandes empresas contratantes e essas terceirizavam as cooperativas, através de um contrato que as dispensava de todos os custos associados aos direitos garantidos pelo assalariamento formal. Ou seja, os trabalhadores são cooperativados e, nessa condição, não são assalariados, o que lhes retira a proteção social do Estado, já que, teoricamente, eles estariam se “autogerindo” e, assim, se “autoprotegendo” (Druck; Franco, 2009). Esse tipo de cooperativa tem crescido como instrumento de delegação de toda responsabilidade do Estado.

Na realidade, conforme é demonstrado nesta e em outras pesquisas, pode-se considerar as cooperativas como a forma de terceirização mais perversa, que se difundiu durante a década de 90, e foi o mecanismo utilizado, na região patagônica, para suprir a falta de trabalho decorrente da privatização das empresas públicas, como foi visto no capítulo II. Essas cooperativas nada têm a ver com o sistema cooperativista que emana das motivações individuais dos cooperados, para a produção de bens e serviços, nos primeiros anos do século XX na Argentina. Na realidade, elas se tornaram hegemônicas como modalidade de trabalho precarizado e encoberto, durante a implantação do modelo neoliberal, distorcendo totalmente a essência do "ser cooperativista". Por trás de uma máscara da solidariedade, o neoliberalismo encontrou, nos termos de Druck e Franco (2009), uma forma legal – coberta pela legislação – de exploração e uma forma de alimentar uma ilusão para aqueles trabalhadores que acreditavam ser a cooperativa uma alternativa de autogestão e de trabalho solidário, muito além de uma alternativa ao desemprego.

4. Em reiteradas oportunidades, durante o desenvolvimento desta tese, foram apresentados os debates em torno dos programas sociais, como ingressaram na região e como as mulheres os interpretam. Tanto os programas como as cooperativas foram recebidos por elas apenas como um meio para se sustentarem, com o olhar posto na possibilidade de ingressar como trabalhadora formal nas empresas petrolíferas, na prefeitura ou na província,

tanto é que elas não pararam de lutar pela estabilidade e pelos direitos. Há uma matéria no jornal *El espejo diario* (2013) que mostra as mulheres dos programas PRENOS reclamando o ingresso no quadro permanente da prefeitura (2013). O título diz: "Trabalhadoras de programas sociais também pedem quadro permanente". Destaco esta frase, pelo seu aspecto simbólico, porque é significativo que, hoje, as mulheres sejam tratadas pela mídia como trabalhadoras. Acredita-se que esse dado é uma referência às mudanças que se produziram no plano objetivo e, sobretudo, no simbólico, a partir da luta das mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras, pois, anos antes, eram consideradas apenas como as beneficiárias dos programas. Na fotografia, anexa, podemos apreciar Norma e Lia acompanhando o protesto. No cartaz está escrito: "Basta de trabalho informal".



El Espejo diario, outubro de 2013.

Em geral, o que mostram os trabalhos disponíveis para as mulheres é que elas foram expostas a realidades laborais muito duras, a trabalhar no campo e nas ruas, sem as condições e os direitos dos demais trabalhadores. Assim, muitas delas têm apresentado problemas de saúde, por longas exposições a baixas temperaturas. O corpo novamente aparece denunciando a exploração desumana do capital sobre as mulheres.

As mulheres manifestam que, apesar de saberem que não era o melhor que tinham conseguido, era, finalmente, a possibilidade de ter um trabalho, e, por outro lado, a possibilidade de, através da luta, conseguir se inserir na

estrutura de emprego municipal e estadual. Esse era o objetivo daquelas que não tinham conseguido, em 2004, ingressar na estrutura empresarial petroleira, mas não tinham perdido a esperança de obter trabalho digno. Isso significou novas aprendizagens, aprender a lidar com um mundo hostil, reestruturar-se ante a contingência e continuar lutando. Por isso, para este estudo, considero que o trabalho continua a ser algo central na vida das mulheres, mesmo na forma assumida no capitalismo atual, como trabalho em tempo parcial, temporário, informal. Filio-me aos que, como Antunes (2002) e Hirata (2001/2), seguem defendendo a centralidade do trabalho e reconhecem sua transformação no contexto atual, mas, por levar em conta as novas modalidades de trabalho, consideram que a atividade real do trabalho continua a ter um lugar estratégico em nossas sociedades. Sabemos que isso fortaleceu as mulheres, as habilitou a encontrar consigo mesmo mesmas, a se sentirem, em geral, orgulhosas do que faziam e que contribuíram para mudar a percepção social a respeito do lugar do trabalho da mulher e do lugar desta na sociedade. Vale destacar que em 2013 foi apresentado à Câmara de Deputados e Deputadas da Nação pela senadora Parrilli Nancy, do estado provincial de Neuquén um projeto de lei de equidade entre os sexos nas empresas petrolíferas. (*El Patagónico*, 2013).²⁰⁹. Com estatuto parlamentar a partir de abril de 2015 Nro 40 (30/04/2015), Tramite 2404-D-2015, o projeto tem recebido em 23 de setembro de 2015 a aprovação de três Comissões: Energia e Combustíveis, Legislação do Trabalho e Família, Mulher, Infância e Adolescência e foi enviado à Câmara de Deputados para sua sanção (*Telam*, 2015). O artigo 1 explicita que tem como objeto "regular o ingresso equitativo das mulheres às empresas públicas e privadas do sector hidro - carbonífero, garantindo um mínimo de 30% de empregos femininos no setor". O projeto "é o resultado de una serie de encuentros, oficinas e jornadas organizadas na província de Neuquén sob o lema "*El Petróleo también es cosa de Mujeres*", [...] com a participação de mais de 500 mulheres e autoridades" Os fundamentos do projeto enfatizam o direito do ingresso da mulher a todo tipo de trabalho, considerando a diversidade do trabalho que tem a indústria minera (República Argentina, 2015).

²⁰⁹ El patagónico em: <http://www.elpatagonico.com/media-sancion-la-ley-que-promueve-la-equidad-genero-el-empleo-petrolero-n721330>

4.3.3 O trabalho das mulheres e a reserva.

A noção de desemprego, utilizada como "falta de", não dá conta da realidade dos processos que as mulheres vivenciaram, não só da exploração, senão de sujeição ao capital. Tampouco dá conta como "reserva", quando os processos produtivos, como no caso das relações petrolíferas, impedem a incorporação das mulheres, sobretudo em determinadas áreas, revelando, assim, as relações de maior opressão das mulheres. Claramente, *exercito industrial de reserva* é uma expressão que deve ser analisada em todas as suas dimensões e reatualizações, para poder explicar o desemprego das mulheres na atualidade. O capitalismo global tem criado uma massa de trabalhadores e trabalhadoras que não reúne o perfil requerido como mão de obra utilizável pelo atual capital. Essa reserva trata, pelo contrario, de um agregado de trabalhadores e trabalhadoras cada vez mais precarizados, que têm poucas chances de se incorporar. No caso das mulheres que não alcançam esse perfil, o fechamento dos postos, para elas, em determinadas áreas, é ainda maior, dado que não se as considera "aptas" ("carecem de força") para realizar um trabalho considerado masculino. Sobre esses dois eixos, é pouco possível que, em algum momento do ciclo econômico, possam ser incorporadas²¹⁰, quer dizer, converter-se em força de trabalho utilizável. Nesse sentido, essas mulheres, sequer são pensadas como exercito de reserva para a indústria petrolífera na Patagônia.

Concordo com Saffioti (2009) que, na estrutura patriarcal capitalista, as mulheres não figuram como trabalhadoras, mas tão somente, ou pelo menos, fundamentalmente, como mulheres, pensadas apenas para o trabalho doméstico, não remunerado, não formal e não profissional. O sistema capitalista patriarcal da região baseia-se na organização do trabalhador homem, para impedir o ingresso das mulheres em suas bases operacionais. O trabalho doméstico, imprescindível para a reprodução do metabolismo social do capital (Antunes, 2006), encontra, no capitalismo, seu aliado mais importante. Sendo assim, pouco interesse tem esse sistema de produção em mudar as

²¹⁰ Dirnestein (2013, p. 73), apoiada nas teses de Num sobre a conformação de uma massa marginal que já não é parte de uma mão de obra utilizada pelo capital segundo os ciclos de produção, expressa que a noção de exclusão cria, em relação às mulheres desempregadas, a ideia de que sejam incluídas na força laboral "cinicamente compelidas a trabalhar sem possibilidades reais de fazê-lo; a noção de exclusão sustenta a ilusão de que a reserva pode, em algum momento do ciclo econômico, incluir-se , quer dizer, em força de trabalho utilizada."

relações existentes. O capital petroleiro precisa de mulheres fieis e dóceis dentro de seus lares, para propiciar sossego a seus parceiros após um dia de trabalho agitado. E, por sua vez, não reconhece (explicitamente) a produção e a reprodução do trabalho das mulheres como uma atividade socioeconômica e como fonte de acumulação de capital. Em contraposição, mistifica essa atividade como recurso natural, ao mesmo tempo em que se aproveita da condição não assalariada do trabalho das mulheres. O trabalho não pago das mulheres contribui para o capital, aumentando a mais valia.

Não há impedimento físico para as mulheres realizarem o mesmo trabalho que os homens, ainda que este requeira força. Nas falas, as mulheres mostram que aprenderam a fazer soldas, aprenderam a dirigir caminhão, aprenderam a construir, a retirar o petróleo derramado, a manusear as máquinas, e gostaram, fazendo bem e com o maior prazer. Só há argumentos baseados em discriminações sexistas para evitar a subversão dos espaços.

Para pensar essa divisão do trabalho, ainda presente, apesar dos avanços que a luta feminista e das mulheres tem trazido, tanto no plano das práticas concretas como no plano simbólico, retomo as análises sobre a exclusão das mulheres do pacto de iniciação dos homens. Amorós (2005) destaca que a exclusão não é só institucional, senão que dela também participam os homens. Ainda que este não seja o arquétipo viril do patriarcado, ele se inscreve numa lógica em que homens desiguais, como variável de classe, se constituem como iguais, como chefes de família e coautores de constrangimento do espaço ao coletivo de mulheres. Na sociedade patriarcal os homens encontram a chave de seu poder em outros homens, através de pactos interclassistas, inclusive inter-racistas, dirá Amorós (2005), que tramam e se constituem reciprocamente como pares com respeito ao conjunto das mulheres. O pacto entre homens se institui como dominação, em um espaço de iguais ou de pares. No entanto, as mulheres, no espaço das idênticas, ficam excluídas. É um espaço designado, um *topos*, no sentido dado por Amorós, constituído como lugar prático simbólico, que resulta em ser objeto de violência. Nesse sentido, a ordem objetiva - capital-patriarcado -, que se abanca no pacto simbólico da exclusão das mulheres, resguarda e legitima essa divisão dos espaços.

Os espaços diferenciados determinam poderes diferenciados. E se, na mãe, se resume e sintetiza a unidade de aceitação, como marca do pacto, na bruxa, se sintetiza a encarnação da traição. A bruxa é considerada a traidora por excelência, tem pacto com o diabo, reúne-se com outras bruxas em assembleias de bruxas, tramando diabólicos pactos. A caça às bruxas representa o reestabelecimento do pacto ameaçado (Amorós, 2005). Curandeiras e bruxas eram mulheres com poderes curativos e espirituais. Especificamente, as bruxas eram vistas dentro do espaço da rebeldia, de protesto generalizado contra a religião dominante e a ordem feudal. O extermínio das bruxas foi um crime contra esses poderes femininos, derivados de uma profunda sabedoria sobre a vida e a morte (Riquer, 1991). O extermínio, como fato histórico de três séculos atrás, não acabou, pois ainda está presente nos simbolismos e nas metáforas em torno das mulheres rebeldes. Não é, pois, casual a repressão vivida pelas mulheres de Caleta Olivia, quando se rebelaram contra o modelo instalado.

Em geral, como foi visto, as mulheres têm muito poucas possibilidades de trabalhar na produção petroleira. Mulheres sem qualificação laboral e rebeldes, menores chances têm, ainda, de serem consideradas como reserva nos enclaves petroleiros patagônicos. Só podem ingressar mediante uma luta organizada, como tem ocorrido em reiteradas oportunidades.

4.3.4 Da condição de sujeitos submetidos à de sujeitos emancipados

A reestruturação produtiva implicou na saída, para a esfera pública, de muitas das mulheres que, até então, permaneciam no papel de donas de casa ou se ocupavam em trabalho informal. Acredito que esse processo, em termos de hipótese construída a partir da análise da entrada das mulheres no movimento piqueteiro, produz mudanças significativas na subjetividade das mulheres, a partir do trauma social produzido pelas profundas mudanças estruturais na cotidianidade dos gêneros. Se for analisada a tranquila vida das famílias de Caleta Olivia dentro do modelo fordista, pode-se observar que as mulheres, indefectivelmente, não se declaravam como trabalhadoras, menos ainda como desempregadas. A categoria de autoidentificação da maioria delas era como dona de casa, noção assentada nas subjetividades como atributo natural da essência feminina.

A transição que se inicia na década de 90, a partir de transformações significativas, trouxe mudanças na subjetividade femininas. As mulheres passam a se reconhecer como trabalhadoras, e como trabalhadoras desempregadas, e dessa forma começam a aparecer nas estatísticas locais. Até então, apareciam como inativas ou donas de casa. Tal transição não foi feita por mulheres sozinhas, senão por mulheres que se juntaram a outras e a outros desempregados. Considero muito importante o momento em que elas se inscrevem nas listas de desempregados, como desempregadas. Acredito que ali se produz o *insight* nas mulheres, o que as transforma em mulheres ativas, em contato com os outros. Por isso, acredito que, a partir do trabalho das comissões de desempregados, quando elas emergem, e nas listas elaboradas para conhecer a quantidade de desempregados, ali as mulheres começaram a aparecer como tal (não como apêndices do marido), como mulheres desempregadas. Acredita-se que foi muito significativo para elas, no plano subjetivo, aparecer nessas listas, com nome e sobrenome, de modo a se reconhecer nessa condição. Também isso foi significativo no plano das relações objetivas, porque, nessa mudança, os índices de desemprego somavam uma massa não calculada até esse momento, que não as incluía. Um grande número de mulheres não aparecia nas estatísticas como trabalhadoras desempregadas. A noção de trabalhadora, acredito, nas mulheres estudadas, se consolida na luta, no processo de formação política, num processo que nem sempre é consciente, e que pode ter ocorrido em momento posterior ao autorreconhecimento como desempregadas. É possível que, nos primeiros momentos, considerar-se desempregada correspondia à fetichização do conceito de "estar sem trabalho", de "ser excluída". A concepção de trabalhadora desempregada, como parte do sistema produtivo, se constrói como um passo posterior, no fragor da luta.

4.4 Mulheres, comida e filhos.

A participação das mulheres nas ações coletivas trouxe mudanças no seu eu, mas também no seio de suas famílias. Longe de ser um espaço de pura harmonia e amor, a-histórica, como alguns estudos têm tentado mostrar, a família vivencia, no seu interior, tensões, conflitos e mudanças. Sua dinâmica é

atravessada pelas forças sociais e pelos embates de mudanças estruturais e conjunturais.

Observamos, nos relatos, como eles estão associados permanentemente à família. Afirmo que as tomadas constituem uma questão familiar, pois as mulheres vão acompanhadas por seus filhos, maridos, irmãs e irmãos, cunhadas. Como foi visto em Fernandes (2010), os laços primários estão presentes nas lutas e outorgam novos significados à mesma. Tudo o que rodeia essas lutas, com presença de mulher, está associado a essa trama de afetos e contatos. Os afetos aparecem nos relatos sobre a impossibilidade de os filhos e filhas continuarem estudando, porque tinham de sair para trabalhar, para sobreviver aos estragos da reestruturação produtiva na região (Norma, Lia). Ou sobre suas próprias histórias de abandono da escolaridade secundária. Sobre a dor que a miséria produz, sobre a raiva, os medos que as impulsionam para a luta, sobre a amizade e a solidariedade.

No seio das famílias, as mulheres tiveram de lidar com a oposição sutil e o temor de seus familiares mais próximos por sua participação (pais, mães, maridos, filhos). Esse conflito exhibe uma tensão difícil de resolver, entre a participação nas mobilizações e o cumprimento das tarefas domésticas: tinham de ficar dias nos acampamentos, nas tomadas, em condições de risco.

Como foi visto também, a participação foi mudando a percepção de suas próprias capacidades num âmbito diferente daquele do privado e familiar. Isso significou que desenvolveram maior autoridade em seus lares, podendo fazer-se escutar e ser respeitadas, negociando com seus maridos e, inclusive, com maior autoridade junto aos irmãos. Os relatos de Jessi, Enrica e Lau dão conta disso.

Assim, também se impõem aos maridos ante a violência doméstica de gênero:

Las chicas que hoy están trabajando dicen que están sacando tanta fuerza que el marido no las va a golpear ahora así como así, se genera otro tipo de independencia. La autoestima hace que hoy la mujer esté parada en otro lugar, ya no está en "pobrecita de mí que me pegan", sino que cada vez sale más a reclamar. (Marcela)²¹¹

²¹¹ As meninas que hoje estão trabalhando dizem que estão adquirindo tanta força que o marido não as vai golpear agora assim. Gera-se outro tipo de independência. A autoestima faz que hoje a mulher esteja situada em outro lugar, já não estão como as pobrezinhas de mim que me pegam, senão que cada vez mais sai a reclamar. (Marcela)

Referem-se à autoestima, ao fato de estarem situadas em outro lugar, deixando de ser a “pobrezinha”. Essas palavras dão conta dessas enormes mudanças nas subjetividades, como relata Guada. Em algumas situações, as separações têm aparecido. Isso implica uma mudança entre sua vida anterior e a vida com um salário seguro, que lhe permite independência.

Porque una vez que entraron a trabajar varias se separaron, estaban porque no tenían otra entrada, y vieron que uno podía laburar, tenían su sueldo. La independencia económica. Las que entraban al tiempo se separaron, porque claro tenían su sueldo. (Guada).²¹²

Assim como, no segundo capítulo, sublinhei a amizade entre Lia e Norma, também as amizades entre as mulheres jovens, que participaram das tomadas de 2004, têm tido importância fundamental para manter a estrutura de luta e solidariedade. A maioria das jovens se conheceu ali, na estrada, e a parceria entre elas mantém essas redes até hoje.

Y bueno, de ahí salimos, salió ella [sua cunhada], yo, y mi hermana. Y después a las otras chicas las conocí en la ruta. A Guada, a Cele, Natalia, Lali, Lorena, todas yo las conocí todas en la ruta.²¹³

Para Ramos (1995), as conotações de classe têm relevância no momento de construir laços. Explica: duas mulheres burguesas ou duas mulheres proletárias se sentem mais próximas entre si que a burguesa e a proletária. A solidariedade feminina costuma produzir-se dentro do mesmo grupo social. Essa solidariedade se manifestará também em aspectos da vida da família, como a organização das tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, a ajuda e proteção recíproca ante os maus-tratos dos maridos.

A solidariedade – apesar de ser uma temática referenciada por Durkheim, no sentido da coesão, por Marcel Mauss e Levi Strauss como trocas de doações –, nos últimos anos, foi estudada, também, em relação às

²¹² Tradução: “Porque, uma vez que começaram a trabalhar, varias se separaram. Estavam ali porque não tinham outra entrada de dinheiro, e viram que podiam trabalhar, ter um salário. Independência econômica. As que ingressaram, com o tempo, se separaram, porque, claro, agora tinham um salário.” (Guada)

²¹³ Tradução: “E, bem, daí saímos, ela (sua cunhada), eu e minha irmã. E depois, as outras meninas eu as conheci na estrada: a Guada, a Cele, Natalia, Lali, Lorena, todas eu conheci na estrada.” (Jessi)

reciprocidades, principalmente familiares, entre gerações (Attias-Donfut, 1988). Nesta pesquisa, trago os laços de solidariedade e o cuidado no âmbito da política e os resgato como uma prática coletiva construída a partir de valores opostos aos postulados capitalistas atuais, que descarta mulheres e jovens. Descartam, sobretudo, as mulheres que ultrapassam determinadas idades (que as deixam fora do circuito econômico) e que desvaloriza as praticas femininas como "sentimentais", "irracionais", "influenciáveis", sob a base dos estereótipos de gênero. Como manifestação política, a incorporação e o cuidado das mulheres de mais de 50 anos, proporcionando-lhes lugares para descansar durante as tomadas, e também a prioridade de serem as primeiras no momento de começar a trabalhar, representa uma subversão das lógicas mercantis do capital. O movimento provê um "nós", um sentido de pertença, dotando-as de uma identidade de luta comum. Assim, a solidariedade deriva-se de um viver e sentir comum, de compartilhar similares condições materiais de existência, com base num atravessamento comum da "questão social", que significa numa aproximação ideológica.

O acompanhamento de Norma e Lia, ainda hoje, a todos os protestos das desempregadas, além de ser uma prática política partidária (se podemos chamá-la assim), constitui parte do principio de solidariedade que, nas palavras de Gohn (2002, p. 253), é "o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto". Assim, a relação amorosa dirigida às mulheres mais velhas, às jovens adolescentes e às grávidas foi a referência dessa construção patagônica, em que sempre as porta-vozes (lideranças) ficavam para o último lugar no ingresso aos postos de trabalho – e até, em certas ocasiões, sem ingressar. É claro que, do ponto de vista político, liderança que não ingressa a trabalhar tem via livre para continuar a luta com outras desempregadas, mas também poderia ser o contrario. Então, a forma como cada grupo se apresenta, em especial, cria a unicidade, uma totalidade. A solidariedade é, então, esse principio que costura as diferenças e sistematiza as demandas. Nesse plano, as regras criadas por homens e mulheres, na Patagônia do frio e dos ventos, criam mudanças tanto no interior do grupo como na sociedade, porque termina sendo a contrafase do instituído.

Como adiantamos, as famílias na Patagônia respondem ao padrão patriarcal das economias do enclave petrolífero: famílias nucleares com presença de chefia masculina em mudança. Desenho familiar que viu-se profundamente afetado pelas novas relações laborais produzidas predominantemente pela reestruturação produtiva na região. Nessa nova situação as mulheres começaram a assumir novos papéis de chefias femininas; no início por necessidade, como já expliquei, mas arrisco dizer, que na atualidade, como resultado dos processos emancipatórios vividos na luta pelo trabalho. A participação das mulheres no trabalho fora do doméstico responde à abertura das mesmas para essa nova instância, e à abertura no cenário do trabalho de novas fontes de trabalho - algumas não desejadas - para as mulheres, produto, considero, do impacto produzido nestes últimos 20 anos pelas implacáveis lutas para estabelecer uma ordem mais justa para mulheres e homens.

Com índices atuais de desemprego menores que 3% a abertura do mercado de trabalho para mulheres, ainda que seja em áreas de serviços, tem favorecido esse processo de mudança no interior das relações familiares.

Em geral as novas famílias nucleares vivem em suas próprias moradias, muitas delas produto da luta com o Estado pela terra e pela moradia que se deram a partir da década de 90, quando o movimento de desempregados e desempregadas lutou também pelo acesso à moradia.

A casa, o lar, é o território onde se tecem as articulações familiares, mas também essas primeiras articulações da luta. As primeiras reuniões, tal como mostram as entrevistas, foram feitas em casas dessas mulheres. A casa foi o primeiro bastião de luta. Também é em suas casas o lugar onde elas me receberam.

5 A GERAÇÃO SE FAZ PRESENTE

O início do século XXI mostrou uma Patagônia como cenário de lutas que traziam como destaque a participação de mulheres jovens, desempregadas e à procura de trabalho. A demanda das mulheres, caracterizada por discursos reivindicatórios, significou a configuração de uma modalidade de ocupação do espaço público especialmente simbolizado pela noção de ruptura dos padrões de gênero e classe definidos para as mulheres na Patagônia. O fenômeno das mulheres no espaço público também significou a incursão delas no território (fortemente masculinizado) e sua apropriação.

No capítulo anterior, o eixo da análise foi colocado na construção dos processos subjetivos de gênero e classe das mulheres, acentuando as mudanças produzidas nelas e no seu cotidiano a partir da participação no movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregados. Neste capítulo, reflito sobre a luta pelo território, incorporando a perspectiva geracional. O propósito é poder entender aquelas noções que as mulheres trazem com tanta força durante as tomadas: "que nos devolvam o que é nosso"; "estão saqueando nossos recursos"; "levam todas as nossas riquezas".

Para isso, entendo-as como uma geração que trouxe novos sentidos de interpelação ao político, ao econômico e ao social na região, considerando que elas participam de um movimento que visa a denunciar a opressão e a exploração da nova configuração capitalista. Trata-se de uma geração que soube interpretar o contexto histórico e age em consonância, elaborando estratégias próprias e singulares.

5.1. Uma geração que cria historia

O conceito de geração utilizado nesta tese parte dos aportes de Karl Mannheim (1928), que, na década de 1930, introduziu, no seio da sociologia, a temática das gerações como construção teórica. Para esse autor:

... geração nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição, que compreende grupos de idade mergulhados num processo histórico social [...] a posição de uma geração é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração para outra. (Mannheim, 1928, p. 137)

O que define uma semelhança de posição não é o fato de as pessoas nascerem no mesmo ano ou viverem num mesmo tempo social. É, é antes de tudo, o fato de estarem submetidas às mesmas circunstâncias sociais e históricas. Só nessas condições a contemporaneidade é sociologicamente significativa. Uma geração, como uma realidade, é constituída quando contemporâneos semelhantemente “localizados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos que, de algum modo, estão ligados ao seu desenrolar, quando experimentam os mesmos acontecimentos, a mesma fase do processo coletivo e “estas experiências caírem sobre uma consciência semelhantemente ‘estratificada’” (Mannheim, 1928). Esse conceito de Mannheim (1928) é importante para a compreensão dos processos vividos pelas trabalhadoras desempregadas em relação à sua geração. Para entender um pouco mais a categoria, apelarei para as palavras de Bourdieu (1983, p. 113), o qual reconhece que as divisões entre as idades são arbitrárias: “a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente [...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável [...] somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. É por isso que os cortes, seja de grupos de idade, seja de gerações, variam inteiramente, e são objeto de manipulação.

Como foi visto, há toda uma geração de homens e mulheres, camadas de pessoas que foram atingidas diretamente pelo desemprego, pela precarização, pela instabilidade laboral e pelas mudanças de modelos econômicos e políticos, pessoas que experimentaram a passagem de um Estado de Bem Estar, centrado na produção nacional, a um Estado Neoliberal, baseado na economia multinacional. Os resultados dessas novas políticas têm sido o aprofundamento da desigualdade, a pobreza, a polarização social, a degradação da educação e da saúde, entre outros. Essa geração atingida pelas políticas de ajuste neoliberal encontrou-se cada vez mais desprotegida e separada dos referentes que até então tinham sido seus sustentos institucionais e políticos: os sindicatos e os partidos políticos.

Eu poderia dizer que, na Argentina, as diferentes gerações que transitaram do período compreendido entre a década de 1970 até a atualidade vieram e vêm, ainda hoje, sendo alcançadas por mudanças políticas que reestruturaram não somente a esfera política e econômica, senão também a social e cultural. Seriam aquelas distintas gerações que compartilham um

mesmo tempo social e histórico, como Mannheim (1928) descreve, a não contemporaneidade do contemporâneo. Isso quer dizer que diferentes gerações vivem no mesmo tempo. Mas, porque o tempo experimentado é o único tempo real, todas elas, na verdade, vivem em eras subjetivas qualitativamente diferentes. “Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades, numa variedade de possibilidades de experiência que as confronta a todas [...], mas para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente”, isto é, ele representa um diferente substrato do seu eu, que só pode ser partilhado com pessoas da mesma geração (Mannheim, 1928, p. 124)

Do grupo de pessoas desempregadas, um número considerável delas saiu a protestar contra o modelo imposto. Não foram todas: foram aquelas que “sentiam” que tinham de fazer algo para sair da situação em que se encontravam. Como bem diz Mannheim (1928), as gerações são grupos em processo histórico, mas os indivíduos da mesma idade só estão ligados como uma geração real se participam das correntes sociais e intelectuais características da sua sociedade no período e se têm uma experiência comum, ativa ou passiva, das interações de forças que construíram a nova situação. Numa mesma geração real, pode ocorrer que grupos de indivíduos proporcionem uma resposta intelectual e social diferenciada a um mesmo estímulo histórico experimentado em comum. Nesse caso, teríamos “unidades de geração”, separadas dentro de uma mesma geração. Poderia dizer, então, que, apesar de o descontentamento contra o modelo econômico imposto ser da população em geral, de maneira tal que explode em dezembro de 2001, e força a renúncia de um presidente, através de variadas formas de protestos (assembleias populares, piquetes, saques de supermercados, ocupações), os grupos que se rebelaram contra o modelo e contra o desemprego, como no caso dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados, criaram uma modalidade própria de organização. Desse modo, poderiam ser considerados como uma “unidade de geração” (Mannheim, 1928)

As gerações de pessoas jovens e, sobretudo, as mulheres foram diretamente atingidas pelo desemprego e pela precarização, como foi visto nas estatísticas apresentadas nos capítulos I, II e III. Fica expressa, assim, a profunda inter-relação das categorias de análise gênero, classe e geração,

amplamente defendida por Britto da Motta, quando explica "gênero e idade/ geração são dimensões fundantes de análise da vida social. Expressam relações básicas por onde se (entre) tecem subjetividades, identidades e se traçam trajetórias" (Britto da Motta, 1999, p. 207). Se for feita uma retrospectiva no tempo, veremos que as pessoas que, neste estudo, hoje, têm 65 anos, como no caso de Norma e Lia, em 2004, quando se produzem as tomadas da TERMAP, tinham com 55; na década de 90, durante a privatização de YPF, tinham 30 anos (adultas jovens), isto é, iniciaram uma luta sendo jovens, há 35 anos atrás, e promoveram a incorporação do tempo de outras camadas de mulheres jovens, que no momento tinham em torno de 20 anos. Constituíam camadas de idades diferentes, mas lutavam juntas por um mesmo objetivo: contra o neoliberalismo e as privatizações.

Assim, enquanto, a sua resposta intelectual, como uma unidade de geração, compõe um repertório de princípios que reclama a inclusão das desempregadas dentro das forças produtivas, os discursos que constroem esse "nós" estão ancorados em princípios de dignidade do trabalho, incorporação das mulheres como força produtiva, anticapitalismo, antiglobalização neoliberal – conotações que aludem, todas, aos aspectos que as atuais democracias excludentes adquiriram.

Nesse sentido, tomando as palavras de Mannheim (1928), essas unidades de geração não só compreendem uma participação estrita dos indivíduos num modelo de acontecimentos partilhados por todos igualmente, mas também uma identidade de resposta, certa afinidade no modo como todos se movem e são estruturados pelas experiências comuns. Nas unidades de geração, os laços que constituem são mais estreitos que aqueles que definem uma geração real, e os aspectos criativos e originais, criados especialmente por essa unidade de geração, estão ligados ao clima das mudanças sociais.

Mas a ideia de mudança, que tem lugar nas respostas geracionais atuais, está relacionada ao passado das lutas que ficaram gravadas na consciência social, visto que fizeram parte das experiências estratificadas dessa geração. Num país onde existe uma longa tradição de protestos e confrontos contra medidas governamentais, como na Argentina, a memória de lutas sindicais de princípios do século XX retorna ao presente nesses confrontos. Tal como afirma Tarrow (2009), estudioso de movimentos sociais,

existe, nas entranhas das lutas, a “memória de confrontos passados”. O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados expressa, em sua metodologia, repertórios de lutas passadas, que dão conta dessa historicidade (Svampa; Pereyra, 2003). A memória social é o elemento fundamental na articulação entre presente e passado. Nesse sentido, como explica Mannheim (1928, p. 140), é articuladora da transmissão de conteúdos culturais de uma geração para as outras posteriores. Então, “as experiências passadas podem ser incorporadas no presente como modelos conscientemente reconhecidos”. Mas nem sempre elas são incorporadas conscientemente. Marx, nesse sentido, marcava a importância de se reconhecer o caráter naturalizante que a transmissão geracional das relações de produção e reprodução adquire quando não se estruturam processos conscientes sobre a exploração e a alienação.

Uma geração comparte “afinidades” (Mannheim, 1928). Essas afinidades geracionais, no marco dos movimentos sociais, podem ser entendidas a partir das colocações de Scherer Warren (2009), que na década de 1990, destacou a relevância de os movimentos sociais construírem significados simbólicos e desenvolverem processos de conscientização coletiva a partir do retorno a suas raízes estruturais e históricas. No mesmo sentido, Tarrow (2009 p. 41) entende que os movimentos sociais constroem “quadros interpretativos da ação coletiva” onde a ideologia e a história têm um papel importante, como “pacotes ideológicos ou discursos culturais” para descrever aqueles “significados compartilhados que inspiram as pessoas a participar de uma ação coletiva”. O enquadramento interpretativo define o “nós” e o “eles” na estrutura do conflito de um movimento; ali se definem os limites de seus adeptos futuros e seus inimigos. Nesse sentido, as gerações se integram ao espírito inspirador da época, compartilhando valores, inquietudes e estruturando essa consciência, cultural, social e política. Na Argentina, são interessantes os estudos que tratam sobre a geração que desafiou a ditadura na década de 1970, a geração dizimada pela ditadura e os vácuos intelectuais e políticos que ficaram após genocídio do Estado repressor.

Vários autores (Mannheim, 1961; Foracchi, 1972) entendem que existiria uma força nos jovens para promover respostas de mudança social, como uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade. A característica

particular dos jovens é a de não aceitar a ordem consagrada. Foracchi (1972, p. 28) a respeito das respostas dos jovens às outras gerações de adultos, explica, que "os jovens são especialmente sensíveis às contradições entre a norma e a ação coletiva". Em momentos de crise social desenvolve-se um processo novo que Foracchi (1972) denomina de "desinstitucionalização da hipocrisia". O rompimento que o jovem faz nesses períodos não se efetua no plano da geração adulta como tal, mas aquilo que ela representa. (Foracchi, 1972, p. 28-29). Estas reflexões nos permitem aprofundar que, embora quase a totalidade do movimento esteja constituída por pessoas jovens que enfrentam um sistema político-econômico-patriarcal de pessoas adultas que, fazendo uso do poder, levam adiante o sistema, sendo responsáveis pela execução de ações a partir do marco ideológico dominante, a maioria de homens reproduz a desigualdade social e de gênero e a exploração do "outro". Aqui, as relações entre idades ou gerações travam-se no plano do político e econômico, saindo do tradicional conflito entre gerações no âmbito familiar e se colocam no plano das relações de poder institucionais mais amplas.

Particularmente as mulheres, neste estudo, mantêm uma performance que as caracteriza e as une: a história de exclusões e os marcos interpretativos que as convocam como geração têm uma importância enorme na construção grupal; biografia e tempo social se entrecruzam nelas. Como diz Britto da Motta (2010, p. 179), "cada geração reproduz uma longa e acidentada viagem no tempo, no tempo individual que se vive e no tempo histórico como dimensão em que se vive. Nesse sentido, viver a condição geracional e ter consciência dela é estruturante da memória - logo da própria reprodução social"

Retomando a noção de Jelin (2009, p. 3) de que em "cada conjuntura específica se vivencia uma multiplicidade de temporalidades, todas elas recorrentes do passado", poderia dizer que, nas mulheres estudadas, distintas temporalidades se entrecruzam: as marcas deixadas pelas lutas do passado das mulheres dos povos originários, como preservadoras da cultura²¹⁴, e as

²¹⁴ As comunidades atuais dos povos originários têm-se convertido num forte e reconhecido movimento social que luta para a restituição dos territórios apropriados desde a campanha do deserto, para a recuperação da cultura e da língua mapuche, propiciando seu uso nas escolas. Na Patagônia Central, as comunidades mapuches formam um núcleo de resistência que atua em todos os planos institucionais: essa luta significou a criação do INAI, da Cátedra Livre dos Povos Originários dentro de Universidade Nacional de la Patagônia SJB, a participação da Comunidade Mapuches-tehuelches Ñankulawen no Conselho Assessor da Cátedra Livre de Direitos Humanos. As Cátedras Livres, dependentes da Secretaria de Extensão da

lutas presentes de reparação histórica da apropriação de seus territórios. Acrescente-se o papel que tiveram as mulheres no prostíbulo *la Bataclana*, em San Julián, como foi visto no Capítulo II, ao rebelarem-se contra o exercito que executou os peões rurais, bem como o papel das Mães e Avós da Praça de Maio contra a ditadura e todos os vestígios autoritários que ficaram instalados na sociedade argentina. Todas foram bravas mulheres que construíram histórias de rebeldias na Patagônia Central. O entrecruzamento de temporalidades permite-me entender que o presente está atravessado pelas significações do passado, mas também esses sentidos se transmitem geracionalmente.

5. 2 De mães a filhas.

O estudo de Sardenberg (1998) sobre as famílias operárias de São Braz reconstrói o cotidiano do trabalho das mulheres na fábrica, acentuando a importante presença feminina nas fileiras dessa fábrica. Porém, o que me interessa resgatar do estudo de Sardenberg (1998, p.43) é a presença das sucessivas gerações de mulheres do bairro que herdavam, de suas mães, tanto o trabalho na fábrica como as moradias. Submetidos os homens à situação crônica de subemprego e desemprego, essa situação concorria para a "intensificação das redes de ajuda mutua entre mães e filhas, e conseqüentemente a formação de famílias extensas matrifocais, que se reproduziam de uma geração para a outra".

Neste estudo, como foi visto, se bem que as famílias correspondam ao padrão de família patriarcal contemporâneo em processo de transição, os laços de solidariedade e a ajuda mutua entre os membros das famílias e com outras famílias destacam-se como fortalezas que lhes permitem suportar os embates das forças estruturais. Resgatamos essas redes familiares de ajuda entre mães e filhas e entre as mães que acompanhavam as lutas de suas filhas e filhos, provendo o suporte psicossocial e emocional para as camadas mais jovens tremendamente maltratadas pelo sistema. Vejo, nesta pesquisa, as mães como

Universidade, tiveram, nos últimos anos, um papel político fundamental como âmbitos de discussão, análise e de mobilização cultural, disponíveis para toda a comunidade também promoção de ações articuladas de defesa de direitos e processos de construção de consciência social.

uma geração engendrada, compartilhando e transmitindo valores de solidariedade, princípios ético-políticos, entre elas e para com seus filhos e filhas (filha e filho no sentido genérico, não biológico) contra os poderes dominantes.

Desde a teoria das gerações, a importância da transmissão é fundamental no sentido de considerar as gerações refazendo cultura. Os preceitos da cultura são recebidos de outras gerações, “entram em contato com a herança acumulada” e são retransmitidos às novas gerações. Esse é um papel fundamental de formação no processo da herança cultural.

Esse aporte sobre a transmissão de experiências de uma geração para outra mostra que as mais velhas, dentro do grupo de mulheres, abrem caminhos que permitem a incorporação, na pesquisa proposta, da categoria gerações como categoria relacional. Assim, recuperando Mannheim (1928, p.137), saliento que a posição que uma geração assume “é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração para outra”. A memória social, como um elemento fundamental na articulação entre presente e passado, é estruturadora de processos atuais.

Nesse sentido, considero importante destacar como, na Argentina, a memória social tem sido transmitida de uma geração a outra. Primeiro, quero salientar que esses processos de transmissão geracional não passam inadvertidos na Argentina, pois são processos considerados políticos e construtores de cidadania, especificamente na recuperação dos processos de lutas passadas. A memória da repressão da ditadura é retransmitida a partir da expressão “verdade, memória e justiça”. Foram as mães da Praça de Maio, acompanhadas por outros organismos de direitos humanos, que levantaram esse lema como resistência, e foram também elas as encarregadas da transmissão e de impedir o esquecimento. Elas andam de lugar em lugar, de universidade em universidade, colocando seu corpo, sua história, sua vida em cena, desmistificando, colocando palavras sobre o que aconteceu durante a ditadura de 1976, a partir de seu próprio testemunho de vida. E, portanto, colocam em discussão as próprias ideias e as vozes de seus filhos e filhas desaparecidos. Desafiam a marca da temporalidade política que a ditadura instalou: a figura social de desaparecidos e desaparecidas. A grande ruptura

tem sido instalar a noção que os e as desaparecidas são uma questão e uma luta de todos e todas, não só das mães. Há, assim, uma socialização do sofrimento e dos padeceres históricos: somos todos e todas filhas e filhos da ditadura e contra a ditadura.

Num vídeo de divulgação elaborado pela Universidade de Sarmiento, Buenos Aires (2003), intitulado "A luta pelos direitos humanos: uma historia de todos", Estela de Carlotto (avó da Praça de Maio) explica: "Quando os jovens me perguntam que podemos fazer, eu lhes digo: PARTICIPAR. Não há pior coisa que ver passar a historia e não fazer nada. É o direito e a obrigação de todos os cidadãos". Nora Cortiñas, Mãe da Praça de Maio, também destaca, no vídeo: "Vimos que uníamos a historia de muitos numa só historia. Então, como questão identitária comum, construímos uma contra-historia à historia que nos quiseram contar." Sobre sua participação na luta, diz: "Continuo sendo a mãe que era, mas me politizei. Agora entendo por que nossos filhos foram detidos e desaparecidos". Com essa frase e as explicações sobre o processo de busca, mostra as mudanças internas vividas a partir da detenção e desaparecimento de seu filho, e como é possível pensar esse processo em termos de construção para um fazer político. A partir de um acontecimento que cruza o biográfico e o contexto histórico, essas mulheres converteram-se na voz dos oprimidos e oprimidas.

Sabemos que as mães não só denunciam o desaparecimento dos filhos na ditadura, mas também apoiam e acompanham todas as lutas: dos piqueteiros e piqueteiras, dos trabalhadores e trabalhadoras, das fabricas recuperadas, das lutas feministas. Com sua estratégia de luta de se fazerem visíveis, com sua política de apelar aos poucos marcos institucionais que ficaram, derrubaram estruturas fortemente arraigadas. As mães são as transmissoras da historia, e um exemplo para a militância. Comportam-se, poderia dizer, como uma matriz que espelha e inspiram muitas das lutas atuais das mulheres contra o sistema. As gerações mais jovens, que não estavam presentes porque nasceram em outro momento posterior, receberam das testemunhas viva, a informação de que não se tratava de uma guerra, como quis colocar a frente cívico militar-econômica, senão um genocídio perpetrado pelo Estado terrorista em mãos dos militares, de extermínio de uma camada de jovens que trazia novas ideias e novas propostas transformadoras.

Na época histórica, as mães lutavam contra a frente cívico-militar. Com o tempo, se entendeu que também era econômica, pois, por trás das políticas implementadas pelos militares, estavam os grandes grupos econômicos. Hoje, as gerações de mulheres lutam, não apenas pelo trabalho, como no caso específico das mulheres desempregadas, mas também contra a hegemonia do capital, denunciando a apropriação dos recursos naturais. A frente mudou, mas a lógica capitalista contra a qual se luta continua sendo a mesma. Hoje, quando Lia explicita "Porque vivemos situações tão difíceis havendo tanta riqueza?", está denunciando a situação de saque (aperfeiçoado) que ocorre nos territórios ricos em mineração. A pergunta não significa que Lia não saiba as razões dessa situação; pelo contrário, essa pergunta é lançada para a reflexão das novas gerações e das gerações subsequentes.

Essas marcas, impressas pelas mulheres na história das lutas patagônicas, entendo, estão intimamente ligadas às interpretações que elas fazem do momento histórico e de como constroem as estratégias para combater a opressão. As distintas posturas que as mulheres assumiram na história patagônica resultaram na construção desse "nós", tanto como diferencial de gênero, como unificador da classe. Por isso, esse *nós*, como foi visto, resulta ser tão perigoso para determinadas estruturas, e tão reparador para essas mulheres em luta. O sentido reparador está associado à sensação interna, subjetiva, de ter feito algo para reverter a situação de injustiça social. Separo-me assim de qualquer interpretação essencialista da diferença entre o fazer político de homens e mulheres. As nossas mulheres patagônicas não alheias às relações de poder instalaram, como geração, uma nova forma de entender os porquês da situação em que a região se encontra e como se move o sistema capitalista em relação a elas. Entendem também as consequências que isso tem especificamente para elas, e isso as move. É possível que o desconhecimento das suas lutas, ou a pouca lembrança delas, tenha sido pelos motivos que fazem o sistema permanecer em pé: discursos de desenvolvimento, na região, de trabalho para todos e estigmatização das mulheres e homens.

Na pesquisa que realizei anteriormente (Díaz, 2005), uma entrevistada, integrante do movimento de trabalhadores e trabalhadoras desempregados da FTV, dizia-me, em relação à situação que estavam vivendo: "Se meu filho me

perguntar, algum dia, o que você fez? eu vou lhe dizer: perdemos, mas eu estive nessa luta” (Catalina). Volto a escrever "Não há nada pior que ver passar a história e não fazer nada". Isso permite entender o que as mulheres de Caleta Olivia sentiram quando decidiram as tomadas.

5.3 Corpo e território

A afirmação de Harcourt e Escobar (2005, p. 13) "O corpo da mulher é o lugar onde começa sua luta política" desprende-se das análises centradas nas práticas e políticas do lugar, no contexto de globalização. Essa perspectiva constitui parte dos estudos culturais, cujas análises opõem-se aos estudos centrados na globalização como fenômeno (globalocêntricos), ao questionarem a ênfase que eles colocam na influência dos governos, mercados e grandes empresas como agentes da transformação, e não nos processos locais. A crítica reside em entender que as práticas das pessoas, em geral, e das mulheres, em particular, ficam profundamente desgastadas pelo não reconhecimento de seu potencial de resistência e, sobretudo, da potencialidade de criar práticas e "políticas do lugar". Pelo contrário, as teorias da globalização acentuam o processo de desqualificar as resistências locais, referenciando-as como um conjunto de respostas fúteis, reformistas ou ingênuas. Nesse sentido, “desempoderam” as mulheres, seus lugares e suas políticas.

As novas perspectivas centradas *no lugar* entendem a importância de recuperar o papel inovador das pessoas nas suas localidades, as quais, de outra maneira ficam totalmente invisibilizadas. Tomam o *lugar* como profundamente histórico e específico, e destacam o seu sentido global, quer dizer reconhecem que o local recebe tanto influências mundiais como determinações locais. Então a política do lugar é pensada para além do lugar, no constante fluir das estruturas com o espaço.

Que trazem esses estudos a respeito das mulheres? As análises sobre as "políticas do lugar" entendem que as ações das mulheres, nos seus lugares, envolvem um conjunto inter-relacionado de transformações quanto ao corpo, ao meio ambiente e à esfera econômica, eixos centrais nas visões locais. Observam a importância política das mulheres, mobilizando-as em seu lugar e como elas o experimentam. Trata-se, de mostrar a inter-relacionalidade das

relações de gênero, quanto ao corpo e o espaço. Esses estudos também mostram como as mulheres estão construindo diferentes níveis de resistência e criatividade, diante do que frequentemente se percebe como forças mundiais destruidoras (Harcourt; Escobar, 2005).

Mediante resistência e posicionamento ativo, as mulheres rearticulam corpos e lugares, lutam com e pelos lugares, se envolvem em uma política do lugar, transformadora, feminista e contra o capitalismo. Esses estudos que colocam a ênfase no lugar e no território são considerados aqui no sentido de analisar o papel das mulheres e entender os sentidos que elas outorgam ao "seu meio ambiente, seu sustento, seu ser, sua identidade, quer dizer, os territórios, em relação aos quais as mulheres se veem interpeladas a defender, definir e apropriar-se politicamente" (Harcourt; Escobar, 2005, p.11). Harcourt e Escobar (2005), entre outras autoras que adotam esta perspectiva de análise, entendem que, nas oposições à reestruturação econômica, é importante levar em conta os fatores que afetam o corpo, o ambiente e o lar das mulheres, os quais se tornam invisíveis dentro das ideologias políticas convencionais, como no caso das mulheres patagônicas estudadas.

O corpo é entendido como lugar. Como diz Lagarde (1992), "A mulher vive o mundo a partir de seu corpo. O homem também, mas, para o homem, sua vida não é o seu corpo, e, para a mulher, a vida se desenvolve em torno de um ciclo de vida profundamente corporal. Os corpos, que, na história, assumiram distintas características – *corpo para procriar, corpo-eros, corpo para os outros* – se convertem, na resistência, em *corpos em rebeldia*. Quero entender a mulher colocando seu corpo em rebeldia, não isolado, se não um corpo com identidade, acompanhado pelos vínculos que elas tecem com os outros e com a terra, corpos harmonizando-se com os processos históricos e também expressando a classe social e a idade. São corpos que importam. Nessa luta territorial, há um novo tipo de presença: as mulheres pedem, reclamam, afirmam que seus corpos importam, suas vidas importam e, portanto, a luta opera na construção de um novo lugar: "mulheres em luta".

Assim como as mulheres têm demonstrado que, quando saem para a política, põem em jogo seus corpos, esses corpos também são apreendidos como território onde se inscreve o poder e a violência (Segato, 2015) e, portanto, estão sujeitos ao controle social e ao aproveitamento por uma política

patriarcal. De fato, na Argentina, a ingerência estatal na vida, na sexualidade e nos corpos das mulheres aprofundou-se com a consolidação do Estado nacional, na década de 1820, período em que a regulação estatal dirigiu-se para uma série de questões consideradas como problemáticas, tais como, a sexualidade, a prostituição, as migrações, o trabalho masculino, feminino e das crianças. Uma das instituições criadas pelo Estado, a Sociedade de Beneficência¹, fundada em 1823, tinha como objetivo geral “elevar a condição da mulher argentina” para o que se desenvolveram programas, cujas formulações sobre a “argentinidade” não residiam no heroísmo dos homens militares (como na época da colônia), senão na conformação das famílias, onde à mulher se lhe reservava o papel da reprodução e civilização (Díaz, 2005). Estimulou-se, portanto, a conformação "da família argentina" para povoar os territórios argentinos. Nos territórios patagônicos, as políticas do corpo responderam, sobretudo a princípios de soberania nacional. Nesse sentido os nascimentos eram bem recebidos e estimulados com políticas públicas, como garantia dessa perpetuação da argentinidade. Os corpos femininos sempre são vistos como territórios de políticas do Estado. São territórios do Estado, ainda hoje, quando a luta das mulheres contra o Estado e as elites religiosas passa pela despenalização do aborto.

As políticas do lugar, em relação ao corpo, implicam entender as mulheres nessa íntima relação com os territórios, com os recursos naturais, não limitando seu acionar ao âmbito doméstico ou a um papel de preservadoras da cultura, como em geral as orientações do patriarcado-capitalismo querem imprimir em relação a elas (Harcourt; Escobar, 2005). As práticas de conquista, disputa e criação de lugares constitui parte integral das lutas políticas que as mulheres estabelecem. Como neste estudo, a luta das mulheres pelo trabalho na indústria petrolífera vai mais além da demanda de trabalho, pois denuncia e interpela as privatizações e a exploração do petróleo e dos recursos naturais na região. Nesse sentido, ainda que não fosse consciente, entendo que as lutas das mulheres, necessariamente, articulam ações que transformam a compreensão patriarcal e de classe social no lugar.

5.4 Território, extrativismo e resistências

Uma série de estudos, entre eles os de Zibechi (2003b) e Giacarra (2006), utilizam a categoria território para significar algo mais que um determinado lugar ou espaço, senão o conjunto de relações sociais que determinam suas características e ajudam a constituir a identidade de seus habitantes. Esses estudos têm alcançado, nos últimos anos, um papel destacado nas ciências, ao desvendar os caminhos da dominação e exploração que as comunidades vivenciam, sobretudo as latino-americanas. Tem-se estudado o território a partir de distintas perspectivas: em relação aos processos de globalização e mundialização (Santos, 2002) e centrando-se nos “movimentos socioterritoriais” (Fernandes, 2005; Zibechi, 2003b; Giarracca; Teubal, 2011), entre outros. Esses estudos, em geral, mostram a relevância da questão territorial em relação à desterritorialização das comunidades produzida pela dinâmica do capital. Fernandes (2005) entende o território como uma fração do espaço multidimensional constitutiva de uma totalidade, que se refere às dimensões de poder e controle social que lhe são inerentes. Entretanto, para Giacarra (2006), os territórios são lugares de disputas pela apropriação e (ou) manutenção dos recursos naturais, isto é, uma disputa pela concepção do espaço de vida e do uso dos recursos naturais. O que está em jogo são formas atuais de viver o território a partir de um processo de lutas e resistências.

Em relação ao termo *recursos naturais*, Seoane (2013a) prefere utilizar a noção *bens comuns* da natureza, entendendo que o termo *recursos naturais* responde à lógica mercantilista do capitalismo. Parece-me apropriada a utilização de *bens comuns*, levando em conta que, da perspectiva dos direitos humanos, entende-se que o petróleo, a água e os minerais são bens comuns, bens públicos, e essa é a aceção que dão as mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Também para Seoane (2013a), a centralidade, nessas disputas, é a relação com os bens comuns, que marca uma linha regional de contestação ao modelo extrativo exportador e que começou a se instalar com força no início deste século na América Latina. A partir de então, os conflitos sociais sobre os bens comuns da natureza não têm deixado de crescer em número e em significação. Sua observação não pode se limitar aos anos recentes, senão que necessita projetar-se sobre uma história continental mais ampla, particularmente aquela que vem do ciclo de resistências ao neoliberalismo de

meados dos anos 90, até sua crise, e a abertura de um período de mudanças em âmbito regional nos inícios do novo século²¹⁵ (Seoane, 2013a p. 22). Svampa (2012) marca dois momentos no processo de instalação do modelo extrativista: o momento da globalização neoliberal, nos anos 1990, marcado pelas privatizações, o ajuste fiscal (período focalizado nesta pesquisa) e o momento da generalização do modelo extrativista-exportador, cujas consequências imediatas são a consolidação e a ampliação das desigualdades sociais entre os países do Norte e do Sul, com base no saque dos recursos naturais cada vez mais escassos, a contaminação que isso gera, a extensão do monocultivo e, por conseguinte, a perda da biodiversidade.

Considero oportuno remontar aos processos colonizadores, para entender essas questões da apropriação dos recursos. Tal como explicam Porto Gonçalves e Araújo Quental (2012), a América exerceu um papel decisivo no processo de formação do sistema-mundo moderno. É somente a partir do surgimento da América que a Europa se afirma como centro geopolítico do mundo. A Europa converteu-se no centro do mundo com a exploração do ouro e da prata da América e pela ocupação de suas terras para plantações. O colonialismo, relação estruturada em torno do controle político e econômico, entre metrópole e colônia, encontra-se na base desse poder que se inaugura. A colonização significou a conquista e a submissão das populações originárias, pois o extermínio dessas populações, a escravidão, a servidão, a (des) posse de terras e a exploração das riquezas naturais encontram-se nos fundamentos das relações sociais e do poder que instituem a relação entre América e Europa e o sistema-mundo moderno que se ergue a partir daí. O colonialismo deve ser entendido considerando não só a dominação pelos aparatos militares e administrativos, mas também a partir dos discursos de inferiorização dos colonizados, para submetê-los à servidão. Essa é a lógica que retorna com o modelo neoliberal em sua dinâmica extrativista.

²¹⁵ Sobre essa perspectiva mais ampla, destacam-se, por exemplo, os questionamentos à expansão dos agronegócios e o processo de extensão da fronteira agrária, o novo latifúndio e a destruição da agricultura campesina (1985), o que motivou a aparição de novos movimentos campesinos. Os movimentos contra a "megamineração" a céu aberto, entre outras experiências no Peru, Conacami em 1999 e a Coordinadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI) em 2006. Compreendeu também, na Bolívia, a Guerra da Água, em Cochabamba (2000), e a Guerra do Gás, em 2003, além da reforma petrolífera na Venezuela em 2002 (Seoane, 2013, p. 22).

O modelo extrativista, longe de transformar os bens naturais para satisfazer às necessidades sociais locais ou nacionais, ou favorecer a integração regional, persegue sua valorização no mercado mundial, com suas consequências de saque, devastação ambiental e nova dependência (Seoane, 2013a). A essa nova modalidade de exploração Harvey (2004) denomina *acumulação por espoliação*, própria desta etapa atual do capitalismo neoliberal, que se contrapõe ao processo tradicional de acumulação expansiva do capital. Segundo Harvey (2004), a acumulação por espoliação é um retorno ao que Marx denominava acumulação primitiva, caracterizada por vários processos:

... a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a reconversão de diversas formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra [...] o Estado com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. (Harvey, 2004, p. 121)

Um aspecto importante dessa acumulação por espoliação está relacionado com o modelo extrativista como parte constitutiva da própria espoliação (Giacarra; Teubal 2011). O avanço da lógica da acumulação por espoliação se instaura definitivamente após a crise 2007 nos países da América Latina e do Caribe, como um novo ciclo de mercadificação, apropriação e controle capitalista dos bens comuns da natureza, concentrando-se em atividades ligadas aos setores do petróleo, do gás e da megamineração. A megamineração acumulou um recorde de 40% a mais no ano de 2011, em relação a 2010, e se expressa em um tipo específico de extração de bens naturais para a exportação, denominado extrativismo, caracterizado pelo grande volume ou alta intensidade. O extrativismo remete às atividades que utilizam ou extraem bens que são considerados não renováveis. Não só supõe a imposição de uma lógica do saque, contaminação, recolonização e nova dependência, mas também esses processos vêm acompanhados pelo uso da violência, da fraude, da corrupção e do autoritarismo. Assassinatos de lideranças comunitárias cometidos por forças paramilitares contratadas pelos

exploradores, numerosos detidos por força de leis repressivas, militarização social e emergência de um novo despotismo são práticas recorrentes nos enclaves extrativistas das regiões do sul (Seoane, 2013b).

O processo de fusões e associações de empresas, que caracterizou a década de noventa, sob a égide da globalização neoliberal, foi a dinâmica própria da exploração dos bens naturais (Seoane, 2013, p. 98b). O capital transnacional, representado por poucas dezenas de megacorporações, promove esse novo ciclo de mercadificação e privatização em escala mundial. A potencia do extrativismo, tal como explica Seoane (2013b), a partir da fusão de empresas de menor porte, implica a utilização das formas mais violentas dessa acumulação que se inscreve numa trama social onde se associam o poder político e o institucional local ou regional.

A experiência argentina é, nesse sentido, demonstrativa dessa estratégia neoliberal. Na Patagônia, a comunidade Mapuche de Santa Rosa lutou, durante anos, pela recuperação de suas terras ocupadas pela empresa Benetton²¹⁶, instalada nos arredores da cidade de Esquel (província de Chubut). Essa apropriação utilizou as forças parapoliciais e policiais, além de vereditos judiciais que favoreciam esse grupo empresarial. Em outras partes do país, as comunidades Qom de Chaco são permanentemente fustigadas, cercadas e deixadas ao abandono por parte do Estado, para que desistam das lutas por suas terras, que os empresários agrícolas do agronegócio da soja transgênica ambicionam. Esses processos de luta permitem às ciências sociais entender, a partir de uma perspectiva crítica, a construção de uma dinâmica emancipatória onde mulheres e homens tenham especial participação em defesa de seus territórios. Os movimentos que lutam contra o extrativismo começam, nas últimas décadas, a receber a nomeação de socioambientais (Seoane, 2013).

Voltando para a década de 1990, saliento, ainda que os grupos de trabalhadores e trabalhadoras argentinos não tinham se recuperado dos estragos das políticas de ajustes fiscais e privatizações das empresas públicas implementadas por Menem, quando já começava o encaminhamento de mudanças na legislação para a introdução do capital estrangeiro na exploração de metais preciosos: ouro e prata. A Lei 24.196, sancionada em 1993, durante

²¹⁶ Empresa proprietária de extensos territórios patagônicos, utilizados para a cria de gado ovino e obtenção de lã.

o governo de Menem, que ainda permanece em vigência, desregulou a extração mineral, apresentando numerosas vantagens às empresas estrangeiras²¹⁷. Tal lei não traz medidas de controle e supervisão por parte do Estado, concedendo totalmente às empresas os lucros de suas atividades. Como exemplo, destaco os empreendimentos de *Bajo La Alumbraera*, *Salar del Hombre Muerto* (Catamarca) *Mina Aguilar* (Jujuy), *Cerro Vanguardia* (Santa Cruz) e *Veladero* (San Juan), a maioria de origem norte-americana e canadense. Na Patagônia, a região dos Andes é muito visada por essas empresas, por sua riqueza em ouro e prata. (Giacarra; Teubal, 2011)

No início, as populações das regiões selecionadas acreditavam nos discursos dos empresários, pensando tratar-se de políticas que iriam trazer trabalho e melhorias econômicas para suas comunidades. Pouco tempo depois, ante a lógica devastadora da flexibilização e da precarização do trabalho, as comunidades sentiram o reflexo de maior pobreza e a mudança na sua vida social. Assim, perceberam, bem rápido, que a vida tranquila vivida em contato com a natureza foi mudada pela contaminação ambiental e social. A megamineração, tal como explica Renaud (2009), com sua poluição, particularmente provocada por metais pesados e substâncias químicas, enseja a contaminação da água, do solo e do ar, porque causa a destruição da fauna e da flora, e o aparecimento de doenças graves. Por outro lado, o enorme consumo de água da atividade mineira geralmente reduz as reservas aquíferas do lugar. A falta de água torna inviável a realização de qualquer outra atividade e coloca em perigo a vida das populações do entorno das reservas minerais. Dessa maneira, as populações locais veem seus direitos afetados, como também suas atividades econômicas, em particular a agricultura, pela falta de água e pela contaminação ambiental. A impunidade das empresas mineradoras tem levado ao não reconhecimento do direito à terra dos povos originários, além de violar sua cultura e sua liberdade de expressá-la.

Assim como um pesadelo, a indústria da megamineração se desenvolveu de maneira acelerada nos últimos anos em todo o país²¹⁸. Os

²¹⁷ A lei garante a estabilidade fiscal e cambial por 30 anos. Em contrapartida, as empresas pagam ínfimas quantias aos estados provinciais, no valor máximo de 3% do valor do mineral extraído das minas.

²¹⁸ Dados aportados por Giacarra; Teubal (2011) referem que de 1992 a 1999 as empresas mineiras passaram de 4 a 80. A Secretaría de Mineración registrou em 2008, um aumento de 302% em metros de perfuração que em relação a 2003.

danos implicam a geração de extensas populações empobrecidas, enquanto aumenta a riqueza das empresas multinacionais. A relação que se estabelece é de extrema tensão entre a soberania da nação e a hegemonia da globalização.

Na Argentina, as lutas contra o extrativismo se iniciaram desde a década de 1990, mas só em 2003, apareceram as primeiras manifestações de confronto contra a nova forma extrativista capitalista. Os novos discursos do extrativismo, na Patagônia, se apoiavam e se apoiam ainda em promessas de reverter, a partir da eficiência, o empobrecimento da região, com escassa população e grandes extensões ditas "improdutivas". Assim, na cidade de Esquel (província de Chubut), em plena cordilheira dos Andes, em 2002, foi apresentado um estudo de impacto ambiental para a exploração de uma mina de ouro pela empresa Meridiam Gold. Os vizinhos organizaram um plebiscito em 2003, após vários meses de protestos, perseguições, ameaças e campanhas de informação e desinformação. O plebiscito afirmou um retundo NÃO à megamineração tóxica, com 85% de adesão da população, que se organizou mediante assembleias autônomas em relação aos partidos políticos e sindicatos, em um movimento que repercutiu em toda a região e todo o país. Foi a primeira grande resistência promovida contra a megamineração a céu aberto na região, mostrando que era possível parar a empreitada mineira. Em Famatina (província de La Rioja), mediante protestos e bloqueios de estradas, impediu-se a instalação de duas minas de ouro em 2007 e 2012. Outros movimentos também relacionados à questão ambiental têm despontado no país, a exemplo das Assembleias de Gualeguaychu, contra a instalação das fábricas papeleiras uruguaias; a promulgação da lei de preservação dos glaciais em 2010; a limpeza do Riachuelo em Buenos Aires²¹⁹, exigida pelo Tribunal Superior de Justiça, por demanda das famílias pobres moradoras das margens do rio, e as lutas dos povos originários que, com seus direitos reconhecidos pela legislação, são expulsos de seus territórios em nome de projetos imobiliários e necessidades nacionais.

Em todas essas ações, as mulheres têm um protagonismo importante nas lutas e nos processos de auto-organização coletiva, o que se tem denominado

²¹⁹ Riachuelo é o rio que cruza a cidade de Buenos Aires, altamente contaminado pelos resíduos despejados nele.

processo de *feminização das lutas*, que alude à participação de mulheres dos setores populares e médios (Svampa e Viale, 2014).



Fotografia del 4 de setembro de 2003, dia do plebiscito em Esquel- No a la mina

Na década de 90 e grande parte da primeira década do século XXI, as mulheres desempregadas e as populações pobres invadiram o espaço público. Atualmente, são as mulheres das organizações indígenas, os movimentos socioambientais e as ONGs ambientalistas. Como resultado dessas lutas, cinco estados provinciais aprovaram leis que proíbem a extração mineral a céu aberto: Chubut, Rio Negro, Mendoza, La Pampa y Tucumán. Em varias situações nas quais se exerceu extrema repressão aos manifestantes, vêm sendo realizadas articulações para as modificações dessas leis, especialmente em Chubut.

As lutas do povo vêm rechaçando a situação de perigo em que é colocada a vida das comunidades, pela apropriação dos recursos naturais pelos capitais mundiais nos estados nacionais latino-americanos. As empresas transnacionais, portanto, aproveitam-se das legislações de países do sul (mais permissivas que as do norte), onde os salários são mais baixos e as compensações às vítimas de acidentes são menores. Ao mesmo tempo, utilizam de chantagem para obter as facilidades, ameaçando sair do país e

investir em outros (Svampa, Viale, 2014). Os recursos naturais sempre foram fonte de riqueza para o capital, mas esse projeto parece ter alcançado hoje o seu auge na nova configuração neoliberal. Existem, como dizem Svampa e Viale (2014 p. 94), "regiões de sacrifícios", uma menção a um processo geralmente longo de desvalorização das outras formas de produção locais e de formas de vida diferentes daquelas formas definidas pela economia dominante de depredação dos territórios.

As petroleiras produtoras e as empresas de megamineração entram em disputa pelos territórios do Golfo San Jorge, como vimos, pela expansão e extração dos recursos e os lucros, que contrastam com o empobrecimento da população e o passivo ambiental que geram na região. Santa Cruz, segundo explicam Svampa e Viale (2014), foi a primeira província onde se desenvolveu a megamineração. Ali se encontram os empreendimentos: Cerro Vanguardia (1998), Mina Martha (2005-2010), San José (2001), Manantial Espejo (2002), Tres Cerros (2004) entre outros. 12% do território Santacruceño está em concessão das empresas mineiras para a exploração do ouro e prata. Os extravagantes ganhos das empresas contrastam com os exíguos ingressos fiscais para a província. Svampa e Viale (2014) entendem que a resposta tardia no debate em torno à megamineração, na Argentina, deve-se a razões de índole geopolíticas: esta se instala em pequenas e medianas localidades, em áreas até pouco povoadas, geralmente, longe dos grandes centros urbanos. De novo, como aconteceu com as resistências aos primeiros efeitos da implantação do modelo neoliberal, em meados da década de noventa, agora, o debate e resistências começam a tomar ênfase no interior do país e é levado para a agenda pública nacional, apesar das férreas oposições das grandes corporações.

Assim, nos últimos anos, foram criadas, em todo o Sul argentino, as Uniões de Assembleias Comunitárias (UAC) e os Foros Ambientais Sociais Patagônicos (FASP), que lutam incansavelmente contra a expansão da indústria megamineira. A descoberta e a exploração de jazida rica em petróleo e gás em *Vaca Muerta*, em Neuquén, mediante o sistema *fracking*²²⁰,

²²⁰ *Fracking* é um tipo de extração de petróleo e gás que agride gravemente o meio ambiente por se tratar de um processo que consiste na perfuração e injeção de fluídos químicos no solo para elevar a pressão, fazendo com que haja fratura das rochas e a liberação do gás natural e

encontrou resistências nos povos mapuches e nas UAC. As lutas atuais, nos territórios, alcançam também a extração de petróleo, tendo em vista sua forma destruidora e contaminante (sistema *fracking*). Esse modelo de extração de petróleo, bem como a extração de metais preciosos a céu aberto, tem sido alvo das lutas também em virtude do elevado consumo de água dessas empresas petroleiras e mineradoras, em detrimento do abastecimento das populações. As cidades de Caleta Olivia, Comodoro Rivadavia, entre as mais desfavorecidas do Golfo San Jorge, vivem em luta permanente contra a falta de água potável. Os protestos, cada vez mais numerosos e participativos, denunciam que grande parte das reservas de água é utilizada pelas empresas petroleiras para o desenvolvimento de suas atividades. Nessas lutas, a participação das mulheres é significativa, sobretudo, destacam-se aquelas que são parte de este estudo.

Segundo Svampa (2007), em todo este processo ocorreram profundas mudanças, tais como:

O surgimento de diversas desigualdades e o novo papel dos movimentos sociais

O transito da globalização neoliberal, através das chamadas reformas estruturais, significou, para a América Latina, tanto a acentuação das desigualdades preexistentes como a emergência de novas tendências políticas, econômicas, sociais e culturais. Esse processo conduz a um novo cenário, caracterizado pela grande assimetria entre as forças sociais. Porém os movimentos sociais se revelaram, mediante suas ações, como um potencial que vai além das respostas meramente defensivas, abrindo a possibilidade para pensar novas alternativas emancipatórias de defesa e promoção da vida e da diversidade (Svampa, 2007).

A emergência de novos governos de esquerda ou de centro-esquerda

Esse fato estimula a possibilidade de pensar criativamente as articulações entre o Estado e a sociedade. Esses governos surgem num

o petróleo. É uma prática que está sendo utilizada por companhias de petróleo e gás para aumentar sua produção.

ambiente marcado pela crise do consenso neoliberal e pela circulação de discursos antineoliberais e práticas contestatórias, que apresentam propostas de ruptura com o modelo neoliberal, entrando em confronto com aquelas que defendem a reconstrução da governabilidade neoliberal, através de esquemas de disciplinamento e de introdução de novas lógicas de dominação (imposição do modelo extrativista-exportador e avanços dos marcos legais que apontam para a militarização do continente).

Criação de um sistema repressivo institucional através do Estado

Tal sistema aponta para a criminalização dos militantes sociais, mediante a repressão feita por grupos especiais (*gendarmería*), além de militarização das regiões, sob o pretexto da segurança pública, e a criminalização da pobreza. Todo pobre, como foi visto, é considerado delinquente potencial, e sobre ele operam as instituições policiais, isto é, sobre uma população cada vez mais desempregada e marginalizada, sobretudo, os jovens. Não bastasse tudo isso, são também promulgadas leis antiterroristas, sob pressão dos EEUU, nas quais são enquadrados os militantes detidos e acusados pela participação em ações de protestos.

Repercussões nas relações de gênero

Os enclaves mineiros e petroleiros trazem para as comunidades a cultura baseada na força e no trabalho masculino. Nesse universo masculinizado e de fortes assimetrias salariais, a centralidade está posta na figura do homem provedor, e se fortalece o papel tradicional da mulher como dona de casa, a fim de garantir a reprodução da força de trabalho. São acentuados os aspectos associados à violência contra a mulher, à homofobia, ao machismo e aos estereótipos da divisão sexual do trabalho. O traço distintivo dessas comunidades extrativistas é a exploração sexual das mulheres que se cristaliza no seu papel de objeto sexual. As comunidades patagônicas mineiras e petroleiras são denunciadas pelas organizações contra o tráfico de pessoas como lugares de destino das jovens vítimas do tráfico de mulheres com fins de exploração sexual, destinadas, aos prostíbulos radicados no sul. As explicações dadas por esses organismos buscam associar o caráter histórico desses fatos relacionando-os ao da indústria petroleira, em que homens passavam longos períodos em lugares onde não havia mulheres

(Svampa; Viale, 2014). Esse tipo de análise não faz mais do que desresponsabilizar os grupos e as alianças que estão por trás desse fenômeno que, sob a lógica do mercado, coisificam as mulheres e as colocam como uma mercadoria dentro do mercado de bens, claramente marcado pela lucratividade. As mulheres são exploradas por máfias que integram as estruturas corruptas (governo, instituições do estado – polícia – e grupos mafiosos) e extraem benefícios desse tipo de exploração.

A respeito do corpo das mulheres e as novas relações capitalistas de poder, Segato (2015) explica que, na atual fase de exploração, que significa o retorno ao trabalho servil, semiescravo e escravo²²¹, intensifica-se a modalidade de sujeição das pessoas como mercadoria, uma *insensibilidade* particular. Estar-se-ia, segundo Segato (2015, p. 1), gestando, nesta nova fase, a *consquistabilidade do poder*, no marco "das estruturas econômicas capitalistas de rapina, necessitam da falta de empatia entre as pessoas – uma pedagogia da crueldade – para sustentar seu poder" (2015, p. 02). "O corpo das mulheres se converte, então, no suporte privilegiado para escrever e emitir uma mensagem violenta e exemplificadora", que conta com a violência expressiva. Essa é a síntese da simbiose de que fala Saffioti (1992), o patriarcado-capitalismo, onde coexistem os eixos dominação e exploração, como fases da opressão das mulheres, braço ideológico da "estratégia da crueldade".

A conquista dos territórios foi realizada sob a suspensão do direito, dos códigos de justiça da época, pela qual a coroa passou a ter uma existência como poder central. Hoje, encontramos-nos num momento semelhante, de avanço sobre as apropriações territoriais, de expropriação dos espaços de vida dos povos, de seus recursos naturais, atos realizados com extrema virulência e impunidade (Segato, 2015). A problemática atual é sumamente complexa, como se pode observar nos quatro pontos apresentados.

A partir da oposição ao consenso neoliberal por parte da população argentina, é possível, para os movimentos sociais, identificar novas alternativas, levando em conta que os avanços que se tem experimentado, nos

²²¹ Distintas experiências na América Latina dão conta do crescimento do trabalho escravo nas modalidades de tráfico e confinamento de pessoas em oficinas de costura clandestinas, exploração sexual e tráfico das mulheres, e adolescentes homens recrutados para a prostituição. A informalidade laboral é outra das áreas que podem ser consideradas como de trabalho escravo e semiescravo pelos níveis de pauperização e de miséria alcançados.

governos progressistas, não significam uma total ruptura com as políticas neoliberais. Os processos de reestruturação das atividades produtivas, com preponderância das indústrias extrativistas primárias, não se modificaram. Ao contrário, como foi visto, nelas encontramos os altos níveis de desigualdade, precariedade laboral entrecruzada pelos ciclos de crescimento e retração do emprego. Frente à renovada entrega dos territórios e dos bens naturais, os movimentos sociais têm voltado às ruas, bloqueando estradas e enfrentar os governos. Nem todos se resignam: populações completas lutam e, nesse processo de lutas, concebem outra forma de vida.

Santos (2009) aponta para uma teoria crítica que dê conta dos processos de colonialismo que ainda existem sob diferentes formas: "necessitamos de um pensamento alternativo sobre as alternativas, porque nossas lentes e conceitos não são capazes de captar toda a riqueza das experiências emancipatórias que ocorrem no mundo [...] O primeiro passo é aprender com o sul." (Santos, 2009, p.196).

Nesse marco de lutas pelos bens naturais, enquadram-se as lutas das mulheres pelo território, com as palavras de ordem "o petróleo é nosso", no sentido dado pelos movimentos sociais de quebra dessa *conquistabilidade* transnacional e movidos pelo espírito de luta. Os ganhos do petróleo são entendidos como ganhos de todos. Com "o petróleo é nosso" se reinstala a ideia da soberania sobre os recursos naturais e o aproveitamento sustentável das comunidades, em harmonia com a natureza e o bom viver²²².

O que parece estar por trás da emergência política das desempregadas, além do trabalho e a dignidade, é a disputa pela territorialidade, pela definição dos usos e sentidos do território em disputa. Trata-se de uma batalha que se dá contra o capital (empresas agrícolas, empresas mineiras e petroleiras) e o Estado. As lutas territoriais dessas mulheres são lutas pela apropriação do espaço, cuja estratégia é o impedimento da circulação das mercadorias

²²² O bom viver ou *sumak kawsay*, "postula uma relação entre sociedade, indivíduo e meio ambiente completamente distinta - e até poderia dizer-se antagônica- da que se na modernidade. Na atual formulação constitucional de Equador e Bolívia, o meio ambiente se apresenta como a Mãe Terra e, em virtude do novo marco normativo, como um inédito e novíssimo sujeito de direito [...] propõe, uma cosmovisão que aprofunda suas raízes nas culturas das etnias oprimidas do continente e muito especialmente de seus povos originários" (Borón, 2012, p.133,134). O bom viver trata de "construir uma sociedade sustentada na harmonia das relações ds seres humanos com a natureza, dos seres humanos consigo mesmo e dos seres humanos com outros seres humanos. Se o desenvolvimento trata de "ocidentalizar" a vida do plante, o bom viver resgata as diversidades, valora e respeito ao outro" (Svampa e Viale, 2014, p.366)

resultantes do extrativismo. A identidade comum é construída a partir da resistência a um modelo que os exclui como cidadãos e cidadãs com capacidade de optar por uma política de vida digna.

Podemos entender, então, as mulheres de Caleta Olivia como uma geração de mulheres que compartilham e interpretam o tempo histórico, nos termos de Mannheim (1928), enraizado na questão territorial. É dali que elas tramam a luta. Não posso dizer que somente as mulheres desenvolvem a crítica contra o modelo extrativista, pois há uma geração de homens e de mulheres. A diferença está no fato de as mulheres tornaram a luta pública, num momento em que os homens se afastaram por se sentirem satisfeitos em suas demandas. E elas continuaram "sozinhas", com muita veemência, com uma nova gramática que se contrapõe às lógicas impostas ao lugar. Surpreende a aparição das mulheres num processo político que inauguraram. O momento histórico político que incentivou essas gerações de mulheres a se exporem também foi o marco que favoreceu a permanência da força da resistência instalada nelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do Século XXI encontra a região do Golfo San Jorge profundamente atravessada pela implementação do modelo neoliberal, processo iniciado pela ditadura militar na década de 1970 e aprofundado pelo governo de Menem. Nesse marco, a privatização da empresa nacional YPF, estruturadora de povoados completos e promotora da identidade dos enclaves produtivos patagônicos, produz nela profundas modificações a partir de ajustes de sua dinâmica às novas condições laborais. A reestruturação produtiva, na região, determinou um novo padrão de produção baseado na terceirização dos serviços, na acumulação flexível, no papel das províncias produtoras nessa nova relação e na redução do controle do Estado sobre as atividades privadas. As consequências sobre a população patagônica foram um panorama de incertezas e de deterioração das condições de vida.

Nesse contexto, o desenvolvimento das comunidades patagônicas centradas na produção petrolífera e estruturadas em torno da empresa estatal, sofreram profundas mudanças no âmbito econômico, político e social: 1) Um novo ator entrou na cena, com presença ativa: as empresas privadas que impulsionaram a vida econômica das cidades. Porém, no caso de Caleta Olivia, essa projeção não cobria os vazios deixados pela YPF estatal. O estado teve tardia reação e não promoveu um projeto de longo prazo para dar cobertura aos embates da nova ordem. 2) O aumento das taxas de desemprego e a precarização laboral, nunca antes vistos na região, atingiram principalmente as mulheres e os jovens, 3) O estabelecimento de relações laborais flexíveis desencadearam a construção de um tipo de trabalhador flexível, a figura de trabalhador "full time", de níveis de qualificação elevado e com uma exigência de cumprimento de 12 horas laborais. 4) O reforço da hegemonia empresarial (Figari; Palermo, 2007), que impõe uma cultura de trabalho com aprofundamento de uma política da masculinidade na exaltação da força física masculina e do esforço. Essa concepção se molda de acordo com uma cultura de disciplina laboral baseada na disponibilidade do trabalhador para a empresa. Essa cultura, como imposição ideológica, contribui para a expansão do capital. 5) A exigência de um perfil de trabalhador cada vez mais qualificado como novo perfil de acordo com o novo modelo flexível. 6) Diferenças salariais até quatro ou cinco vezes a mais, entre os trabalhadores das empresas

petrolíferas e outros trabalhadores. Essas diferenças repercutem na dinâmica econômica, encarecendo a vida da comunidade e promovendo marcadas desigualdades entre os trabalhadores. 7) Uma aliança estatal, empresarial e midiática de imposição das características da nova ordem neoliberal, que, contrariamente ao discurso de desaparecimento do Estado, caracterizou-se pelo seu envolvimento na execução das regras neoliberais, em defesa dos bens das grandes corporações. 8) A imposição de uma ideologia do "salve-se quem puder", uma ideologia da individualidade que perfurou as relações comunitárias e mostrou um Estado que abandona seus cidadãos e cidadãs no meio das mudanças. Assim, a precarização e o desemprego foram registrados como sentimentos de desamparo. 9) Por outro lado, as prefeituras e o estado provincial de Santa Cruz absorveram, mediante propostas segregadas e parciais, os desempregados e as desempregadas só após as pressões deles próprios. Isso produziu um sobredimensionamento do quadro de trabalhadores públicos. 10) A nova realidade não só significou mudanças objetivas, mas também experiências dessubjetivantes para todos e todas que foram atingidos diretamente pelas novas relações. A população, em geral, experimentou essas novas relações como um mundo de incertezas. Esse processo da deterioração patagônico das relações laborais dá-se deterioração das condições de vida da população argentina como processo da recessão neoliberal. As relações sociais e familiares, amplamente influenciadas pelas relações de bem estar do enclave petrolero, receberam o impacto da destruição dessas relações. 11) Surgem novas perspectivas educativas para preparar os jovens para a nova ordem. A vida educativa dos homens jovens de Caleta Olivia e das cidades da região tinha como objetivo a preparação técnica para o trabalho na empresa YPF, sobretudo dos filhos dos trabalhadores dessa empresa, considerados os herdeiros naturais dos postos de trabalho de seus pais. A instalação da reestruturação produtiva significou que essas camadas, formadas sob esse perfil, ficaram excluídas das novas relações laborais. Esses jovens e seus progenitores ficaram fora da empresa. Sobre essas camadas pesava grande carga preconceituosa. 12) Mudanças na organização familiar, pois o impacto do desemprego e da precarização laboral significou uma reestruturação das relações no âmbito familiar. As mulheres saíram para trabalhar ou para procurar trabalho. As condições de emprego sob esse marco neoliberal foram

precarizadas. Muitas delas, apesar do inconformismo dos seus parceiros, converteram-se em chefes de família. Outro grupo, das mais desqualificadas, excluídas do reduzido mercado de trabalho, com um mercado marcado pela recessão, saiu para reclamar trabalho junto aos homens e incorporar-se ao movimento de desempregados e desempregadas.

Os trabalhadores e as trabalhadoras desempregados da cidade de Caleta Olivia, em consonância com os outros movimentos de desempregados do país, na década de 1990, se agruparam e se organizaram em Comissões de Desempregados (1994) e, posteriormente, em Coordenadorias (em 1997), para demandar trabalho genuíno ao Estado e às empresas petroleiras produtoras. Adotaram uma organização baseada em decisões tomadas em assembléias resolutivas e na realização de piquetes nas estradas, ampliando a convocatória a outros desempregados. Os programas sociais (PRENOS), como estratégia utilizada pelo Estado para mitigar o conflito, só aceitos após intensos debates no seio do movimento, ficando configurados como um meio para garantir a subsistência das pessoas até o momento de acesso ao trabalho, nunca como um fim em si mesmo. Pelo contrario, a luta pelo trabalho digno foi o horizonte das lutas da Patagônia, ao lado da denúncia do saque e da apropriação por parte das empresas multinacionais dos bens naturais da região, entendidos como bens comuns da sociedade.

As Comissões, nesse aspecto, começam a denunciar o enriquecimento das empresas privadas e identificam o novo quadro econômico na região de apropriação dos recursos naturais por parte de capitais estrangeiros com conivência do Estado. Nesse período, as primeiras mulheres vão se aproximando da luta pelo trabalho, entre elas Norma e Lia, que o fazem como uma primeira aproximação do mundo político. Mas, no decorrer da luta, tornam-se lideranças. Incorporam-se ao Partido Obrero e, mais tarde, ao Polo Obrero. No percurso do movimento de desempregados, as mulheres vão ingressando e se incorporando às tarefas. Registram-se os seguintes dados, trazidos pelas entrevistadas: a incorporação, em 1995, de 20 mulheres a atividades da prefeitura; 80 mulheres na prefeitura na mobilização de 1998; e, em 2000, 16 mulheres ingressam na empresa Oil S.A, criada como empresa de recuperação ambiental para reflorestamento da região. Em 2004, o ingresso das mulheres em empresas de serviços petroleiros foi realizado através das pressões

realizadas mediante as ocupações da Termap. No período de 2004 a 2005, cerca de 800 mulheres desempregadas ingressam em distintas atividades.

O começo de 2002 encontra a Patagônia Central profundamente marcada pelo desemprego (taxas próximas de 29%) e por confrontos organizados tanto por trabalhadores ativos como por desempregados, em magnitude nunca antes vista. Os desempregados e as desempregadas do Golfo San Jorge, agrupados em distintas organizações piqueteiras, empreendem uma ação mais radical, de forma conjunta com o Bloco Piqueteiro Nacional. A presença de jovens e mulheres é cada vez mais numerosa, e propõem uma forma de construção política baseada na oposição ao neoliberalismo e cada vez mais perto dos partidos de esquerda. Em 2002, essas coordenadorias são dissolvidas, e criados os agrupamentos piqueteiros, fenômeno que se produz em todo o país. Mas em Caleta Olivia, o movimento adota particularidades específicas, a de múltiplos "agrupamentos" em torno da organização piqueteira Polo Obrero, embora mantendo autonomia dessa organização. Os embates dos desempregados cresceram em tal magnitude, até chegar a seu ponto de máxima tensão com as ocupações da Playa de Termap em 2004 por grupos cuja maioria era de mulheres.

Em 2004, período das ocupações da Termap, elas se produzem num contexto onde os trabalhadores petroleiros ateam fogo às instalações das empresas petroleiras, reclamando vales alimentos, aumento de salário e o congelamento das demissões. Na educação, professores e professoras reclamam aumento de salário. Num mapa de menor desemprego, que se iniciara em meados de 2003, os homens, majoritariamente, são empregados. Mas as mulheres desempregadas reclamam trabalho e denunciam o crescimento econômico das empresas em contraste com a pobreza das cidades patagônicas. Alertam e reclamam que essas empresas não contratam os nascidos no lugar; pelo contrario, contratam pessoal qualificado de outros estados. Elas tiveram, então, nesses protestos, uma participação destacada e impactante.

A TERMAP foi tomada por primeira vez em março de 2004 por um grupo de mulheres jovens, que não tinham sido consideradas nas negociações feitas pelos homens e que tinham aceito cooperativas de costura para as mulheres. Elas decidem rechaçar a proposta e realizar a ocupação. Nesse processo, elas

vão acompanhadas por seus filhos e filhas, seus parceiros e amigas. Levam seus pertences e ocupam as locações petrolíferas do Terminal de petróleo Termap, parando o transporte marítimo e a circulação da produção de petróleo. O impacto econômico e político foi tão contundente, que obrigou o Estado a buscar estratégias de saída da crise. Por outro lado, o impacto social de seus corpos femininos se expondo à intempérie, ao rigor do tempo, em território petroleiro inóspito, calou fundo no imaginário local. As organizações sociais e políticas de esquerda reclamavam ao Estado uma solução do conflito favorável às mulheres. Elas, desafiando o poder político e econômico, apareciam nos discursos oficiais como as intransigentes, as loucas, as irracionais. Porém elas reforçavam suas falas, nos meios de comunicação, com conteúdos reivindicatórios de gênero e classe, explicitando as lógicas capitalistas que excluem tanto as mulheres como os jovens e homens da cidade.

Na medida em que outras mulheres foram massivamente se somando ao movimento de reclamo por trabalho e participando das ocupações e piquetes, o Estado reforçou e aumentou a violência para com elas. De agressões verbais, como forma de violência de gênero, por parte dos políticos e representantes do governo estadual de origem kirchnerista e do partido radical (deputados), passam a ser agredidas fisicamente por forças da polícia especial nacional (gendarmaria) e pela polícia provincial na segunda e terceira ocupação dos terminais. Por sua vez, são detidas e mantidas desaparecidas por horas, nos mesmos acontecimentos. Outro aspecto a considerar é a judicialização do conflito, que irremediavelmente, levou a centenas de manifestantes a sofrer inquéritos penais pela sua participação nos piquetes e tomadas. O estudo mostra como o Estado resolve as situações de conflito, durante o período compreendido entre 2004 a 2007 (período até onde se pode avançar na pesquisa), apelando para distintas formas de violência institucional na proteção dos interesses da classe dominante.

Por outro lado, as ocupações demonstram que as mulheres ficam excluídas do mercado produtivo petroleiro tanto em períodos de crise como em momentos de bonança petroleira. Salvo algumas profissões especialmente selecionadas, como engenheiras e bioquímicas, que requerem formação universitária, e outras associadas a tarefas administrativas e as de limpeza, consideradas tipicamente femininas, as mulheres, em geral, e as

desempregadas mobilizadas, em particular, a maioria, sem qualificação para o trabalho no petróleo, não têm possibilidades de ingresso na indústria petrolífera produtora, salvo através de piquetes e das ocupações; o que se expressou no acesso a postos em empresas de serviços petrolíferos de forma terceirizada. A maioria das empresas de serviços nas quais elas foram contratadas foi criada mediante acordos entre as empresas produtoras e a prefeitura, ou o estado provincial, como resposta momentânea e de curto prazo aos requerimentos das desempregadas. Algumas empresas foram criadas especialmente para ser terceirizadas diretamente pelo município, com a uma característica: se fossem desfeitas, a Prefeitura assumiria o encargo de incorporar os empregados. Em torno de 80 ou 90% dos empregados dessas empresas eram mulheres.

O trabalho realizado por elas, na prefeitura, era voltado para o reflorestamento da cidade de Caleta Olivia, a limpeza e o cuidado de avenidas, praças e lugares públicos. Nas cooperativas de serviços compostas pelas mulheres, elas eram contratadas pela prefeitura e pela província para o cuidado das instituições governamentais (escolas, creches, colégios, instituições da saúde). Para as mulheres, a passagem das empresas terceirizadas para um cargo na prefeitura foi significativa porque isso significou uma entrada no quadro de pessoal permanente na prefeitura. Grande parte das lutas levadas adiante a partir de 2005, após a grande repressão vivida pelas mulheres, aponta para o seu ingresso na prefeitura e no estado provincial. Depois da repressão, elas não voltaram derrotadas a seus lares; pelo contrario, reestruturaram a luta. Sabiam que ainda tinham possibilidades de continuar lutando pelo seu ingresso no Estado, uma vez incorporadas nas cooperativas ou nas empresas.

Embora, do ponto de vista laboral, as mulheres não consigam alcançar o objetivo de trabalhar nas operadoras petrolíferas, acredito que seu ingresso nos serviços petrolíferos, na prefeitura e no estado provincial significou avanços que apontam, sobretudo, para a conquista de um espaço que as projeta fora das atividades ditas domésticas. A conquista significativa se deu, sobretudo, no plano político: tanto pela conquista de visibilidade das mulheres como trabalhadoras no mercado laboral petrolífero dentro da região, como pela saída para o espaço público de mulheres que só pensavam sua vida como donas de casa. O mais significativo desse processo foi a resposta de

reestruturar o mercado laboral incluindo as mulheres, num contexto fortemente atravessado pela ideologia da masculinidade, o que constituiu uma ruptura com a nova ideologia patriarcal dos enclaves extrativistas. A proposta concreta de uma política inclusiva para as mulheres, no âmbito laboral petrolífero, encontra-se no projeto apresentado no Senado da Nação, de cotas de 30% para o ingresso das mulheres em empresas petrolíferas. Considero essa proposta é uma consequência ou uma conquista dessa luta levada adiante pelas mulheres na Patagônia Central.

Do ponto de vista das lutas de classe, o aspecto que aparece neste estudo é a consciência de classe que permeia as relações daquelas desempregadas que se lançaram para a luta em protestos pela igualdade laboral. A luta, então, aponta para a igualdade de tratamento em relação à classe e ao gênero. As mulheres sabiam que só através da luta conseguiriam obter postos de trabalho e mudar as relações laborais: "Entramos por insistência". E isso só podia ser feito com as tomadas e os piquetes. Nesse sentido, lograram derrubar as determinações do Estado.

Do ponto de vista das condições objetivas, a luta das mulheres aponta a uma busca de trabalho no mercado produtivo, com todas as reivindicações que isso significa: bom salário, plano de saúde, direito à aposentadoria. Mas insisto que essa conquista vai mais além: inclui a busca da dignidade e da superação do não poder, fundamentalmente através da construção e da politização da identidade coletiva. Assim, as mulheres, geralmente relegadas dos espaços de poder, puderam criar uma legitimidade própria para a ação coletiva, rechaçando o exercício de poder representativo da aliança entre patriarcado e capitalismo. Com sua luta, inventaram mecanismos de negociação e de representatividade horizontal, baseados na valorização da solidariedade e da denominada "democracia horizontal"

Eram mulheres, em maioria jovens, com escassa qualificação, organizadas como grupo de "mulheres em luta", que, estabelecendo entre umas e outras laços solidários, se apropriaram do espaço público, inserindo-se nele, acompanhadas por suas famílias e seus afetos. Assim, posso dizer que os vínculos primários têm especial importância nesta tese, já que os considero como um sustento psicológico potencial para as mulheres.

O estudo mostra que o processo levado adiante por essas mulheres, até se converterem em mobilizadas, implica um reconhecimento de gênero que ocorre quando elas decidem se integrar nas listas de trabalhadores desempregados, como desempregadas, num primeiro momento, e na luta, mais ampla, num momento posterior, quando, junto a outras, compartilham seus interesses, desejos e motivações, identificando o opositor. Esse processo-*insight* de reconhecerem-se como desempregadas se produziu em meados da década de 90, quando abandonaram sua condição de dona de casa e passaram a formar parte das listas de desempregados elaboradas pelas Comissões para discutir e exigir postos de trabalho do Estado. Essas listas, por consequência, integraram as estatísticas que as identifica como desempregadas. Até esse momento, as mulheres donas de casa eram consideradas inativas.

As mulheres nas lutas patagônicas têm evidenciado, desde a década de 1990, uma participação cada vez mais destacada na defesa dos territórios e uma presença com voz cada vez mais numerosa e constante, nos processos de denúncia da apropriação dos recursos naturais. Apesar de o discurso dominante parecer interessado em mostrar a mulher na política como uma exceção ou novidade, elas têm percorrido um longo processo em defesa da vida e de seus territórios. A década de 90, apesar de ter sido de profunda deterioração nas relações econômicas, sociais e políticas na República Argentina, também foi a década que marcou gerações. Interpretando o momento histórico, as gerações participando na luta com consciência de classe e de gênero, geraram um estado de mobilização em defesa da vida, dos territórios, da existência das pessoas. Nessas lutas, as mulheres não ficaram em suas moradias, pelo contrario, saíram com toda força para o espaço público- político, denunciando e exigindo. E, hoje, permanecem nele, reatualizando a luta, contra o extrativismo e suas consequências sobre a comunidade: a falta de água, a apropriação das terras e as relações de exploração que continuam presentes na lógica das relações de trabalho neoliberais. Assim, as mulheres dividem suas atividades: cuidam de suas famílias, cuidam de seus trabalhos e arranjam tempo para participar das lutas e para indignar-se.

Na sociologia das presenças, as lutas das mulheres encontram seu lugar. Eternamente ausentes nos estudos, são as que se mobilizam, cada vez mais, na América Latina, contra as relações neoliberais e continuam lutando contra as novas relações de espoliação do capitalismo. É um caminho sem volta, no percurso político das mulheres. A presença massiva de mulheres nas assembleias comunitárias, contra o *fracking* e a megamineração, dá conta da nova grafia das presenças femininas, numa luta por novas relações sustentadas na filosofia do bom viver e da economia sustentável. Essas novas lutas, entendidas como continuidade de lutas passadas e como transmissão geracional, compreendem o entrecruzamento de múltiplas temporalidades.

REFERÊNCIAS

ALCAIN, Julia. *Los (sin) sentidos del trabajo en empleados de EMPASA*. VII Jornadas de Sociología. Argentina en el escenario latinoamericano actual: debate en las ciencias sociales, Universidad nacional de la Plata, 2012. Disponível em <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar>. Acesso em: 21 mar. 2015.

ALTIMIR, Oscar; BECCARIA, Luis. El mercado de trabajo bajo el nuevo régimen económico en Argentina. In: HEYMANN; KOSACOFF (Eds.) *La Argentina de los Noventa. Desempeño Económico en un Contexto de Reformas*. Buenos Aires. EUDEBA, Naciones Unidas, CEPAL, 1999.

AMORIM, Elaine. *Neoliberalismo e Reconfiguração das Lutas Sociais: a emergência dos movimentos de desempregados na Argentina*. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UEC, Campinas, 2010.

AMÓROS, Celia. *La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias para las luchas de las mujeres*. Universitat de València, 2005

ANDÚJAR, Andrea. *De la ruta no nos vamos: las mujeres piqueteras (1996-2001)*. Trabalho apresentado à X Jornadas interescuelas/Dpto. de Historia, Rosário, 2005.

ANSALDI, Waldo. Gobernabilidad democrática y desigualdad social. Revista *Estudios Sociales*. Revista Universitaria Semestral. Año V. Nro.9. Santa Fe, p. 9-33, 1995.

ANTUNES, Ricardo. A classe que vive do trabalho. A forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: _____ *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, p. 101-117, 2002.

ARAUJO, Clara. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo: n. 52, p. 45-77, 2001.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Qué es la política*. Barcelona: Paidós, I.C.E/U.A.B., 2001.

ARMELINO, Martin. *Estudio sociológico sobre la experiencia de la Federación de trabajadores de la Tierra, la Vivienda y el Habitat (1998-2002)*, 2006. Disponível em: http://www.catedras.fsoc.uba.ar/salvia/lavbo/textos/15_4.htm. Acesso dic. 2013.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sociologie de générations*. Paris: PUF, 1988.

AUYERO, Javier. *Vidas beligerantes. Dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento*. Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos. *Revista Em Pauta* da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/158/183>. Acesso em: 25 ene. 2011.

BARBETTA, Pablo; BIDASECA, Karina. Reflexiones sobre el 19 y 20 de diciembre de 2001. Piquete y cacerola, la lucha es una sola: ¿Emergencia discursiva o nueva discursividad? *Revista Argentina de Sociología*. Buenos Aires: Año 2, n. 2, p. 67-88, 2004.

BARRETO, Theo da Rocha. *Trabalhadores Informais e Desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”*. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS - no final do século XX. 2005. 271f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005.

BAYER, Osvaldo. BAYER, *Las Putas de San Julián, obra teatral*. En: Grupo de Investigaciones de los Movimientos Sociales en Santa Cruz, 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/CONTRAVIENTO-Grupo-Investigaci%C3%B3n-de-los-Movimientos-Sociales-en-Santa-Cruz/107421355946645?fref=ts>. Acesso em: 4 mar. 2015

_____. *La Patagonia rebelde*. Coyhaique: Arte y Libertad, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. A experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIAGIOLI, Jorge. El trabajo ya no es cosa de hombres. In: IAPG. La mujer en el ámbito operativo de las empresas petroleras. *Revista Perotecnia*, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.iapg.org.ar/ArchivosAdjuntos/Petrotecnia/2005-1/LaMujer.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

BOIX, GIGLI. Desafíos comunitarios y recomendaciones a los municipios de Rio Gallegos y Caleta Olivia, Santa Cruz. *DT 56.CIPPEC*, 2010.

BOGADO, Adriana Marcela. *Tecendo a política. Itinerários de participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de San Carlos, 2009.

BONDER, Gloria; ROSENFELD, Mónica. *Equidad de género en Argentina, datos, problemáticas y orientaciones para la acción*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD Argentina, 2004. Disponível em http://www.undp.org.ar/docs/Libros_y_Publicaciones/03_Equidad_Genero_ARG.pdf. Acesso set.2009

BORGES, Ângela M. Os jovens nos anos 90: desemprego, inclusão tardia e precariedade. *Bahia Análise & Dados* JRC, v. 18, 2008.

BORÓN, Atilio. *Reflexiones sobre el poder, el estado y la revolución. El tema del poder en el pensamiento de izquierda en América Latina*. Córdoba: Espartaco, 2007.

BOURDIEU, P. *Contrafogos. “A precariedade está por toda parte”*. São Paulo: Zahar, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A “juventude” é apenas uma palavra*. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Revisitando o par relutante. In: ALVES, I; SCHEFLER, M; VASQUEZ, P; de AQUINO, S (Orgs). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador-Ba: EDUFBA/NEIM, pp.169-181, 2010.

_____. *As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos Pagu*, UNICAMP, Campinas, n. 13, p.191-221, 1999.

_____. Familiarizando(-se com) o público e politizando o privado. In: XIMENES, Teresa. *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém: UFPA/NAEA, p. 414-426, 1993.

_____; MACHADO NETO, Zahidé. Tempo de mulher – Tempo de Trabalho entre mulheres proletárias em Salvador In: *1º Seminário sobre Capitalismo e Força de Trabalho*. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador-Ba: p. 59-72, 1983.

BUSTELO, Eduardo. La producción del Estado de Malestar. Ajuste y política social en América Latina. In: MINUJÍN et al.: *Cuesta Abajo: los nuevos pobres*. Efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: Losada, 1993.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*, Buenos Aires: Colihue, 1998

CAMPIONI, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante. Novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101020015536/10PllCtres.pdf>. Acesso em: 4 mar.2013

CARRERA, Iñigo; COTARELO, María Celia *Algunos rasgos de la rebelión en Argentina 1993-2001*, PIMSA DT Nº 49, 2004.

_____; _____ *Reestructuración productiva y formas de la protesta social en la Argentina In Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTE, Cristina. *Piqueteros: alguns limites político ideológicos para a constituição de un movimiento unificado* 2009 PIMSA, 12, 187- 201, 2009. Disponível em: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/publicaciones/DT%2073.pdf>. Acesso em: 2 dic.2012.

CAVALLERI, DONAIRE, ROSATI. *Evolución de la distribución de la población según la división del trabajo social Argentina, 1960-2001*, en PIMSA DT Nº 51, 2005.

CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORIA. *Cortes de rutas y vías públicas del 2008 ya superan los niveles registrados en la crisis 2001/2002, Informe 2008*. Disponível em: http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=587&Itemid=30>. Acesso em: 2 jul. 2009.

CERRUTTI, Marcela. *El Problema del Desempleo: El Caso Argentino en el Contexto Latinoamericano*, Ponencia presentada al Seminario Latin American Labor and Globalization: Trends Following a Decade of Economic Adjustment, organizado por el Social Science Research Council y Flacso, San José, 2002. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/cerrutti.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

CICCIARI, María Rosa. *Acerca de la construcción de narrativas etnográficas sobre el trabajo en la sociedad patagónica. El caso de Caleta Olivia* Avá. Revista de Antropología, núm. 8, pp. 1-27, Universidad Nacional de Misiones, 2006.

_____. Caracterización de la dinámica económica de la "Cuenca del Golfo San Jorge" en los años 90. In: Salvia A; Panaia, M. La Patagonia Privatizada. *Crisis, cambios estructurales en el sistema regional patagónico y sus impactos en los mercados de trabajo*. Colección CEA - CBC, UBA, 1997.

CISELLI, Graciela. *El trabajo femenino en una empresa petrolera privada patagónica. Cambios y continuidades durante el siglo XX*. Revista Avá. Revista de Antropología, núm.7, pp.82-98, Universidad Nacional de Misiones, 2005.

CHAUI, Marilena. A história no pensamento de Marx. In: BORON, A.; AMADEO, J.; Gonzalez, S. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* 2007. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.5.doc>. Acesso em: 5 mar. 2013.

_____. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

CLARIN. *Levantaron el paro en las plantas petroleras de Santa Cruz*. 7 de abril de 2004. Disponível em: www.clarin.com/diario/2004/04/07/um/m-738221.htm acceso em: 5 dic 2011

COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 23-43, 1986.

CONGER, Lind. Poder, género y desarrollo: las organizaciones populares de mujeres y la política de las necesidades en Ecuador. In: LEÓN M. (comp) *Mujeres y Participación política. Avances y desafíos en América Latina*, Colombia: TM Editor, 1994

COSTA, Ana Alice Alcântara. Texto de apoio I. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião*. Victoria da Conquista, 16 a 18 de fevereiro de 2000. NEIM/REDOR/CAR/Governo da Bahia, 2000.

_____. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

COTARELO, María Celia. Recursos naturales y conflicto social en la Argentina actual, OCSAL, Año VI Nro 17, 2005.

_____. *La protesta social en Argentina de los 90*, Herramienta Buenos Aires Nro 12, año V, pag 79-90, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10. N.1/2002. <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: 14 set.2003.

CRESPO, Edda, Madres, esposas, reinas... Petróleo, mujeres y nacionalismo en Comodoro Rivadavia durante los años del primer peronismo. In: Mirta Lobato (comp.), *Cuando las mujeres reinaban. Belleza, virtud y poder en la Argentina del siglo XX*, Biblos, Buenos Aires, 2005.

CROSS, Cecilia; FREYTES FREY, Ada Cora. *Movimientos piqueteros: tensiones de género en la definición del liderazgo*. *Argumentos* (Méx.), México, v. 20, n. 55, dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.org.mx> > Acesso em: 31 mai. 2009.

_____; _____. Políticas sociales como límite y como herramienta: Reflexiones a partir de experiencias de gestión de dirigentes y referentes piqueteros/as en el período

2001-2007. *Revista el Principio*. La Plata: Editorial Asociación de Politólogos Bonaerense, 2009.

D'AMELIO, María Elena; GALARETTO, Martha; ROMERO, Julio. *Informe de Prensa Encuesta Caleta Olivia – Año 2005*. Informe de Prensa UNPA-UACO. Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Caleta Olivia, 2005.

_____; _____. *El mercado de trabajo de los jóvenes. Sin Salida! La educación de los jóvenes y su inserción laboral en la zona norte de Santa Cruz*. 5to Congreso Nacional de Estudios del Trabajo. ASET, 2001.

____; ____; Prado. El lado oscuro de la reestructuración: Empleo, desempleo y precariedad laboral en Caleta Olivia. 1993 -1995. In: SALVIA A., PANAIÁ, M. La *Patagonia Privatizada. Crisis, cambios estructurales en el sistema regional patagónico y sus impactos en los mercados de trabajo*. Colección CEA - CBC, UBA, 1997

DE BARBIERI, Teresita. Acerca de las propuestas metodológicas feministas. In: BARTRA, Eli (Org) *Debates en torno a una metodología feminista*. México: D.F.UNM, p.103-139, 1998.

DE VIRGILIO, M; FREIDIN, B; MASSERONI, S; MERLINSKY, M.G e NAVARRO. La transformación del trabajo femenino en la ciudad de Buenos Aires. Evaluaciones y perspectivas sobre el futuro laboral. In: SAUTU, EGUIA, ORTALE (comp). *Las mujeres hablan: consecuencias del ajuste económico en familias de sectores pobres y medios en la Argentina*, La Plata: Colección Universitaria, 2000.

DÍAZ, Martha Susana. Mulheres piqueteiras patagônicas: construindo histórias de luta política. *Revista Feminismos UFBA/FFCH/NEIM/PPGNEIM*, Nro.1, 2013.

_____. Movimientos Sociales en Patagonia y el papel de la mujer: Significaciones e ideas fuerzas, *In Actas I Jornadas de Investigación en Ciencias Sociales*. Soc. Fac. de Humanidades y Ciencias Sociales. UNPSJB, 2007.

_____. *Mujeres piqueteras: identidad de género y su construcción como "sujetas políticas"*. Trabalho apresentado à VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Córdoba, UNC, 2006.

_____. *Mulher e poder: o caso de Eva Perón na política argentina*. 2005. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005.

DI MARCO, Graciela. *El pueblo Feminista. Movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno a la ciudadanía*, Buenos Aires: Biblos, 2011

_____. Movimientos sociales emergentes en la sociedad argentina y protagonismo de las mujeres. *Revista La Aljaba*, segunda época, Buenos Aires, v. VIII, p. 15-36, 2003.

DINERSTEIN, Ana Cecilia. Empleo o trabajo digno? Crítica e imaginación en las organizaciones piqueteras, Argentina. In: DIRNESTEIN, A; CONTARTESE, D; DELEDICQUE, M; FERRERO, J.P; GHIOTTO, L; PASCUAL, R. *Movimientos sociales y autonomía colectiva. La política de la esperanza en América Latina*. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2013.

_____. Recobrando la materialidad: el desempleo y la subjetividad invisible del trabajo. In: DINERSTEIN A; NEARY M. *El trabajo en debate. Una investigación sobre la teoría y la realidad del trabajo capitalista*. Buenos Aires, Herramienta, 2009.

_____. Más allá de la crisis. Acerca de la naturaleza del cambio político en Argentina. *Rev. Venez. de Economía y Ciencias Sociales*, 2004, vol. 10, n° 1, (ener.-abr.), pp. 241-269

DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. *Análise de Conjuntura OPISA*, número 2 Brasil, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009. Acesso em 5 mar.2013.

DOMINZAIN, Susana. *Entre el voto y el piquete ¿Nuevas prácticas de ciudadanía femenina?* Jornadas de Historia de las Mujeres. III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Córdoba, oct. 2006

DRUCK, Maria da Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador: EDUFBA, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, UFBA, 2011

_____. *A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação*. Seminário Temático: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea da ANPOCS, Caxambu, MG, 2007.

_____. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical caderno *CRH*, Salvador, n.24/25, pp.21-40, jan./dez. 1996.

_____. FRANCO, Tânia. Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO V; PADILHA V (orgs) Uberlândia: Edufu, p. 225-254, 2009.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, São Paulo, v. 16, n. 46, pp. 5-27, 2001.

EL ESPEJO DIARIO. *Trabajadoras de planes sociales también piden planta permanente*, octubre 2013. Disponível em: <http://elespejodiario.com/trabajadoras-de-planes-sociales-tambien-piden-planta-permanente>. Acesso em 5 junho 2014.

EL PATAGÓNICO. *Medida sanción de la ley que promueve la equidad de género en el empleo del petróleo*, 2013. Disponível em: El patagónico em: <http://www.elpatagonico.com/media-sancion-la-ley-que-promueve-la-equidad-genero-el-empleo-petrolero-n721330>. Acesso em: mar.2015

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAVARO, Orietta. Protesta social y representación en las provincias argentinas: Neuquén en la última década. In: *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Programa OSAL: Buenos Aires, 2003.

FAVARO, Orietta; IUORNO, Graciela. La Patagonia protesta. Recursos, política y conflictos a fin de siglo. *Realidad económica*, n. 217, 2006.

FIRESTONE, Shulamith. *La dialéctica del Sexo*, Barcelona: Editorial Kairós, 1976

FERNANDES, Bernardo Mançano, "Movimentos Socioterritorias e Movimentos Socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais", *Revista OSAL*, No. 16, año VI, enero-abril, Buenos Aires, p. 273-283, 2005.

FERNANDES, Marco. *Piketeros: novo ciclo de lutas urbanas na América Latina? Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher*, 2011. Disponível em:

<http://afroeindigena.blogspot.com.br/2011/08/quando-o-desemprego-dignifica-o-homem-e.html>. Acesso em 5 mar. 2014.

_____. *A falta que faz a mística. Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Departamento de psicologia social e do trabalho. Universidade de São Paulo, 2010.

FIGARI, Claudia; PALERMO, Hernán. Producción y reproducción de sentidos en un enclave petrolero. La Privatización de YPF en Comodoro Rivadavia In: CASALET, M, VILLAVICENCIO, Daniel. *El trabajo en la economía del conocimiento*. Revista de Trabajo 6. México, 2010.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. In: _____. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, p.19-32, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. *Historia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1985.

FRASER, Nancy. "Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista". Bogotá: Universidad de los Andes. Siglo del Hombre Editores, 1997.

FREYTES FREY, Ada; CROSS, Cecilia. Movimientos piqueteros: alcances de su construcción política. *Política y Cultura*, primavera 2007, número 27, pp. 121-141. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26702707>. Acesso em: 20 nov. 2009.

_____; _____. *La participación de las mujeres en los movimientos piqueteros: el difícil pasaje de la gestión de lo cotidiano al liderazgo político*. VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Córdoba, 2006.

FUENTES, Julia Patricia. *Prostitución en Comodoro Rivadavia. Un estudio a través de las Reglamentaciones sobre Casas de Tolerancia (1914-1937)*, VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Villa Giardino, Córdoba, 2006.

GADAMER, H: Os traços fundamentais de uma teoria da experiência hermenêutica. In: *Verdade e Método I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica marxista*, n. 32, p. 107-126, 2011.

GIACARRA Norma. La tragedia del desarrollo: disputas por los recursos naturales en la Argentina encuentro Ciencia en el Mercosur, celebrado en junio de 2006 disponível em: <http://www.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/3.-La-tragedia-del-desarrollo-N%C2%BA-26.pdf>. Acesso em: set. 2013.

_____; BIDASECA Karina. Ensamblando las voces: los actores en el texto sociológico. In: Kornblit, Ana Lía Coord. *Metodologías cualitativas en ciencias sociales*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004.

_____, TEUBAL Miguel. *Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo*, 2011, Disponível em <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Giarraca-y-Teubal.pdf> Acesso em: set. 2014.

- GIL y DE ANSO, María Laura. De madres y piqueteras: claves para pensar la participación política de mujeres de sectores populares. *Revista Argentina de Sociología*, Año 8 y 9, CPS, IDIS, 2010.
- GODOY, Mario Identidades socioculturales, ideologías y sistema simbólico en Patagonia Austral. Puntos de partida para comprender el cambio cultural en la globalización. *Revista Etnia*. N. 46-47. Municipalidad de Olavarría. Buenos Aires: p. 207 a 228, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GÓMEZ, Marcelo. Crisis y recomposición de la respuesta estatal a la acción colectiva desafiante en la Argentina 1989-2004. *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires: Año 4, n. 6, p. 88-128, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRIMBERG, Mabel. Poder, políticas y vida cotidiana. Un estudio antropológico sobre protesta y resistencia Estudio antropológico sobre protesta y resistencia social en el área metropolitana de Buenos Aires. *Revista de Sociología e Política*, v. 17, n. 32, p. 83-94, 2009.
- GUERREIRO, Leila. *Los suicidas del fin del mundo*. Disponível em: <https://cronicasperiodisticas.wordpress.com/2008/09/16/los-suicidas-del-fin-del-mundo/> Acesso em 10 set. 2014.
- GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processo de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 58, p.157-175, 2005.
- HALPERIN, Paula. Mi mamá me mimó. Mujeres, médicas y socialistas en Unión y Labor. In: ACHA, O.; HALPERIN, P. (comp). *Cuerpos, géneros e identidades. Estudios de historia de género en Argentina*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000
- _____ et al. *Problemas de género en la Argentina del siglo XXI: feminización de la pobreza e inequidad del mercado laboral*, Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires, 2011. Disponível em: http://geneconomia.ciem.ucr.ac.cr/sites/default/files/problemas_de_genero_en_la_argentina_del_s_xxi.pdf. Acesso em fev. 2013.
- _____. *Documentos de trabajo N° 13, cuestiones de género, mercado laboral y políticas sociales en América Latina: caso Argentina / Leopoldo Wesburd Halperin ... [et.al.]. - 1a ed. - Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.econ.uba.ar/www/institutos/economia/Ceped/publicaciones/dts/DT%2013%20-%20Halperin%20et%20al.pdf> . Acesso em dez 2009*
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HARTMANN, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo. *Cuadernos del Sur*, 1987.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HARCOURT W y ESCOBAR A. *Mujeres y política de lugar*, PRIGEPP-FLACSO, 2005

HERRERA, Cesar, GARCIA, Marcelo. *A 10 años de la privatización de YPF- análisis y consecuencias en la Argentina y en la cuenca del golfo San Jorge*, 2003. Disponível em: http://www.creepace.com.ar/notas/20030123-sec_pet.htm. Acesso em: ene. 2011.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cad. Pagu*, n.17-18, p. 139-156, 2001/2.

_____; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, p. 111-123, 2003.

_____; _____. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, n. 93, 1994.

INFEL, Ana. *Pobres y Prostitutas. Políticas sociales, control social y ciudadanía en Comodoro Rivadavia (1929-1944)* Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009.

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. República Argentina. Censo 2010 resultados provisionales. Disponível em: http://www.santacruz.gov.ar/dpeyc/pdfs/Censo2010/censo2010_resultados_provisionales.pdf Acesso em: 20 fev. 2013.

INDYMEDIA. *Organizaciones se movilizan para exigir la libertad de los presos políticos*, 2004d. Disponível em: <http://argentina.indymedia.org/print.php?id=227470>, Acesso em: oct.2012.

_____. *Denuncian que fueron torturados los presos por la toma de Termap*, 2004c. Disponível em: <http://argentina.indymedia.org/print.php?id=227202> Acesso em: dez 2010.

_____. *Conferencia de prensa por los detenidos de Caleta Olivia*, 2004b. Disponível em: <http://argentina.indymedia.org/print.php?id=227135>. Acesso em: 18 de maio de 2009.

_____. *Las mujeres del petróleo queremos que las petroleras nos den trabajo genuino*. Reportaje a Elisa Martinez, una de las piqueteras en la toma de la planta petrolera de Santa Cruz. 2004 a Disponível em: [<http://www.rebelion.org/hemeroteca/argentina/040410mujeres.htm>]. Acesso em: 15 maio 2009

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. *Política y Sociedad*. Volumen 48, Nro.3, 2011. Universidade Complutense. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/36420>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Los movimientos sociales en acción. Escalas y escenarios. In: RUTCH, D.; GHIMIRE K. *La transnacionalización de los movimientos sociales. Revista Conflictos globales voces locales*, Buenos Aires, n. 1, p. 72-77, 2005.

_____. Reflexiones (localizadas) sobre el tiempo y el espacio. In: GRIMSON, A. *La cultura en las crisis latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsdll/cgi-bin/library>. Acesso em:10 jul. 2009.

_____. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

_____; VALDÉS, Teresa. Necesidades de investigación en la temática de género en los países del Cono Sur. Taller "género y desarrollo" Montevideo 6 y 7 de setiembre de 1999. Oficina Regional para América Latina y el Caribe CIID/IDRC. Disponible em: <http://www.idrc.ca/uploads/user-S/10379823200jelin-valdes.doc>. Acceso: ene. 2013.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M.J.M et al. *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 19-27, 1996.

KLEIN, Naomi, entrevista, 2007. Disponible em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=60467>. Acceso em: 10 mar.2015.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género, Papeles de Población. Julio-Septiembre, n. 021, 1997. Disponible em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/USOSCATEGORIAGENERO-MARTA%20LAMAS.pdf> Acceso em: 20 oct. 2009.

_____. Algunas características del movimiento feminista en ciudad de México. In: LEÓN M. (comp). *Mujeres y Participación política*. Avances y desafíos en América Latina, Colombia: TM Editor, 1994

LAGARDE, identidad feminina, *CIDHAL*, 1992 (Comunicación, Intercambio y Desarrollo Humano en América Latina, A. C. - México). <http://www.laneta.apc.org/cidhal/lectura/identidad/texto3.htm>. Acceso em: mar.2013

LA NACION. *Una provincia marcada por las protestas*. 22 de julho de 2005. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/723513-una-provincia-marcada-por-las-protestas>.

_____. *Desalojan piqueteros en el Sur*. 3 de outubro de 2004c. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/641811-desalojan-a-piqueteros-en-el-sur>. Acceso 15 mar.2015.

_____. *La oferta de las petroleras divide a los desocupados*. 07 de agosto de 2004b. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/625378-la-oferta-de-las-petroleras-divide-a-los-desocupados> Acceso 9 oct. 2014

_____. *Las piqueteras ocupan una planta petrolera en Caleta Olivia*. 27 de marzo 2004a, Disponible em <http://www.lanacion.com.ar/586658-piqueteras-ocupan-una-planta-petrolera-en-caleta-olivia>. Acceso em: 5 oct.2012.

_____. *Santa Cruz en vilo por los piqueteros*. 6 de agosto de 2002d. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/420202-santa-cruz-en-vilo-por-los-piqueteros>. Aceso em junho 2014.

_____. *Piquetes en Santa Cruz. Suspenden la amenaza de quemar tanques de petróleo*. 5 de agosto de 2002c. Disponible em <http://www.lanacion.com.ar/420010-suspenden-la-amenaza-de-quemar-tanques-de-pe>. Acceso em: 9 junho 2014.

_____. *Ofrecen 80 puestos para que levanten el piquete*. 7 de agosto de 2002b. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/420384-ofrecen-80-puestos-para-que-levanten-un-piquete>. Aceso em junho 2014.

_____. *Sigue el corte de rutas en Santa Cruz*. 30 de julho de 2002a. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/417954-sigue-el-corte-de-rutas-en-santa-cruz> 2/2. Aceso em junho 2014

_____. *Del pasado común al abismo actual. Denuncian que se obliga a tomar mano de obra de un determinado lugar.* 5 de abril de 2001c. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/58720-del-pasado-comun-al-abismo-actual> 26 de marzo de 2001. Acesso em: 10 junho 2014

_____. *La producción de petróleo y de gas vivió una década de crecimiento.* 1 de abril de 2001b. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/58196-la-produccion-de-petroleo-y-de-gas-vivio-una-decada-de-crecimiento>. Acesso em: 10 junho 2014.

_____. *La huelga fue fuerte en el interior y solamente hubo incidentes aislados.* 22 de março de 2001a. <http://www.lanacion.com.ar/56927-la-huelga-fue-fuerte-en-el-interior-y-solamente-hubo-incidentes-aislados>. Acesso em 10 junho 2014.

_____. *REPSOL les prometió empleo y volvió la paz.* 3 de setembro de 2000b. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/31370-repsol-les-prometio-empleos-y-volvio-la-paz>. Acesso em 15 junho 2014.

_____. *Rebelión popular em um pueblo de Santa Cruz.* 2 de setembro de 2000a. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/31227-rebelion-popular-en-un-pueblo-petrolero>. Acesso em 15 junho 2014.

LA OPINIÓN AUSTRAL. *Peralta solicita puestos de trabajo para hijos de ex ypefeanos,* 10 de febrero de 2004.

LAVACCA. *Petróleo y protesta social. Caso testigo: la situación en el norte de la provincia de Santa Cruz, 2006.* Disponível em: <http://lavaca.org/notas/petroleo-y-protesta-social-santa-cruz/>. Acesso em: 20 maio de 2009.

_____. *Voces. Elsa, Selva y Marcela. Las mujeres detenidas por pedir trabajo en Caleta Olivia.* 20 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.lavaca.org/seccion/actualidad/0/306.shtml>. Acesso em: 20 ago.2014

LA VANGUARDIA DEL SUR. *Mujeres ex-Empasa y ex-Tres cerros reclaman contratos provinciales.* 16 maio 2014 Disponível em: <http://www.lavanguardiadelsur.com>.

LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado.* Barcelona: Novagrafik, 1990.

LOBATO, Mirta. *Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869-1960),* Edhasa, Buenos Aires, 2007.

_____; SURIANO Juan. *Dictadura y Democracia: los cambios en la protesta popular, 1976-2001.* In LOBATO, Mirta; SURIANO Juan. *La Protesta Social en la Argentina.* Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, p. 115-153, 2003.

LUQUE, Elida; MARTINEZ, Susana; AUZOBERRIA, Miguel. *Consolidación y Crisis Del Capitalismo de Estado en Santa Cruz. Tres Momentos de Conflicto,* 2010. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/CONTRAVIENTO-Grupo-Investigaci%C3%B3n-de-los-Movimientos-Sociales-en-Santa-Cruz/107421355946645?sk=notes>

MC ADAM, Dough; MC CARTHY, John; ZALD, Mayer. *Movimientos sociales: Perspectivas comparadas,* Madrid, Istmo, 1999.

MACEDO, Márcia dos Santos. *Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador.* In: C. Bruschini e C.R. Pinto (org). *Tempos e Lugares de Gênero,* São Paulo: FCC/Ed.34, p. 53-83, 2001.

MALLIMACI, Fortunato. Nuevos y viejos rostros de la marginalidad en el Gran Buenos Aires. In: MALLIMACI, F. SALVIA, A. *Los nuevos rostros de la marginalidad. La supervivencia de los desplazados*. Instituto Gino Germani.UBA. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 15-27, 2005.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res, p. 115-176, 1928.

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: _____. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MÁRMORA, Lelio. *Migración al Sur*. argentinos y chilenos en Comodoro Rivadavia: Ediciones Libera, 1968.

MÁRQUEZ, Daniel. *Lecturas en torno a YPF y al trabajo petrolero estatal en la Cuenca del Golfo San Jorge: diferentes miradas en una perspectiva de cien años*. V Jornadas de Historia Social de la Patagonia, San Carlos de Bariloche: IIDyPCa, E-Book, 2014.

_____. Crisis ocupacional y programas para la generación de empleo: algunos indicadores para el análisis de Comodoro Rivadavia (1990-1995) In: SALVIA A; PANAIÁ, M. *La Patagonia Privatizada. Crisis, cambios estructurales en el sistema regional patagónico y sus impactos en los mercados de trabajo*. Colección CEA - CBC, UBA, 1997.

MÁRQUEZ, Daniel; PALMA GODOY, Mario. *Comodoro Rivadavia en tiempos de cambio*. Comodoro Rivadavia: Proyección, 1993.

MARRO, Katia I. Reflexiones para una comprensión histórico-crítica del movimiento social en sus múltiples dimensiones. - 1a ed. Cátedra Libre Marxismo y Trabajo Social: *debates actuales en Trabajo Social*- La Plata: Dynamis, 2013.

_____. La organización de los trabajadores desocupados y el enfrentamiento de la cuestión social: ¿Un componente de contrainsurgencia en la política social argentina? In: MALLARDI, Manuel, MADRID, Liliana, ROSSI, Adriana. *Cuestión social, vida cotidiana y debates en trabajo social. Tensiones, luchas y conflictos contemporáneos*. Carrera de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Humanas, UNCPBA, Tandil, 2011.

_____. *A Rebelião dos que sobram: Reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social Escola de Serviço Social Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MARTINEZ, Susana; LUQUE, Élica. Impacto de las privatizaciones de los '90. La situación de los trabajadores del Golfo San Jorge, 2010 Disponible em: <https://www.facebook.com/pages/CONTRAVIENTO-Grupo-Investigaci%C3%B3n-de-los-Movimientos-Sociales-en-Santa-Cruz/107421355946645?fref=ts>. Acesso em: 15 junho 2014.

MARX, Karl. *O 18 Brumario e Cartas a Kugelmann*. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, Livro I. Tomo 2, 1996.

_____. *O capital. Crítica da Economia Política*. Livro II, São Paulo: Bertrand Brasil 1988

- _____. *Miséria da Filosofia*, Lisboa: Editorial Estampa, 1978
- MARX, Karl e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2008.
- _____; _____. *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.
- MASSOLO, Alejandra. El Espacio local y las mujeres: pobreza, participación y empoderamiento. *Revista La Aljaba*, segunda época. Buenos Aires, v. VIII, p 37-49. 2003.
- MASTRÁNGELO, Rosa; RIERA, Raúl; SANDOBAL, Lucia; VIDAL, Alejandra; DIAZ, Martha S. El Impacto Social de la Desocupación en Comodoro Rivadavia. Período 1990/1993. El Caso del Sector Petrolero. Panorama Del Impacto de la Desocupación según datos analizados. In: *Jornadas de Investigación y Tecnología en el Contexto del Desarrollo Patagónico*. Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco. Comodoro Rivadavia, p.136 a 143, 1999.
- MELUCCI, Alberto. *Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales*. Madrid: Zona Abierta, 1994.
- _____. *Um objetivo para os novos movimentos sociais?* São Paulo: Lua Nova, 1989.
- MENDIZABAL, Nora Los Componentes del diseño flexible en la investigación cualitativa In: VASILACHIS, I. (Coord.) *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona: Gedisa, 2012.
- MIES, María. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas. In: BARTRA, Eli. (org). *Debates en torno a una metodología feminista*. México D.F.: UNAM, p.63-102, 1998.
- MININGPRESS. *La empresa minera Tres Cerros ofrece empleos a Ex Empasa*, 4 de noviembre de 2010. Disponible em <http://www.miningpress.com.ar/nota/52093/santa-cruz-minera-tres-cerros-ofrece-empleos-a-ex-empasa>.
- MIRZA, Cristian Adel. Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias. *Programa de becas Clacso*, Buenos Aires, 2006. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar> > Acceso em: 21 nov.2009.
- MOLINEUX, Maxine. Presentación Ni Dios, ni Patrón, ni Marido. Em: Universidad Nacional de Quilmes. *La voz de la mujer. Periódico comunista-anárquico*. Buenos Aires: Editorial Universidad Nacional de Quilmes, p. 11-39, 2002.
- NASH, Mary. El mundo de las trabajadoras: identidades, cultura de género y espacios de actuación. In: PANAIAGUA, J; PIQUERAS, D; SANZ, V. *Cultura social y política en el mundo del trabajo*. Valencia. Biblioteca Historia Social, 1999.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez Editora, 2011.
- OLMEDO Claudia; SALVIA, Agustín. "Reestructuración, expansión de la actividad económica y crisis del empleo en un enclave petrolero" en Agustín Salvia y Marta Panaia (comp.) *La Patagonia privatizada*, BsAs, CEA-CBC, UBA, 1997.
- ONU, *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*, 1979.

OPI Santa Cruz. *La (sobredimensionada) municipalidad de Caleta Olivia absorbió a 160 empleadas de dos empresas privadas*. 2 outubro de 2010. Disponível em: <http://opisantacruz.com.ar/home/2010/07/02/la-sobredimensionada-municipalidad-de-caleta-olivia-absorbio-a-160-empleadas-de-dos-empresas-privadas/...> 1

_____. *El reino de Cristóbal López*. 20 março 2008. Disponível em: <http://opisantacruz.com.ar/home/2008/03/20/el-reino-de-cristobal/624>

OVIEDO, Luís. *Una historia del "movimiento piquetero"*. Rumbos. Buenos Aires, 2001.

PAGINA 12. *Empleados y desocupados en el desierto, en la soledad y con temperaturas bajo cero. Caldera del diablo en el confín de Santa Cruz*, 12 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-62979-2006-02-12.html>

PALERMO, Hernán M. Machos que se la bancan: masculinidad y disciplina fabril en la industria petrolera argentina. Desacatos. *Revista de Antropología Social*, n. 47, p. 100-115, 2015.

_____. *Apuntes para pensar la nacionalización de YPF: relaciones laborales y tensiones sociales en Comodoro Rivadavia*, Buenos Aires, Clacso, 2013 Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131218095129/1.pdf>

_____. *No Todo lo que brilla es petróleo* Una mirada sobre el proceso privatizador de YPF, Año III, 2007. Disponível em: <http://extramuros.unq.edu.ar/08/petroleo.htm>. Acesso jan.2011

PAOLI, María Celia; SILVA TELLES, Vera da. Direitos sociais. Conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In. ALVAREZ, Sonia; DANINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs) *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino-americanos*, Belo Horizonte: UFMG, p. 103-145, 2000.

PAUTASSI, Laura. *Beneficiarios y beneficiarias: análisis del Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados de Argentina*, 2004. Disponível em: http://interactions.eldis.org/sites/interactions.eldis.org/files/database_sp/Argentina/Plan%20Jefes/Argentina%20Jefes%20gendered%20impact.pdf

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PODESTA, Jorge. "La "crisis" de desocupación en la Argentina (1993/1998)" en *PIMS DT Nº 17*, Buenos Aires, 1999.

POLLAK, Michael. Pollak . Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricas*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silencio. *Revista Estudos Históricas* vol.2.n.3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. La colonialidad del poder y los desafíos de la integración regional en América Latina. *Polís* (Santiago), v. 11, n. 31, p. 295-332, 2012.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

PRADO, Mariano. *El cambio tecnológico y organizacional y su impacto en las PyMES de servicios petroleros en la Cuenca del Golfo San Jorge*, 7 Congreso SET, Buenos Aires, 2005

PRENSA OBRERA. *Condenan a luchadores en Comodoro Rivadavia, 15 de julio de 1999*. Disponível em <http://prensa.po.org.ar/archivo/po/po635/condenan.htm>. Acesso em: ene. 2014.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUIROS, Julieta. *Ser Piquetero, estar com os piqueteros. Uma etnografia sobre a trama dos movimentos no sul da Grande Buenos Aires*. Dissertação de Mestrado. PPGAS Universidade Federal Rio de Janeiro, 2006.

RAMOS, María Dolores. *Historia Social: un espacio de encuentro entre género y clase*, 1995. Disponível em: http://www.nadieseacuerdadenosotras.org/WEB_SECCIONES_14_8_10/MOVIMIENTOS_FEMINISTAS_MILICIANAS_II%20REPU/PDF_FEMINSIMOS_REPUBLICA/Historia_social-Un_espacio_de_encuentro_entre_genero_y_clase.pdf

REPÚBLICA ARGENTINA. Proyecto de Ley 2404-D-2015 Cámara de Diputados de la Nación Argentina, 2015 Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/proyxml/expediente.asp?fundamentos=si&numexp=2404-D-2015>. Acesso em 26 de set. 2015.

RIDENTI, Marcelo. Classes sociais e representação. São Paulo, Cortez, 2001. *Revista de Seguridad Social*. A “pilotropia” desmascarada ANFIP-Ano XI nº 68. Brasília, maio/junho de 2001.

RIQUER FERNANDEZ, Florinda. “Brujas e identidad femenina (saber, poder y sexualidad)”. In: de Oliveira Orlandina (coordinadora) *Trabajo, poder y sexualidad*. Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer. México: El colegio de México, 1991.

ROLDÁN, Sandra. Globalización y lucha de las mujeres. El caso de Caleta Olivia. Trabalho de conclusão Curso Globalización y género. Dimensiones económicas, políticas, culturales y sociales. Tensiones, reacciones y propuestas emergentes en América Latina, PRIGEPP-FLACSO, 2006 (mimeo).

ROMEU MEJIA, Claudia. Ahora tenemos una voz: transformaciones en la vida cotidiana de mujeres piqueteras en la Provincia de Buenos Aires. In: SIT Study Abroad *Movimientos sociales y Derechos Humanos*. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <digitalcollections.sit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1289>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. *Serie Estudos e Ensaios*. Ciências Sociais. FLACSO Brasil, 2009, Disponível em: http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em set. 2014

_____. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 183-215, 1992.

SALVIA, Agustín. *Sectores que ganan, sociedades que pierden*. Procesos y balance general. La Patagonia de los noventa: sectores que ganan, sociedades que pierden. Buenos Aires, Editorial La Colmena, 1999.

_____. Crisis y reestructuración de complejos mineros: Estudio de dos sistemas regionales patagónicos. In: Salvia A; Panaia, M. *La patagônia privatizada*. Crisis, cambios estructurales en el sistema regional patagónico y sus impactos en los mercados de trabajo. Colección CEA - CBC, UBA, 1997

SARDENBERG, Cecilia. *Mães e Filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano*. Caderno CRH Nro.1.Salvador, UFBA, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pensar el Estado y la sociedad: desafíos actuales*. Buenos Aires, Waldhuter Editores, 2009

_____. Los procesos de globalización. In: SANTOS (org.), *La Globalización y las Ciencias Sociales*, San Pablo, Ed. Cortez, 2002

_____. Los nuevos movimientos sociales. *Revista OSAL*, Buenos Aires, Año II, número 5, sep. 2001. La protesta social en Argentina, p. 177-184.

SANTOS, Conceição Héliida. *Muitas mulheres, um mesmo movimento: Movimento social e participação política das mulheres do MST na Bahia*. Trabalho apresentado no X Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero. Gênero, Idades e Gerações. Salvador, 2004.

SAUTU, Ruth. *El método biográfico: la reconstrucción de la sociedad a partir del testimonio de los actores*. Buenos Aires: Lumiere, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, número 54, UFBA, p. 505-517, 2008.

_____. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade, XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.npms.ufsc.br>> Acesso em: 15 nov. 2009

SCHUSTER, Federico; Las protestas sociales y el estudio de la acción colectiva. In : SCHUSTER, F.; NAISHTAT, F.; NARDACCHIONE, G. & PEREYRA, S. (comps.). *Tomar la palabra. Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

_____; PEREYRA Sebastián. La protesta social en la Argentina Democrática: Balance y Perspectivas de una forma de acción política. In: GIACCARRA N (comp). *La Protesta Social en la Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Madrid: Alianza, p. 41- 177, 2001.

_____; PEREZ et al. *Transformaciones de la protesta social en Argentina 1989-2003*, GEPSAC, (Grupo de Estudios Sobre Protesta Social y Acción Colectiva), Instituto Germani, UBA, 2006

SCHUTZ, Alfred. Bases da Fenomenologia. In: *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.53-76, 1979.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo-Gênero e Cidadania, 1991.

SEGATO, Rita L. *La pedagogía de la crueldad*. Pagina 12, 29/05/2015. Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-9737-2015-05-29.html>. Aceso em 6 jun.2015

_____. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres, *Revista Sociedade e Estado*. vol.29. Brasília. May/agosto 2014 Disponible em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000200003&script=sci_arttext . Acesso em 6 jun.2015.

_____. Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado: la escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. *Serie Antropológica*. Departamento de Antropología, Universidade de Brasília, 2004

_____. *Las estructuras elementares de la violéncia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal. Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEOANE, Modelo extractivo y acumulación por despojo. In: SEOANE J, TADDEI, ALGRANATI, C. *Extractivismo, despojo y crisis climáticas. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América*. Ediciones Herramienta, 2013a

_____ El retorno de la crisis y la ofensiva extractivista. In: SEOANE J, TADDEI, ALGRANATI, C. *Extractivismo, despojo y crisis climáticas. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América*. Ediciones Herramienta, 2013b.

SIMONS, Mariela; SILVA, Romina; PARADA, Celeste. *El lugar que ocupa la mujer dentro del ámbito laboral petrolero en la ciudad de Comodoro Rivadavia*. Feria de Ciencias y Tecnologías, Chubut, 2008.

SOUZA LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dos sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, São Paulo, 1991.

STRATTA, Fernando; BARRERA, Marcelo – ¿Movimientos sin clases o clases sin movimiento? *Revista del programa de investigaciones del Conflicto Social*, Año 2, N° 1, Instituto Gino Germani, UBA, 2009. Disponible em: http://webiigg sociales.uba.ar/conflictosocial/revista/01/0106_strattabarrera.pdf. Acesso em jan.2011

SVAMPA Maristela. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

_____. Movimientos sociales y escenario político: las nuevas inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina. OSAL, 2007.

_____. El Estado de las luchas en Argentina, Syllepse (Paris) - *CETRI Louvain-la-Neuve*, 2006. Disponible em: <<http://www.maristellasvampa.net/publicaciones-ensayos.shtml>> Acesso em: 23 jun. 2009.

_____; PANDOLFI, Claudio. Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina. OSAL , Buenos Aires, Año V, N° 14, p. 285-296, 2004.

SVAMPA, Maristela; PEREYRA, Sebastián. La política de los movimientos piqueteros. In: NAISHTA, Francisco et al. (Comps.). *Tomar la palabra: Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina Contemporánea*. Buenos Aires: Prometeo Libros, p. 343-364, 2005.

- _____; _____. *Entre la ruta y el barrio*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- _____; Viale, Enrique. *Maldesarrollo: la Argentina del extrativismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz editores, 2014.
- TARRÉS, María Luisa. Más Allá de lo público y lo privado. Reflexiones sobre la participación social y política de las Mujeres de Clase media en ciudad Satélite. In: *Trabajo, Poder y sexualidad*. Mexico: El Colegio Médico, 1989.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TATTAVITO, Patricia. *La solidaridad femenina en la patagonia rebelde*, 2014, disponible em <http://institucionalmnueldorrego.com/index.php/notas/item/2066-la-solidaridad-femenina-en-la-patagonia-rebelde>. Acesso em dic.2014.
- TELAM. *La comisión de Diputados emitió dictamen sobre el proyecto de acceso equitativo de mujeres en sector hidrocarburífero*. 22 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201509/120988-la-comision-de-diputados-emiteo-dictamen-sobre-proyecto-de-acceso-equitativo-de-mujeres-en-sector-hidrocarburifero.html>
- TENTI FANFANI, E. Cuestiones de exclusión social y política. Desigualdad y Exclusión. Desafíos para la política social en la Argentina de fin de siglo. In: MINUJÍN, A.(editor) et.al. Buenos Aires: UNICEF/Losada, 1993.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991
- _____; *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Historia Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TIEMPO SUR. *Bloqueo em el acceso a la empresa SEAVE*. 21 julho 2010. Disponível em: <http://www.tiemposur.com.ar/caleta-olivia>. Acesso mar.2014
- TOURAINÉ, Alain. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- UNIVERSIDAD GENERAL SARMIENTO. *La historia de los Derechos Humanos: una historia de todos*. CD, 2003.
- VON STORCH, María Victoria. *Análisis comparado de los impactos de las privatizaciones de Altos Hornos Zapla en Palpalá, SOMISA en San Nicolás e YPF en Comodoro Rivadavia, a la luz de los cambios post convertibilidad*. 7º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo. Asociación Argentina de Estudios del Trabajo, 2005.
- ZIBECHI, Raúl. *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes anti-estatales*, Buenos Aires: Tinta Unión, 2006
- _____. *Los movimientos sociales latinoamericanos. Tendencias y desafíos*. OSAL, enero, 2003a
- _____. *Genealogía de la revuelta. Argentina: la sociedad en movimiento* Montevideo/La Plata: *Nordan/Letra-Libre*. 2003b

ANEXOS

TABELA I

Tasas de desocupación por sexo y grupos de edad en Caleta Olivia - Abril 2002 Setiembre 2005

<i>INDICADORES</i>	<i>Abril 2002</i>	<i>Setiembre 2005</i>
<i>Tasa de desocupación según grupos de edad</i>		
<i> Varones</i>	<i>24.6</i>	<i>10.0</i>
<i> Mujeres</i>	<i>33.3</i>	<i>16.7</i>
<i>Tasa de desocupación según grupos de edad</i>		
<i> de 15 a 24 años</i>	<i>57.9</i>	<i>32.7</i>
<i> 25 a 59 años</i>	<i>19.0</i>	<i>6.6</i>
<i> 60 y más</i>	<i>37.5</i>	<i>15.4</i>

Fuente: Elaborado por equipo de Encuesta Sociodemográfica - ocupacional UNPA/ UACO - Abril 2002 - Setiembre 2005 Informe Prensa 2005